



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

AURÉLIO MIGUEL

Dinâmica Regional do Sudoeste de Minas Gerais

**Campinas
2020**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

AURÉLIO MIGUEL

Dinâmica Regional do Sudoeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Cláudio Schuller Maciel – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, área de Desenvolvimento Regional e Urbano.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO
AURÉLIO MIGUEL, ORIENTADA PELO PROF.
DR. CLÁUDIO SCHULLER MACIEL.**

**Campinas
2020**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

Miguel, Aurélio, 1969-
M588d Dinâmica Regional do Sudoeste de Minas Gerais / Aurélio Miguel. –
Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Cláudio Schuller Maciel.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Economia regional. 2. Minas Gerais, Sudoeste. I. Maciel, Cláudio
Schuller, 1951-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.
III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Regional Dynamics of Southwest Minas Gerais

Palavras-chave em inglês:

Regional economics

Minas Gerais (Brazil), Southwest

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Cláudio Schuller Maciel [Orientador]

Ana Cláudia Pinto Corrêa

Fernando Cezar de Macedo Mota

Humberto Miranda do Nascimento

Iliane Jesuína Silva Foresti

Data de defesa: 15-12-2020

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a) –

ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0003-2593-8524> -

Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/6983643350614204>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

AURÉLIO MIGUEL

Dinâmica Regional do Sudoeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Cláudio Schuller Maciel – orientador

Defendida em 15/12/2020

COMISSÃO JULGADORA

**Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia Pinto Corrêa
Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (UNIFEG)**

**Prof. Dr. Cláudio Schuller Maciel - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Humberto Miranda do Nascimento
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof.^a Dr.^a Iliane Jesuina Silva Foresti
Academia da Força Aérea (AFA)**

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese é um misto de expectativa, apoio, estímulo e solidão. Tenho muito a agradecer e a muitas pessoas. Agradeço aos meus amigos da faculdade de Guaxupé. A todos eles e àqueles mais próximos que acompanharam cada etapa de toda essa longa trajetória, torcendo, rindo, apoiando, estimulando. Obrigado, Paulo Nelson, Eduardo Sad, José Amélio, Ana Cláudia, Marilda, Donizete, Edécio e outros grandes amigos. Agradeço à professora Marly de Almeida que com carinho leu toda a tese e fez rigorosa revisão textual.

À minha família, pelo apoio em compartilhar comigo o orgulho dessa conquista.

Agradeço à instituição UNIFEG, ao Reitor Reginaldo Arthus e aos Pró-reitores, Tataio e André que concederam total liberdade para flexibilizar meus horários de forma a priorizar os compromissos com a UNICAMP, desde o tempo do saudoso Zé Lázaro.

Agradeço às pessoas que eu entrevistei nessa trajetória buscando descobrir *in loco* como é que a região do Sudoeste Mineiro de fato funciona. Onde que brota a riqueza? Foram eles - o Gil, a Rosana, o Mauro Tonin, o Marcelo Cassoli e outros em que as conversas foram menos formais, mas sempre ricas em conteúdo.

Mais ao final da pesquisa fui buscar informações sobre expansão urbana dos municípios e quero agradecer aos profissionais dos Cartórios de Registro de Imóveis das cidades que visitei: a Aurélia, a Tianinha, a Gisele, a Amanda e outros mais. Essas pessoas estiveram sempre prontas a me receber e a me ajudar, compilando uma porção enorme de dados e informações que foram muito importantes na construção e afirmação da tese.

Agradeço à UNICAMP, que me proporcionou crescimento profissional, humano e intelectual e onde fiz grandes amigos. Deixo aqui um agradecimento fraterno a cada um deles. Ao Leo, Pietro, Luziene, Guilherme e outros tantos. A recepção que tive na Unicamp foi encantadora. Fiquei admirado, no início, e fico até hoje, por ter conhecido, lá, pessoas de tanta delicadeza e ternura. A Unicamp, e em particular o CEDE, é um lugar muito bom para viver e aprender.

Agradeço ao Hugo, da DAC, a Andrea da Secretaria da Pós e a todos os outros funcionários que me recebem com tamanho carinho.

Agradeço a todos os professores que conheci e com quem tive o imenso prazer de aprender muito. Quero deixar um abraço especial para o Humberto, que concilia

sensibilidade e habilidade enormes para conduzir as coisas da forma mais suave possível. Ao Fernando Macedo, pelo apoio, estímulo, severidade e rigor. Ao professor Dr. Wilson Cano, o nosso mestre, pelos ensinamentos sempre relevantes, que ficam em nossa memória e nos levam a profunda reflexão.

E, finalmente, quero agradecer com especial carinho ao meu orientador Prof. Dr. Cláudio Schuller Maciel. Pela delicadeza, pela forma respeitosa com que ouvia minhas indagações sobre o “capitalismo” de Minas Gerais. Ele foi muito paciente e me ajudou a construir, além da tese, uma maneira mais terna, mais elegante e mais profunda de ver o mundo e de me relacionar com as pessoas.

Finalizo com minhas desculpas àqueles que merecem meu agradecimento e que, por algum motivo, eu tenha deixado de citar aqui. Nos veremos no caminho, darei o meu abraço.

A todos meu muito obrigado!

Dedicatória

Este trabalho buscou investigar a dinâmica da riqueza de uma parte do Brasil.

Dedico, então, esta tese a todos os trabalhadores que batalham pela riqueza e pelo desenvolvimento deste imenso país.

Epígrafe

“É difícil [...] prever-se não o futuro, mas, sim, a capacidade de tolerância que tal situação pode permitir e durante quanto tempo. A expansão avassaladora do crime, os paliativos repressivos, a inconsequente “política de segurança” da classe média estão abrindo cada vez mais as fendas da sociedade. Na década de 1920, nunca é demais lembrar, ela trilhou os tortuosos caminhos do nazifascismo”.

“[...] este ainda é um país subdesenvolvido – e não apenas injusto”.

Wilson Cano

“O cerne do problema não está no comportamento dos agentes que tomam decisões econômicas, que podem muito bem pautar-se por estritos critérios de racionalidade, tanto em função dos meios que utilizam como dos seus legítimos objetivos; está nas relações estruturais que delimitam o campo no qual as decisões relevantes são tomadas. Uma modificação qualitativa desse campo constitui muito mais um problema de reconstrução de estruturas sociais que propriamente de política econômica”.

Celso Furtado

“[...] O vento sopra tua cabeleira de realizações revolvendo-a levemente com as mãos delicadas que acariciam os cafezais de tuas terras profundas [...]”

Nabih Zaiat¹

¹ Nabih Zaiat é um tradicional radialista da cidade de Guaxupé. Proprietário das Organizações Nabih Zaiat – Rádio e Televisão. Os trechos citados no início e fim da tese são trechos do poema de encerramento diário da programação, escrito por ele, e que se repete rigorosamente desde 1950. A beleza do poema está em retratar uma cidade imersa na

RESUMO

A proposta desta tese é analisar a dinâmica econômica da região Sudoeste do estado de Minas Gerais. O primeiro desafio foi delimitar o conjunto de cidades (municípios) que poderiam conformar a região, considerando os fatores homogeneizadores e heterogeneizadores, que possam defini-la. Tomaram-se por referência estudos precedentes, bem como uma série de variações por outros estudos ao longo do tempo, que permitiram afirmar a tese de que a região Sudoeste do estado desvincula-se do Sul do estado de Minas, como é comumente considerada numa ampla e mesma região. Além do reconhecimento espacial, teve-se por opção metodológica compreender sua dinâmica contemporânea, analisando sua formação histórica. Esta região foi subsidiária da centralidade paulista e nasceu – em sua forma capitalista das relações de produção – como desdobramento do Complexo Exportador Cafeeiro. Atualmente possui dinâmica própria, embora ainda tenha, nas principais cidades paulistas, espaço de transferência de excedentes. A análise da dinâmica dos setores de produção mostra uma diversificação que vai lentamente ganhando robustez, mas a estrutura agrária cafeeira original ainda garante laços de poder político. Apesar disso, nas duas últimas décadas, novas formas de apropriação de riqueza esvaem-se das tradicionais por meio acumulação primitiva, materializada na expansão urbana sustentada pela órbita financeira.

Palavras-chave: Economia Regional; Sudoeste de Minas.

ABSTRACT

The purpose of this thesis is to analyze the economic dynamics of the Southwest region of Minas Gerais state. The first challenge was to define the set of cities (municipalities) that could figure the region, considering the homogenizing and heterogenizing factors that can define it. Previous studies were taken as a reference, as well as a series of variations by other studies over time, which allowed us to affirm the thesis that the Southwest region of the state separates from the South of the state of Minas, as it is commonly considered in a wide and the same region. Beyond the spatial recognition, the methodological option was to understand its contemporary dynamics, analyzing its historical formation. This region was a subsidiary of São Paulo's centrality and was born - in its capitalist form of production relations - as an offshoot of the Coffee Export Complex. Currently, it has its own dynamics, although it still has space for transferring surpluses in the main cities of São Paulo. The analysis of the dynamics of the production sectors shows a diversification that is slowly gaining strength, but the original agrarian coffee structure still guarantees ties of political power. Despite this, in the last two decades, new forms of appropriation of wealth are draining away from traditional ones through primitive accumulation, materialized in the urban expansion sustained by the financial orbit.

Keywords: Regional Economy; Southwest of Minas.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Pirâmide Etária Residentes nos Municípios do Sudoeste de Minas ano 2000.....	45
Gráfico 2 - Pirâmide Etária Residentes nos Municípios do Sudoeste de Minas ano 2010.....	45
Gráfico 3 - Pirâmide Etária Residentes do estado de Minas Gerais ano 2000.....	46
Gráfico 4 - Pirâmide Etária Residentes do estado de Minas Gerais ano 2010.....	46
Gráfico 5 – Crescimento % da População 2000-2010 nas Cidades do Sudoeste de Minas	49
Gráfico 6 - População Urbana e Rural nos Municípios do Sudoeste Mineiro – 1991	50
Gráfico 7 – População Urbana e Rural nos Municípios do Sudoeste Mineiro - 2010	50
Gráfico 8 – Variação do PIB por setor entre 2002 e 2015	91
Gráfico 9 – Valor Adicionado Fiscal (VAF) por Municípios Agrupados das Mesorregiões (agrupados), Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas e Região do Sudoeste de Minas Gerais	92
Gráfico 10 - Brasil, PIB 2002 – 2016.....	97
Gráfico 11 - Minas Gerais, PIB 2002 – 2016.....	98
Gráfico 12 - Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, PIB 2002 – 2016.....	99
Gráfico 13 - Região Sudoeste de Minas Gerais, PIB 2002 – 2016	100
Gráfico 14 - % das Exportações da Região do Sudoeste de Minas Gerais em relação ao Estado de Minas por segmento de Valor Agregado.....	119
Gráfico 15 - % das Importações da Região do Sudoeste de Minas Gerais em relação ao Estado de Minas por Segmento de Valor Agregado	120
Gráfico 16 – Exportações e Importações dos Município Sudoeste de Minas (em reais)	121
Gráfico 17 – Valor das Importações Sudoeste de Minas por Segmento (em reais).....	122
Gráfico 18 – Exportações Brasileiras de Café.....	139
Gráfico 19 – Evolução da Produtividade Leiteira da Região do Sudoeste de Minas Gerais	142
Gráfico 20 – Novos Loteamentos criados a cada ano em municípios selecionados	179
Gráfico 21 - Número de Lotes Criados nos loteamentos entre 2000 e 2018 por Município selecionado.....	180

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Microterritórios e Território do Desenvolvimento Sudoeste de Minas	38
Tabela 2 – População Residente Total e variação % 1970 – 2010.....	47
Tabela 3 - Influência sobre as Cidades a partir da REGIC 2007 - 2018.....	55
Tabela 4 - Instituições de Ensino Superior no Estado de Minas Gerais por tipo de Capital	58
Tabela 5 – Minas Gerais: População Escravizada, por Regiões, 1873-1886	63
Tabela 6 – Estabelecimentos Bancários Mineiros Criados antes de 1920 e Existentes em 1925	67
Tabela 7 – População do Sudoeste de Minas Gerais por Município	69
Tabela 8 – Estrutura do PIB de Minas Gerais em % nas décadas 1960 e 1970	78
Tabela 9 – Número de Projetos de Investimentos em Minas Gerais e Número de Empregos de Empresas Beneficiadas pela Lei 5.261/69 – 1970-1974	84
Tabela 10 – Projetos Industriais Decididos para o Sul de Minas 1970-1977	85
Tabela 11 – Participação do PIB Industrial no PIB Total, por décadas	88
Tabela 12 – Composição do PIB do Sudoeste de Minas Gerais, por setor de produção.....	89
Tabela 13 – PIB per capita e Riqueza Relativa no Sudoeste de Minas (valores de 2000)	90
Tabela 14 – Variação% do PIB por Setor 2000-2015	91
Tabela 15 – Repasse ICMS e IPI, Índice de Participação dos Municípios, Ago/2002-2017	93
Tabela 16 - A grupamento do PIB por Setor de Produção, corrigido pelo IPCA, valores de 2016 (em milhões).....	95
Tabela 17 – Percentual do PIB Industrial sobre PIB Total	96
Tabela 18 – Comparativo de Emprego e Rotatividade de Mão-de-Obra por Setor de Atividade (set 2009 – set 2015)	103
Tabela 19 – Emprego e Rotatividade de Mão-de-Obra por Município e Setor de Produção na Indústria de Transformação (set 2009-set 2015).....	104
Tabela 20 – Média do Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com ou sem laço de parentesco com o produtor (Pessoas) nos anos de 2006 e 2017, por Agrupamento de Tamanho da Propriedade Rural	107
Tabela 21 – Variação de Pessoas Ocupadas por Tamanho de Propriedade de 2006 a 2017.....	108
Tabela 22 – Tabela Comparativa das Pessoas com 10 anos ou mais de Idade, com Rendimento, por Grupos de Rendimento Salarial, de 2000 e 2010.....	112
Tabela 23 – IDHM, Municípios, Região, Estado e Nação	116
Tabela 24 – Estrutura da Agricultura Regional dos Municípios do Sudoeste de Minas Gerais em 2006 (em %).....	126
Tabela 25 – Perfil Geral das Microrregiões da Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais na Agricultura Familiar.....	127

Tabela 26 - PRONAF - Crédito Rural - de Custeio e Investimento para Agricultura, 2012.....	129
Tabela 27 - PRONAF - Crédito Rural - de Custeio e Investimento para Pecuária, 2012.....	132
Tabela 28 - Tabela do Percentual do Valor da Produção de Café sobre a Produção Total da Agropecuária.....	135
Tabela 29 – Área Destinada à Colheita de Café em Grão (em Hectares).....	137
Tabela 30 – Quantidade Produzida de Café em Grão (em Toneladas)	138
Tabela 31 – Produção Média de Café em Grão (Toneladas por Hectare)	138
Tabela 32 – Exportações Brasileiras de Café por Unidade de Despacho Aduaneiro (Sacas 60Kg)	139
Tabela 33 – Produção Leiteira e Valor da Produção de Leite Sudoeste de Minas Gerais	144
Tabela 34 – Importação e Exportação de Calçados por Tipo de Material Predominantemente Utilizado em sua Composição (em mil de pares).....	151
Tabela 35 – Motivo para Encerramento de Atividades das Cooperativas Singulares de Crédito no Brasil	155
Tabela 36 – Dados Consolidados das Instituições Financeiras Cooperativas (Brasil), Segundo Vínculo Sistêmico e Agrocredi (Guaxupé)	155
Tabela 37 – Agências de Cooperativas de Crédito em Municípios do Sudoeste de Minas Gerais	156
Tabela 38 - Representantes do Poder Legislativo e Anos de Eleições	163
Tabela 39 - Valor Repassado pelo Concedente/Órgão ou Entidade Estadual Parceiro aos Municípios ou a OSC (Organização da Sociedade Civil) Parceria (em mil reais).....	167
Tabela 40 – Evolução da Arrecadação Pública Municipal dos Municípios do Sudoeste de Minas (em reais).....	177
Tabela 41 – Expansão Urbana dos Municípios - Leis e Datas	178

Lista de Quadro

Quadro 1 – Composições Regionais no Tempo	31
Quadro 2 – Combinação Clusters Distância Escalonada para Microrregiões Homogêneas	42
Quadro 3 - Rede Urbana, Influência das Cidades - Sudoeste - Metrópole Belo Horizonte	53
Quadro 4 - Rede Urbana, Influência das Cidades do Sudoeste - Metrópole São Paulo	54

Lista de Figuras

Figura 1- Mesorregiões, Regiões de Planejamento de Minas Gerais.....	34
Figura 2- Microrregiões do IBGE em Minas Gerais	35
Figura 3-Área de Ação Estudo Regional	36
Figura 4 – “Territórios do Desenvolvimento”, 17 áreas no Estado de Minas Gerais.....	37
Figura 5 – Regiões Imediatas e Intermediárias do Estado de Minas Gerais - IBGE.....	39
Figura 6 - Região Imediata - IBGE	40
Figura 7 – Mapa da Região do Sudoeste de Minas Gerais.....	44
Figura 8 – Mapa Ferroviário de Minas Gerais – 1909.	65
Figura 9 – Extensão das Estradas de Rodagem de Minas Gerais- 1944	82
Figura 10 – Extensão das Estradas de Rodagem em Minas Gerais: 1982.....	82
Figura 11 - Fluxograma de Produção da Cadeia Têxtil e Confeccções	149
Figura 12 – Fluxo da Produção da Cadeia de Calçados	152
Figura 13 – Cidade de: São Sebastião do Paraíso - MG.....	181
Figura 14 – Delimitação Perímetro Urbano de S. S. do Paraíso. Atual (2015) e anterior	182
Figura 15 – Cidade de Guaxupé - MG.....	183
Figura 16 – Mapa de GUAXUPÉ (2019) com Delimitação da Área do Perímetro Urbano	184
Figura 17 – Cidade Conceição da Aparecida – MG	185
Figura 18 – Cidade de Monte Santo de Minas – MG	186
Figura 19 – Bandeira do Sul – MG.....	187
Figura 20 – Imagem Cidades Alfenas – MG	188
Figura 21 – Figura – Perímetro Urbano do Município de ALFENAS - MG.....	189
Figura 22 – Cidade de Passos - MG	190
Figura 23 - Mapa do Perímetro Urbano da Cidade de Passos-MG	191
Figura 24 – Mapa de Macrozoneamento do Município de Areado – MG, anexo III.	192
Figura 25 – Cidade de Capitólio – MG	193
Figura 26 – Imagens das Cidades Condomínio em Capitólio – MG	194
Figura 27 – Mapa Urbano do Município de Capitólio-MG.....	195
Figura 28 -Mapa do Condomínio Escarpas do Lago do Município de Capitólio-MG	196
Figura 29 – Mapa Perímetro Urbana da Cidade de Monte Belo - MG.....	197
Figura 30 – Mapa da Cidade de Itaú de Minas – MG. Área Central, Área industrial e Área de Expansão Urbana.	198
Figura 31 – Mapa da Cidade de Itaú de Minas – MG. E Área de Expansão Urbana.	198
Figura 32 – Mapa Urbano da Cidade de São João Batista do Glória-MG	199

Sumário

Introdução	18
Capítulo I: 1. A Questão Regional: Conceitos e Objeto de Estudo.....	22
1.1. Interpretações Conceituais de Regiões	22
1.2. Dinâmica dos Grupamentos Regionais	30
1.3. Definição da Região de Estudo.....	41
1.4 Expressão Urbana Recente –	44
1.5 Rede Urbana e a Influência das Cidades –	51
1.6 Ensino Superior como representação de Nucleação Urbana –	57
Capítulo II: Formação Econômica do Sudoeste de Minas Gerais e Reflexos à Industrialização Brasileira	62
2.1. Integração Econômica pela penetração das Ferrovias	63
2.2. Subordinação Mineira na Divisão Social do Trabalho na Primeira fase da Industrialização Brasileira: 1930 – 1960	72
2.3. Esforços à Industrialização Mineira	75
2.4. O Papel da Rodovia na Determinação da localização Industrial, Sudoeste de Minas diante a Desconcentração Produtiva: 1960 - 1980.....	81
Capítulo III: Análise dos Agregados Macroeconômicos: Produção, Emprego e Renda. A dinâmica Recente do Sudoeste Mineiro	88
3.1. Produção:.....	88
3.2. Emprego	101
3.3. Renda	110
3.4. Relações com o Comércio Exterior	117
Capítulo IV: Análise da estrutura produtiva regional do Sudoeste de Minas no período recente.....	125
4.1. Setor Primário: Agricultura e Pecuária –	125
4.1.1. Setor Sucroalcooleiro	141
4.1.2. Pecuária Leiteira –	141

4.2. Produção de Bens de Consumo: Têxtil e Confecções –	148
4.4. O Cooperativismo Produtivo e o Cooperativismo Financeiro	154
Capítulo V – Poder e Espaço: Expansão Urbana, Segregação Social e Acumulação Primitiva Associadas ao Capitalismo Financeiro	162
5.1. Representatividade do Poder Econômico na Esfera Política	163
5.2. Expansão das Cidades na esteira da Acumulação Financeira e Ancorada na Propriedade da Terra –	169
Conclusão.....	203
Bibliografia	213

Introdução

Esta tese analisa as transformações econômicas das cidades do Sudoeste do estado de Minas Gerais procurando compreender sua dinâmica a partir de sua formação histórica, da subordinação hierárquica aos centros mais dinâmicos e polarizadores que, historicamente, exerceram e exercem influência sobre a região.

Até os anos 1980, a integração dos mercados, o desenvolvimento regional e a urbanização estiveram sujeitos às determinações da industrialização do país, nucleada por São Paulo. A questão regional foi objeto de políticas do Estado, no bojo da desconcentração produtiva dos anos 1960 e 1970. Essas políticas, embora, bem sucedidas, pensaram as macrorregiões, especialmente Norte e Nordeste, mas escaparam da ampla capacidade de gerar efeitos mais homogeneizadores de desenvolvimento e de renda, dentro das macrorregiões. Houve, sem dúvida, vigoroso crescimento econômico a partir delas, mas isto não significa que tenha havido, ao mesmo tempo, desenvolvimento por toda parte.

O desejo de analisar este recorte da economia Sul mineira nasceu da preocupação do autor em compreender a dinâmica do seu desenvolvimento e ganhou estímulo quando, no início dos anos 2000, esta região foi considerada “região de planejamento” pelo governo do estado de Minas Gerais. Na ocasião foi elaborado um diagnóstico socioeconômico que nortearia as políticas públicas específicas, voltadas ao desenvolvimento local. Este mapeamento foi competentemente realizado pelo CEDEPLAR – UFMG, sob encomenda da ADEBRAS – Agência de Desenvolvimento do Sudoeste de Minas, sediado na cidade de São Sebastião do Paraíso-MG.

Motivação adicional deveu-se à participação do autor, como professor de economia em curso superior do Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé – UNIFEG, que atende um amplo leque de pessoas, profissionais e estudantes desta região em Minas Gerais. Considera-se papel do Centro Universitário conhecer, compreender e envolver-se como instrumento coadjuvante na construção da cidadania e do desenvolvimento das pessoas e da riqueza.

Sobre o Sudoeste de Minas existem poucos estudos acadêmicos. Muitas vezes, trabalhos a seu respeito são feitos para uma ou outra cidade, isoladamente, outras vezes, os recortes consideram um escopo mais amplo, dificultando a identificação das peculiaridades que lhes são próprias e exclusivas.

Os esforços na construção desta tese se deram na busca de uma análise da dinâmica e da relevância das diversas atividades econômicas presentes na região. Interessou-se mais por compreender as características amplas que norteiam e identificam a região, que aprofundar uma investigação específica em uma única categoria. Esta, talvez, seja uma tarefa para momento posterior. Considerou-se mais importante para este estudo, conhecer a região, suas propriedades, suas unidades e suas heterogeneidades, como desvendar também os interesses e as relações de poder e dominação que possam ter maior ou menor influência no controle da região.

Nossa hipótese é de que a região Sudoeste de Minas Gerais deve ser considerada distinta do conjunto “Sul de Minas”. Ela possui dinâmica própria e diferente do Sul do Estado, da Mesorregião. Apresenta estruturada condição agrícola cafeeira, mas uma indústria dispersa e sem encadeamento no local. Enquanto que o Sul tem uma estrutura industrial mais desenvolvida. A atuação do Estado foi fundamental nessa distinção quando, entre 1959 e 1961 foi construída a Rodovia Fernão Dias – Belo Horizonte – São Paulo. A construção desta rodovia combinado a incentivos fiscais – estaduais e federais - foram determinantes para a concentração de plantas industriais às suas margens, em território mineiro, ao Sul do estado de Minas, em detrimento do Sudoeste, que antes guardava fortes relações com São Paulo. Esta relação ainda existe, mas em grau menor de subordinação que no passado.

A região tomou alguma autonomia, especialmente com o exterior por meio da atividade cafeeira. Seus pequenos nichos industriais estão desconectados da centralidade paulista. O que por hipótese coloca a região, por determinismo da era neoliberal, desamparada de uma política desenvolvimentista. Isto inclusive a deixa refém de interesses de empresas transnacionais que por ela atuam. Ainda que, nossa expectativa é de que a atividade cafeeira é fortemente integrada formando algo equivalente a um “*cluster*” e por isso, este setor de produção tem fortíssima influência política e de representatividade nas instâncias de poder.

Políticas públicas orquestradas pelo governo federal proporcionaram resultados, a nosso ver, muito positivos nas duas últimas décadas. Os programas de saúde ampliaram os serviços públicos e gratuitos pela região – como em todo o Brasil; a política educacional, tanto no ensino fundamental como no ensino superior, este último com investimentos diretos na construção de *campi*; a política de distribuição de renda e de sistemática elevação do salário mínimo, e; os programas de financiamento de moradia e de Aceleração do Crescimento, certamente exerceram efeitos vigorosos sobre a região.

Ressaltamos que estas políticas públicas não estão consubstanciadas em políticas para o desenvolvimento regional e não fazem parte de nenhum programa específico para esta região do país.

A pergunta desta tese está em: Como a região do Sudoeste de Minas respondeu ao desenvolvimento capitalista no Brasil ao longo de cada etapa da sua dinâmica e especialmente às décadas recentes sob a égide da economia neoliberal, como se dá o processo de acumulação de capital no Sudoeste de Minas?

Nosso recorte analítico seguirá a interpretação do Instituto de Economia da Unicamp: período pré-1930, economia exportadora capitalista; período da industrialização brasileira de 1930 a 1980, processo de industrialização, passando pela industrialização restringida (1930-1955), industrialização pesada (1956-1961), e crescimento industrial sob forte comando do Estado, depois; a crise dos anos 1980; adesão ao neoliberalismo nos anos 1990, e; as décadas recentes, 2000 e 2010, período de alguma inflexão à subordinação ao neoliberalismo.

Por isso, organizamos este trabalho em cinco capítulos. O primeiro Capítulo é dedicado à identificação dos conceitos e das teorias que se ocupam dos estudos regionais e dos elementos que permitiram identificar, definir e confirmar o conjunto dos municípios presentes neste estudo como uma região econômica. Ainda neste capítulo, uma breve análise sobre a estrutura atual, a população, o histórico da migração campo-cidade, a estrutura da rede urbana e a influência das cidades por seus serviços com destaque para o setor educacional que se solidificou nas duas últimas décadas, revelando a potencialidade de oferta de serviços urbano regional.

Uma abordagem histórica sobre o nascimento e consolidação da região, surgimento e emancipação das cidades, entrada das ferrovias que permitiram a expansão vigorosa da produção cafeeira e a integração do Sudoeste mineiro ao Complexo Exportador Cafeeiro (C.E.C.) paulista em franca expansão são tratados no segundo Capítulo. Neste mesmo capítulo é tratado o desmonte da malha ferroviária, nos anos 1960 e 1970, e sua substituição pelas rodovias. Este momento é coincidente com a desconcentração produtiva que acontecia da cidade de São Paulo, sentido interior do Estado, a outros estados e a outras regiões do país. Dessa forma, o capítulo II, na sua primeira parte, pode demonstrar a subordinação regional ao C.E.C. e, na sua segunda parte, revelar os efeitos da desconcentração produtiva paulista, dos anos 1960 e 1970. Naquele momento, a desconcentração paulista que seguiu duas frentes – rumo ao interior do estado e rumo às outras regiões do país – não aportou no Sudoeste mineiro. Parte dos

investimentos dirigiram-se ao Sul do estado atraídos pelas vantagens locacionais sob influência da Rodovia Fernão Dias.

O capítulo III tem por proposta um levantamento de cunho macroeconômico. Lá estão apresentados os níveis de renda, de produção, de emprego e as relações da região do Sudoeste que guardam relação diretamente com o exterior. As informações são dos períodos mais recentes e tendem a dar uma ideia do padrão atual da economia regional.

No capítulo IV, nossos esforços se concentraram em tratar cada setor que identificamos presentes e relevantes no Sudoeste de Minas, cada setor de produção, algumas informações quantitativas sobre suas estruturas de produção comparativamente a outras regiões e ao país. Também, procuramos mostrar as limitações de cada setor, hoje, sob a hegemonia neoliberal, e que revela drasticamente a limitação de alguns setores, a ausência de encadeamento de produção no seu entorno e o desamparo de uma política nacional capaz de coordenar o desenvolvimento econômico.

O Capítulo V tem uma pretensão específica em lançar o olhar para esta região a partir da perspectiva da influência e determinação do capital financeiro, hegemônico e dominante na história recente do capitalismo, especificamente na manifestação da expansão urbana. Neste mesmo capítulo fazemos um apontamento da representatividade política regional nas instâncias legislativas estadual e federal para identificar a força e poder político da economia agrária sobre o comando regional. Este mesmo poder agrário está assentado sobre a propriedade de terra, mecanismo que orienta a expansão urbana regional. Esta expansão guarda alguma semelhança com o fenômeno urbano recente dos grandes centros. Mas tem também suas peculiaridades.

Finalmente, notas conclusivas sobre as impressões que esta pesquisa nos permite compreender sobre a dinâmica regional muito determinadas pelas impressões que o autor teve e tem sobre esta região.

Capítulo I: 1. A Questão Regional: Conceitos e Objeto de Estudo

Neste capítulo serão apresentados elementos que permitam eleger o conjunto de cidades sobre as quais se observará a dinâmica econômica recente e os condicionantes que atuam como promotores dessa dinâmica econômica regional.

Estudar região é estudar desequilíbrios. Qualquer definição de região, em geral, define como tal aquele espaço que possui homogeneidade e que, com relação ao que é externo a ele, é heterogêneo. Mas não apenas isso, a interpretação marxista não considera região uma coisa homogênea. Pelo contrário, a região, é espaço de conflito. Dentro de determinado espaço convivem elementos que se identificam com elementos presentes em outros espaços (Markusen, 1981).

1.1. Interpretações Conceituais de Regiões

As principais correntes que tratam o desenvolvimento regional são a neoclássica, a marxista e a keynesiana. Para a corrente neoclássica, as forças de mercado são capazes de promover desenvolvimento, homogeneizando os espaços. Oferta e demanda exercem poder de atração e expulsão dos fatores de produção. À medida que inovações tecnológicas ocupam o campo, expulsam de lá mão de obra que migra para áreas urbanas, abastecendo as demandas dos setores industrial e de serviços. Para estes economistas, a região é um espaço neutro. Toda a dinâmica é dada pelo mercado. Esta visão de espaço

[...] tende a privilegiar análise de estruturas espaciais a partir apenas das características geométricas (ou reprodução da geometria) da distribuição espacial das atividades econômicas. O espaço entra como simples variável física sem conotação 'social', isto é, sem estar inserido em si no processo social em análise. (Smolka, 1984: 774).

A orientação marxista considera a região como sujeito do processo. Não tem um papel neutro, mas um papel ativo. Para Santos (1996: 122), o espaço e a produção não são dissociados, mas

[...] um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e de uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares.

A transformação histórica que o homem exerce sobre o espaço o modifica, transforma a natureza – de uma *natura naturans* para uma *natura naturata* – de um espaço presente para um espaço novo. Essa transformação da natureza, do espaço, carrega estruturas do passado, carrega resistências, e interfere na recepção e na condição do novo. São rugosidades criadas no tempo histórico. Há uma receptividade específica dos lugares ocupados ou vazios aos fluxos de modernização e de inovação.

É no espaço que se manifesta o conflito social. Ele não é neutro, não é isento, tampouco apenas um elemento com marcas do passado. É nele que se dá a produção e a reprodução do capital. Isto faz dele um local de dominação (Coraggio, 1994). Forças econômicas se manifestam no espaço. Criam e recriam formas, expulsam e atraem fatores de produção, capital e trabalho.

Para Markusen (1981), a região como espaço geográfico nem deve ser objeto de estudo, mesmo porque não é algo homogêneo. A região é arena de conflito, onde se exercem forças sociais antagônicas. A região é dinâmica, num processo de desenvolvimento das relações sociais. Existem forças que querem perpetuar as estruturas *versus* aquelas que querem romper com as estruturas dadas.

Keynesianos recorrem ao Estado para atenuar as disparidades produzidas nos espaços e conduzi-los à equidade. Mas o capitalismo tem a sagacidade de apropriar-se dos benefícios que o Estado proporciona. Mesmo que os esforços se desdobrem em favor das classes oprimidas, inevitavelmente, haverá benefício ao capital. Apesar disso registra-se, no curto prazo, valiosa contribuição para os avanços das dinâmicas regionais sob ação do Estado.

Há possibilidade concreta de o Estado contribuir efetivamente para a homogeneização dos espaços, reduzindo as disparidades econômicas regionais, e de promover melhoria às condições de vida das pessoas. Em tese, o capital e o mercado – em um prazo muito maior – também poderiam promover esta homogeneização. Mas, às vezes, pode, ao contrário, aprofundar as desigualdades. A profusão de desigualdades é resultado do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, num sistema de polarização de natureza desigual e combinada. Quanto mais o capitalismo avança, mais ele produz polarização.

O desenvolvimento das forças produtivas gera polaridades, campos de forças'. Desigualmente distribuídas no espaço, centralidade, ou seja, estruturas de dominação fundadas na assimetria e na irreversibilidade, que ainda serão reforçadas pela inércia dos investimentos em capital fixo concentrados naquela área central,

marcada por forças aglomerativas e se apropriando de economias de escala, de proximidade e de meios de consumo coletivo presentes nos espaços construídos nos núcleos urbanos centrais do processo de desenvolvimento (Brandão, 2003: 58).

Nos países de desenvolvimento retardatário, como é o caso do Brasil e de toda a América Latina, somente a intervenção do Estado, acreditam os keynesianos, é capaz de reduzir essas disparidades regionais. O Brasil é exemplo do “sucesso” da intervenção quando, por meio do Estado, pôde romper a ausência da indústria, na primeira metade do século XX e, posteriormente, promover a desconcentração produtiva, criando polos regionais. Logrou sucesso nesta tática, ainda que não tenha alcançado pleno êxito para garantir um desenvolvimento capitalista completamente endógeno nem, tampouco, resolvido a desigualdade social de forma satisfatória.

As transformações regionais estão subordinadas às determinações de uma força maior, a da dinâmica capitalista. Assim, novas exigências das forças produtivas nacionais e, principalmente, internacionais, impõem novas formas de organização regional. Para Tavares (2000), a geopolítica e a geoeconomia brasileira são entrelaçadas. A dependência financeira do Brasil o fez submisso aos interesses dos países centrais. E o Brasil sempre interessou aos países centrais como fonte de acumulação. As tentativas de crescimento resultaram em fuga para frente, promovendo uma acumulação privada do território. Exemplo disso é que o Brasil é sempre estimulado pela “vocação agrícola”. Durante o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) foi possível crescer e integrar o mercado nacional, mas as crises do petróleo, ao interromperem mecanismos de financiamento, exigiram poupança forçada dos trabalhadores que resultaram em socializa  o das perdas. A adesão ao neoliberalismo, apesar de tardia, foi realizada rapidamente, levando ao estrangulamento do parque industrial e deixando o país sem agenda de crescimento, nem para fora, nem para dentro.

A forma como se deu a acumula  o de capital na economia brasileira, em seu período industrial foi pujante, se vista da perspectiva do crescimento, da produ  o, das transforma  es de modo geral. Mas foi também perversa, e continua sendo, pela perspectiva social, do emprego digno, de s  l  rios dignos, de acesso aos serviços públicos de qualidade e da equidade na distribui  o da renda.

A urbaniza  o brasileira, da forma como se deu, não permitiu a acomoda  o das demandas sociais pelos inevitáveis (e necessários) fluxos migratórios. A mão de obra, no Brasil, circulou para um lado e outro “atendendo” às demandas do fator trabalho, e

fugindo da crise e da miséria social. Os movimentos migratórios observados ocorreram muito mais pelos fatores de expulsão – baixíssimas condições de sobrevivência nos locais de origem – que pelos de atração – efetiva melhora das condições de vida nos novos lugares. Por isso, as regiões sofrem transformações permanentes no tempo histórico.

A concepção que deu origem ao conceito de região surgiu na geografia clássica. Nela se distinguem algumas correntes: A de determinismo ambiental considera uma região um espaço de condições naturais homogêneas e específicas de clima, temperatura, e capaz de influenciar o comportamento do homem submetido ao meio. A corrente do possibilismo entende que a natureza oferece determinadas condições para o homem agir sobre ela. O homem é o agente geográfico que atua e modifica a natureza. Essa ação do homem sobre a natureza dá característica de produção, de cultura e de hábitos. Pela corrente do método regional, a região é vista como um espaço de unidade, onde há uma integração única de fenômenos heterogêneos.

No pós-segunda guerra, a nova geografia procurava regularidades e padrões espaciais por meio da utilização de técnicas estatísticas e uso de modelos. É uma geografia técnica quantitativista, que identifica padrões espaciais de acontecimentos ou fenômenos de forma estática ou até mesmo dinâmica, assim a região representa padrões espaciais. Esta corrente sofre influência das ciências naturais.

Na contracorrente, surge, nos anos 1970 e 1980, uma interpretação crítica alicerçada sobre o materialismo dialético marxista. Ela avança para além da descrição do espaço, agregando a forma como o espaço é organizado, como os agentes – industriais, capitalistas, proprietários de terra – atuam na organização do espaço e como o Estado atua conjuntamente a esses agentes. Portanto, compreender uma região pressupõe compreender “a questão da região como instrumento de ação e controle dentro de uma sociedade de classe”. (Corrêa, 2002: 22)

Lobato Corrêa (2002) aponta as limitações dos conceitos pretéritos que se valem da impessoalidade que tomam a paisagem como espaço neutro da luta de classes. Nesta corrente, crítica, “regiões são espaços nos quais existe uma sociedade que realmente dirige e organiza aquele espaço” (Chico de Oliveira *in* Corrêa, 2002: 41). Essa corrente apoia-se teoricamente na lei do desenvolvimento desigual e combinado, que tem por base a dialética (dos contrários) à qual, aplicada ao desenvolvimento regional, transforma os espaços, ampliando a diferenciação.

No momento inicial, existe uma semelhança nos espaços, mas a intervenção humana, a ação humana de uma sociedade de classes sociais, por meio das formas que se

organiza o trabalho, a propriedade privada, os incrementos tecnológicos, a difusão do conhecimento técnico, enfim, tudo isto promove, simultaneamente, desenvolvimento e desigualdade, fragmentação e integração. Assim,

A região pode ser vista como um resultado da lei do desenvolvimento desigual e combinado, caracterizada pela sua inserção na divisão internacional do trabalho e pela associação de relações de produção distintas. Estes dois aspectos vão traduzir tanto em uma paisagem como em uma problemática [...] Os conflitos oriundos dos embates entre interesses internos, bem como entre interesses internos e externos, podem gerar uma desintegração da região, que se exprimirá na sua paisagem. (Corrêa, 2022: 45)

Uma região é um espaço que recebe determinações e influências das relações de produção, comandadas pelo modo de produção dominante, o capitalismo. Não é harmônica nem estável, está em constante processo de ação e reação, diante das determinações das forças capitalistas e da forma em que estabelece suas vinculações, produzindo e reproduzindo sua condição. Região é espaço de controle. Essa ação de controle busca garantir a reprodução da sociedade de classes, do modo de produção, da extração de riqueza. Por isso, é necessário garantir o controle sobre a região e, desse modo, garantir a manutenção da sistemática de extração de valor, de submissão. Sendo assim, região é espaço de controle de uma classe sobre outra, de um grupo sobre outro. O termo região, em sentido estrito, resulta:

[...] efetivamente em uma articulação espacial consistente (ainda que mutável e “porosa”), complexa, seja por coesões de dominância sócio econômica, política e/ou simbólico-cultural. Nesse caso cabe sempre discutir a força espacial/regional, ao mesmo tempo articuladora e desarticuladora, a partir dos sujeitos (sócio econômicos e/ou culturais) e interesses políticos envolvidos. Muitas vezes é para ou em relação a apenas algum(ns) grupo(s) que a região efetivamente se constitui – e, nesse sentido, sem dúvida, o que representa articulação para uns pode representar desarticulação para outros. (Haesbaert, 2010: 21)

No capitalismo, este papel de controle é mediado pelo Estado, por meio da criação das unidades territoriais, sobre o qual se aplica o discurso do desenvolvimento. É o capital que controla os espaços.

Fazer comparações evolutivas da dinâmica econômica de uma região específica dá ao pesquisador uma confortável sensação de prazer, pela possibilidade real de enxergar concretamente as transformações daquele espaço. Ocorre, porém, que as regiões mudam.

São dinâmicas. Estabelecem laços comerciais, produtivos, migratórios, obedecendo, ora a uma centralidade, ora, à outra. Esta inconstância exige o redesenho metodológico que possa defini-la.

O que é então uma região? Uma região é um espaço socialmente construído. Socialmente construído é ser construído por pessoas, por gente. Por isso, é importante saber quem são as pessoas que habitam e constroem a região. Os fluxos migratórios respondem por isso. As origens das famílias por nativos ou imigrantes respondem sobre isso. Mas essas pessoas vivem, para viver tem de ter garantida a reprodução da subsistência material. Por isso produzem. Produzem no local. E então é necessário conhecer o que a sociedade regional produz. A produção, por sua vez, exige, em qualquer tempo, algum grau mais ou menos complexo de conhecimento, técnicas (tecnologia) e recursos. Por isso, é necessário conhecer o estado da arte da produção regional. Qual o grau de tecnologia incorporado na produção de mercadorias e de serviços. Antes, porém, é necessário conhecer os principais ramos de atividade que predominam na região, se agricultura, se indústria ou se serviços.

A partir da intensidade de cada um dos setores, dar-se-á a estrutura da repartição funcional da renda. O capital e o trabalho se relacionam no mercado de trabalho, determinam a participação na renda pela classe trabalhadora e o nível de complexidade das atividades de produção. No mercado de bens e serviços, as condições de renda se revelam a depender da intensidade das atividades de consumo, dos seus valores e do perfil de bens transacionados.

Do local em que se vive e em que se produz, estabelecem-se vínculos com outras regiões. Importa conhecer essas relações comerciais, os elos comerciais e de encadeamento produtivo com o mercado interno do país e do exterior. Sobre a região, a depender das forças econômicas que possam emergir, haverá maior ou menor representatividade política nas instâncias governamentais. E isto permitirá ter ampliada sua dinâmica, em razão da intensidade com que as ações governamentais são praticadas sobre ela, criando e ampliando infraestrutura.

Teorias heterodoxas buscaram explicar as questões regionais de modo mais complexo.

Pelo prisma do movimento da acumulação de capital, examinaram a organização espacial como manifestação e reflexo das relações de produção e da luta de classes. Ou seja, buscaram realizar a análise das relações complexas entre o modo de produção e sua forma espacial decorrente. [...] a concepção teórica e metodológica que

perpassa todas as formulações não conservadoras a partir daí, é a de que o espaço é uma produção social (Brandão, 2004: 34).

Em “A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento”, Brandão (2004) faz profunda crítica e inovadora interpretação sobre regionalismo. Contesta a versão clássica convencional. Para ele a região, o espaço ou a cidade não são objetos passivos, mas um receptáculo capaz de atrair interesses, investimentos e capitais. O desenvolvimento de uma região ou de uma cidade não é dependente dos atores que nela se encontram. Não se trata de um espaço harmonioso que possui elementos atrativos e que por meio de sinergias e cooperação se promove.

Existem processos de fora da região, que lhe são determinantes, processos macroeconômicos, hierarquias urbanas e regionais, poder. Para o estudo da região, é necessário investigação e análise de quatro processos, são eles: homogeneização, integração, polarização e hegemonia. Estes processos sintetizam os aspectos do objeto regional; tornam-nos homogêneos por meio das próprias relações capitalistas de produção; integram os processos de concorrência que articulam as estruturas produtivas; Polarizam-nos, pela natureza intrínseca do capital em gerar, ao mesmo tempo, riqueza e pobreza, e os hegemonomizam como síntese nas relações de comando e poder. Mas, fundamentalmente, a análise regional prescinde da percepção da realidade histórico-concreta, pois que o espaço é construção histórica, econômica, cultural, social e política.

O local, por si só, não tem poder de atração e de dinamização do progresso ou do desenvolvimento. *Cluster*, sistemas de inovação, incubadoras, “empreendedorismo”, talentos pessoais e outros adjetivos desta linha são insuficientes para interpretar o desenvolvimento regional. Há que se considerar o poder, as classes sociais, as vinculações produtivas presentes e passadas. Cada região carrega seu passado, suas rugosidades que resistem mais ou menos às transformações impostas pela lógica do capital.

Para não correr o risco de discutir o problema econômico regional num nível puramente abstrato, Brandão propõe, como categoria explicativa básica, a divisão social do trabalho (Brandão, 2004: 40).

O sentido de homogeneização é aquele imposto pelo capital, que rompe fronteiras e territórios para manifestar e garantir espaços de ampla valorização capitalista. De certa forma, este conceito guarda alguma relação com a teoria de Perroux.

A integração, por sua vez, se dá por meio da concorrência, da exposição da região a novas possibilidades produtivas. Submetendo regiões menos desenvolvidas sob a égide

das mais desenvolvidas, mas não apenas de forma unilateral, alterando a natureza das relações de produção existentes. Ocorre num processo de aprofundamento das relações capitalistas impostas, das mais avançadas às menos avançadas. Por este processo, sempre existe um mecanismo de criação de valores, como também de destruição de valores pretéritos, antes arraigados nos espaços.

Como mecanismo de polarização, esta origina-se da própria natureza do capitalismo de criar, sistematicamente, riqueza e pobreza, de promover um desenvolvimento desigual, e combinando derivados da concentração e centralização do capital.

E por fim, a hegemonia se dá pela esfera da dominação, da “hegemonia política do bloco no poder das diversas frações do capital mercantil (especulativo, usurário/bancária, imobiliário etc.), responsáveis por nosso atraso político, produtivo e social” (Brandão: 2004: 54). E este poder se obtém na política. As classes dominantes são sempre mais coesas, enquanto as classes dominadas são mais dispersas, o que garante aos primeiros o consentimento dos últimos. Portanto, é o meio pelo qual a classe dominante consegue garantir o espaço de reprodução dos seus interesses.

[...] o estudo regional crítico só tem sentido se indagar as causas da perpetuação das “estruturas de dominação: de renda, de propriedade, de controle político, de acesso ao Estado, etc. (Cano: 1998: 310).

Nessa perspectiva, nossa expectativa é a de que o Sudoeste de Minas Gerais, a partir das condições econômicas objetivas de seu desenvolvimento histórico que ora se manifesta homogeneíza-se pela produção, beneficiamento e exportação de café em grão. Ao mesmo tempo, sofre influência de agentes exógenos que sobre a região agem por meio das transformações tecnológicas das máquinas e insumos agrícolas que se fazem penetrar neste espaço.

Esta região integra-se pelas condições de produção de bens e serviços. As cidades polo ganharam dinamismo e robustez nas últimas décadas solidificando a força de atração sobre as cidades menores. As atividades comerciais são claramente elementos de integração regional. Destacaram-se nas décadas recentes o setor de educação, com ênfase no ensino superior que reforça a autonomia regional e centralidades urbanas. E as atividades bancárias, pela expansão recente e vigor do cooperativismo de crédito, este setor bancário reforça grandemente integração regional.

No capitalismo produz-se riqueza e também pobreza. Há constante polarização das classes sociais. Esta polarização produz exclusão social, periferias, negação da cidade

a parte dos cidadãos. A forma como novas tecnologias agrícolas penetram na região contribuem para exclusão de parte dos trabalhadores que nesta atividade se encontram. A ausência ou ingerência das políticas públicas – fundamentais para emancipação social – aprofundam a exclusão. A forma como ações públicas e políticas são implementadas muitas vezes mais aprofundam a polarização que a superam. O poder enraizado na propriedade, sobretudo na propriedade da terra faz pulular nas cidades, no *locus* urbano, a polarização social.

As condições para isso estão na capacidade que grupos de poder capturam as instancias de decisão política no âmbito municipal e nos parlamentos estadual e federal. Neles, exercem a hegemonia dos seus interesses. Sob o controle da cultura e dos instrumentos de cultura reforçam a hegemonia do pensamento garantindo seus valores representados nas as instâncias superestruturais.

E é nesta perspectiva que este trabalho pretende olhar a dinâmica do desenvolvimento recente da região do sudoeste de Minas Gerais, buscando compreender as estruturas que lhe dão estabilidade, dinâmica, renda e distribuição de renda e hegemonia. São as forças produtivas que vão, historicamente, construindo raízes, por vezes aprofundando-as e criando rugosidades, outrora transformando-se em novas frentes de acumulação, sempre sujeitas às determinações mais abrangentes das forças capitalistas.

1.2. Dinâmica dos Grupamentos Regionais

O IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística redefiniu, algumas vezes, o mapeamento espacial brasileiro em razão, justamente, da imposição que a dinâmica econômica exigiu. Na década de 1940, foram criadas as Zonas Fisiográficas. Naquela ocasião, a demanda partia de um poder centralizado, e voltava-se para o conhecimento do território, para a garantia da integridade nacional e dos limites fronteiriços.

Quadro 1 – Composições Regionais no Tempo

Ano	Nomenclatura	Autoria	Orientação
1940	Zonas Fisiográficas	IBGE	Conhecimento do Território
1960	Revisão das Zonas Fisiográficas	IBGE	Estado Desenvolvimentista Desconcentração Produtiva
1968	Microrregiões Homogêneas	IBGE	Integração dos Mercados Instrumento para Malha Rodoviária
1980	Microrregiões e Mesorregiões	IBGE	Descentralização Administrativa
2017	Regiões Imediatas e Intermediárias	IBGE	Novas estruturas produtivas e relações regionais
2001	Recorte da Região do Sudoeste de Minas Gerais.	CEDEPLAR	Para fins de ação política de desenvolvimento.
2010	Territórios do Desenvolvimento	SEPLAG-MG	Políticas Públicas para o Desenvolvimento.

Na década de 1960, nova conceituação regional foi elaborada, por meio da Revisão das Zonas Fisiográficas, concomitante com nova ordem econômica de um Estado desenvolvimentista, num cenário de desconcentração produtiva, do avanço da fronteira agrícola e da integração do mercado interno nacional. Neste contexto, era necessário articular a infraestrutura viária.

Em 1968, houve a definição das Microrregiões Homogêneas, que serviriam para planejamento de projeto nacional da malha viária, de integração dos mercados e identificação dos desequilíbrios regionais.

[...] enquanto a primeira divisão regional (Zonas Fisiográficas) promovia o conhecimento mais acurado do território, em um País ainda predominantemente rural, a segunda divisão tinha como estímulo central o conhecimento das diferenças e desigualdades regionais com vistas à unificação do mercado, em um País que se urbanizava e se industrializava rapidamente. (IBGE: 2017, p. 6)

Nos anos 1980, foram definidas as Microrregiões e Mesorregiões, num contexto de descentralização administrativa e de maior participação da sociedade e das instituições públicas, na gestão do território brasileiro. Ocorreu quando da publicação da nova Constituição Federal. Essa redivisão compreendia a nova dinâmica econômica do centro do país, não apenas da agropecuária, mas da agroindústria.

A própria globalização que passaria, a partir desta década, a aprofundar sua ação no território nacional, impunha efeitos estimuladores e fragmentadores. As regiões passavam a identificar-se e a relacionar-se intensa e diretamente com o exterior.

Em 2017, o IBGE lançou um novo recorte chamado de Regiões Imediatas e Regiões Intermediárias, atualizando o que antes era chamado de Mesorregião e Microrregião. Esta alteração buscou atender e adaptar-se às mudanças ocorridas nas últimas três décadas, atender as transformações nas estruturas produtivas e nas formas de relacionamento regional, interna e externamente. A matriz que referencia a Região Imediata é similar àquela que determinava a Microrregião, ou seja, a centralidade, a rede urbana e a satisfação das necessidades imediatas da população. Regiões Intermediárias correspondem a articulação exercida por uma centralidade urbana que superior às regiões imediatas e inferior às grandes concentrações urbanas, as metrópoles.

Em Minas Gerais, na região sudoeste, sobre a qual se dedica este trabalho, a primeira divisão territorial ocorreu em 1711, quando da criação da Vila Ribeirão do Carmo, Vila Rica e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, atualmente os respectivos municípios de Mariana, Ouro Preto e Sabará.

Por ser um estado de grande dimensão territorial, passou por diversas orientações em sua partição regional. Na década de 1970, com base em características geográficas, sociais e econômicas, por meio da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), hoje Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), o estado passou a considerar dez regiões de planejamento. São as mesorregiões do IBGE. Seriam estas regiões objeto de ação do governo estadual para políticas de desenvolvimento social e econômico.

De acordo com o documento “Regiões de Planejamento” elaborado pela Secretaria de Planejamento de Minas Gerais em 1993, em parceria com a Fundação João Pinheiro, as regiões são caracterizadas em três tipos: as regiões homogêneas, orientadas pela geografia física, são aquelas em que apresentam semelhanças em suas características físico-geográficas, econômicas, sociais, culturais e institucionais. As regiões polarizadas, originadas pela teoria de *François Perroux*, são aquelas em que há focos de poder e de dominação sobre o espaço. Neste caso, a ênfase da análise é colocada na relação de interdependência dentro da região. E, finalmente, a região de planejamento, que tem por objetivo a criação de uma região que sirva como espaço da ação política, para fins específicos de planejamento e exercício de políticas direcionadas dos governos estadual e federal. As regiões de planejamento estão condicionadas a objetivos de ação política, voltada ao desenvolvimento.

São consideradas “Regiões de Planejamento” áreas sobre as quais irão se dedicar políticas específicas a partir de decisões centralizadas e exógenas, dos governos para a redução das desigualdades sociais fruto do desenvolvimento das forças produtivas.

Sobre o espaço atuam forças do modo de produção capitalismo que os modifica e reordena ao privilégio da acumulação. O planejamento regional tem que considerar isso. No passado muito se fez – pela intervenção pública – em favor unicamente do favorecimento da acumulação. O que as novas orientações de planejamento propõem é promover o espaço considerando além do fator econômico, o político, o social, o cultural e o ambiental. Um espaço social articulado, integrado nacional e global².

As regiões estão permanentemente suscetíveis a mudanças, porque seus determinantes estão também em constantes transformações. As relações de comando e de centralidade se alteram permanentemente. Existem, é claro, fatores transformadores agindo sobre a região, como também existem fatores conservadores. É nessa dialética que as características se transformam e se perpetuam.

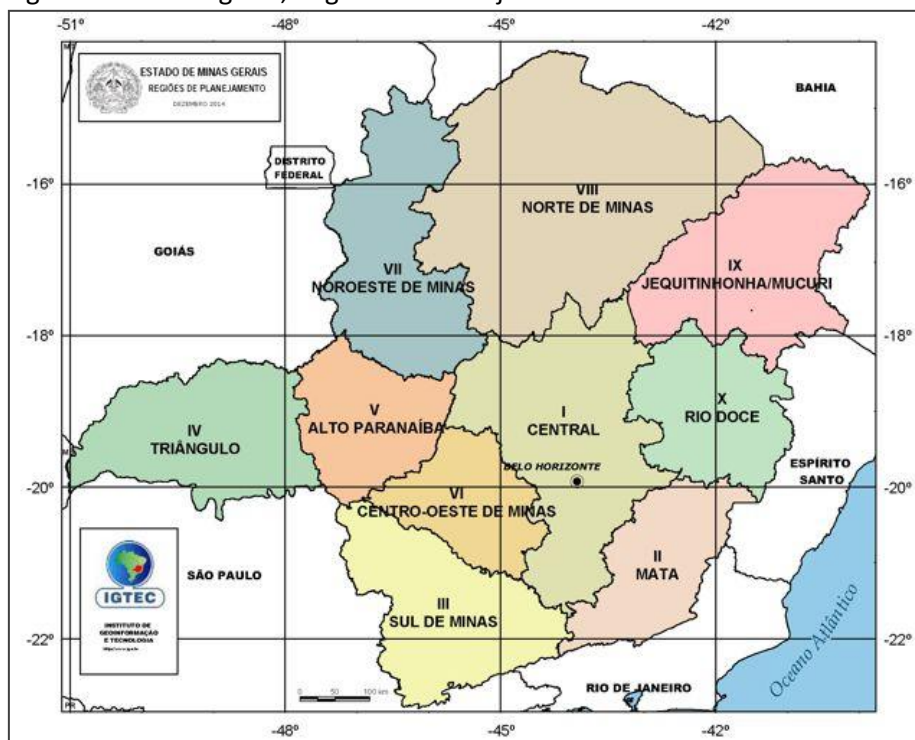
Com informações atualizadas, em 2016 fica ratificada a divisão territorial de Minas Gerais. Esta divisão é adotada oficialmente pelo governo do estado, para fins de ação política sobre essas regiões. São as Regiões de Planejamento. Em Minas Gerais são dez regiões com o correspondente número de municípios em cada um, a saber: Alto Paranaíba (31), Central (158), Centro-oeste de Minas (56), Jequitinhonha/Mucuri (66), Mata (66), Noroeste de Minas (19), Norte de Minas (89), Rio Doce (102), Sul/Sudoeste de Minas (155) e Triângulo (35).³

Nesta divisão o Sul e o Sudoeste de Minas Gerais estão compostos como uma única região, vide figura (1) abaixo.

² Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume III - Regiões de Referência / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP: 2008: p. 53-54.

³ Secretaria de Planejamento do Governo de Minas Gerais. Dados obtidos sobre “Regiões de Planejamento”, prodemge.gov.br e mg.gov.br.

Figura 1- Mesorregiões, Regiões de Planejamento de Minas Gerais

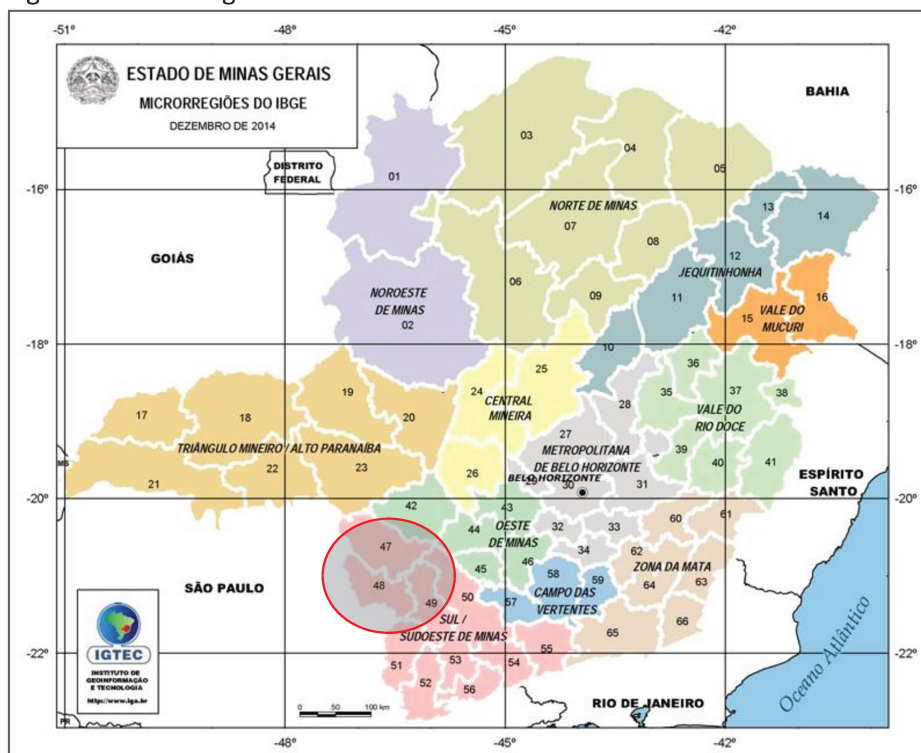


Fonte: IBGE, atualizado em 2016.

A figura 2 traz o mapa de Minas Gerais com a divisão em mesorregiões e Microrregiões. “Micro” dentro das “mesos”. Mesmo nesta figura, já existe mutação no recorte regional. Sobre este mapa (esta figura), nós destacamos três microrregiões do Sudoeste de Minas Gerais. São elas, as regiões 47, 48 e 49, sombreadas na figura. Respectivamente, a microrregião Passos (47) – a cidade de Passos, como polo regional para esta microrregião –, São Sebastião do Paraíso (48) e Alfenas (49).

A instabilidade da definição de regiões é muito grande. Desses dois mapas aqui figurados, a mesorregião e a microrregião já apresentam diferenças. O primeiro, que se apresenta atualizado em 2016, mostra 10 mesorregiões. O segundo, datado de 2014, apresenta 12 mesorregiões, com a indicação de “campo das vertentes” e a divisão “Jequitinhonha” e “Mucuri”. São as determinações de microrregiões do IBGE que demonstram maior estabilidade regional.

Figura 2- Microrregiões do IBGE em Minas Gerais



Fonte: Governo de Minas, mg.gov.br

Em 2001, especificamente para a região do Sul/Sudoeste de Minas Gerais, foi elaborado um estudo com a finalidade de destacar o Sudoeste Mineiro e tratá-lo na sua individualidade. A concepção era de que o Sudoeste não levava a mesma dinâmica das cidades do Sul de Minas, estas últimas mais próximas do eixo Rio – São Paulo e mais beneficiadas das externalidades positivas, proporcionadas pela Rodovia Fernão Dias.

Naquele estudo (figura 3), foram agrupados 48 municípios, sendo todos os pertencentes às microrregiões de Alfenas, Passos e São Sebastião do Paraíso, além de outros oito municípios pertencentes à microrregião de Varginha. Delimitou-se a área correspondente à bacia do Rio Grande, entre as represas de Furnas e de Peixoto.

Figura 3-Área de Ação Estudo Regional



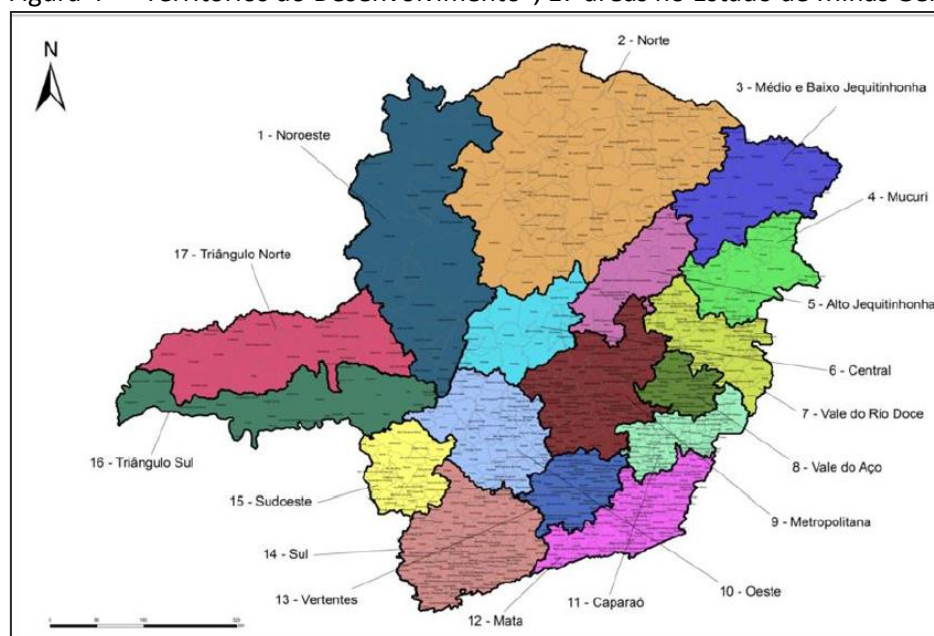
Fonte: ADEBRÁS – Agência de Desenvolvimento sustentável do Sudoeste Mineiro.

Mais recentemente, em 2010, houve redesenho sobre as áreas mineiras concebidas para fins de planejamento e política pública de desenvolvimento. Esta ação alterou as dez grandes regiões originais, redesenhando-as em 17 novas regiões, que passariam a ser consideradas “Territórios do Desenvolvimento”. A nova divisão teve por objetivo servir como espaço de ação de políticas públicas para o desenvolvimento, mas teve sua configuração influenciada, preponderantemente, pelas políticas públicas de saúde.

Com a criação dos territórios, a atual divisão do Estado em dez macrorregiões deixará de existir. Para o secretário-adjunto de Estado de Planejamento e Gestão, Wieland Silberschneider, essas dez regiões administrativas, desenhadas nos anos 90, funcionaram apenas como referência burocrática. “Em nenhum momento essa divisão orientou a gestão do Governo de Minas, tanto é que todos os órgãos do Estado possuem regionalizações próprias, em recortes que superam esse número de dez regiões”, salientou. A partir de agora, as subdivisões internas das secretarias de Estado precisarão se adequar às 17 novas divisões territoriais (Revista Brasil 24/7, 2015).

Apesar do recente recorte estabelecido pela Secretaria de Planejamento, o que a Secretaria⁴ fez nesta mudança foi retirar do grupo anterior os municípios pertencentes ao predomínio da cidade de Alfenas que, por hipótese, mostram seus centros urbanos um pouco mais dinâmicos e apresentam menor dependência do polo da cidade de Ribeirão Preto (SP). Mas essa mudança é muito pouco significativa e não compromete a vinculação maior da região com o Estado de São Paulo. Além disso, é Alfenas a central regional da saúde para o sudoeste de Minas. A reconfiguração atual da SEPLAN objetiva apenas ouvir as expectativas da população nestes recortes, mas não no tocante à sua caracterização.

Figura 4 – “Territórios do Desenvolvimento”, 17 áreas no Estado de Minas Gerais



Fonte: Secretaria de Planejamento, Governo de Minas Gerais. Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado 2016 – 2027. Volume I. Belo Horizonte: 2015, p. 17.

Sempre haverá alguma arbitrariedade da delimitação do conjunto de cidades que compõem uma região, porque as cidades limítrofes das regiões guardam relações e interações com sua vizinhança. As análises feitas por esta pesquisa e a observações de

⁴ Entramos em contato com a Secretaria de Planejamento de Minas Gerais, com o secretário adjunto do Gabinete da SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais e com Grécia Mara Borges da Silva. A informação obtida é a de que a nova divisão das 10 macrorregiões em 17 “Territórios do desenvolvimento” teve o seguinte critério: 1) Identidade Regional; 2) Identidade Cultural; 3) Orientação a partir das Políticas das Secretarias, especialmente da Saúde. Mas esta subdivisão busca ouvir a comunidade, população e lideranças para que isso sirva de base para elaboração de políticas de desenvolvimento. O que não significa que demandas apontadas por determinado território não possam atender, no ato da implantação da estratégia política, um âmbito maior de municípios. De certa forma, a impressão que se deu é de que a coleta de informações e demandas deve atender este formato, embora a constituição regional não obedeça a um rigoroso critério de delimitação espacial, econômico ou cultural.

todas estas variações e ajustamentos das composições regionais ao longo do tempo, reforça nossa hipótese de que o Sul e Sudoeste de Minas não apresentam uniformidade. Por isso pode ser visto como duas regiões distintas. São áreas com peculiaridades que foram percebidas agora pelos “Territórios do Desenvolvimento”, assim como antes já havia sido denunciada pela proposta de planejamento do desenvolvimento sustentável, orquestrado pela ADEBRÁS.

Tabela 1 - Microterritórios e Território do Desenvolvimento Sudoeste de Minas

Passos (17)	São Sebastião do Paraíso (6)	Guaxupé (11)
Apinópolis	Itamogi	Alterosa
Bom Jesus da Penha	Jacuí	Arceburgo
Capetinga	Monte Santo de Minas	Carmo do Rio Claro
Capitólio	Pratápolis	Conceição da Aparecida
Cássia	São Sebastião do Paraíso	Guaranésia
Claraval	São Tomás de Aquino	Guaxupé
Delfinópolis		Juruaia
Doresópolis		Monte Belo
Fortaleza de Minas		Muzambinho
Ibiraci		Nova Resende
Itaú de Minas		São Pedro da União
Passos		
Piumhi		
São João Batista do Glória		
São José da Barra		
São Roque de Minas		
Vargem Bonita		

Fonte: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado. Vol. III. Governo de Minas, 2015, p. 245.

A definição pela ADEBRÁS trazia 48 municípios. A definição dos “Territórios do Desenvolvimento” considerou 34 municípios. Alguns foram retirados e quatro (sentido noroeste do Estado) foram incluídos.

Em 2017, o IBGE apresentou uma nova divisão territorial, alterando as mesorregiões (de planejamento) e as microrregiões, num outro desenho, e chamando-as de Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias. Estas regiões servirão de base para políticas públicas e de planejamento às instâncias estaduais e federais.

A metodologia adotada pelo IBGE para esta nova organização espacial tem por base o mesmo critério anteriormente utilizado na REGIC da centralidade de hierarquia das cidades, mas considerando as mutações socioespaciais e a articulação do território

permitindo a identificação e diferenciação de cada região. A centralidade da cidade é capaz de atrair o deslocamento de pessoas das cidades ao seu entorno para o trabalho, para as compras de bens de consumo (duráveis e não duráveis), serviços de educação e para serviços públicos, como postos do INSS, por exemplo.

Figura 5 – Regiões Imediatas e Intermediárias do Estado de Minas Gerais - IBGE



Fonte: IBGE: 2017.

São identificadas as “Regiões Geográficas Imediatas” do Sudoeste de Minas Gerais, em sentido anti-horário: Pimhuí; Passos; São Sebastião do Paraíso; Guaxupé; Varginha; Lavras; Três Corações; Campo Belo; Três Pontas – Boa Esperança. Na Região Sul: Poços de Caldas; Pouso Alegre; Itajubá; São Lourenço; Caxambú – Baependi.

1.3. Definição da Região de Estudo

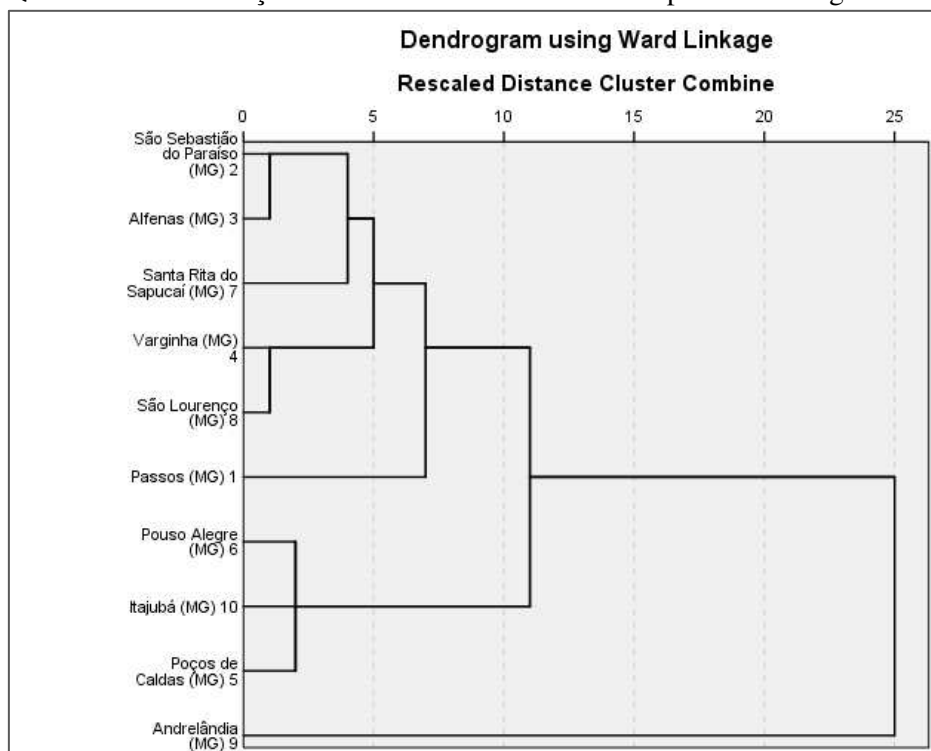
Os critérios passíveis para eleger uma região são as suas homogeneidades e suas relações de hierarquia dentro da região e entre diferentes regiões, o território zona e o território rede. Trata-se de uma região que foi originalmente considerada “região de planejamento”. Considerando as mutações de delimitações regionais que foram expostas acima, o agrupamento dos municípios que obedecem a condição geográfica, características de homogeneidade e hierarquia urbana na “rede de cidades”, inevitavelmente, sofrerá alguma arbitrariedade.

Para se definir a região, levou-se em conta o critério adotado pelo estudo já mencionado da CEDEPLAR (2001) quando, na ocasião, este espaço foi eleito como região de planejamento para, sobre ele, promoverem-se políticas específicas, orientadas ao desenvolvimento regional. Esta região possui área contígua de 19.994 km², composta por 48 municípios pertencentes à bacia do Rio Grande.

A definição de quais municípios deveriam ser incluídos na região teve como critério inicial esta referência geográfica básica, ou seja, ser localizado no sudoeste do estado de Minas Gerais e ser uma área contígua nesta porção geográfica da bacia do Rio Grande. A partir daí foi estabelecido um critério de ajuste, de inclusão e exclusão de municípios na margem, em função da área efetiva e potencial de atuação da ADEBRÁS, haja vista que o objetivo deste estudo é subsidiar esta agência de desenvolvimento na definição de diretrizes de política regional no âmbito de uma unidade espacial enquanto uma região de planejamento. Por fim, foi testado se a delimitação geográfica realizada estava consistente com a inserção regional dos 48 municípios selecionados na hierarquia da rede brasileira de cidades. (ADEBRÁS, op. cit., p. 112)

O estudo da ADEBRÁS (2001) identificou, naquela ocasião, baixa influência das cidades de Varginha e Poços de Caldas sobre os municípios do Sudoeste de Minas. Na hierarquia das cidades, a influência preponderante era exercida pela cidade paulista de Ribeirão Preto.

A figura abaixo traz uma análise de *cluster* a partir de um banco de dados elaborados, e tem por objetivo mostrar alguma identidade das microrregiões circunvizinhas que contemplam parte dos municípios identificados por sudoeste do estado de Minas Gerais.

Quadro 2 – Combinação *Clusters* Distância Escalonada para Microrregiões Homogêneas

Fonte: Elaborado a partir do software específico *Phlcarto*.

Para elaboração deste Endograma, as seguintes variáveis foram utilizadas: sobre rendimento: percentual da população urbana e densidade populacional nas microrregiões; percentual das pessoas com renda e PIB per capita; rendimento médio mensal; sobre os setores da economia: percentual do PIB agropecuário, industrial e de serviços; relação da arrecadação de impostos sobre PIB da Administração Pública; variação das exportações; da produção agrícola: Valor da produção por hectare; percentual da renda da agricultura familiar; pessoas ocupadas na agricultura familiar; financiamento da agricultura familiar sobre valor da produção da agricultura familiar; das informações sociais: percentual de homicídios entre jovens; percentual de domicílios com acesso a esgotamento sanitário e, valor dos recursos do programa Bolsa Família em relação à população.

Três microrregiões (IBGE) são praticamente coincidentes com o Sudoeste: Alfenas, Passos e São Sebastião do Paraíso. Vê-se que Alfenas e São Sebastião do Paraíso apresentam grande similaridade. São Lourenço e Varginha também guardam similaridade entre si e estão localizadas geograficamente mais ao Sul do estado. Pouso Alegre, Itajubá e Poços de Caldas, também ao Sul do estado, guardam semelhança. Destoa dessas duas primeiras (Alfenas e Paraíso) a microrregião de Passos. Esta, situada no sentido Noroeste, dedica-se com maior intensidade a pastagem e pecuária. Mas a intenção, aqui, é mantê-la inclusa na análise como objeto desta investigação, pois que, juntamente com Alfenas e

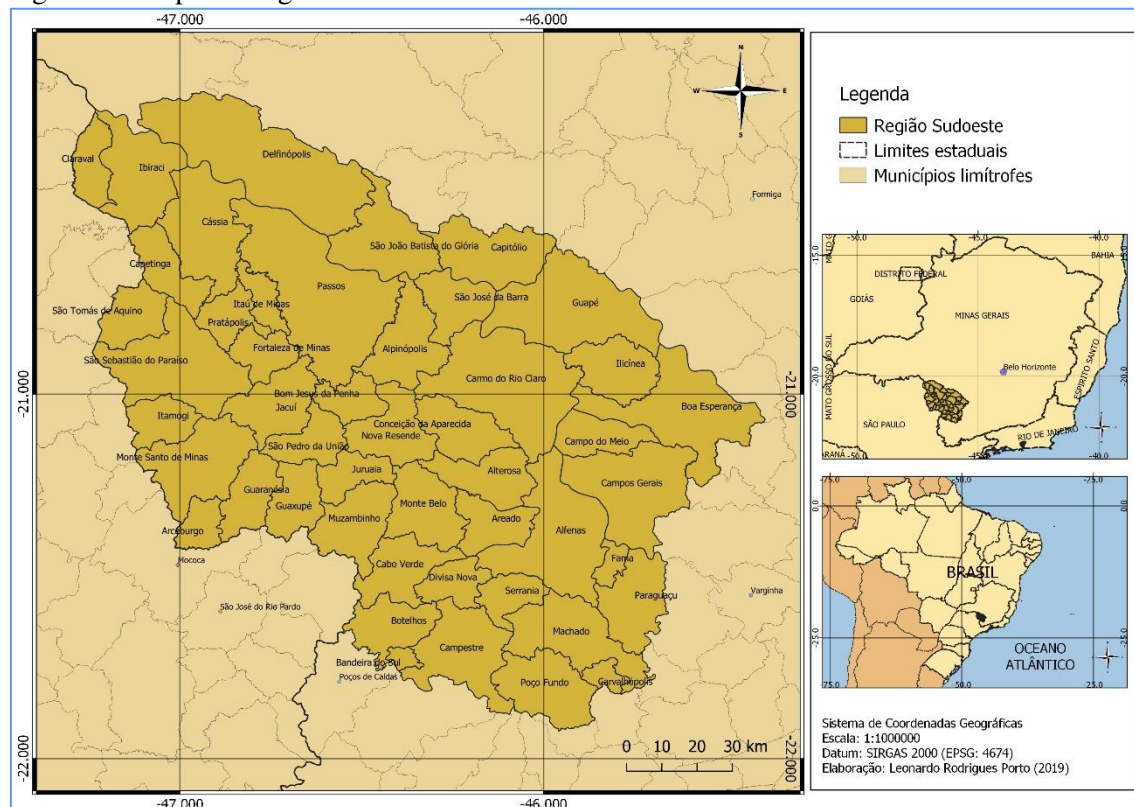
Paraíso, correspondeu com região de planejamento em 2001 e, por isso, faz todo sentido verificar os desdobramentos da sua dinâmica neste período.

Apesar de algumas divergências identificadas ao longo do tempo e, principalmente, das duas últimas décadas, eleger-se-á, neste trabalho, o conjunto dos 48 municípios, os mesmos que foram objeto de estudo no ano de 2001, quando identificados por região de planejamento pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

Tratou-se, nas páginas anteriores, de demonstrar as diversas orientações dadas ao recorte regional. Pelo CEDEPLAR em 2001, pelo “Territórios do Desenvolvimento” em 2015, e pelo IBGE em “Regiões Imediatas e Intermediárias”, em 2017. Assim, o que ficou claro, e já havia essa expectativa desde a elaboração do projeto de pesquisa submetido a este Instituto de Economia - IE da UNICAMP, é que os municípios situados ao Sudoeste do Estado de Minas apresentavam dinâmica diferente daqueles situados ao Sul do Estado. Estes últimos, pela proximidade das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, pela acessibilidade à rodovia São Paulo, pela atração de capital industrial, possuem outros fatores determinantes de sua dinâmica. Sejam lá quais outras razões, não respondem na mesma intensidade aos desdobramentos da lógica do capital o Sul e o Sudoeste do estado. A entrada ou saída de um ou outro município, em não sendo este um dos polos regionais, e não é, torna-se pouco relevante para esta pesquisa. A suposta diferença entre a região de Passos e Paraíso/Guaxupé, ao invés de aparecer como negativa ao estudo pela heterogeneidade, faz aguçar ainda mais a investigação.

Por fim, a região por nós identificada é coincidente com aquela definida por região de planejamento e objeto de estudo preterido. Composta pelos seguintes municípios: Alfenas, Alpinópolis, Alterosa, Arceburgo, Areado, Bandeira do Sul, Boa Esperança, Bom Jesus da Penha, Botelhos, Cabo Verde, Campestre, Campo do Meio, Campos Gerais, Capetinga, Capitólio, Carmo do Rio Claro, Carvalhópolis, Cássia, Claraval, Conceição da Aparecida, Delfinópolis, Divisa Nova, Fama, Fortaleza de Minas, Guapé, Guaranésia, Guaxupé, Ibiraci, Ilícinea, Itamogi, Itaú de Minas, Jacuí, Juruaia, Machado, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, Paraguaçu, Passos, Poço Fundo, Pratápolis, São João Batista do Glória, São José da Barra, São Pedro da União, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino e Serrania.

Figura 7 – Mapa da Região do Sudoeste de Minas Gerais



Fonte: Elaboração própria.

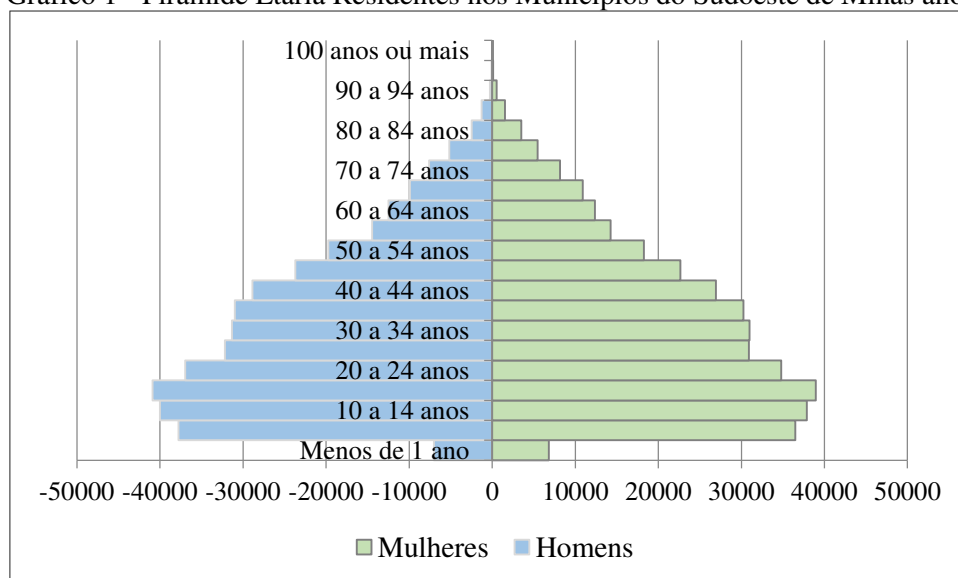
1.4 Expressão Urbana Recente –

Na busca de reforçar nossa compreensão da identidade regional, nesta seção deste capítulo faremos uma breve análise sobre a estrutura urbana regional, o deslocamento da população campo cidade e a centralidade urbana com destaque para a oferta de serviços do ensino superior como forma de nucleação e autonomia regional. No Sudoeste de Minas a população residente é ainda jovem, conforme se vê por meio dos gráficos piramidais. Mas mostra sensível transformação entre 2000 e 2010. Por ser jovem, implica em que haja pressão por vagas de emprego, e isto acontece justamente no momento em que, nesta região, intensifica-se a mecanização agrícola, promovendo rigorosa diminuição da ocupação da mão-de-obra de baixa qualificação nas atividades agropecuárias.

Cabe registrar que, nos picos de safra agrícola, tanto de café como de cana de açúcar, esta região era receptora de fluxo de população flutuante, oriunda das regiões Norte de Minas Gerais e Nordeste do Brasil, especialmente de Pernambuco. Esta população flutuante vinha atraída pelos elevados níveis de salários, quando dos picos de safra agrícola, e retornavam, posteriormente, às suas terras de origem. Muitos, porém,

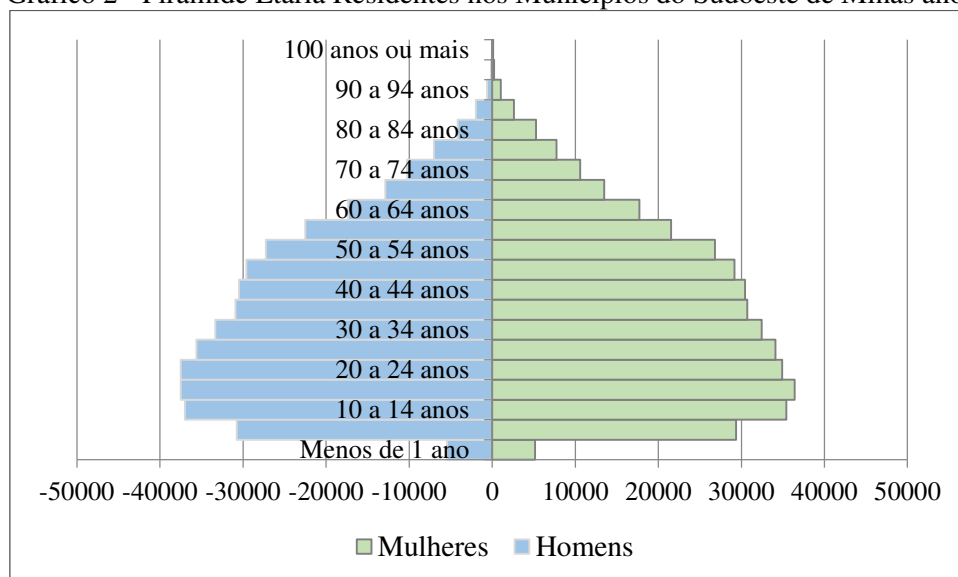
ficavam, instalavam-se ali, constituíam famílias, deixando-as, muitas vezes. Por se tratar de parcela da população de emprego instável e informal, acabava por provocar pressão sobre as políticas públicas de educação, saúde e assistência social.

Gráfico 1 - Pirâmide Etária Residentes nos Municípios do Sudoeste de Minas ano 2000



Fonte: IBGE: Elaboração Própria

Gráfico 2 - Pirâmide Etária Residentes nos Municípios do Sudoeste de Minas ano 2010



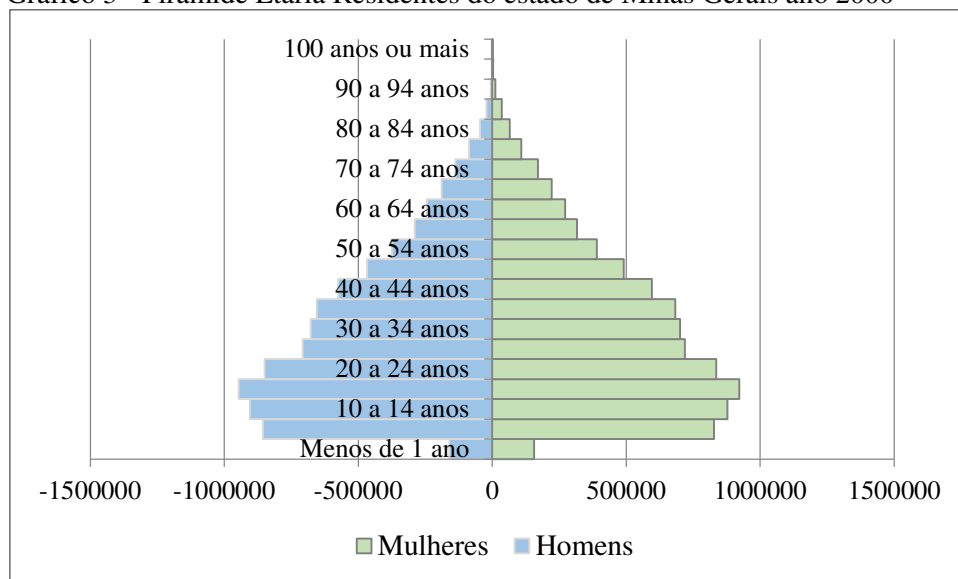
Fonte: IBGE: Elaboração Própria

Do ano de 2000 a 2010, a população do Sudoeste de Minas cresceu 6%, saltando de 812.020 habitantes para 861.441 habitantes. Para o estado de Minas, a variação foi maior, 9,5%, de 17.891.494 para 19.597.330 habitantes. No sudoeste de Minas, a faixa

de pessoas com menos de 25 anos de idade baixou de 39% no ano 2000 para 33%, enquanto a de pessoas com mais de 50 anos teve o percentual aumentado de 18 para 24%.

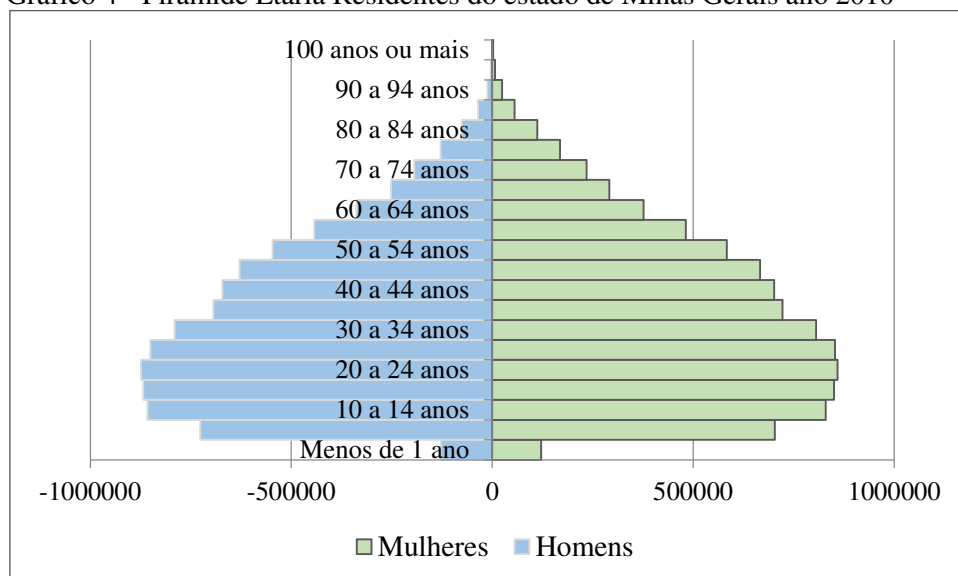
A variação do seguimento de pessoas com menos de 25 anos, de 2000 a 2010, no estado de Minas, foi de 38% para 21,7%, e o das pessoas com mais de 50 anos teve variação de 15 para 13%. Isto evidencia que a pressão previdenciária será maior para o Sudoeste que para o estado.

Gráfico 3 - Pirâmide Etária Residentes do estado de Minas Gerais ano 2000



Fonte: IBGE: Elaboração Própria

Gráfico 4 - Pirâmide Etária Residentes do estado de Minas Gerais ano 2010



Fonte: IBGE: Elaboração Própria

Dados da população etária revelam uma forte demanda por trabalho, por parte da grande proporção de pessoas em idade ativa. Além disso, diferente do estado que tem

maior proporção de jovem, o envelhecimento da população do Sudoeste mineiro levará a um impacto mais forte e mais precoce que do o estado.

Por tratar-se da dinâmica econômica observar-se-á a taxa de crescimento populacional para a região e para cada município, entre as décadas de 1970 e 2010. É esperado que, quanto mais dinâmica é a cidade ou a região, maior será sua taxa de crescimento, obviamente. No Sudoeste de Minas, algumas cidades apresentam expansão superior à média nacional e estadual, enquanto outras, dinamismo muito baixo. Há casos em que se registra redução absoluta do número de habitantes. Estas cidades foram exportadoras líquidas de migrantes que rumaram para grandes centros, ou mesmo para polos, dentro da própria região.

Tabela 2 – População Residente Total e variação % 1970 – 2010

	1970	1980	1991	2000	2010	% 10/70
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.872.856	190.755.799	204,82%
Minas Gerais	11.485.663	13.380.105	15.743.152	17.905.133	19.597.330	170,62%
Sul/Sudoeste	n.i.	n.i.	1.961.401	2.251.628	2.438.611	
Total Região	533.188	612.033	710.732	812.387	861.441	161,56%
Alfenas	28.331	38.271	52.700	66.957	73.774	260,40%
Alpinópolis	15.930	17.978	19.919	17.031	18.488	116,06%
Alterosa	8.060	10.108	11.615	12.976	13.717	170,19%
Arceburgo	6.822	7.215	7.259	8.035	9.509	139,39%
Areado	8.049	9.015	10.817	12.228	13.731	170,59%
Bandeira do Sul	2.723	3.347	4.100	4.899	5.338	196,03%
Boa Esperança	20.518	25.492	33.015	37.074	38.516	187,72%
Bom Jesus da Penha	2.653	2.754	2.922	3.523	3.887	146,51%
Botelhos	12.654	13.473	14.247	15.101	14.920	117,91%
Cabo Verde	10.580	12.065	12.223	13.727	13.823	130,65%
Campestre	15.578	17.308	17.440	20.553	20.686	132,79%
Campo do Meio	8.125	9.195	10.883	11.436	11.476	141,24%
Campos Gerais	19.333	21.303	23.946	26.541	27.600	142,76%
Capetinga	6.528	6.760	7.300	7.424	7.089	108,59%
Capitólio	5.778	5.222	6.823	7.737	8.183	141,62%
Carmo do Rio Claro	13.763	14.830	17.470	19.732	20.426	148,41%
Carvalhópolis	2.152	2.324	2.575	3.089	3.341	155,25%
Cássia	16.378	16.448	15.818	17.278	17.412	106,31%
Claraval	4.300	3.710	3.409	4.338	4.542	105,63%
Conceição da Aparecida	7.520	8.246	9.158	9.372	9.820	130,59%
Delfinópolis	7.500	6.389	6.698	6.577	6.830	91,07%
Divisa Nova	3.555	3.896	4.917	5.539	5.763	162,11%
Fama	2.028	1.985	2.115	2.353	2.350	115,88%

Continua

...continuação

	1970	1980	1991	2000	2010	% 10/70
Fortaleza de Minas	3.784	3.819	3.800	3.866	4.098	108,30%
Guapé	9.746	11.338	11.852	13.620	13.872	142,34%
Guaranésia	11.176	13.442	16.251	18.628	18.714	167,45%
Guaxupé	24.273	30.114	39.611	47.036	49.430	203,64%
Ibiraci	8.400	8.030	8.522	10.229	12.176	144,95%
Ilicínea	6.984	7.499	8.783	10.532	11.488	164,49%
Itamogi	7.326	9.007	9.263	10.723	10.349	141,26%
Itaú de Minas			10.953	13.691	14.945	
Jacuí	6.379	6.572	6.616	7.389	7.502	117,60%
Juruaia	5.272	5.330	6.578	7.680	9.238	175,23%
Machado	21.556	26.731	30.709	34.877	38.688	179,48%
Monte Belo	11.873	12.204	13.776	13.142	13.061	110,01%
Monte S. de Minas	16.501	18.621	19.291	21.212	21.234	128,68%
Muzambinho	15.206	15.631	17.887	20.589	20.430	134,35%
Nova Resende	8.789	9.936	11.742	14.051	15.374	174,92%
Paraguaçu	12.390	14.488	16.498	18.942	20.245	163,40%
Passos	54.879	69.046	84.622	97.211	106.290	193,68%
Poço Fundo	12.752	12.414	13.817	15.148	15.959	125,15%
Pratápolis	17.199	18.225	9.395	9.217	8.807	51,21%
S. J. Batista do Glória	4.980	4.862	5.352	6.271	6.887	138,29%
São José da Barra				6.053	6.778	
São Pedro da União	4.904	4.773	5.072	5.618	5.040	102,77%
São S. do Paraíso	28.538	39.565	49.053	58.335	64.980	227,70%
São Tomás de Aquino	6.879	7.323	6.945	7.303	7.093	103,11%
Serrania	4.544	5.729	6.975	7.504	7.542	165,98%

Fonte: IBGE Tabela 200. Adaptada pelo autor.

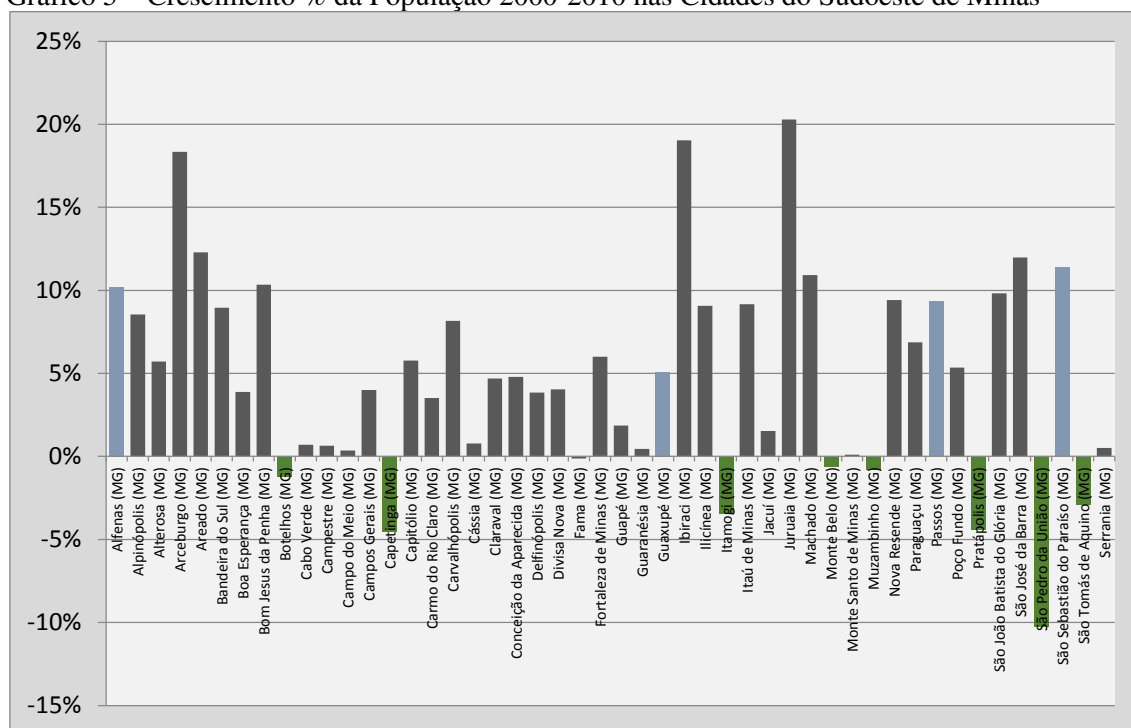
Os itens destacados em negrito são aqueles em que, de 1970 a 2010, o crescimento absoluto, a soma da população rural e urbana foi menor que 20%. Inclui também casos em que a população absoluta do município sofreu redução, como é o caso de Pratápolis e Delfinópolis, salvo erro da fonte. Há casos em que novas cidades, que antes eram distritos de outras, emanciparam-se, e a população ali residente, que passa a ser considerada para este novo município, implicaria na redução da cidade original. Há também um movimento de concentração nos centros mais dinâmicos. Enfim, a região, no conjunto cresceu, de 1970 a 2010, menos que o Estado de Minas Gerais e menos que o total do Brasil.

Cidades como São Pedro da União e São Tomás de Aquino - 2,7% e 3,1%, respectivamente, tiveram crescimento praticamente nulo. Na somatória, mesmo com o benefício de migração para os polos, regiões internas, a região cresceu menos que Minas

– que é, tradicionalmente, um estado marcado pela emigração –, e menos que o Brasil. Esta característica emigrante do estado de Minas sofre uma inversão após os anos 1980 e 1990, fruto dos efeitos da desconcentração paulista, da guerra fiscal e da diminuição da atratividade paulista (Cano, 2008)

No gráfico 5, apresentamos a dinâmica da população total da última década (dos dados disponíveis) de 2000 a 2010. Nota-se que poucos municípios tiveram crescimento acima de 10%. Apenas três deles, acima de 15%. Entre estes, a cidade de Juruaia, que desponta na região por uma nova atividade industrial têxtil. Destes três, nenhum é polo regional. Os polos tiveram crescimento importante, mas não muito significativo. Enquanto isto, seis municípios apresentaram perda absoluta de população.

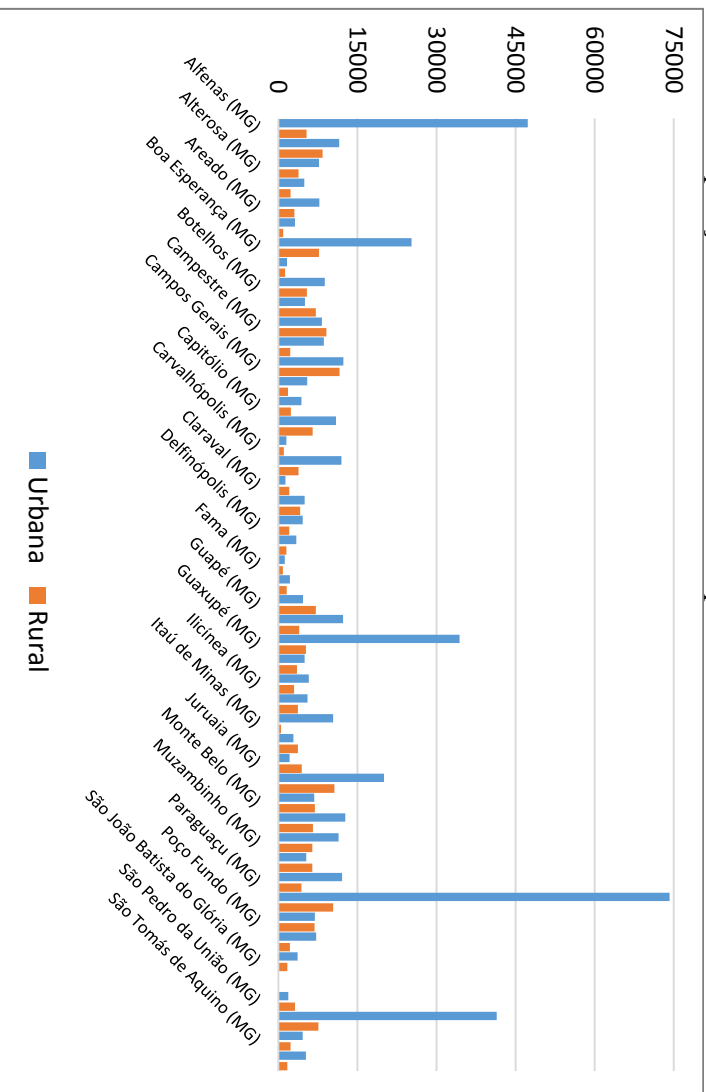
Gráfico 5 – Crescimento % da População 2000-2010 nas Cidades do Sudoeste de Minas



Fonte: Elaboração própria a partir da tabela 200 IBGE

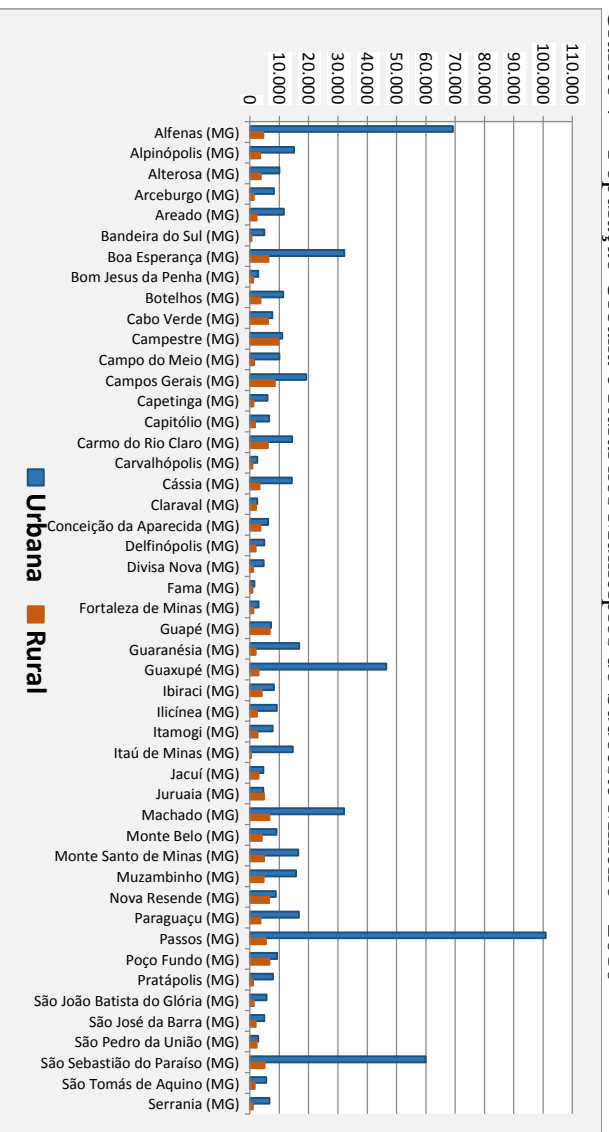
Observamos, também, a transferência de pessoas da zona rural para a zona urbana, entre as décadas de 1991 e 2010. Porém, sem mudanças estruturais, os municípios que já eram populosos em 1991, continuam na liderança em 2010. Destaca-se que a maioria absoluta dos municípios possui população inferior a 20 mil habitantes.

Gráfico 6 - População Urbana e Rural nos Municípios do Sudoeste Mineiro – 1991



Fonte: Elaboração própria a partir da tabela 200 IBGE

Gráfico 7 – População Urbana e Rural nos Municípios do Sudoeste Mineiro - 2010



Fonte: Elaboração própria a partir da tabela 200 IBGE

As cidades que hoje são polos regionais e exercem domínio sobre as cidades da região já eram relevantes nos anos 1970. Atualmente ganharam maior envergadura o que nos permite dizer que esta maturidade dessas cidades centrais vai dando força, identidade local e autonomia à Sudoeste de Minas. Uma forma de observar essa capacidade de centralidade é dada pela ampliação do ensino superior, nessas cidades polo, com grande presença de unidades federais, fruto de política pública desenvolvimentista dos anos recentes.

1.5 Rede Urbana e a Influência das Cidades –

O Sudoeste de Minas Gerais caracteriza-se por municípios de baixo número de habitantes que, em sua maioria, prestam serviços restritos à sua população local. Apenas algumas têm maior número de habitantes e polarizam atividades econômicas e de prestação de serviços de envergadura regional. Estes são centros regionais. Pela classificação do REGIC⁵ – IBGE (2007) as cidades médias que capturam centralidades na região Sudoeste de Minas Gerais se submetem à hierarquia urbana a São Paulo e, também, a Belo Horizonte. Os fluxos comerciais e de serviços, pela proximidade geográfica, mais a São Paulo. Mas são assim classificados: Em relação a São Paulo como Metrópole, São Sebastião do Paraíso e Guaxupé são Centros de Zona A, Machado, Centro de Zona B, Passos não aparece na matriz de 2007. Em relação a Belo Horizonte como Metrópole, São Sebastião do Paraíso como Centro de Zona A, subordinado a Passos, Centro Sub-Regional A. Guaxupé é Centro de Zona A e se submete diretamente a Belo Horizonte. Boa Esperança e Centro de Zona B.

Pela REGIC de 1993 a cidade de Ribeirão Preto influência “muito fraca” sobre as cidades do Sudoeste mineiro e influência “fraca” sobre os centros regionais deste sudoeste

⁵ REGIC – Rede de Influência das Cidades – tem o propósito de identificar e analisar a rede urbana das cidades, estabelecendo a hierarquia das cidades e as regiões de influência das cidades. É uma publicação do IBGE.

A hierarquia dos centros urbanos é classificada em 5 grandes níveis com subdivisões internas. **Metrópoles**, das quais as cidades brasileiras recebem influência direta: Grande Metrópole Nacional; Metrópole Nacional e, Metrópole; **Capitais Regionais** – centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão: Capital Regional A, com população de 800 mil a 1,4 mi de habitantes, Capital Regional B, com população média de 530 mil habitantes e, Capital Regional C, com população média de 300 mil habitantes; **Centros Sub-regionais**: Centro Sub-regionais A, com média de 120mil habitantes, Centro Sub-regionais B, com média de 70 mil habitantes; **Centros de Zona** – polarizam cidades ao seu entorno: Centros de Zona A, com média de 40 mil habitantes e, Centros de Zona B, com média inferior a 25 mil habitantes, e; **Centro Locais** – exercem influência sobre seu próprio território podendo atrair população do entorno para alguma atividade específica. Fonte: REGIC, IBGE: 2018.

Nossas análises se pautaram pela REGIC de 2007. Consultamos a REGIC 2018, mas nesta não constava o diagrama aqui reproduzido.

mineiro (REGIC, 1993: 52). Pelo estudo de 2018, Ribeirão Preto consta como Capital Regional A, enquanto a cidade de Passos é classificada como Centro Sub-Regional A e São Sebastião do Paraíso, como Centro Sub-Regional B (REGIC, 2018: 41).

Quadro 3 - Rede Urbana, Influência das Cidades - Sudoeste - Metrópole Belo Horizonte

Metrópole	Capitais Regionais			Centros Sub Regionais			Centros de Zona		Centro Local
	A	B	C	A	B	C	A	B	
Belo Horizonte							São Sebastião do Paraíso		Jacuí Monte Santo de Minas São Tomás de Aquino
				Passos					Alpinópolis Bom Jesus da Penha Capitólio Carmo do Rio Claro Fortaleza de Minas Guapé Itamogi Itaú de Minas Pratápolis São João Batista do Glória São José da Barra
							Guaxupé		Guaranésia Juruiaia Monte Belo Muzambinho Nova Resende São Pedro da União
			Varginha					Boa Esperança	Ilicínea

Fonte: REGIC - Região de Influência das Cidades, IBGE, 2007

Grande parte das cidades estão ligadas a Belo Horizonte por meio das cidades médias de Passos, São Sebastião do Paraíso e Guaxupé. Somente Ilicínea passando Boa Esperança e mediada por Varginha conectam-se a Belo Horizonte, sem passar pelas cidades médias acima descritas.

Quadro 4 - Rede Urbana, Influência das Cidades do Sudoeste - Metrópole São Paulo

Metrópole	Capitais Regionais		Centros Sub Regionais			Centros de Zona		Centro Local
	A	B	C	A	B	C	A	B
São Paulo				Alfenas				Alterosa Areado Campo do Meio Campos Gerais Conceição da Aparecida Cordelândia Divisa Nova Fama Paraguaçu Serrania
						Guaxupé		Guaranésia Juruiaia Monte Belo Muzambinho Nova Resende São Pedro da União
							Machado	Carvalhópolis Poço Fundo
				Franca				Capetinga Cássica Claraval Delfinópolis Ibiraci
		Ribeirão Preto				São Sebastião do Paraíso		Jacuí Monte Santo de Minas São Tomás de Aquino
							Mococa	Arceburgo

Fonte: REGIC - Região de Influência das Cidades, IBGE, 2007

São Paulo captura as relações com a região com maior intensidade. As mesmas cidades que aparecem na primeira tabela, aparecem aqui também conectadas a São Paulo. Algumas delas submetendo-se a Ribeirão Preto, passando por São Sebastião do Paraíso ou Franca. Outras, mediadas por Machado, Guaxupé mediadas por Alfenas.

Cidades consideradas médias, com maior poder de atração e de atuação regional estão fora do Sudoeste de Minas, as mais próximas localizam-se no Sul de Minas e outras ainda já no estado de São Paulo, como Ribeirão Preto.

Foi elaborada uma tabela que mensura a capacidade de atração e centralidade urbana entres os anos de 2007 e 2018 com base nos dados da REGIC. A intensão aqui é de mostrar que as cidades da região ganharam estrutura. Subiram na escala de categorias definidas pelo IBGE e ampliaram o poder de centralidade. A única ressalva é dada pela cidade de Varginha-MG, que aparecia em 2007 capturando apenas uma cidade e em 2018 passou para 26 municípios da região. Porém, para todos esses municípios ela funciona como elo entre Alfenas (subordinada a ela) e Belo Horizonte.

Tabela 3 - Influência sobre as Cidades a partir da REGIC 2007 - 2018

Classificação	Centralidades	Centros Locais sob Influência	
		2007	2018
Grande Metrópole	São Paulo	31	55
Metrópole	Belo Horizonte	21	51
Capital Regional A	Ribeirão Preto - SP		15
Capital Regional B (2007)	Ribeirão Preto - SP	10	
Capital Regional C	Poços de Caldas		36
Capital Regional C	Varginha	1	26
Capital Regional C	Franca - SP		4
Centro Sub-regional A	Passos	14	20
Centro Sub-regional A	Alfenas	17	52
Centro Sub-regional A (2007)	Poços de Caldas	4	
Centro Sub-regional A (2007)	Franca - SP	5	
Centro Sub-regional B	São Sebastião do Paraíso		8
Centro Sub-regional B	Guaxupé		10
Centro de Zona A	Mococa		1
Centro de Zona A	Machado		8
Centro de Zona A	Boa Esperança		1
Centro de Zona A (2007)	Guaxupé	12	
Centro de Zona A (2007)	São Sebastião do Paraíso	6	
Centro de Zona B (2007)	Mococa	1	
Centro de Zona B (2007)	Machado	2	
Centro de Zona B (2007)	Boa Esperança	1	

Fonte: REGIC 2007 e 2018. Elaboração Própria

A Rede Urbana do Sudoeste de Minas foi se constituindo com a entrada da produção cafeeira, e consolidando-se com a entrada da estrada de ferro. Aquelas cidades que serviam como ramal ferroviário, que ligavam linhas férreas, passaram a ter maior

dinamismo econômico que outras. A motivação e o comando das vultuosas inversões no transporte ferroviário se deram diretamente pelos produtores de café, naquela ocasião.

Alguns estudos debatem critérios e conceitos para definição de cidades pequenas, médias e grandes. As grandes cidades e as metrópoles concentrariam a maior parte de serviços mais complexos além, obviamente, de terem um grande contingente populacional. A pequena cidade é um “lugar” capaz de atender as demandas mais imediatas da pequena população local. Já as médias cidades prestam serviços de maior complexidade, mas inferior aos grandes centros e às metrópoles. Estas cidades intermediam a polaridade interior-capital, dispõem de estrutura comercial e de serviços que atendem, satisfatoriamente, as demandas regionais. No período recente, estão se tornando destino preferido por muitas pessoas que não têm, na pequena cidade, oferta de serviços suficiente às suas necessidades, ao mesmo tempo que querem fugir dos custos inerentes aos grandes centros urbanos, e funciona como barreira dos fluxos migratórios aos grandes centros.

Uma cidade média não se define pelo seu tamanho populacional. Para Corrêa (2006), a média cidade é aquela que combina características de tamanho, funções urbanas e organização do espaço intraurbano. Tem capacidade de atrair e fixar maior número de empreendedores, de fazer aflorar atividades econômicas de maior viabilidade. Assim, tornar-se centralidade para cidades ao redor, ser espaço de realização de consumo e ofertar atividades especializadas. Ao nuclear atividades regionais e garantir a perpetuidade da acumulação de capital sob a dominação de uma elite econômica, a cidade média constitui força de atração.

A falta de um planejamento econômico e social eficiente obriga as cidades a competir entre si por maiores fontes de recursos econômicos para as suas manutenções sociais, empregos para a população, e investimentos em infraestruturas - aumento de suas fontes de receita econômico-tributárias. Dessa maneira, Alfenas, Machado e Paraguaçu; por possuírem condições infraestruturais de suporte à fluidez de mercadorias e serviços mais eficientes e estarem mais próximas ao eixo comercial entre os centros comerciais e econômicos de Belo Horizonte e São Paulo; têm a tendência para aglomerar comércios, serviços e indústrias em seus espaços, enquanto algumas a se especializar no setor agropecuário e outras a ser refúgio de empresas domésticas ou servirem de cidades dormitórios aos pólos econômicos e industriais (SANTOS, 1979), porque invocam as mesmas concessões de benefícios e favores às empresas (Liska e Branquinho *in* Branquinho, Jun/2016: 6).

Quando ocorre implantação ou expansão da agricultura e da mineração em novas regiões, proporcionadas pela disponibilidade de vantagens comparativas ricardianas, é provável que estas atividades exerçam poder de atração locacional, para instalação de indústrias. Atração tipo weberiana (próxima das fontes de matérias-primas); indústrias voltadas para o próprio abastecimento local, que inclusive deve ser ampliada, quando nas atividades primárias são intensificados usos de insumos com maior teor tecnológico, e indústrias que tendem a atender o mercado consumidor e núcleos de urbanização, que surgem com o advento das novas inversões agrícolas ou de extração. Para Diniz (1987: 44), a desconcentração produtiva no Brasil teve por elemento motivador a base de recursos naturais. Investimentos do estado foram significativos para construir as bases dessa desconcentração por meio da infraestrutura – energia, comunicação e transportes. Além dos estímulos fiscais por parte das regiões receptoras.

O financiamento privado da infraestrutura urbana só será feito onde houver atividades econômicas que irão utilizar essa infraestrutura, quer dizer, onde houver rentabilidade suficiente para o capital. Como vimos, as cidades do Sul de Minas receberam melhoramentos urbanos. Se o grande capital urbano os financiou, é porque essas cidades podem ser vistas como espaços geradores de rentabilidade para o capital. No entanto, o seu tamanho e seu desenvolvimento posterior nos levam a considerar limitada a acumulação de capital gerada nessas cidades. Por isso, o investimento público deve ter tido papel importante nesse processo. O Sul de Minas não era, de modo algum, uma região inexplorada pelo capital, pois lhe oferecia condições para sua valorização. Mas era, sem dúvida, uma exploração limitada, suficiente para fazer avançar as relações capitalistas até certo ponto. A pesquisa sobre o padrão de financiamento da urbanização sul-mineira pode ajudar na explicação da dinâmica econômica regional posterior e a entender um processo que talvez tenha ficado a meio passo, entre o grande capital urbano e o Estado, entre a modernidade e o atraso relativo.” (Gambi, *et al*, 2012: 17)

1.6 Ensino Superior como representação de Nucleação Urbana –

Os seguimentos do ensino fundamental e médio são setores grandiosos e de significativos orçamentos, estes estão estruturados como política pública e por isso sua penetração atinge indistintamente os municípios. Mas o que cresceu de forma mais consistente no Sudoeste de Minas foi o ensino superior, privado e público. O público, principalmente. Este ramo de ensino reconfigura os espaços ampliando a qualificação profissional das pessoas, especialmente os jovens. Estão associados à expansão do setor

urbano de serviços, portanto, reforça dinâmica urbana. Além de ser um setor promotor de forte externalidade positiva, no conjunto de serviços que se promovem ao seu entorno, na expansão urbana, de moradias, transporte, alimentação e lazer.

Entre os anos 2000 e 2010 o Governo Federal priorizou o ensino superior, ampliando a oferta por meio da criação de Universidades Federais e de Institutos Tecnológicos Federais. O IFET Sul de Minas (Instituto Federal Tecnológico do Sul de Minas) com sede na cidade de Pouso Alegre possui campus nas cidades de Inconfidentes, Poços de Caldas, Machado, Muzambinho e Passos. Dessas, as três últimas estão no Sudoeste de Minas Gerais. A presença deste instituto e a ampliação da oferta de matrículas nesses campi promove ao mesmo tempo qualificação da mão de obra regional com também significativas externalidades positivas. Estas externalidades se refletem na massa salarial que distribui no local, no consumo das cidades, no setor imobiliário e outros. As unidades de ensino superior por tipo de capital social instaladas nas cidades do Sudoeste de Minas Gerais estão listadas na tabela 41 (abaixo).

Tabela 4 - Instituições de Ensino Superior no Estado de Minas Gerais por tipo de Capital

Tipo	Instituição	Alunos	Reitoria	Campi
Federais	CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais		Belo Horizonte	Leopoldina, Araxá, Divinópolis, Timóteo, São João Nepomuceno, Varginha, Curvelo e Contagem
Federais	UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora	20.000	Juiz de Fora	Juiz de Fora e Governador Valadares
Federais	UFLA - Universidade Federal de Lavras	17.000	Lavras	Lavras
Federais	UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	49.000	Belo Horizonte	Belo Horizonte e Montes Claros
Federais	UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto	16.000	Ouro Preto	Ouro Preto, Mariana e João Monlevade
Federais	UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei	12.000	São João del-Rei	São João del-Rei, Divinópolis, Sete Lagoas e Ouro Branco
Federais	UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro		Uberaba	Uberaba
Federais	UFU - Universidade Federal de Uberlândia	23.000	Uberlândia	Uberlândia, Patos de Minas, Ituiutaba e Monte Carmelo
Federais	UFV - Universidade Federal de Viçosa	22.000	Viçosa	Viçosa, Rio Paranaíba e Florestal
				Continua...

continuação

Tipo	Instituição	Alunos	Reitoria	Campi
Federais	UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri		Diamantina	Diamantina, Teófilo Otoni, Unaí e Janaúba
Federais	UNIFAL - Universidade Federal de Alfenas		Alfenas	Alfenas, Poços de Caldas e Varginha
Federais	UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá		Itajubá	Itajubá e Itabira
IFET	IFMG - Instituto Federal de Minas Gerais		Belo Horizonte	Belo Horizonte, Betim, Bambuí, Congonhas, Formiga, Governador Valadares, Ouro Branco, Ouro Preto, Piumhi, Sabará, Ribeirão das Neves e São João Evangelista
IFET	IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais		Montes Claros	Montes Claros, Almenara, Araçuaí, Arinos, Januária, Pirapora e Salinas
IFET	IFSMG - Instituto Federal do Sudeste de Minas		Juiz de Fora	Juiz de Fora, Barbacena, Muriaé, Rio Pomba, Santos Dumont e São João del-Rei
IFET	IFSULDEMINAS - Instituto Federal do Sul de Minas		Pouso Alegre	Pouso Alegre, Inconfidentes, Machado, Muzambinho, Passos e Poços de Caldas
IFET	IFTM - Instituto Federal do Triângulo Mineiro		Uberaba	Uberaba, Patos de Minas, Patrocínio, Paracatu, Uberlândia e Ituiutaba
Estaduais	FJP - Fundação João Pinheiro		Belo Horizonte	Belo Horizonte
Estaduais	UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais		Belo Horizonte	Belo Horizonte, Barbacena, Diamantina, Frutal, João Monlevade, Passos, Poços de Caldas e Ubá

Continua...

Continuação

Tipo	Instituição	Alunos	Reitoria	Campi
Estaduais	UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros		Montes Claros	Montes Claros, Almenara, Brasília de Minas, Espinosa, Janaúba, Januária, Paracatu/Unaí, Pirapora, Salinas, São Francisco e Várzea da Palma
Privadas	Universidade de Itaúna - (UIT) - Itaúna		Itaúna	Itaúna
Privadas	Rede de Ensino Doctum			Almenara, Carangola, Caratinga, Cataguases, Ipatinga, João Monlevade, Leopoldina, Juiz de Fora, Manhuaçu e Teófilo Otoni
Privadas	Instituto de Ensino Superior Presidente Tancredo Neves - (IPTAN)		São João Del Rei	São João Del Rei
Privadas	Centro Universitário de Lavras (Unilavras) - Lavras		Lavras	Lavras
Privadas	Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé (Unifeg)		Guaxupé	Guaxupé
Privadas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC		Belo Horizonte	Belo Horizonte, Betim, Contagem, Serro e Poços de Caldas
Privadas	Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS		Alfenas	Alfenas, Belo Horizonte, Poços de Caldas e Varginha
Privadas	Universidade de Uberaba - UNIUBE		Uberaba	Uberaba, Uberlândia, Araxá
Privadas	Faculdades Associadas de Uberaba - Fazu		Uberaba	
Privadas	Fcetm - Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro		Uberaba	
Privadas	Universidade Presidente Antônio Carlos - Barbacena		Barbacena	Unidades em muitas cidades do estado
Privadas	UNIFEMM - Centro Universitário de Sete Lagoas		Sete Lagoas	
Privadas	Centro Universitário do Leste de Minas Gerais			Coronel Fabriciano e Ipatinga
Privadas	Centro Universitário Eaprenda Elearning - CUEA MG		Cel Fabriciano	Coronel Fabriciano, Belo Horizonte e Vespasiano
Privadas	Centro Universitário de Patos de Minas - UNIPAM		Patos de Minas	Patos de Minas

Fonte: IBGE, Portal Minas, Portal Educação (2018).

No Estado de Minas Gerais, o ensino superior conta com grande presença de instituições federais, as Universidades Federais e mais recentemente os Institutos Federais IFETs. Os institutos e campi das universidades Federais estão espalhados por todas as regiões do Estado de Minas. O Sudoeste é servido pelo Instituto Federal localizado na cidade de Muzambinho e esta unidade é nucleada pela cidade de Pouso Alegre, do Sul de Minas.

Instituições estaduais são apenas três. A Fundação João Pinheiro em BH, a estadual de Montes Claros, que atende a região Norte de Minas, com campi espalhados por muitas cidades. E a estadual de Minas Gerais que atende várias regiões, inclusive a cidade de Passos, no Sudoeste, a partir da incorporação de uma faculdade particular daquela cidade.

Com relação as universidades e Centros Universitários de capital privado, no Sudoeste de Minas estão presentes a Universidade de Alfenas – em Alfenas, Sudoeste de Minas – e o UNIFEG – na cidade de Guaxupé. As demais, no triângulo mineiro ou região a Noroeste do estado.

A entrada do IFET nas cidades de Muzambinho e Passos e da Universidade estadual em Passos promoveram alguma dinâmica recente da cidade sobre níveis de salários, serviços associados, imóveis, enfim. Mas não corresponde a um efeito que possa imediatamente repercutir em escala regional. A distribuição das instituições de ensino superior na cobertura da demanda regional se encontra ainda equilibrada.

Capítulo II: Formação Econômica do Sudoeste de Minas Gerais e Reflexos à Industrialização Brasileira

Este capítulo aponta, de forma sintética e objetiva, a formação econômica do sudoeste de Minas Gerais. Por vezes, tece observações sem o rigor da delimitação espacial fortemente determinada, por duas razões: a inexistência de informações disponíveis ou inacessíveis e a própria espacialidade, pois que os municípios desta região começaram a ser criados no final do século XIX, início do século XX. Alguns foram criados mais recentemente, nos anos 1950, 1960 e mesmo 1970. O que se pretende é apresentar como a região respondeu aos períodos⁶ da economia exportadora capitalista (1888 – 1932), da industrialização restringida (1933 – 1955) e da industrialização pesada (1956 – 1961, com efeitos que se prolongaram à década seguinte). Neste tempo, o Sudoeste mineiro era ainda fortemente subsidiário à economia paulista, pela integração das atividades agrícolas cafeeiras e pela dependência de diversos bens de consumo.

O Sudoeste de Minas emerge com a expansão cafeeira, sob trabalho assalariado de população imigrante, composta majoritariamente por italianos, seguida dos sábio-libaneses e de outras nacionalidades, como os espanhóis e alemães. Segundo Oliveira e Grinberg “terras férteis e abundantes e quase a custo-zero” (Oliveira e Grinberg, *apud* Castilho, 2009) eram encontradas no Sudoeste mineiro para o plantio de café, que marcaria a nova ordem econômica regional.

Esta região teve, antes disto, um curto passado escravagista. Contava com uma grande concentração de população, chegando a ser superior às demais regiões do estado de Minas, e sua economia era bastante diversificada, dedicada à pecuária e à agricultura, tendo esta produção como destino a subsistência regional e o abastecimento do Rio de Janeiro e de São Paulo.

[...] ‘Sul de Minas’ [...]. Em ‘História Econômica do Brasil’, Caio Prado Júnior ao falar sobre o abastecimento de produtos agrícolas no século XVIII para a região de mineração aurífera em Minas e para o Rio de Janeiro (capital da Colônia a partir de 1763), já reconhece a importância dessa região. ‘Servir-lhes-á sobretudo o Sul de Minas Gerais, onde se desenvolve uma economia agrária que embora não contando com gêneros exportáveis de alto valor comercial – como se dera com as regiões açucareiras do litoral –, alcançará um nível de relativa prosperidade.’ (PRADO JR, 2008, p. 65). Tal região desenvolveu um intenso comércio, a princípio com as regiões auríferas, depois com o Rio de Janeiro, e juntamente com

⁶ Periodização base na obra de João Manuel Cardoso de Mello e Maria da Conceição Tavares.

este surge São Paulo na segunda metade do século XIX (Saes e outros, 2005: 07).

No Sul de Minas concentrava-se, no momento da penetração cafeeira, o segundo maior plantel de escravizados do estado. E existiam mesmo em pequenas propriedades. Convivia uma economia de relativa fragilidade, mas com alguma capacidade econômica de comércio e mesmo de subsistência, o que garantia a manutenção dessa significativa população escravizada.

Tabela 5 – Minas Gerais: População Escravizada, por Regiões, 1873-1886

Regiões	1873	1880	1884	1886
Metalúrgica – Mantiqueira	95.401	63.160	51.820	49.436
Mata	100.776	100.248	106.939	104.360
Sul	81.511	71.682	63.982	61.270
Alto Paraíba	18.463	11.616	10.443	9.998
Oeste	33.711	29.806	24.440	23.152
Triângulo	7.996	9.436	5.921	5.522
S. Francisco - Montes Claros	7.983	8.325	7.574	7.411
Paracatu	2.639	1.714	1.587	1.548
Jequitinhonha Mucuripe-Doce	34.160	28.551	26.225	23.794
TOTAL	382.640	324.538	298.931	286.491

Fonte: Costa (2002 p. 33) *apud* CASTILHO, 2009).

2.1. Integração Econômica pela penetração das Ferrovias

Foi no início do século XX que as cidades do sudoeste mineiro apresentaram maior dinâmica na produção cafeeira, coincidente com a criação das estradas de ferro nos ramais de Guaxupé–Guaranésia (1912); Guaranésia–Catitó (1912); Itiguassú–Monte Santo de Minas (1913); Monte Santo de Minas–São Sebastião do Paraíso (1913); Pratápolis–Itaú (1921); e Itaú–Passos (1921). Essas são as datas de inauguração das estações ferroviárias na região do Sudoeste, segundo dados da Companhia Mogiana de Estrada de Ferro (Oliveira e Grinberg, 2007: 19).

A expansão ferroviária permitiu a entrada da atividade cafeeira e promoveu a integração regional à economia paulista. Antes, já se viam presentes nichos de produção, mas dada a topografia típica do estado de Minas Gerais, fortemente montanhosa, as atividades estavam, ao mesmo tempo, protegidas e fadadas a limitada expansão.

As paisagens de Minas, embora não sejam obviamente pitorescas, inspiram um senso de espaço e poder, e as vezes, de intimidade, fato que pode ser observado nos vestígios das altas e velhas florestas que

se aninham nos contornos dos morros erodidos ao sul. “Como em todo o trópico”, observou certo geógrafo francês, “a natureza em Minas Gerais é monótona, sedutora e brutal” Esta passagem de isolamento deixou sua marca no caráter regional. Encontrando-se por acaso na rua, os mineiros frequentemente dizem: Você sumiu. (Wirth, 1982: 44-45).

A entrada da locomotiva permitiu melhor eficiência nos volumes e capacidade de exportação. Permitiria especialmente o avanço e a penetração da cultura cafeeira. Alguns autores advertem também que a ferrovia no estado de São Paulo mostrou-se mais conexa e mais eficiente que a oferta do mesmo serviço em Minas Gerais.

[...] na década de 1880, surgiu a “Viação Férrea Sapucahy” e logo depois a Estrada de Ferro Muzambinho. Ambas corriam quase que paralelamente, ligando várias cidades sul mineiras. A leste elas se ligavam a Minas e Rio. A oeste se encontravam com a “Companhia Mogyana de Estradas de Ferro”, originária da província de São Paulo, servindo a uma grande região cafeeira (Mapa 3). A Mogiana, uma dessas quatro ferrovias no sul mineiro, penetrou o triângulo e o Sul de Minas, atingindo regiões de grande comércio de abastecimento, mas que também já começava a produzir café para exportação. “Basta lembrar que a região mais favorecida, a do sul do Estado, quase triplicou a sua produção no espaço de cinco anos, especialmente quanto ao café”¹⁰. As concessões são realizadas nos anos 70, mas as inaugurações datam dos anos 80 e 90 do XIX. No caso da Muzambinho, nem mesmo a concessão das garantias de juros sobre os capitais investidos aconteceu. Ela “não tem garantia de juros, nem subvenção kilométrica, vão servir à uma zona importante e parece que terá renda suficiente e remuneradora dos capitais nela empregados”¹¹. Serviu cidades como Varginha e Areado, famosas pela produção de café na última década do século XIX e século XX. (Saes e outros, 2005: 8)

Na figura 8 (abaixo), no mapa ferroviário de Minas Gerais, em 1909, vê-se o ramal projetado sentido sudoeste de Minas, que posteriormente se estenderia até a cidade de Passos – MG.

Figura 8 – Mapa Ferroviário de Minas Gerais – 1909.



Fonte: Godoy, 2008.

Na virada do século XIX para o século XX, os investimentos em estradas de ferro (nas décadas de 1870, 1880, 1890) eram majoritariamente privados. Só depois, entre 1900 e 1930, o governo rescindiu as concessões e passou a liderar a ação de investir e administrar a malha ferroviária.

Foi a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (CMEF) que serviu o Sudoeste de Minas da malha ferroviária. A Mogiana é uma empresa com sede na cidade de Campinas, portanto uma empresa paulista. No final do século XIX e início do século XX, os vínculos do Sul e Sudoeste mineiro, com o escoamento do café, davam-se para o Rio de Janeiro e para o estado de São Paulo, ao porto de Santos. Mais ao Rio, inicialmente, que a São Paulo. Havia, por isso, alguma resistência para a entrada da Mogiana em relação ao domínio paulista. Eis por que, trechos das rodovias que inicialmente penetraram esta região foram executadas por lideranças locais. Em Guaxupé, destaca-se o Barão de Guaxupé, seguido por seu filho, o Conde Ribeiro do Valle. Eram privadas as iniciativas dos investimentos, exequíveis por meio de financiamento público, concedido ao estado de Minas Gerais. Conde Ribeiro do Valle liderou um trecho da malha para permitir a conexão de Guaxupé com a Cia. Mogiana. Pouco anos depois, a Cia. Mogiana adquiriu a concessão. A entrada da Mogiana desviou o escoamento que antes ia para o Rio de

Janeiro, a partir de então, para o porto de Santos. Os volumes, que antes eram canalizados para Muzambinho e Poços de Caldas e de lá para o Rio, seguiriam, a partir de então, para Santos. Esta disputa estava nos objetivos das empresas ferroviárias, segundo Lopes (2016).

Em 1901 é iniciada a construção de um ramal partindo do ramal de Mococa, na estação Ribeiro do Valle, rumo à divisa de Minas Gerais, numa extensão de 31 quilômetros. De acordo com a concessão que o Conde Ribeiro do Vale obtivera do Governo Mineiro, partiria um ramal de Guaxupé até a divisa com o estado de São Paulo, entroncando-se com a futura linha de Ribeiro do Vale a Júlio Tavares. O ramal de Guaxupé é inaugurado em 15 de maio de 1904 e em 3 de dezembro de 1908 foi adquirido pela Cia. Mogiana o trecho mineiro do ramal, de Júlio Tavares até Guaxupé. No primeiro ano de funcionamento, o Ramal de Guaxupé da Mogiana capturara parte da receita da Estrada de Ferro Rio Minas [...] (Lopes, 2016: 7)

As ferrovias permitiriam o avanço e a penetração da atividade cafeeira, embora não tenham promovido forte integração como a que ocorreu em São Paulo. Duas razões supostamente para isso podem ser a topografia mineira que limitava a difusão ferroviária e, de certa forma, elevava seus custos de instalação, e a diversificação produtiva – típica àquela época – que não garantia alta escala de produção compatível com transporte ferroviário. Esta compatibilidade vai se dar justamente nas atividades de transporte de minério de ferro e café.

A produção de gado e produtos de animais constituía a segunda maior atividade exportadora de Minas. O estado de São Paulo, com mais intensa modernização, passou a dominar o setor de abate e processamento de carnes, levando Minas a exportar o gado vivo e, com isso, mitigar o processamento no próprio estado. Entre 1895 e 1936, a exportação de animais vivos passou de 101.425 para 598.117 (Wirth, 1982: 90).

Minas Gerais é um estado de economia diversificada e fragmentada. Nunca teve grande integração produtiva e comercial internamente. Cada uma das suas extremidades relaciona-se mais intensamente com seus vizinhos. Essa deficiência de integração, e também de transporte, condicionada, primeiro pelas relações com seus pares mais próximos, e depois pelos bloqueios topográficos, foram entraves ao desenvolvimento do comércio interno. As limitações do comércio se reproduziam em limitações de crédito. Por isso, talvez, Minas tenha uma história de criação de inúmeras casas bancárias, que não eram expressivas nos volumes transacionados, mas significativas em número. Em 1921, Minas contava com 63 casas bancárias, das quais 59 se localizavam na metade sul

do estado. Eram, mesmo assim, insuficientes para atender à demanda por crédito dessa economia (Wirth, 1982: 102).

Tabela 6 – Estabelecimentos Bancários Mineiros Criados antes de 1920 e Existentes em 1925

Fundação	Nome do Estabelecimento	Sede	Zona	Agências
1889	Banco de Crédito Real de Minas Gerais	Juiz de Fora	Mata	8
1909	Banco de Guaxupé	Guaxupé	Sul	-
1911	Banco Hypot.e Agríc.de Minas Gerais	Belo Horizonte	Metalúrgica	11
1912	Casa Banc, Rib. Junqueira Ir & Botelho	Leopoldina	Mata	1
1912	Casa Bancária Cia. Industrial Sul Mineira	Itajubá	Sul	-
1914	Banco Com. e Lavoura de Muzambinho	Muzambinho	Sul	-
1917	Banco Santaritense	S. Rita do Sapucaí	Sul	1
1918	Banco Comercial de Alfenas	Alfenas	Sul	-
1918	Banco de Monte Santo	Monte Santo	Sul	-
1918	Casa Bancária Moreira Salles & Cia.	Poços de Caldas	Sul	-
1918	Casa Bancária Dias Cardoso	Juiz de Fora	Mata	-
1918	Casa Bancária Alves, Pereira & Cia.	Guaranésia	Sul	-

Fonte: Estado de Minas Gerais - Sociedade da Agricultura (Serviço Estatístico real) Anuário Estatístico de Minas Gerais: BH 1929 (1922/1925), pp 952/967. In: COSTA, Fernando Nogueira da. Dissertação de Mestrado - IFCH - UNICAMP. Campinas: 1978. Tarja nossa, p. 14.

A tabela 6 (acima) mostra o surgimento das casas bancárias em Minas Gerais. A maioria delas está no Sul de Minas. Das doze casas bancárias, 08 estão no Sul de Minas e 05, no Sudoeste do estado. Mas o maior volume de agências está na região central Metalúrgica de Belo Horizonte. Esta estruturação bancária é um passo de rompimento da transferência de excedentes de riqueza para outras regiões - Rio de Janeiro, à época, por exemplo.

Costa (1978) afirma que a cafeicultura mineira não foi capaz de aflorar em atividades dinâmicas, como ocorrido em São Paulo. Afirma que a indústria em Minas é mais voltada para atendimento da demanda local ou regional e é também descentralizada. Embora deixe claro que não havia ganhos de produtividade diferencial na exploração das terras pioneiras.

Levantamos esse ponto com o intuito de destacar que não teria ocorrido um “vazamento” de capital-dinheiro da cafeicultura mineira para eventuais aplicações em indústrias e/ou bancos (ou mesmo outra atividade econômica que assegurasse uma rentabilidade positiva, garantindo a reprodução global dos lucros) não por não ter o início do século se constituído num “auge exportador” nem tampouco por ser uma época de crise de preços externos que diminuiria as margens de lucro dos cafeicultores (24). Na verdade, isto é devido, por um lado, às frágeis bases de acumulação cafeeira produtiva em Minas Gerais, como, por exemplo a já inexistência como vimos de terras virgens nas zonas

pioneiras (que permitiriam um diferencial de produtividade que dessem uma taxa de retorno compensatória), e por outro, à ausência em Minas de um mecanismo apropriador, centralizador e diversificador do capital cafeeiro como ocorrido em São Paulo (Wirth, 1982: 21).

Atrelados às regiões mais dinâmicas e desenvolvidas, o Sul e Sudoeste de Minas experimentaram declínio populacional pós-1920, sinalizando tendência para uma quase estagnação. Entre 1920 e 1940, a participação percentual do Sul de Minas no estado cai de 21% para 18% (Wirth, 1982: 61). Dos anos 1950 aos anos 1970, houve modesto crescimento populacional, confirmando a tendência mineira de fornecedora de mão de obra para regiões mais dinâmicas.

Nas cidades do Sudoeste de Minas, alguns municípios experimentaram decréscimo populacional em número absoluto. Em outros casos, o que ocorreu, de fato, foi a criação de novos municípios, dividindo a população. Polos regionais, idades maiores, absorveram parte do movimento migratório.

Tabela 7 – População do Sudoeste de Minas Gerais por Município

Municípios que compõem a Região do Sudoeste de Minas Gerais	1950	1970	Variação Absoluta	Variação %
TOTAL	447.212	533.136	85.924	0,19
Alfenas – MG	19.803	28.442	8.639	0,44
Alpinópolis – MG	10.571	15.930	5.359	0,51
Alterosa – MG	6.891	7.860	969	0,14
Arceburgo – MG	8.741	6.822	-1.919	-0,22
Areão – MG	8.178	8.049	-129	-0,02
Bandeira do Sul – MG		2.745	2.745	
Boa Esperança – MG		20.518	20.518	
Bom Jesus da Penha – MG		2.654	2.654	
Botelhos – MG	12.402	12.654	252	0,02
Cabo Verde – MG	11.805	10.580	-1.225	-0,10
Campestre – MG	17.961	15.578	-2.383	-0,13
Campo do Meio – MG	6.910	8.132	1.222	0,18
Campos Gerais – MG	16.925	19.333	2.408	0,14
Capetinga – MG	6.694	6.528	-166	-0,02
Capitólio – MG		5.778	5.778	
Carmo do Rio Claro – MG	13.983	13.763	-220	-0,02
Carvalhópolis – MG		2.152	2.152	
Cássia – MG	12.617	16.378	3.761	0,30
Claraval – MG		4.300	4.300	
Conceição d Aparecida – MG	8.317	7.520	-797	-0,10
Delfinópolis – MG	8.315	7.500	-815	-0,10
Divisa Nova – MG	4.390	3.555	-835	-0,19
Fama – MG	2.503	2.028	-475	-0,19
Fortaleza de Minas – MG		3.786	3.786	
Guapé – MG	12.835	9.746	-3.089	-0,24
Guaranésia – MG	14.543	11.176	-3.367	-0,23
Guaxupé – MG	18.562	24.273	5.711	0,31
Ibiraci – MG	14.886	8.400	-6.486	-0,44
Illicínea – MG		6.984	6.984	
Itamogi – MG	7.990	7.326	-664	-0,08
Itaú de Minas – MG		0	0	
Jacuí – MG	10.542	6.384	-4.158	-0,39
Juruaia – MG	7.708	5.272	-2.436	-0,32
Machado – MG	22.708	21.556	-1.152	-0,05
Monte Belo – MG	11.978	11.873	-105	-0,01
Monte Santo de Minas – MG	17.317	16.501	-816	-0,05
Muzambinho – MG	16.140	15.206	-934	-0,06
Nova Resende – MG	12.505	8.789	-3.716	-0,30
Paraguaçu – MG	11.106	12.390	1.284	0,12
Passos – MG	33.811	54.879	21.068	0,62
Poço Fundo – MG		12.752	12.752	
Pratápolis – MG	8.875	17.199	8.324	0,94
São João Bat. do Glória – MG	5.017	4.980	-37	-0,01
São José da Barra – MG			0	

Continua...

...Continuação

Municípios que compõem a Região do Sudoeste de Minas Gerais	1950	1970	Variação Absoluta	Variação %
São Pedro da União – MG	5.733	4.904	-829	-0,14
São Seb. do Paraíso – MG	23.658	28.538	4.880	0,21
São Tomás de Aquino – MG	9.334	6.879	-2.455	-0,26
Serrania – MG	4.958	4.544	-414	-0,08

Fonte: IBGE - Serv. Nacional de Recenseamento. Série Nac., Vol. I, BRASIL, Censo Demográfico: 1950; Censo Demográfico Minas Gerais - IBGE, 1970.

O crescimento populacional foi de 19% no conjunto total entre os anos de 1950 e 1970. Para o estado de Minas, o crescimento populacional saltou de um total de 7.782.188, em 1950 para 11.645.095, em 1970 (IBGE). Equivalente a 49,6%. Mesmo Minas sendo um estado com forte característica de emigração, experimentou crescimento muito superior aos 19% da região sudoeste.

É possível sugerir que essa região – mais o Sudoeste do que o Sul – teria sofrido, ao longo das décadas, perdas relativas em condição similar ao que implica a teoria da relação centro-periferia para com o estado de São Paulo. Trataria de ser uma região fornecedora de produtos primários e importadora de produtos manufaturados com maior valor agregado. Sofreria, assim, sistemática deterioração das relações de troca. Refere-se, aqui, à situação similar, pois esta teoria só deve ser considerada quando se trata de países diferentes, já que o câmbio é fator de relevância no condicionante da formação da periferia, dado o menor poder de barganha destes países menos desenvolvidos. Mas, se se reproduz a métrica desta relação internamente no país, seria possível supor que Minas Gerais sofreu num processo de barganha com outros estados, no caso, com o estado do Rio de Janeiro, num primeiro momento, e com o estado de São Paulo, num segundo momento. Não há, necessariamente, uma perda absoluta, pois que o crescimento de São Paulo como centro dinâmico, a partir do Complexo Exportador Cafeeiro, promoveu crescimento positivo para todo o restante do país. Ocorre, porém, que Minas encontra-se como fornecedora de artigos primários a estes dois estados e, ao mesmo tempo, importadora de produtos manufaturados (Wirth, 1982: 77) de maior valor agregado desses mesmos estados. Estados estes que tiveram uma dinâmica industrial mais sólida, tal como um canal de exportação que lhes garantiram significativa vantagem relativa.

Entre as décadas de 1960 e a primeira metade da década de 1970, a malha ferroviária – Mogiana – que atendia a região do sudoeste de Minas, foi sendo paulatinamente desativada. Há uma clara intensificação e preferência dos organismos públicos para o estímulo às rodovias em detrimento do modal ferroviário. Devido a essa

substituição de modais de transporte e mudança na rota do fluxo dos transportes de pessoas e de cargas, regiões e cidades sofrem destruição e criação de valores. Ocorre o que Marx conceituou por acumulação primitiva⁷. Novas cidades ganham com a intercessão do transporte, criando valor para a terra e localizações vizinhas, enquanto os lugares que antes centralizavam negócios e operações sofrem perdas por desvalorização locacional.

Embora tenha sido a introdução da cultura cafeeira o marco da expansão regional do Sudoeste de Minas Gerais – a criação das cidades, a incorporação regional no capitalismo –, a região se torna relevante na produção cafeeira nacional somente na década de 1970, com implementação de novas técnicas, a partir de associações como o Instituto Agrônomo de Campinas e o Instituto Brasileiro do Café. Isto gerou, à época, o aumento da produção, da produtividade, “dos lucros dos produtores e na consolidação do complexo agroindustrial do café sul-mineiro” (Oliveira e Grinberg, 2007: 19).

Segundo diagnóstico feito pela agência ADEBRAS de desenvolvimento em 2002, a região Sudoeste de Minas Gerais sofreu fortemente com a crise da década de 1960. Pode experimentar crescimento nos anos 1970 com a economia cafeeira em sistema cooperativista. Nos anos 1980 sofreu reversão do ciclo anterior resultando em regressão econômica regional. Nos anos 1990 permitiu alguma recuperação no conjunto da região, mas apresentou padrões diferenciados nos municípios indicando um processo de estagnação do crescimento, regressão econômica e piora das condições de vida (ADEBRAS, 4-5: 2002).

Em síntese, o Sudoeste de Minas Gerais teve um passado de fornecedora de alimentos para outras regiões mais dinâmicas. Manteve, mesmo que sob relativo atrofamento, uma população numerosa e grande plantel de escravos nas grandes propriedades e até mesmo nas pequenas. Sofreu quebra de paradigma com a entrada do café vindo da expansão do Complexo Exportador Cafeeiro sob liderança de São Paulo, dinamizada pela expansão das linhas férreas.

⁷ O conceito de acumulação primitiva descrito por Marx correspondia à fonte original da acumulação realizada por meio da expropriação. No sentido que aqui nos referimos corresponde criação de valor sobre os “lugares” sem que neles tenha havia incorporação de trabalho. As terras que antes correspondiam a centralidades perdem esta condição, portanto importância e valor. Nas novas terras, agora servidas por novas possibilidades de transporte, pela eficiência obtida no transporte equivalente à redução do tempo no espaço, ganham valor e dão a essas terras (lugares) renda diferencial. Da mesma forma como ocorre no espaço urbano quando da criação (pelo Estado) de uma avenida ou equivalente que valoriza o seu entorno.

Por algum tempo, foi possível desenvolver crédito em pequenas casas bancárias, garantindo retroalimentação dos recursos e excedentes econômicos internamente, de certa forma protegida pela sua condição topográfica. Mas essas casas bancárias vão deixando de existir, à medida que o capital se torna mais concentrado e dinâmico e se sobrepõe às regiões mais desenvolvidas e dinâmicas.

Até os anos sessenta, apesar das ferrovias, das casas bancárias e da penetração cafeeira, a região Sudoeste mostra baixa dinâmica econômica e é perdedora líquida de população para a maioria das cidades e municípios, dentre os 48 municípios do Sudoeste do estado. Revela também forte exploração do trabalho, que pode ter motivado debandada daqueles que podiam sair das cidades, em busca de novas oportunidades em outras paragens. A exploração que relatada acima é correspondente aos mais violentos métodos de acumulação primitiva. Equivalente aos históricos fatos da constituição pré-capitalista tratados pela literatura.

O que se conclui é que, apesar da produção cafeeira, de um passado já populoso, do surgimento de casas bancárias, a região do Sudoeste de Minas não conseguiu promover dinâmica econômica na primeira metade do século XX. Entende-se que esta região sofreu de um processo de extração de excedentes para regiões mais desenvolvidas – São Paulo e Rio – equivalente ao que se vê na relação centro-periferia. Produzia produtos primários e consumia produtos mais elaborados oriundos de centros mais dinâmicos, promovendo constantes transferências de renda.

2.2. Subordinação Mineira na Divisão Social do Trabalho na Primeira fase da Industrialização Brasileira: 1930 – 1960

Minas Gerais ocupa uma posição geográfica privilegiada. Posição central na economia brasileira, beneficiando-se das integrações com o próprio Sudeste, o Centro-Oeste e o Nordeste do país. Desempenha, por isso, um papel integrador das diferentes regiões do Brasil. Minas, especialmente o Sul/Sudoeste pôde atuar como economia complementar à indústria paulista. Por vezes, como fornecedora de matéria-prima, por outras, como produtora de alguns bens manufaturados.

Segundo Cano (2007) o processo de industrialização que o Estado brasileiro fomentou a partir da década de 1930, tendo o estado de São Paulo como núcleo dinâmico e articulador do incipiente mercado de consumo nacional, permitiu a Minas Gerais integrar-se comercialmente aos centros de expansão industrial naquele momento. Assim, à proximidade das áreas sul e leste de Minas

Gerais com os dois principais estados industriais do país, propiciou a intensificação de relações capitalistas de produção e, conseqüentemente, a inversão de capitais em atividades industriais complementares, aproveitando-se da crescente expansão de meios de transporte com abertura de rodovias na região Sudeste. (Pereira, 2015: 22)

A dinâmica paulista foi fator de atração de mão de obra e, claro, intensamente das regiões vizinhas. Por isso, à medida que São Paulo ganhava expressão urbano-industrial, a economia mineira experimentava certo esvaziamento populacional. O censo de 1940 registrou que 829.521 mineiros viviam fora de Minas Gerais, o que representava 12,9% da população presente no estado (Diniz, 1981: 37). Esses migrantes eram atraídos para São Paulo, por um fenômeno que se seguiu por décadas. Constantes fluxos migratórios deixaram um legado de pequenas cidades com baixa concentração populacional urbana e fizeram de parte das cidades apenas um “lugar” à visão da teoria do lugar central de Christaller⁸. Aquelas cidades muito pequenas não tiveram a possibilidade de desenvolver relações de produção e especialização mais profundas, limitando, assim, seu desempenho, crescimento e geração de renda. Permitiu-se, por isso mesmo, uma constante transferência de excedentes.

Os pequenos núcleos urbanos não apresentam o dinamismo econômico necessário para gerar os empregos suficientes para reter a população nestes espaços, oferecendo apenas os serviços públicos básicos na área de saúde e educação (Pereira, 2015: 22).

Com o advento da industrialização, a produção cafeeira foi migrando para Minas (e Paraná, bem como a fronteira agrícola foi avançando para o Centro-Oeste do país), onde, atualmente, representa o grande *locus* de produção do setor e, em São Paulo, consolida-se a indústria, o que vai representar e aprofundar mais ainda a distinção entre regiões mais e menos desenvolvidas.

[...] a década de 1950 acentuou-se o atraso relativo de Minas Gerais. São Paulo aumentou sua participação no produto industrial de 41% em 1939 para 49% em 1949 e 56% em 1959. Enquanto isso, Minas Gerais reduziu a sua participação de 7,5% em 1939 para 6,6% em 1949 e 5,8% em 1959. (Diniz, 1981: 119).

Apesar da privilegiada localização, a capacidade de Minas em atrair investimentos foi sempre muito baixa, pelo menos até a década de 1950. A topografia montanhosa de

⁸W. Christaller (1966) definiu a hierarquia dos lugares partindo de um pequeno local onde se realizam oferta e demanda básicas para centros maiores até uma cidade com a capacidade de ofertar diversos e complexos serviços.

Minas, combinada à dificuldade de transportes e comunicação foram barreiras fundamentais, reforçando uma condição de desenvolvimento atrasado. Contribuiu para esse padrão de desenvolvimento subordinado a estrutura de transporte que, em Minas, foi incapaz de articular o estado internamente e promover dentro dele integração e desenvolvimento. Sua estrutura de estradas e rodovias serviu mais para reforçar a sua tradicional condição periférica. O transporte ferroviário, que vigorou até o final dos anos 1960 e começo dos anos 1970, serviu como matriz para o escoamento da produção cafeeira para o Sudoeste mineiro. Pouco serviu ao transporte de pessoas e à integração regional.

Se Indústria é sinônimo de desenvolvimento, pela sua capacidade de geração de efeito à montante e à jusante, e por sua capacidade de distribuição de renda e elevação da média de salários, para que surjam indústrias é necessário que haja certo grau de relações capitalistas e de divisão social do trabalho. A fragilidade dessas relações capitalistas em Minas foi limitadora a este desenvolvimento. As indústrias que surgiam ali eram menores e menos produtivas que as de São Paulo. Enfrentavam dificuldade de transporte e eram menos competitivas. Não havia nucleação dentro do estado de Minas, e cada região conversava com seus estados vizinhos. Mesmo nas atividades agrícolas, as fazendas paulistas eram maiores e mais produtivas que em Minas, na ordem de 3x1, o que comprovava a baixa produtividade e denunciava menor dinamismo nas suas relações capitalistas.

Isso tudo colocava Minas em relativo atraso em relação ao estado de São Paulo e, por isso, foi fonte de intensa luta política para sua superação, ao longo de décadas. O atraso de Minas se deve também a uma população dispersa, à ausência de um centro aglutinador, à dificuldade de transporte e de comunicação, à limitação topográfica e aos resquícios da economia do século XVIII. As empresas que se instalavam ao longo do estado tinham que prover suas próprias fontes de energia.

Em 1949, existiam em Minas 439 usinas elétricas, (sendo 360 públicas e 79 privadas) (Diniz, 1981: 116). Apesar disso, iniciativas industriais foram experimentadas precocemente em Minas Gerais. Afirmamos isso para não deixar escapar que houve investimentos industriais em Minas Gerais, mas pontuais e, especialmente ou com destaque, para a região da Zona da Mata, mais precisamente a cidade de Juiz de Fora, pela sua condição muito próxima ao Rio de Janeiro. A primeira usina de eletricidade do país data de 1889 e é a primeira usina de eletricidade comercial da América do Sul, em Juiz de Fora (a “*Manchester*” Brasileira).

O surto de industrialização ocorrido na cidade de Juiz de Fora, fruto dos surtos industriais que se originaram na região onde predominou a atividade agroexportadora cafeeira, não produziu os efeitos dinâmicos como ocorreu em São Paulo de modo a integrar as diversas Minas [...] o desenvolvimento do setor mineiro-metalúrgico-siderúrgico, consolidado na década de 1950, que conduziu progressivamente a Zona Metalúrgica à condição de área tendencialmente concentradora da atividade industrial do estado, dando suporte ao projeto de constituição de um polo que pudesse articular as diversas Minas (Paula, 2010).

Os primeiros fluxos de investimento estrangeiro ao Brasil destinavam-se a São Paulo pela clara superioridade de atração de capital, dada sua vantagem na dinâmica urbana, renda, vantagens aglomerativas, enfim, o que foi fazendo de Minas um estado fornecedor de bens primários e depois intermediários, conduzindo esse estado a uma especialização produtiva. Isto configura a condição subordinada de Minas e do Sudoeste de Minas, objeto de investigação, neste trabalho.

2.3. Esforços à Industrialização Mineira

Com a construção de Brasília, Minas se tornaria passagem obrigatória para as ligações entre a nova capital e os principais centros econômicos do país: São Paulo e Rio de Janeiro. Também a ligação Belo Horizonte-Brasília e Belo Horizonte-Vitória. A infraestrutura mineira melhorou e a indústria expandiu-se, especialmente nos setores intermediários (metalurgia e cimento), mas isso não garantiu, necessariamente, intensificação significativa na dinâmica econômica mineira.

Durante o “milagre econômico” e diante de um cenário de mais estável e próspero horizonte, Minas pôde atrair capitais estrangeiros. A FBKF (Formação Bruta de Capital Fixo) subiu de 16,2%, em 1965, para 28,7%, em 1975 (Diniz, 1981: 179). Qual seria a tendência da localização da indústria nesta nova fase? No primeiro momento do “milagre econômico”, a expansão industrial se daria certamente em São Paulo, por conta da ocupação da capacidade ociosa lá instalada. Mas, em um segundo momento, a tendência era à desconcentração produtiva. Isto porque “o processo de produção é também, e ao mesmo tempo, o processo de apropriação da natureza”⁹ pois, de igual modo, a desconcentração produtiva é uma outra forma de acumulação de capital, de extração de mais valia e até de maior possibilidade de extração de mais valia absoluta, quando o

⁹ Ibidem, p. 180.

capital pode deparar-se com menores salários ou organizações trabalhistas menos estruturadas.

Nesta fase, novos capitais buscariam fontes de acumulação, valendo-se das vantagens locacionais de matéria-prima ou mercado consumidor. Seria necessária, porém, incorporação de recursos naturais e de mercado consumidor. O próprio desenvolvimento das forças produtivas propicia a desconcentração em busca de novos mercados, destruindo estruturas arcaicas de produção, para edificar sobre elas novas e mais dinâmicas relações de produção. Juntamente com esse movimento do capital em Minas, os discursos e anseios políticos comungavam e convergiam também para isso, pois as disparidades sociais regionais eram enormes e isso muito incomodava.

Minas reunia condições para atrair inversões oriundas da desconcentração produtiva industrial paulista. O Sudoeste, especialmente, dada a sua proximidade e sua tradicional relação com São Paulo. Tanto inicialmente como fornecedora de matéria-prima e alimentos, quanto quando da integração via Complexo Exportador Cafeeiro. Seguidos esforços se deram no sentido de superar o ainda considerado “atraso mineiro”.

Para a superação deste “atraso” foram feitos fundamentais investimentos públicos diretos, cujos frutos seriam colhidos a partir do final da década de 1950. A obstinação por tal desenvolvimento não se restringiu a poucos setores. Na pecuária, por exemplo, para elevar o valor agregado do produto –que até então só se vendia gado vivo – foram criadas as empresas estatais FRIMISA e FERTIZA, respectivamente, frigorífico e fertilizante. À frente, nos capítulos posteriores, ver-se-á que, atualmente, na região do Sudoeste de Minas, o desafio que se coloca é justamente a elevação do valor agregado na pecuária e da atividade agropecuária.

Esforços para industrialização eram uma constante. No Sudoeste mineiro, ainda no plano de Metas de JK, foi construída a Usina Hidrelétrica de Furnas. Esta ampliou extraordinariamente a capacidade de oferta energética tanto para o estado quanto para o país. Com a criação da CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais – que construiu a infraestrutura energética) – o projeto de industrializar Minas ganhou concretude. A CEMIG foi criada por Juscelino Kubitscheck, como empresa *holding* e tornou-se um berço de técnicos e dirigentes do setor energético para o Brasil.

[...] no início dos anos 50, a estrutura econômica de Minas começava a ganhar certos contornos que marcariam sua tendência futura como parte do capitalismo brasileiro. Em primeiro lugar, com a expansão da metalurgia e do cimento, iniciava-se a especialização mineira na produção de intermediários, sem a diversificação e integração do parque industrial, redefinindo a divisão inter-regional do trabalho a

nível da indústria, no Brasil. Em segundo lugar, crescia o peso relativo do capital estrangeiro na incipiente indústria mineira, pois as empresas mais importantes estavam sob seu controle: Belgo, Ferro Brasileiro, Mannesmann, Alcan, Cominci. Finalmente, ganhava importância a ideia da empresa pública como suporte e complemento aos setores privados, nacional e estrangeiro, para a expansão capitalista (Diniz, 1981: 84-85).

Em 1956, durante o governo JK e com o forte apoio daquele Governo Federal, foi criada a USIMINAS, apoiada e financiada, parcialmente, pela CSN (assim como ocorreu com a criação da COSIPA, em São Paulo). Posteriormente, a USIMINAS ganhou investimento japonês e foi inaugurada em 1962, por João Goulart.

Esse esforço industrializante contava com nítida orientação de buscar associação com capitais estrangeiros: pela relativa falta de capital privado nacional, pela dependência tecnológica e pelo desinteresse da burguesia nacional em desenvolver projetos, o que opunha ao modelo imediatamente anterior, varguista, do nacionalismo. Esses argumentos acima estavam presentes à justificativa do capital estrangeiro, embora Diniz negue a “incapacidade” do capitalista nacional, atribuindo isso a um “mito”. Outras formas de ganhos atrairiam a elite nacional, com ganhos mais líquidos e de menor risco.

Nos anos 1970, Minas Gerais atraiu 25% dos investimentos estrangeiros destinados ao país. O INDI (Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais) distribuiu panfletos para atração de indústrias para o estado. Havia uma lista de 125 empresas estrangeiras em Minas, ao final dos anos 70. Haviam, nos folhetos, os seguintes dizeres: *“if Minas Gerais is good for all these companies it must be good for your company, too!”* (Diniz, 1981: 208)

Afora a coordenação do estado de Minas, sua infraestrutura, sua localização central e a existência das indústrias de base fizeram de Minas um espaço atrativo ao capital estrangeiro. Mas, de toda essa gama de capitais que em Minas aportara, nenhum investimento desse período instalou-se na região Sudoeste, contrariando qualquer potencial de vantagem que lá existisse, por melhor que fosse: seja locacional, de disponibilidade de mão de obra, de proximidade de São Paulo, ou mesmo de infraestrutura, já que o Sudoeste está às margens da Represa de Furnas. E é justamente nesse período, nas décadas de 1960 e 1970, que a estrutura produtiva de Minas sofre significativa alteração, reduz a participação pecuária no PIB ao mesmo tempo em que aumenta a da construção civil, da mineração e, principalmente, a do setor manufatureiro, além do setor de serviços, que ocorre por derivação dos demais.

Tabela 8 – Estrutura do PIB de Minas Gerais em % nas décadas 1960 e 1970

Setores	1960	1970	1977
Agropecuária	29,9	20,9	13,1
Mineração	1,0	2,4	3,1
Manufatura	17,6	20,6	30,3
Construção	3,5	4,2	9
Serviços Básicos	3,2	5,0	5,3
Outros Serviços	44,8	46,9	39,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: SEPLAN (*apud* DINIZ, p. 226)

O setor de construção triplicou sua participação, assim como o setor de mineração. O setor agropecuário apresentou queda de sua participação para menos da metade, e o setor manufatureiro aumentou sua participação no PIB do estado em mais de 72%. Os investimentos que em Minas se aportaram já tinham um caráter de maior conteúdo tecnológico, não garantindo alto desempenho na absorção de mão de obra. A modernização em Minas foi mais marcante que em qualquer outra parte do Brasil. A produtividade média de Minas, que, em 1959, era 62% da produtividade paulista, em 1974, atinge 97% (Diniz, 1981: 235). Minas Gerais deixava de ter uma indústria dependente de exportação de semielaborados para caminhar rumo à integração interindustrial nacional, o que lhe dava capacidade expansionista.

Minas deveria ter recebido muito mais inversões industriais do que as que recebeu. Sua centralidade geográfica e disponibilidade de recursos eram imensas. Sendo Minas Gerais o hospedeiro das maiores reservas minerais, foi um “insulto” a instalação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) no Rio de Janeiro. Minas era merecedora desse investimento. Mas o governo federal justificou sua instalação pela infraestrutura de que à época Minas não dispunha.

A indústria brasileira, nucleada em São Paulo, seguia, nas décadas de 1960 e 1970, duas tendências: 1) a desconcentração de São Paulo, mas tendendo ainda a permanecer na mesma macrorregião do Sudoeste; e 2) alterar sua participação na divisão internacional do trabalho, com a intensificação do setor de bens de capital e indústria química. Para esta segunda condição ou tendência, Minas Gerais esbanjava fatores atrativos com sua riqueza mineral, indústrias de bens de produção já instaladas (ferro, aço e cimento) e energia elétrica. Diniz (1981) lista diversos fatores que justificariam essa atração, os quais para nós é relevante transcrevê-los aqui:

1. Recursos naturais: tradicionalmente Minas dispunha de largas reservas de minerais, desde o ouro, passando pelo zinco, cobre alumínio, fósforo.
2. Infraestrutura (energia, transporte e comunicações): após as inversões rodoviárias e a criação de Brasília, a ligação da capital federal com as principais cidades e polos de desenvolvimento do país passariam necessariamente por Minas.
3. Indústria de base (cimento e metalurgia): possibilitou atração de investimentos como a AÇOMINAS, Siderúrgica Mendes Júnior, além de fábricas de cimento, outra unidade da ITAÚ, SOEICOM, CIMINAS, CAUÊ. Nenhuma delas no Sudoeste mineiro.
4. Indústria básica e mineração: as indústrias de bens de produção proliferaram em Minas. Antes de 1970, existiam 14 empresas de bens de capital; entre 1970 e 1977, foram criadas outras 17 novas e grandes indústrias, a maioria delas, filiais de capital estrangeiro.
5. Posição geográfica centralizada: sua posição é muito privilegiada. Embora não tenha acesso ao mar, possibilita uso de quatro portos: Tubarão, Rio de Janeiro, São Sebastião e Santos.
6. Aparato institucional e estímulo à industrialização: as instituições BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais), INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial) e CDI (Conselho de Desenvolvimento Industrial) tiveram papel relevante nas negociações e atração de investimentos para o estado, principalmente no exterior.
7. Incentivos fiscais: incentivos fiscais por meio do retorno de ICMS até 100% do investimento físico.
8. Novas alternativas de localização (Norte de Minas com apoio da SUDENE e Sul de Minas, vizinho a São Paulo): entre 1970 e 1977, com apoio da SUDENE, foram para o Norte de Minas 31 novas indústrias. Formou-se na região de Montes Claros um novo polo de desenvolvimento e atração locacional.

Sobre a região Sul de Minas: a cidade de Extrema foi a grande beneficiada pela proximidade de São Paulo e pelos incentivos dados pelo estado mineiro. Transformou-se em um vigoroso núcleo industrial. Ali, instalaram-se, entre 1970 e 1977, 48 indústrias oriundas da desconcentração paulista.
9. Capacidade de negociação dos mineiros: a retórica de ser “explorada pelo imperialismo paulista”. No final dos anos 1960, o governo de Minas fez uma forte

campanha publicitária sustentada com estudos técnicos que traduziu em apoio pelo governo federal vários projetos e iniciativas mineiras. (Diniz: 1981, p. 204).

Minas industrializou-se. Em 1970 haviam 125 empresas estrangeiras instaladas em Minas Gerais. Parte significativa no Sul do estado, mas por que não vieram para o Sudoeste de Minas?

Mesmo com essa gama de fatores favoráveis às inversões industriais em Minas, o Sudoeste de Minas não foi capaz de atrair investimentos industriais naquela ocasião. A região mais próxima ao eixo Rio – São Paulo, o Sul de Minas, pôde beneficiar-se. Mas a principal motivação do deslocamento produtivo industrial para aquela região deveu-se ao benefício da rodovia Fernão Dias.

Combinados, a Rodovia Fernão Dias, ligando São Paulo – BH, e os benefícios fiscais promovidos pelo Estado, estimularam a penetração das atividades industriais no Sul de Minas, oriundos da desconcentração paulista em curso.

Como veremos no item seguinte, a Sudoeste de Minas não recebeu inversões nesta fase da desconcentração paulistas. A cidade do Sul mais beneficiada é a cidade de Extrema, cuja localização, na divisa com o Estado do São Paulo é muito próxima à Campinas e à capital paulista. Portanto, os estímulos, já naquela época, extraíam recursos do setor público, enquanto a localização da planta se instalava nos locais que melhor atenderiam aos interesses do capital.

A desconcentração paulista que aconteceu até os anos setenta se deram em dois sentidos. No sentido interior do estado de São Paulo, aproveitando todo o arcabouço que São Paulo já detinham – urbanização, relações capitalistas desenvolvidas e vantagens de integração produtiva e mercado consumidor. E no sentido para o restante da periferia nacional, que embora promoveu desenvolvimento, foi menos intensa que dentro do estado de São Paulo.

No caso em estudo, o Sul de Minas, foi beneficiado desta desconcentração, especialmente por conta da Rodovia Fernão Dias e seus polos de ligação, em detrimento do Sudoeste de Minas, que não recebeu nenhuma inversão industrial no período.

2.4. O Papel da Rodovia na Determinação da localização Industrial, Sudoeste de Minas diante a Desconcentração Produtiva: 1960 - 1980

A matriz rodoviária, que veio sobrepor o modal ferroviário por meio das estradas e rodovias, deu um contorno mais eficiente à nucleação da capital Belo Horizonte como eixo central para as regiões mineiras. Antes disso, cada uma das regiões conectava-se àqueles polos dinâmicos dos quais guardava laços comerciais ou produtivos. Cada uma das regiões era integrada a um local diferente, geralmente fora do estado de Minas. A região do Sul de Minas com o Rio de Janeiro; a Sudoeste e Triângulo com o estado de São Paulo; a região Oeste com Goiás; e a região Norte com Bahia-Salvador.

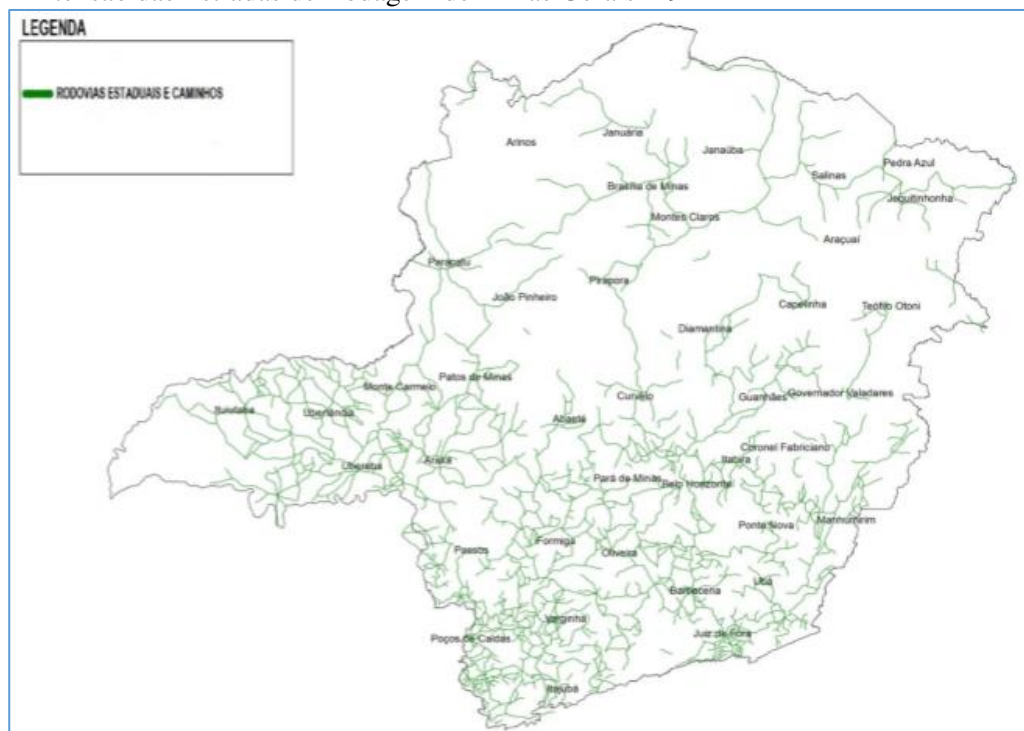
Em Minas, estradas e rodovias foram construídas com recursos públicos. É o estado mais servido por rodovias federais. Mas existe nisto um fator muito interessante: na construção das estradas, Minas foi vista como “caminho de passagem”. Passagem para outras regiões. O papel das rodovias em Minas não teve um caráter integrador do próprio estado. As ferrovias atendiam aos interesses da elite agrária e, portanto, não tinham uma proposta totalizante, integradora, mas específica. Antes da lei *Joppert*¹⁰, de 1945, o estado de Minas já tinha, nas regiões Sul/Sudoeste e Triângulo Mineiro, um conjunto significativo de estradas que dava acesso a essas regiões, e não às outras, alguma condição de integração urbana. “Até 1944 os caminhos e rodovias pareciam atender a uma miscelânea de interesses locais. Fato que pode ser comprovado através das várias cidades mineiras que se apresentavam como irradiadoras de caminhos que articulavam o seu entorno, porém pouco interligava com o resto do estado” (Lopes e Godoy, 2016: 10).

As rodovias mais longas, que ligaram Belo Horizonte aos pontos mais distantes e a outras cidades importantes do país, como Rio e São Paulo, eram rodovias federais e, também, não tiveram a preocupação de integrar o estado Mineiro. Coube aos investimentos estaduais – à malha estadual – “conectar as cidades mineiras aos grandes troncos federais. Percebe-se que grande parte dos investimentos federais se efetivavam, interligando o estado de Minas Gerais através de uma lógica radial, tendo Belo Horizonte como principal centro irradiador de rodovias” (Lopes e Godoy, 2016: 11).

A figura 7 mostra a concentração de estradas de rodagem já em 1944 e, em seguida, a figura 8 revela a centralidade de Belo Horizonte como eixo irradiador para o estado de Minas e servindo de elo para outros estados.

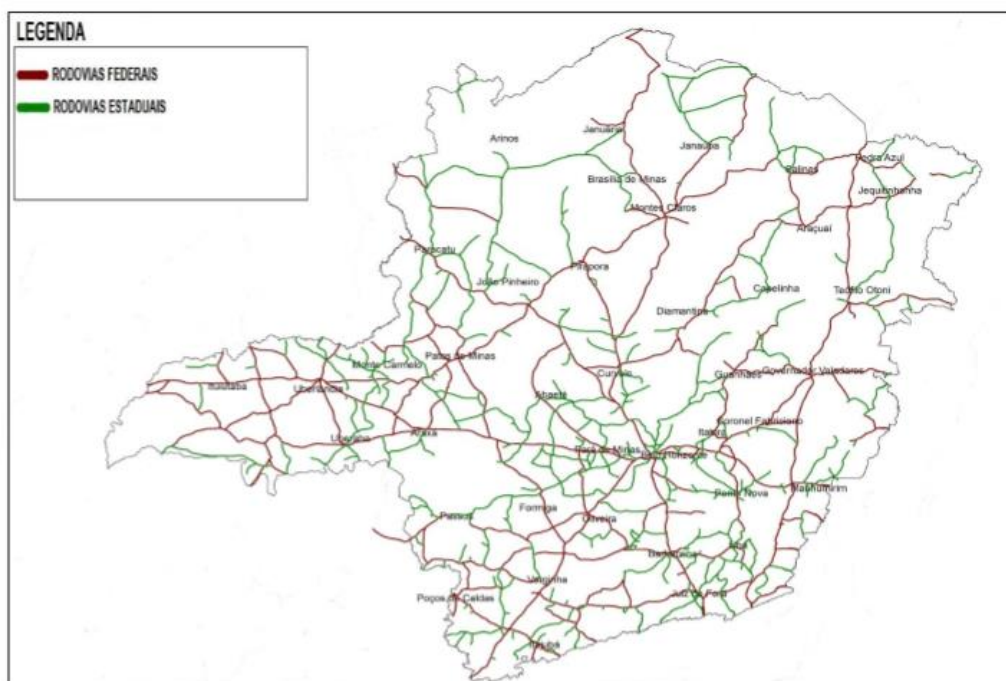
¹⁰Lei criada pelo então ministro da Viação e Obras Públicas, Maurício Joppert da Silva. Essa lei concedia autonomia técnica e financeira ao DNER. ([Inhttp://www1.dnit.gov.br/historico/](http://www1.dnit.gov.br/historico/))

Figura 9 – Extensão das Estradas de Rodagem de Minas Gerais- 1944



Fonte: Departamento Nacional do Café. Mapa Cafeeira calcado na carta de Minas Gerais, do departamento geográfico do estado – 1944(Lopes e Godoy, 2016: 18).

Figura 10 – Extensão das Estradas de Rodagem em Minas Gerais: 1982



Fonte: Mapa Rodoviário do Estado de Minas: 1982 (Lopes e Godoy, 2016: 21).

Certamente, mesmo não sendo com tal objetivo, a construção da malha rodoviária acabou por permitir alguma integração dentro do estado, mas, sem dúvida, fortaleceu

também os laços originais de cada região do estado com aquelas regiões que anteriormente tinham relações econômicas. Além disso, os investimentos em transporte, que em Minas tiveram uma predominância federal, tenderam a privilegiar regiões já mais desenvolvidas, em detrimento de outras estagnadas.

Portanto, a articulação do território mineiro se realizou, num primeiro momento, por meio de rodovias federais que buscavam garantir o acesso ao mercado pelas economias de São Paulo e do Rio de Janeiro e, num segundo momento, a partir da construção de Brasília, as novas rodovias federais cortavam o território mineiro a fim de proporcionar à nova capital federal acesso a várias regiões [...] nas décadas de 60 e 70 prevaleceu a integração inter-regional periférica a presidir o rodoviarismo mineiro [...] implicando em especialização produtiva de Minas Gerais como fornecedora de matérias-primas e bens intermediários(Lopes e Godoy, 2016: 14).

A Tabela 9, abaixo, traz os investimentos por setores, resultantes dos estímulos fiscais concedidos pelo Governo do Estado.

Tabela 9 – Número de Projetos de Investimentos em Minas Gerais e Número de Empregos de Empresas Beneficiadas pela Lei 5.261/69 – 1970-1974

Setores de Produção	Número de Projetos	Número de Empregos
Bens de Consumo não Duráveis	100	20.571
Alimentar	36	5.008
Bebidas	4	1.020
Fumo	1	1.101
Têxtil	26	4.308
Vestuário e Calçados	15	7.452
Mobiliário	12	1.199
Couros e Peles	5	483
Bens Intermediários	139	28.724
Papel e Papelão	10	1.295
Borracha	5	248
Química	17	1.495
Materiais Plásticos	10	1.020
Prods. Veterinária e Farmacêuticos	1	1
Minerais não metálicos	38	4.607
Metalurgia	58	15.058
Bens de Capital e Consumo Duráveis	54	27.606
Mecânica Material Elétrico e Com.	27	8.118
Material de transporte	13	6.035
Outros	11	13.453
Diversos	6	896

Fonte: Secretaria Ind. Com. e Tur. Minas, extraído de DINIZ (op. cit.), p. 196.

A Tabela a seguir traz os investimentos industriais de cidade a cidade, que aportaram na mesorregião Sul/Sudoeste. Das tabelas, foi extraída a fonte citada e omitiram-se os valores dos investimentos, por estarem representados em cruzeiros da época. Manteve-se o número de empregos imediatamente gerados, por se considerar mais relevante para esta análise.

Tabela 10 – Projetos Industriais Decididos para o Sul de Minas 1970-1977

Nome da Empresa	Localização	Ramo	Empregos
F. L. Smith	Varginha	Mecânica	150
Tecnifood	Pouso Alegre	Mecânica	62
Empresa Bras. De Relógios Hora S/A	Itajubá	Mecânica	442
Triel	Itajubá	MatElet. e Com.	30
Flygt/ITT	Itajubá	MatElet. e Com.	50
Balteau	Itajubá	MatElet. e Com.	200
Ericsson do Brasil Com. Ind.	Paraisópolis	MatElet. e Com.	346
Termocaná	Poços de Caldas	MatElet. e Com.	238
Standard Electric S/A	Itajubá	MatElet. e Com.	665
Ericsson do Brasil	Itajubá	MatElet. e Com.	104
IMSA - Ind Sul Americana	Três Corações	MatElet. e Com.	75
F. S. Schindler	Extrema	Metalurgia	200
Metal - 2 Ind. Metalúrgica Ltda	Extrema	Metalurgia	200
IMASA	Lambari	Metalurgia	77
Mangels S/A	Três Corações	Metalurgia	1.271
Eletrometal Aços Finos	Itajubá	Metalurgia	700
Extrema Com. Ind. Ltda	Extrema	Metalurgia	337
Fundição Brasileira Ltda	Extrema	Metalurgia	200
Cia. Paulista de Ferroligas	Passa Quatro	Metalurgia	54
Cia. Paulista de Ferroligas	Passa Vinte	Metalurgia	100
Climp - Ind de Parafusos S/A	Extrema	Metalurgia	100
Elpasa Metalúrgica S/A	Lavras	Metalurgia	320
Lua Ind Com de Autopeças	Extrema	Metalurgia	50
Plavigor	Varginha	Plásticos	350
Celanese	Poços de Caldas	Química	184
Litocerâmica A. G. Maia Ltda	Poços de Caldas	Minerais não Metál.	79
Ind. Cerâmica Andradense	Andradas	Minerais não Metál.	161
Cerâmica Togni S/A (unid. II)	Poços de Caldas	Minerais não Metál.	324
Refinações de Milho Brasil	Pouso Alegre	Alimentar	772
Laticínios Poços de Caldas	Poços de Caldas	Alimentar	32
Yolat - Ind Com Prod Alim	Itamonte	Alimentar	46
Monte Belo S/A Ind e Com	Poços de Caldas	Alimentar	95
Laticínios Boanata	Pouso Alegre	Alimentar	21
Frigorífico Tamaio	Poços de Caldas	Alimentar	91
Anderson Clayton	Minduri	Alimentar	40
Parmalat	Itamonte	Alimentar	120
Sul Mineira de Alimentos S/A	Três Corações	Alimentar	160
São Paulo Alpargatas	Pouso Alegre	Vest e Calçados	2.157
Âncora S/A Ind e Com	Itajubá	Vest e Calçados	340
Âncora S/A Ind e Com	Pouso Alegre	Vest e Calçados	250
Confecções Camelo	Varginha	Vest e Calçados	1.060

Continua...

...Continuação

Nome da Empresa	Localização	Ramo	Empregos
Grisbi S/A Ind Têxtil	Cambuí	Vest e Calçados	79
Marlin	Itanhandú	Vest e Calçados	80
Confecções Unidas	Pouso Alegre	Vest e Calçados	640
Katrim	Cambuí	Vest e Calçados	214
Dolim	São Lourenço	Vest e Calçados	255
Liluntex	Camanducaia	Vest e Calçados	220
Kickers	Ouro Fino	Vest e Calçados	1.200

Fonte: Secretaria Planejamento do Estado de Minas Gerais. *In* Diniz, 1981: 201-203.

Nos anos 1960, a trajetória potencial de crescimento dos investimentos da indústria no Brasil e em Minas foi interrompida por conta da crise do final do ciclo de produção do Plano de Metas, especialmente aquelas atividades que dependiam de investimentos públicos, os quais, por determinação do FMI, deveriam ser suspensos para gerar *superávit* fiscal. Embora as decisões governamentais tenham sido no sentido de manter aqueles investimentos já em andamento, houve redução tanto do setor público quanto do privado estrangeiro. Os investimentos em rodovias tiveram um forte arrefecimento com a falta de dinheiro público, enquanto outros projetos foram abortados.

Apesar da crise e visando intensificar o desenvolvimento mineiro, em 1962 foi criado o BDMG (Bando de Desenvolvimento de Minas Gerais). A “fotografia” que se fazia da época de Minas Gerais era a seguinte, comparativamente a Rio e São Paulo: baixo grau de urbanização; grandes diferenças de produtividade; e baixo nível de saúde e educação. Todos explicados por: tipo de povoamento; pecuária extensiva; mineração predatória; disseminação urbana e econômica nos aspectos geográficos e físicos. Minas ficou prensada entre dois polos, os dinâmicos São Paulo e Rio, além do Nordeste – que oferecia benefícios para atração empresarial.

Ainda nos anos 1960, o setor metal mecânico ganhou força com as indústrias automobilísticas em São Paulo. Em Minas, duas grandes empresas do ramo de bens de produção foram implantadas. A USIMINAS, em 1962, e a ALCOA-Alumínio, no Sul de Minas, na cidade de Poços de Caldas. Somada a potencial capacidade de fornecedora de energia elétrica, Minas reforça sua condição ofertante de bens de produção e produtos intermediários.

Por fim, fica clara a potencialidade do estado de Minas em posicionar-se com significativa presença na atividade industrial, e os seguidos esforços no sentido do desenvolvimento, da industrialização e da superação do “atraso”. O privilégio da receptividade da indústria se deu na área central mineira e no Sul do estado, sob benefício da disposição rodoviária. A própria lógica de alocação capitalista em busca de vantagens comparativas e de aglomeração tem, talvez, contribuído para a concentração em uma região, em detrimento de outra.

Minas é um Estado que dispõe de uma privilegiada localização geográfica, mas isso não lhe deu significativa vantagem no tocante à capacidade de centralizar dinâmica econômica e industrial. Para que se industrializasse, foram necessários claros esforços políticos e investimentos públicos. Sua condição de disponibilidade de reservas minerais e potencial hidroelétrico foram fundamentais para tornar o estado, por volta dos anos 1970, um proeminente fornecedor de bens de produção e intermediários. Mas o capital, inexoravelmente, busca alocar seus recursos onde obtém claras vantagens relativas e absolutas. Vantagens locacionais de distâncias das fontes de matéria-prima ou do mercado consumidor; disponibilidade de recursos; acesso às vias de escoamento.

Capítulo III: Análise dos Agregados Macroeconômicos: Produção, Emprego e Renda. A dinâmica Recente do Sudoeste Mineiro

Este terceiro capítulo apresentará uma análise das variáveis macroeconômicas da população, do emprego e do desemprego, da produção, da participação dos setores da economia regional e a renda.

3.1. Produção:

Com a consolidação da produção cafeeira pós anos 1970, o Sudoeste mineiro ganhou nova projeção. Apesar de terem cessado os programas federais de defesa do café que vigoraram até aquela década, ocorreu, neste período, um esforço para melhoramento das culturas cafeeiras, em conjunto com o Instituto Brasileiro do Café (IBC). Isto permitiu a sedimentação da cultura na região, pela vantagem de ainda ser uma área de novos cafezais, garantindo alta produtividade, aliada à excelência e à adequação do clima e da terra.

Tabela 11 – Participação do PIB Industrial no PIB Total, por décadas

Anos	Média	Mediana	Desvio – padrão	Coefficiente de Variação	Maior	Menor
1970	15,28%	10,99%	0,1425	0,9323	84,96%	3,27%
1980	16,96%	12,82%	0,1321	0,7785	71,67%	4,47%
1996	10,12%	4,70%	0,144	1,4227	81,06%	0,37%
2000	17,42%	9,94%	0,1915	1,0992	78,43%	4,34%
2010	17,13%	9,13%	0,1863	1,0877	78,07%	4,64%

Fonte: IBGE, elaboração própria

Na tabela 11, vemos a participação da atividade industrial no PIB do Sudoeste de Minas, das décadas de 1970 a 2010. O crescimento da participação industrial foi pequeno, de 15,28% para 17,13%. A elevação do desvio-padrão sinaliza concentração das atividades fabris em algumas cidades, em detrimento de um processo de espraiamento. Houve redução da concentração de atividade fabril, que cai de 84,96% para 78,07, revelando crescimento de outras atividades não industriais. E crescimento de 3,27% para 4,64% - modesto – da cidade com menor grau de atividade industrial, o que mostra alguma inversão deste tipo de atividade.

Para a região Sudoeste de Minas, foi depois dos anos 1970 e, de forma mais dinâmica, a partir da década de 1990, que surgiram plantas industriais. Mas sua origem não está associada aos desdobramentos da desconcentração paulista: foram inversões que

ocorreram por desdobramento de capital dentro da própria região ou, ainda, já no pós-1990, de capitais estrangeiros.

Tabela 12 – Composição do PIB do Sudoeste de Minas Gerais, por setor de produção

Setores/Ano	1970	1980	1990	1998
Setor Primário	548,19	1.175,00	759,81	1.250,15
Setor Secundário	198,87	494,53	585,83	1.274,90
Setor Terciário	533,42	1.022,75	1.267,01	1.784,59

Fonte: ADEBRAS, 2002, p. 7. Valores em reais de 2000.

O setor secundário, que em 1970 representava apenas 36% do setor primário, ao final dos anos 1990 tem proporção semelhante do PIB. Apesar desta sinalização para um avanço da estrutura industrial, esta indústria que vai se assentar na região não está vinculada à base primário-exportadora do agronegócio (café ou leite). Até a entrada do século XXI, a indústria que vem se instalar na região Sudoeste mineira não se difunde de forma especializada, mas, ao contrário, concentra-se em locais selecionados. Não está vinculada ao histórico produtivo regional e, por isto, não dinamiza as outras atividades. Não cria laços de encadeamento para frente ou para trás. As indústrias estão isoladas, contrariando as teorias clássicas da localização, por não estarem nem próximas de seus mercados consumidores, nem tampouco próximas de suas fontes de matéria-prima.

Entre os anos de 1970 e 1994, “sete microrregiões foram consideradas como em depressão, tendo as mesmas reduzido o número de pessoas ocupadas na indústria, no período 1970-1994; dezesseis, consideradas estagnadas, doze caracterizaram-se por crescimento moderado, sete, por crescimento rápido e dezenove, por crescimento acelerado” (Diniz e Figueiredo, 2000). Contrariam regiões em depressão, a leste do estado, com as de crescimento acelerado, no Triângulo e no Sul do estado. A microrregião de Alfenas foi considerada estagnada ou de baixo crescimento. Usou-se por base o número de empregos no setor. Destacam os autores daquele estudo que a microrregião de Passos apresentou baixos indicadores econômicos. A cidade de Passos não estabelecia, à época, nenhum efeito de integração regional. São as regiões centrais do estado, principalmente, sob efeito dos benefícios gerados pela automobilística FIAT, de Betim, as que mais ganharam.

A microrregião de Guaxupé acompanha o desempenho das demais microrregiões do Sul e do Triângulo e, no estudo de Diniz e Figueiredo (2000), apresenta crescimento acelerado. Reforça, portanto, a tese dos autores acerca do crescimento do Sul do estado,

oriundo da dispersão paulista e de estar a região contemplada por se inserir no que Diniz (1987) classificou – em trabalho anterior – de polígono do desenvolvimento, que vai de Minas ao Rio Grande do Sul, passando pelo sul do estado do Espírito Santo e pelo Rio de Janeiro.

Entre as décadas de 1960 e 1970, a maioria absoluta da população ainda residia na zona rural, e a produção agrícola era, destacadamente, a mais importante. A partir dos anos 1970, começa a se dar a expansão das atividades urbanas, mas logo são golpeadas pela crise dos anos 1980. Neste momento, além da crise de estagnação da economia nacional, os preços internacionais do café sofrem uma forte baixa, comprometendo a capacidade de financiamento dos produtores do Sudoeste mineiro.

Tabela 13 – PIB per capita e Riqueza Relativa no Sudoeste de Minas (valores de 2000)

	1970	1980	1991	1998
Brasil	3.148,75	5.522,14	5.400,64	6.223,52
Minas Gerais	2.304,00	5.127,88	5.426,71	6.312,34
Sudoeste	2.401,55	4.398,91	3.908,15	5.541,64
% Minas/Brasil	0,7317189	0,9286038	1,0048272	1,0142717
% Sudoeste/Brasil	0,7626995	0,7965952	0,7236457	0,890435

Fonte: IPEA in ADEBRÁS (2002).

O PIB per capita cai nos anos 1980 a valores inferiores ao que havia atingido em 1970 –, mas volta a crescer, ao final dos anos 1990 (1998). Dos anos 2002 a 2014 (tabela abaixo), a região perde participação relativa dentro do estado. Perder essa posição significa que outras regiões estão ganhando espaço, mesmo num estado classicamente muito heterogêneo e que tem o Sul/Sudoeste como a região mais desenvolvida. Isto demonstra a baixa dinâmica e autonomia regional.

A queda do PIB per capita na década de 1980 é significativa para a região, principalmente ao se considerar que a economia brasileira estava em crise, devido à qual toda a economia arrefeceu. Chegou a ser maior que a média de Minas Gerais em 1970 e desceu para 72%, ao final da década de 1980. Nos anos 2000, o PIB da região manteve a proporção em relação ao PIB do estado, apontando para estabilidade e nenhuma dinâmica privilegiada.

Tabela 14 – Variação% do PIB por Setor 2000-2015

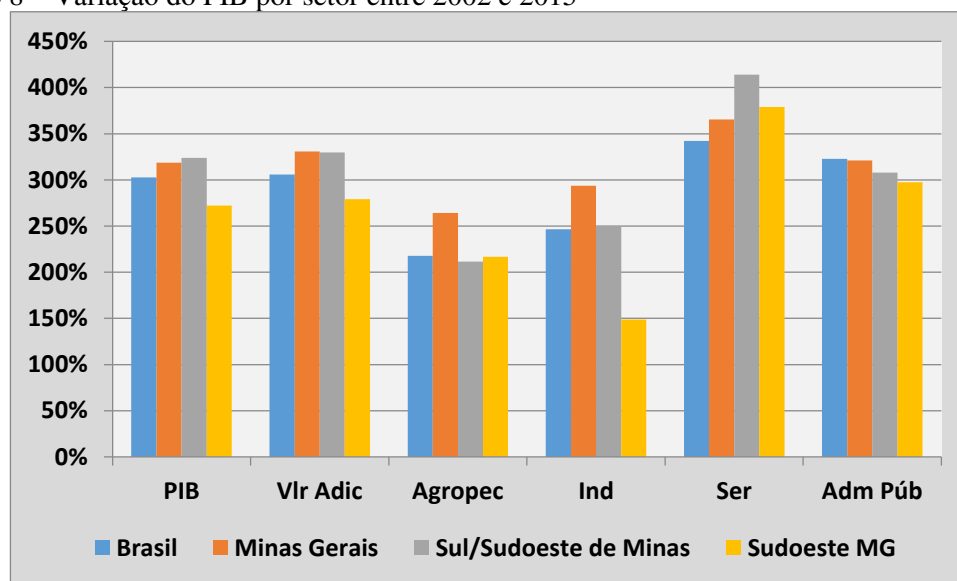
	PIB	Agropec	Indústria	Serviços	Adm Pub
Brasil	303%	218%	247%	342%	323%
Minas Gerais	319%	264%	294%	365%	321%
Sul/Sudoeste de Minas	324%	212%	249%	414%	308%
Região Sudoeste	272%	217%	149%	379%	297%

Fonte: IBGE.

No período recente, de 2002 a 2015, a região sudoeste mostra desempenho inferior à mesorregião, ao estado de Minas, e ao crescimento nacional. No setor industrial, que é um setor recente na região, seu desempenho é também limitado, muito inferior ao da mesorregião.

Entre os anos de 2002 e de 2015, o PIB da região do Sudoeste mineiro cresceu mais modestamente que o de Minas Gerais, do Brasil e da mesorregião Sul/Sudoeste. Destaque para o setor industrial, que cresceu 150% no período, de 1.151.932 mil reais, em 2002, para 2.867.135 mil reais, em 2015 (149%), enquanto a mesorregião passou de 3.395.903 para 11.867.749 mil reais (249%), conforme tabela acima.

Gráfico 8 – Variação do PIB por setor entre 2002 e 2015



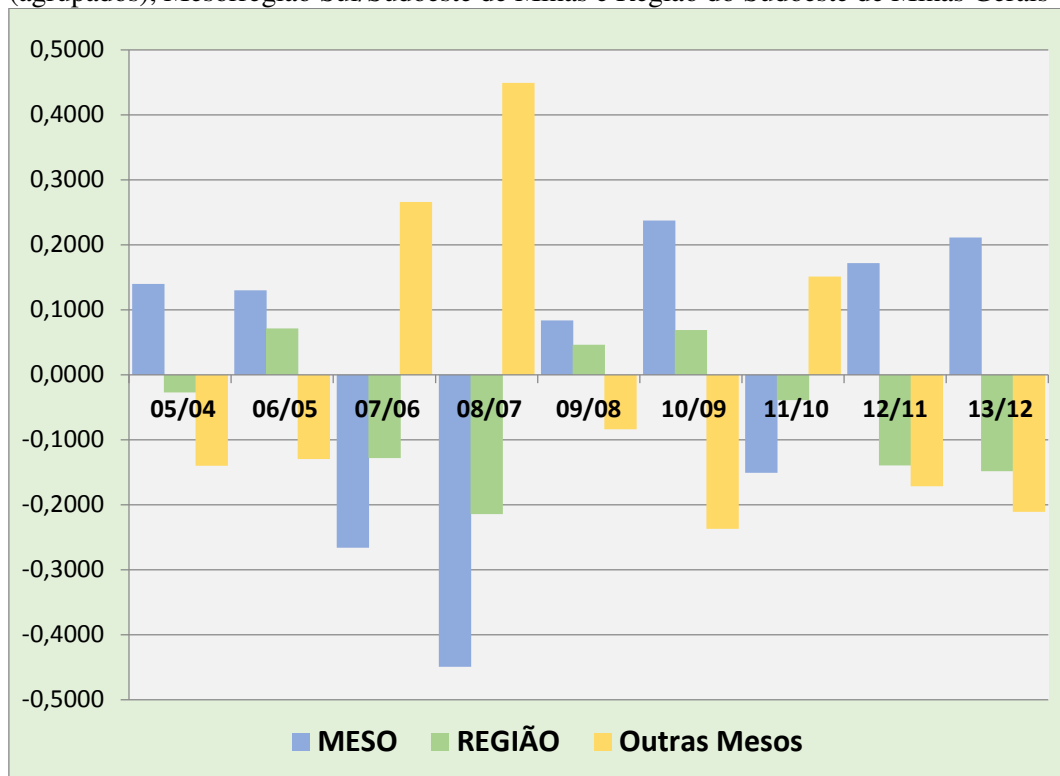
Fonte: IBGE. Elaboração própria.

A participação da agropecuária na região do Sudoeste de Minas é de 11% sobre o valor adicionado do PIB da região, enquanto para o Brasil a agropecuária corresponde a apenas 4% e no estado de Minas Gerais, 5%. O setor de serviços – a maior fatia do PIB para todos os níveis pesquisados - o Sudoeste corresponde a 46%, diante de 47% para a

mesorregião, 45% para o estado e 48% para o país. Na administração pública, o Sudoeste se destaca com 18%, enquanto Brasil, Minas Gerais e a mesorregião têm, para 2015, 15%.

A hipótese de uma região de baixa dinâmica econômica pode ser confirmada pela participação relativa na composição do Valor Adicionado Fiscal (VAF), que se utilizou como métrica desta hipótese, apresentada no gráfico 7.

Gráfico 9 – Valor Adicionado Fiscal (VAF) por Municípios Agrupados das Mesorregiões (agrupados), Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas e Região do Sudoeste de Minas Gerais



Fonte: Site da Receita Federal – VAF por município. Elaboração própria.

Este gráfico foi elaborado a partir do cálculo das variações anuais de participação no VAF – Valor Adicionado Fiscal do conjunto de municípios do Sudoeste mineiro, do conjunto dos municípios da mesorregião Sul/Sudoeste, e do restante dos municípios mineiros. A soma de todos os municípios totaliza zero, pois é a participação percentual. Entre os anos de 2004 a 2013, para o Sudoeste de Minas houve queda da participação no VAF do estado em seis anos, de um total de nove anos analisados. Ao restante do estado – fora a mesorregião Sul/Sudoeste – também houve seis anos de resultado negativo. A mesorregião Sul/Sudoeste, queda em três anos e alta nos outros seis anos. No período, em cálculo acumulado, a mesorregião Sul/Sudoeste aumentou sua participação em 0,1049%, enquanto o Sudoeste perdeu participação no VAF em 0,5094%. Os valores são pouco expressivos, mas denunciam condição mais acanhada ou até mesmo de recrudescimento.

A tabela 15 utiliza como amostra os dados de um mês (agosto) para uma série de anos, pela qual se pretende apresentar a participação relativa no repasse do VAF de ICMS e IPI para cada município individualmente, e o somatório da região do Sudoeste de Minas.

Tabela 15 – Repasse ICMS e IPI, Índice de Participação dos Municípios, Ago/2002-2017

Município % VAF	ago/02	ago/05	ago/08	ago/11	ago/14	ago/17
Alfenas	0,3477	0,3314	0,2949	0,2623	0,2648	0,2884
Alpinópolis	0,0769	0,0570	0,0708	0,0709	0,0635	0,0734
Alterosa	0,0553	0,0491	0,0369	0,0440	0,0425	0,0440
Arceburgo	0,0566	0,0697	0,0698	0,0972	0,0717	0,0675
Areado	0,0462	0,0398	0,0411	0,0410	0,0411	0,0431
Bandeira do Sul	0,0180	0,0182	0,0187	0,0202	0,0205	0,0223
Boa Esperança	0,1365	0,1084	0,1163	0,1124	0,1236	0,1281
Bom Jesus da Penha	0,0254	0,0277	0,0256	0,0287	0,0307	0,0340
Botelhos	0,0735	0,0519	0,0557	0,0515	0,0483	0,0482
Cabo Verde	0,0799	0,0578	0,0551	0,0592	0,0545	0,0566
Campestre	0,0879	0,0705	0,0658	0,0731	0,0633	0,0668
Campo do Meio	0,0390	0,0345	0,0397	0,0377	0,0447	0,0435
Campos Gerais	0,1120	0,0728	0,0768	0,0780	0,0883	0,0913
Capetinga	0,0338	0,0304	0,0309	0,0319	0,0301	0,0340
Capitólio	0,0406	0,0449	0,0439	0,0477	0,0515	0,0533
Carmo do Rio Claro	0,0987	0,0786	0,0778	0,0834	0,0907	0,0950
Carvalhópolis	0,0186	0,0197	0,0193	0,0213	0,0184	0,0218
Cássia	0,0734	0,0631	0,0662	0,0662	0,0594	0,0546
Claraval	0,0546	0,0476	0,0327	0,0249	0,0259	0,0375
Conceição da Aparecida	0,0449	0,0378	0,0443	0,0451	0,0490	0,0552
Delfinópolis	0,0370	0,0434	0,0531	0,0565	0,0518	0,0517
Divisa Nova	0,0297	0,0239	0,0227	0,0240	0,0238	0,0263
Fama	0,0151	0,0134	0,0139	0,0164	0,0154	0,0156
Fortaleza de Minas	0,1311	0,1038	0,1196	0,0704	0,0343	0,0301
Guapé	0,0632	0,0424	0,0509	0,0507	0,0534	0,0532
Guaranésia	0,0847	0,0803	0,1038	0,0988	0,0834	0,0757
Guaxupé	0,2292	0,2156	0,2101	0,1787	0,2175	0,2339
Ibiraci	0,2155	0,2009	0,1812	0,1364	0,1179	0,1443
Ilicínea	0,0561	0,0394	0,0412	0,0427	0,0461	0,0457
Itamogi	0,0598	0,0460	0,0496	0,0473	0,0471	0,0533
Itaú de Minas	0,2934	0,2910	0,1864	0,2151	0,2309	0,1601
Jacuí	0,0344	0,0352	0,0382	0,0333	0,0331	0,0360
Juruaia	0,0422	0,0335	0,0370	0,0385	0,0394	0,0473
Machado	0,2472	0,1634	0,1521	0,1565	0,1508	0,1683
Monte Belo	0,0625	0,0517	0,0561	0,0522	0,0538	0,0605

Continua

Continuação ...

Município % VAF	ago/02	ago/05	ago/08	ago/11	ago/14	ago/17
Monte S de Minas	0,0183	0,0135	0,0154	0,0179	0,0183	0,0183
Muzambinho	0,0904	0,0658	0,0610	0,0634	0,0564	0,0681
Nova Resende	0,0671	0,0557	0,0614	0,0756	0,0717	0,0731
Paraguaçu	0,0775	0,0785	0,0738	0,0742	0,0711	0,0775
Passos	0,3972	0,3368	0,3234	0,2919	0,3059	0,3245
Poço Fundo	0,0580	0,0454	0,0470	0,0509	0,0517	0,0562
Pratápolis	0,0317	0,0372	0,0380	0,0403	0,0354	0,0396
São João B do Glória	0,1091	0,1046	0,1009	0,1080	0,1061	0,1300
São José da Barra	0,1740	0,1602	0,1471	0,1199	0,0970	0,1001
São Pedro da União	0,0292	0,0260	0,0279	0,0266	0,0276	0,0312
São S do Paraíso	0,2478	0,2463	0,2398	0,2193	0,2178	0,2445
São Tomás de Aquino	0,0423	0,0381	0,0391	0,0384	0,0403	0,0472
Serrania	0,0381	0,0396	0,0374	0,0352	0,0312	0,0314
% Sudoeste Minas	4,5014	3,9427	3,8106	3,6756	3,6117	3,8023

Fonte: Secretaria da Fazenda, estado de Minas Gerais. VAF, Valor de Adicionado Fiscal

A participação da região do conjunto do estado diminuiu 4,5 para 3,8. Se não dá para se falar de perda, pois que o ano de 2002 pode ter sido um ano atípico, talvez não pela região, mas pelo restante do estado, pode-se dizer que, no mínimo, houve estabilização da participação da região, no conjunto do estado de Minas.

A participação do PIB industrial comparativo das cidades, região, estado e Brasil mostra que houve queda de participação. Para a região esta queda foi mais acentuada.

Tabela 16 - A grupamento do PIB por Setor de Produção, corrigido pelo IPCA, valores de 2016 (em milhões).
Brasil - BR, Minas Gerais - MG, Mesorregião Sul/Sudoeste - MR, Sudoeste de Minas - SO

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
PIB-BR	3.690.218	3.784.092	3.945.377	4.065.326	4.269.752	4.673.783	5.114.940	5.176.689	5.785.907	6.152.675	6.355.852	6.649.798	6.805.523	6.635.537	6.267.205
Impostos	541.770	544.575	596.051	613.879	638.234	688.517	794.964	750.598	868.079	922.147	951.117	970.175	949.435	929.834	849.506
Agropec	202.050	233.372	223.518	189.085	186.590	206.437	233.643	231.749	238.134	267.151	264.933	299.699	294.380	286.599	306.655
Ind	830.127	873.513	958.988	982.694	1.005.271	1.080.830	1.180.799	1.132.587	1.346.263	1.421.394	1.406.782	1.411.407	1.393.258	1.284.643	1.150.207
Serv	1.597.266	1.613.558	1.643.500	1.726.914	1.848.454	2.050.072	2.191.334	2.305.097	2.532.595	2.701.182	2.872.198	3.037.844	3.206.544	3.154.383	3.015.716
Adm Pub	519.006	519.074	523.320	552.754	591.203	647.927	714.200	756.659	800.835	840.800	860.823	930.673	961.905	980.079	945.121
PIB-MG	307.532	317.602	346.365	352.791	376.851	412.963	458.248	446.442	522.812	562.528	583.847	608.658	608.409	574.744	544.634
Impostos	44.356	44.935	45.822	50.307	50.955	56.383	64.540	57.616	68.417	70.987	72.851	73.830	73.580	68.492	66.338
Agropec	16.629	18.041	22.108	19.962	21.013	21.354	23.665	22.632	25.440	33.453	33.738	30.013	30.131	27.046	33.216
Ind	75.081	81.981	97.414	97.456	99.435	110.491	125.626	116.235	150.789	163.012	158.581	163.600	154.150	132.030	118.384
Serv	125.036	127.664	135.869	136.940	154.315	168.363	181.057	185.671	209.602	222.679	242.875	259.678	265.885	259.863	242.590
Adm Pub	46.430	44.981	45.151	48.126	51.133	56.372	63.359	64.288	68.563	72.397	75.803	81.538	84.663	87.313	84.107
PIB-MR	37.304	36.814	41.204	41.421	45.130	47.025	50.539	49.682	58.105	64.105	65.582	67.280	71.219	70.542	69.151
Impostos	5.219	4.984	5.032	5.222	5.298	5.748	6.057	5.836	7.092	7.689	8.046	8.854	9.526	9.042	8.881
Agropec	3.496	3.051	4.646	3.726	4.922	3.919	4.641	3.983	4.900	6.579	5.687	4.708	5.426	4.864	6.614
Ind	8.417	8.764	10.505	10.898	11.250	12.035	12.329	11.492	13.809	14.591	14.129	13.613	13.701	13.100	12.789
Serv	14.355	14.430	15.415	15.628	17.307	18.531	19.786	20.542	23.935	26.401	28.485	30.245	32.422	32.945	30.580
Adm Pub	5.817	5.585	5.607	5.946	6.352	6.793	7.727	7.829	8.370	8.845	9.236	9.860	10.143	10.591	10.287
PIB-SO	12.174	12.093	13.590	13.265	15.006	14.777	16.907	16.031	18.457	21.114	20.939	19.227	20.237	20.198	20.275
Impostos	1.316	1.331	1.299	1.278	1.251	1.265	1.457	1.407	1.586	1.793	1.769	1.752	1.777	1.862	1.791
Agropec	1.616	1.369	2.389	1.723	2.598	1.963	2.469	1.910	2.438	3.317	2.929	2.066	2.598	2.285	3.274
Ind	2.855	3.135	3.431	3.654	3.838	3.850	4.111	3.624	4.400	4.860	4.548	3.443	3.313	3.136	3.182
Serv	4.346	4.307	4.517	4.518	5.081	5.328	6.220	6.431	7.174	8.104	8.505	8.586	9.044	9.295	8.535
Adm Pub	2.041	1.953	1.954	2.092	2.238	2.371	2.650	2.660	2.860	3.039	3.189	3.380	3.506	3.620	3.493

Fonte: IBGE, elaboração própria

Tabela 17 – Percentual do PIB Industrial sobre PIB Total

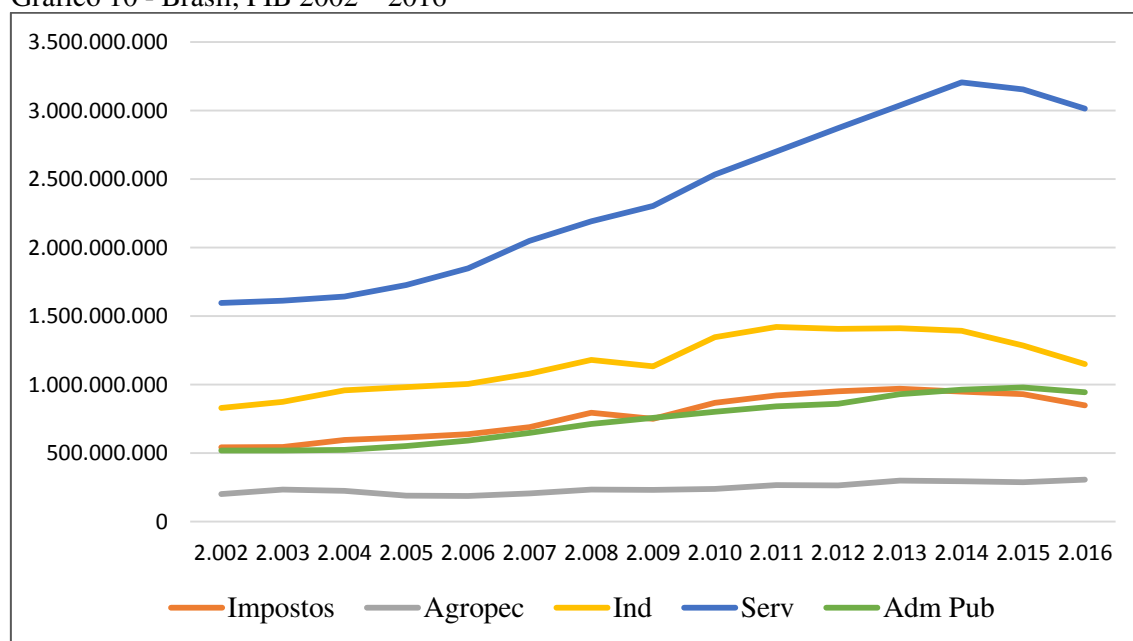
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	22,50%	23,08%	24,31%	24,17%	23,54%	23,13%	23,09%	21,88%	23,27%	23,10%	22,13%	21,22%	20,47%	19,36%	18,35%
Minas	24,41%	25,81%	28,12%	27,62%	26,39%	26,76%	27,41%	26,04%	28,84%	28,98%	27,16%	26,88%	25,34%	22,97%	21,74%
Meso	22,56%	23,81%	25,49%	26,31%	24,93%	25,59%	24,39%	23,13%	23,77%	22,76%	21,54%	20,23%	19,24%	18,57%	18,49%
Sudoeste	23,45%	25,92%	25,24%	27,55%	25,57%	26,05%	24,31%	22,60%	23,84%	23,02%	21,72%	17,91%	16,37%	15,53%	15,70%

Fonte: IBGE, elaboração própria

Na tentativa de mostrar o potencial da região do Sudoeste de Minas, em sua autonomia, elaborou-se um estudo combinando o PIB de cada município por setor de produção – Agropecuária, Indústria, Serviços e administração Pública. E incluiu-se a Arrecadação Pública. Em Arrecadação Pública, foram considerados todos os tributos e taxas gerados nos municípios, independentemente da esfera a qual pertence, se municipal, estadual ou federal. Mas também, nos gastos da Administração Pública, foram incluídos os gastos destinados à Previdência Social. Assim, seria possível saber se a região é superavitária ou deficitária. Se se tratasse de uma região rica, seria superavitária, se não, deficitária.

Na mesorregião Sul/Sudoeste isto também acontece em condição mais moderada. O Estado de Minas, em seu conjunto, revela déficit na relação Gastos e Tributação, apenas no final do período desta análise. E para o Brasil, as contas estão praticamente em equilíbrio.

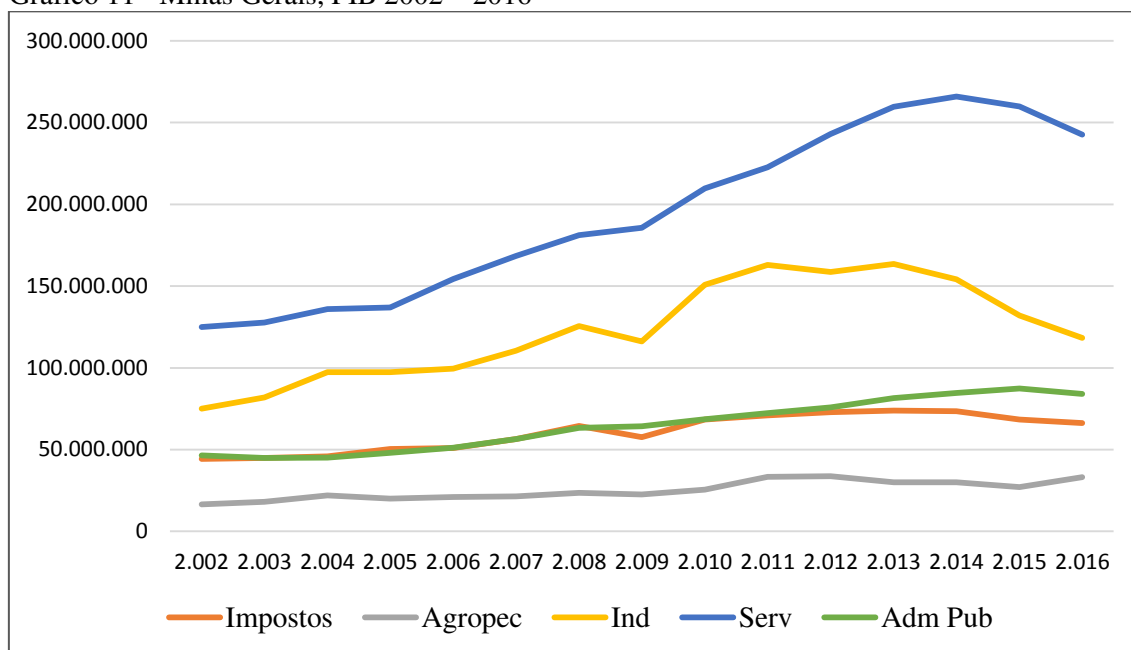
Gráfico 10 - Brasil, PIB 2002 – 2016



Fonte: IBGE, elaboração própria

No conjunto do Brasil, a agropecuária apresenta estabilidade ao longo do período, o setor de serviços, que é o maior por sua própria natureza de agrupar uma infinidade de atividades, acompanha a tendência comportamental da indústria, segundo maior grupo de riqueza.

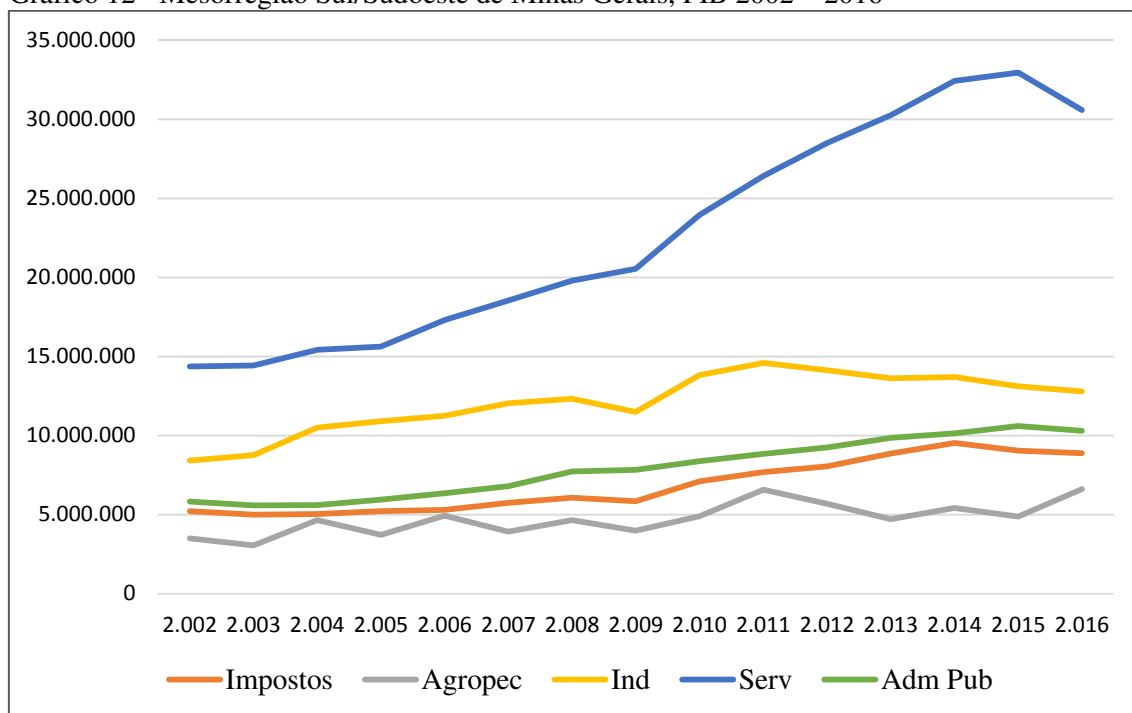
Gráfico 11 - Minas Gerais, PIB 2002 – 2016



Fonte: IBGE, elaboração Própria

Para o estado de Minas, a indústria tem proporções mais vigorosas relativamente ao Brasil, associado ao setor de serviços. Apesar disto, mostrou-se muito sensível no declínio com a crise dos anos pós 2014. A relação entre gastos públicos e impostos para o estado é equilibrado até os anos de 2012, a partir do qual abre déficit. E o setor agropecuário apresenta estabilidade, assim como se viu no gráfico das contas do Brasil.

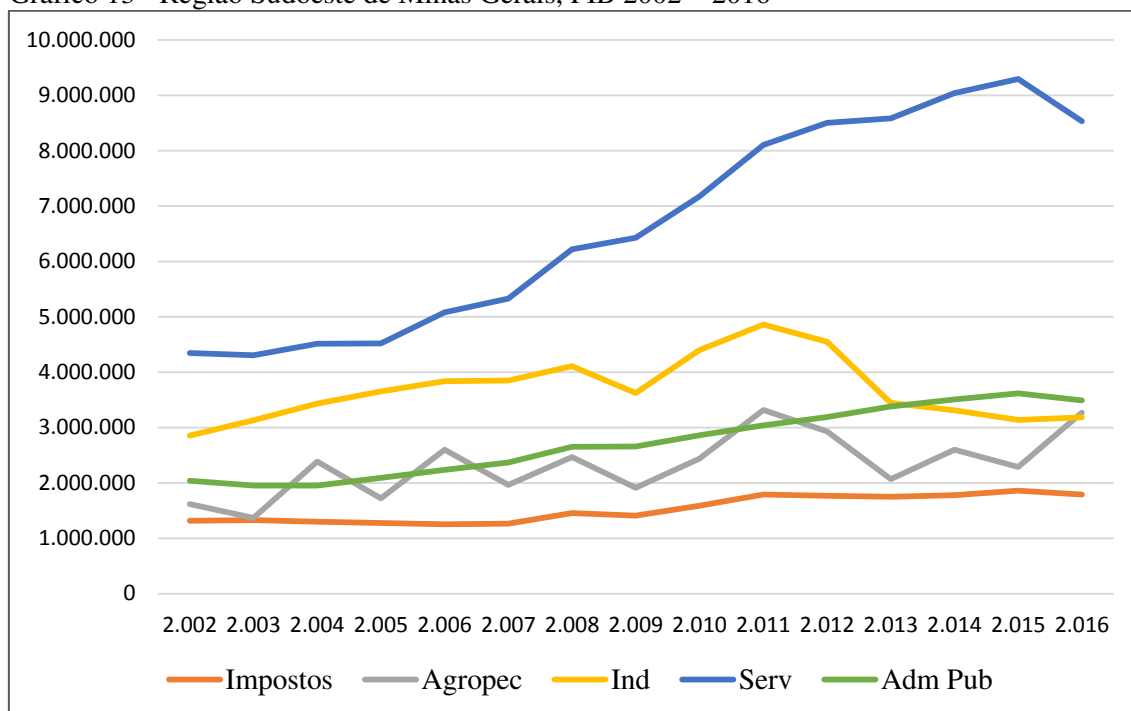
Gráfico 12 - Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, PIB 2002 – 2016



Fonte: IBGE, elaboração Própria

Na Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, a atividade agropecuária mostra maior instabilidade, se comparada ao Estado de Minas e ao Brasil, isto, provavelmente, fruto da sazonalidade típica da produção hegemônica desta região. Já o setor de serviços mostra-se responsável por uma massa de riqueza bem maior que o da atividade do setor industrial. E, finalmente, as contas públicas apresentam déficit persistente para todo o período.

Gráfico 13 - Região Sudoeste de Minas Gerais, PIB 2002 – 2016



Fonte: IBGE, elaboração Própria

Finalmente, chegou-se à região em estudo, o Sudoeste de Minas Gerais. Para elaboração destes gráficos, foram utilizadas as contas agregadas por setor de produção de cada município da região, do total do Sul/Sudoeste de Minas (a Mesorregião), do Estado de Minas Gerais e do Brasil.

Com relação às contas públicas, destaca-se que se trata dos valores de gastos do governo, inclusive os previdenciários, na cidade ou na região *versus* todos os impostos gerados no local – cidades, região e Estado – independentemente da sua destinação à esfera de governo – municipal, estadual ou federal.

É de se esperar que, no Brasil, considerando o enorme número de municípios existentes, e considerando a forte desigualdade econômica regional do país, a maioria dos municípios seja deficitária, ao se compararem os impostos gerados pelas atividades locais *vis-à-vis* aos gastos públicos aplicados no mesmo local. No conjunto – Brasil e Minas Gerais – conforme os gráficos puderam mostrar, houve equilíbrio. No Brasil, este equilíbrio é óbvio, ao agrupar todas as receitas e gastos.

Mas chama a atenção o fato de que, no Sudoeste de Minas o déficit seja tão visível como o que se pode ver no gráfico n. 11. Neste gráfico, há uma nítida distância entre os gastos do governo, aplicados na região, *versus* a arrecadação proveniente desta mesma região. Apenas a cidade de Guaxupé mostra-se superavitária, como observável nos dados abertos. Grande parte dos municípios da região do Sudoeste – nos dados abertos –

apresenta, destacadamente, a atividade agropecuária como a mais importante, superando, inclusive, o setor de serviços. Isto coloca estes pequenos municípios na condição inferior de escala da hierarquia das cidades, fazendo delas apenas um “lugar”.

O gráfico anterior, n. 10, que trata da Mesorregião Sul/Sudoeste, apresenta superávit. Isto mostra que a região Sul/Sudoeste é geradora de riqueza positiva à arrecadação pública, mas no Sudoeste isto não acontece. É sabido que, no Brasil, a participação das despesas, gastos, investimentos públicos e previdência social, comparativamente à arrecadação fiscal em cada município é deficitária à grande maioria deles. O Brasil é um país de muitos municípios, muitos deles pequenos. São grandes centros urbanos e as poucas regiões mais desenvolvidas do país que geram *superávits* que, posteriormente, serão redistribuídos aos municípios deficitários. Mas surpreende observar que todas as cidades da região do Sudoeste de Minas apresentem saldos deficitários. Trata-se de uma região encrustada no sudeste brasileiro, que se pode dizer tratar-se do “centro mundial da *commodity* café”, e talvez por isto, uma região privilegiada no contexto nacional. Sonegação fiscal e informalidade podem explicar esta forte dependência do Estado.

3.2. Emprego

Iniciou-se a presente análise sobre a temática do emprego a partir dos dados do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), analisando a distribuição de empregos por setor do conjunto dos municípios, do estado de Minas Gerais e do Brasil.

Escolheu-se um mês como referência no CAGED. Foi escolhido o mês de setembro. Entende-se setembro como um mês estável e livre de efeitos sazonais das safras agrícolas, livre, também, do efeito da variação das vendas de final de ano.

Coletaram-se os dados de número de empresas, número de empregados, contratações e demissões para o mês de referência (setembro) de cada ano, de 2009 até 2015. As análises foram feitas sobre a rotatividade da mão-de-obra; sobre o número de empregados; sobre os setores da economia; e para cada cidade, estado e federação. Coletamos também o número total de pessoas empregadas em cada setor de atividades, para cada município, referente ao dia primeiro de janeiro do ano subsequente, quer seja,

janeiro¹¹ de 2016. Este número agrupado para a região, estado e nação permite a análise do estoque de número de ocupados por setor.

¹¹ A fixação do estoque na data de primeiro de janeiro do ano subsequente não foi uma opção nossa, mas corresponde à informação de estoque de trabalho disponível pela base de dados por nós consultado: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. Ministério do trabalho e emprego – CAGED – perfil do município. Da mesma forma, a seleção 2009 – 2015, eram os dados acessíveis no ato do levantamento desta pesquisa.

Tabela 18 – Comparativo de Emprego e Rotatividade de Mão-de-Obra por Setor de Atividade (set 2009 – set 2015)

TOTAIS		Empregos Formais em 1o. Jan 2016	Rotatividade * (desligados /Emp. formais)	Total de Estabelecimentos	Variação Absoluta do Emprego	Média de Trabalhadores por Estabelecimento
Br	Administração Pública	887.787	63,63%	24.970	28.970	35,554
MG	Administração Pública	83.886	57,87%	2.973	5.635	28,216
SO	Administração Pública	4.302	42,14%	137	224	31,401
Br	Agropc, Extr., C. Pesc	1.555.522	468,08%	522.866	-120.753	2,975
MG	Agropc, Extr., C. Pesc	275.488	553,78%	87.040	-51.781	3,165
SO	Agropc, Extr., C. Pesc	25.830	916,50%	8.036	-11.937	3,214
Br	Comércio	9.219.787	297,33%	2.770.513	1.481.385	3,328
MG	Comércio	954.422	310,71%	301.918	172.105	3,161
SO	Comércio	38.215	266,30%	15.913	8.820	2,401
Br	Construção Civil	2.661.158	561,20%	400.545	183.450	6,644
MG	Construção Civil	299.964	740,00%	53.663	-9.892	5,59
SO	Construção Civil	5.687	713,68%	2.853	-110	1,993
Br	Extrativa Mineral	209.500	142,07%	19.539	35.787	10,722
MG	Extrativa Mineral	57.205	138,48%	5.145	8.963	11,119
SO	Extrativa Mineral	895	302,68%	278	-206	3,219
Br	Ind. de Transformação	7.623.959	288,94%	683.413	373.873	11,156
MG	Ind. de Transformação	771.591	307,00%	79.892	63.967	9,658
SO	Ind. de Transformação	35.454	328,94%	4.842	316	7,322
Br	Serviços	17.122.474	248,97%	3.755.358	3.018.752	4,559
MG	Serviços	1.577.462	273,56%	416.581	309.780	3,787
SO	Serviços	41.834	193,65%	17.663	8.838	2,368
Br	ServIndlUtil Pública	412.863	132,71%	20.714	38.661	19,932
MG	ServIndlUtil Pública	30.895	115,92%	1.974	188	15,651
SO	ServIndlUtil Pública	470	135,96%	102	87	4,608

Fonte: CAGED. Elaboração Própria.

Entre os anos de 2009 e 2015, houve expansão de emprego para quase todos os setores da economia brasileira – exceto para o setor agropecuário, que mostra uma perda líquida de 120.753 empregos. No estado de Minas Gerais, além do setor agropecuário, o setor de construção civil também apresenta perda líquida. E no Sudoeste do estado, houve perda líquida de emprego para a agropecuária, para a construção civil e para o setor extrativista mineral. Na agropecuária do Sudoeste mineiro, a perda de 11.937 empregos

representa 46,21% dos empregos formais do setor, referentes ao mês de janeiro de 2016. Em Minas, 18,79%. E, para o Brasil, 7,76%. Isto pode ser sinal de mecanização no campo, e uso mais intenso de tecnologia.

Reconhece-se a limitação estatística em comparar a perda acumulada do período dos sete anos (2009 – 2015), com o estoque de empregados em 2016. Mas como a análise é feita, igualmente, para região, estado e nação, em termos comparativos, atende ao objetivo, que é o de comparar o efeito para a região.

O setor de serviços é sempre o maior empregador que, seguido pelo comércio e somado a ele compõe, de longe, a maior concentração de empregos. Na região, a indústria de transformação supera o setor agrícola em número de empregados. Mas cabe ponderar que este é o número de registros de emprego para o mês de janeiro de cada ano, coincidente com a entressafra, tanto a cafeeira como a canavieira.

Na tabela de número de pessoas empregadas em cada setor (tabela 19), a Indústria de Transformação destaca-se dos demais setores por concentrar, proporcionalmente, alto número de empregados. Mas esta situação não é característica regional, é concentrada apenas em alguns municípios. Com os mesmos números do CAGED, expõe-se, abaixo, uma tabela relativa de município a município, constante dos números relativos ao emprego da indústria de transformação regional. Nota-se que os empregos industriais estão concentrados em poucos municípios.

Tabela 19 – Emprego e Rotatividade de Mão-de-Obra por Município e Setor de Produção na Indústria de Transformação (set 2009-set 2015)

Municípios	No. De Empregos Formais em 1o. Jan 2016	Rotatividade * (desligados / Empregos formais)	Total de Estabelecimentos	Variação Absoluta
Passos	5.134	414,94%	645	-1.773
São Sebastião do Paraíso	5.068	375,36%	397	-1.435
Guaxupé	3.291	320,69%	430	531
Machado	2.625	218,40%	233	682
Guaranésia	2.418	228,49%	151	812
Alfenas	2.140	319,11%	329	72
Paraguaçu	1.767	310,98%	177	525
Juruaia	1.298	265,10%	253	296
Monte Belo	1.294	355,33%	57	-583
Itaú de Minas	875	616,11%	95	76
Arceburgo	853	167,64%	47	19
Boa Esperança	678	229,50%	152	130
Illicínea	627	416,27%	50	109

Continua

Continuação ...

Municípios	No. De Empregos Formais em 1o. Jan 2016	Rotatividade * (desligados / Empregos formais)	Total de Estabelecimentos	Variação Absoluta
Monte Santo de Minas	576	355,38%	104	43
Bandeira do Sul	544	308,46%	39	177
Poço Fundo	443	204,74%	82	8
Cássia	431	477,73%	152	107
Pratápolis	429	92,07%	70	100
Campestre	385	389,87%	100	-7
Muzambinho	346	334,97%	139	-13
Capitólio	318	254,40%	45	6
Carmo do Rio Claro	289	208,30%	127	148
Claraval	281	291,81%	20	-8
Serrania	278	161,87%	34	30
Alterosa	267	191,01%	42	67
Alpinópolis	250	309,20%	112	-24
Campos Gerais	235	172,77%	79	73
São Tomás de Aquino	211	412,32%	26	-63
Jacuí	195	286,67%	54	-77
Campo do Meio	194	273,71%	48	93
Itamogi	190	302,63%	31	139
Nova Resende	172	238,37%	57	102
Guapé	172	299,42%	41	107
Botelhos	149	278,52%	52	-24
Capetinga	146	757,53%	53	-91
Cabo Verde	142	235,92%	44	19
Ibiraci	136	1257,35%	29	-129
São João Batista do Glória	135	342,22%	19	10
Areado	123	286,99%	94	48
Carvalhópolis	100	242,00%	15	-57
São Pedro da União	75	132,00%	18	6
Divisa Nova	51	331,37%	17	24
Conceição da Aparecida	48	129,17%	35	22
São José da Barra	42	223,81%	12	3
Fortaleza de Minas	15	1213,33%	14	-26
Delfinópolis	12	2408,33%	10	34
Bom Jesus da Penha	6	516,67%	7	6
Fama	0	0,00%	5	2
TOTAL	35.454	328,94%	4.842	316

Fonte: CAGED - manipulação própria. * Número de empregados em jan/16 / desligamentos no período (set/2009-set/2015).

As cidades de Passos, São Sebastião do Paraíso, Guaxupé, Machado, Guaranésia, Alfenas, Paraguaçu, Juruaia e Monte Belo, juntas, concentram 70,61% dos empregos industriais dos 48 municípios. Entre os anos de 2009 e setembro de 2015, perderam, as

nove cidades, 873 empregos líquidos. A atividade industrial é específica de poucas cidades da região, revelando forte presença do agronegócio nos demais municípios. Estas cidades com nichos de produção industrial, tomando por base a variação dos empregos exposta acima, são mais vulneráveis às flutuações cíclicas da economia brasileira, até porque trata-se de nichos de produção industrial desamparados de uma nucleação consistente de encadeamentos produtivos.

Mudanças recentes na agricultura dos últimos vinte anos têm tido como tônica a intensificação da mecanização do campo. Diversos fatores corroboram para isto. Maior acesso a crédito, esforço do setor produtor de máquinas agrícolas na adequação de máquinas e equipamentos, entrada de grandes *players* nos mercados emergentes, estímulos das grandes organizações agrícolas, como as Cooperativas, por meio de organização de feiras agropecuárias e aumento do custo do insumo trabalho.

A mecanização agrícola, especialmente no setor cafeeiro, por si só, não é sinônimo de aumento de produtividade. Gera eficiência no tempo dispensado à colheita dos grãos, aumenta a produtividade por homem, mas as quantidades colhidas por hectare não são ampliadas pelo ato da mecanização. Quando esta mecanização é combinada com outras tecnologias, como fertilização e adubação, aí sim, tende a apresentar resultados importantes no incremento da produção por unidade de terra.

Ainda sobre o café, cabe destacar que os cafés especiais – que percentualmente representam muito pouco no conjunto da atividade – que alcançam alto valor agregado são, justamente, cafés livres de agrotóxicos, plantados em terras altas, muito específicas, e colhidos manualmente. Mas ainda há algum grau de seleção de colheita executado por meio mecânico a garantir alcance de preços sensivelmente melhores.

Passa-se a verificar, agora, a tabela que sugere a intensificação da mecanização agrícola, especialmente de áreas maiores, propriedades com maior número de hectares. Entre os anos 2006 e 2017, período em que se supõe maior investimento em mecanização, observa-se forte redução do número de mão-de-obra ocupada nas propriedades rurais.

Tabela 20 – Média do Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com ou sem laço de parentesco com o produtor (Pessoas) nos anos de 2006 e 2017, por Agrupamento de Tamanho da Propriedade Rural

	até 3 ha		3-20 ha		20-100 há		+ 100ha	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Brasil	2,81	2,37	3,21	2,62	3,84	3,02	10,40	6,23
Minas Gerais	2,62	2,18	3,25	2,50	4,22	2,97	12,89	6,25
Sudoeste	2,32	1,94	3,95	2,69	7,60	4,15	28,85	10,21
Alfenas (MG)	1,91	2,10	2,83	3,04	9,11	4,75	104,04	15,29
Alpinópolis (MG)	4,85	3,54	6,88	4,46	10,09	6,21	16,41	7,00
Alterosa (MG)	1,62	1,83	2,43	1,99	3,06	2,49	9,95	5,84
Arceburgo (MG)	1,48	1,26	2,01	1,81	10,30	3,60	43,88	9,09
Areado (MG)	3,11	1,55	3,76	2,32	6,53	3,34	28,00	12,89
Bandeira do Sul (MG)	1,71	1,43	3,55	2,27	4,97	4,16	19,67	0,00
Boa Esperança (MG)	1,51	2,47	3,05	3,14	8,19	4,39	26,78	15,91
Bom Jesus da Penha (MG)	2,87	2,08	2,26	3,58	3,84	4,93	17,36	9,32
Botelhos (MG)	3,50	2,03	4,38	2,99	9,63	5,83	33,25	16,23
Cabo Verde (MG)	3,26	2,18	6,56	3,27	12,01	5,39	38,66	16,69
Campestre (MG)	2,07	2,21	3,35	3,04	4,72	4,99	35,48	15,22
Campo do Meio (MG)	2,94	1,96	5,75	2,64	11,65	5,04	36,55	20,16
Campos Gerais (MG)	2,81	1,82	6,01	2,34	10,87	4,08	27,78	11,64
Capetinga (MG)	3,28	0,95	5,01	2,55	5,39	3,61	7,32	16,22
Capitólio (MG)	1,33	2,24	2,18	2,03	3,39	2,74	12,27	7,30
Carmo do Rio Claro (MG)	2,85	2,17	4,31	3,16	6,79	5,82	18,03	12,44
Carvalhópolis (MG)	2,22	1,58	4,26	1,80	9,19	3,39	34,33	0,00
Cássia (MG)	1,40	1,37	2,59	1,93	6,60	3,42	16,49	6,45
Claraval (MG)	2,20	2,12	2,99	2,67	4,12	3,34	74,71	3,91
Conceição da Aparecida (MG)	3,27	2,08	5,57	2,76	9,76	4,30	26,82	6,93
Delfinópolis (MG)	2,20	1,23	8,43	2,03	13,67	3,61	25,06	6,90
Divisa Nova (MG)	1,67	1,77	4,15	3,28	7,15	4,23	14,29	8,51
Fama (MG)	2,70	1,37	3,44	1,94	6,72	2,90	12,07	6,50
Fortaleza de Minas (MG)	2,29	1,66	2,61	2,47	4,21	3,01	13,24	8,95
Guapé (MG)	2,08	2,13	2,57	2,35	4,60	2,80	18,54	7,81
Guaranésia (MG)	2,70	1,27	14,57	1,92	50,90	3,27	169,46	9,23
Guaxupé (MG)	1,70	2,05	3,17	2,77	8,53	5,54	53,61	19,78
Ibiraci (MG)	2,10	1,81	3,20	2,30	6,80	3,35	27,54	8,33
Illicínea (MG)	2,28	1,43	2,96	1,94	4,76	2,42	20,38	7,49
Itamogi (MG)	3,53	3,12	8,28	4,65	17,16	6,78	27,21	7,19
Itaú de Minas (MG)	1,33	2,17	2,33	1,82	2,85	2,50	8,21	3,73
Jacuí (MG)	1,97	1,63	2,55	2,45	4,96	3,45	9,32	6,60
Juruaia (MG)	2,17	1,57	3,02	2,61	6,63	5,53	10,94	6,29
Machado (MG)	1,74	2,17	3,21	3,27	7,29	5,31	29,37	16,40
Monte Belo (MG)	2,54	1,91	3,76	2,26	5,16	2,67	80,21	13,32
Monte Santo de Minas (MG)	2,29	2,10	3,19	2,64	10,04	5,08	32,07	10,07
Muzambinho (MG)	2,39	1,87	3,12	2,70	4,87	4,35	22,00	12,49
Nova Resende (MG)	2,11	1,76	3,45	2,51	6,97	4,21	29,37	5,37

continua

Continuação ...

	até 3 ha		3-20 ha		20-100 há		+ 100ha	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Paraguaçu (MG)	2,29	1,63	4,04	1,85	8,35	2,48	25,58	5,16
Passos (MG)	2,39	2,03	4,74	2,67	7,01	3,29	15,88	5,73
Poço Fundo (MG)	1,70	1,52	2,38	2,28	3,97	3,59	6,45	10,60
Pratápolis (MG)	2,41	1,44	2,34	2,05	2,76	2,67	3,25	2,97
São João Batista do Glória (MG)	7,22	1,50	2,62	3,04	2,43	3,95	6,35	7,95
São José da Barra (MG)	1,95	2,38	2,32	3,77	4,65	6,65	19,00	11,37
São Pedro da União (MG)	1,75	1,92	2,92	2,49	3,82	4,31	9,55	7,71
São Sebastião do Paraíso (MG)	1,97	2,13	3,25	2,95	6,09	5,14	22,83	11,47
São Tomás de Aquino (MG)	2,08	4,44	6,44	4,62	10,19	5,46	29,63	9,26
Serrania (MG)	1,92	1,00	4,27	2,34	5,35	3,72	44,51	13,00

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário. Nota 1: Pela metodologia do IBGE quando há apenas um caso identificado o número é inibido. Neste caso adotamos por critério considerar "zero". Nota 2: Quando a área não for identificada, constar zero, nesta planilha também constará zero. Nota 3: Para fins desta análise, agrupamos as áreas de pequeno, médio e grande porte.

A redução do uso de mão-de-obra que indica mecanização ocorre com mais intensidade nas grandes propriedades, e com bem menor intensidade nas pequenas, por razões óbvias, associadas à escala de produção e otimização da relação capital/trabalho. Isto tende a abrir distância entre uma e outra, com nítido reflexo no custo de produção de cada propriedade. Quanto maior a área, mais viabilidade para mecanização, como revelado pelo número de pessoas ocupadas, de acordo com o tamanho de área da propriedade agrícola.

Tabela 21 – Variação de Pessoas Ocupadas por Tamanho de Propriedade de 2006 a 2017

	até 3ha	3-20ha	20-100ha	+100ha
Brasil	0,16	0,19	0,21	0,40
Minas Gerais	0,17	0,23	0,30	0,51
Sudoeste	0,16	0,32	0,45	0,65
Alfenas (MG)	-0,10	-0,08	0,48	0,85
Alpinópolis (MG)	0,27	0,35	0,38	0,57
Alterosa (MG)	-0,13	0,18	0,19	0,41
Arceburgo (MG)	0,15	0,10	0,65	0,79
Areão (MG)	0,50	0,38	0,49	0,54
Bandeira do Sul (MG)	0,17	0,36	0,16	1,00
Boa Esperança (MG)	-0,63	-0,03	0,46	0,41
Bom Jesus da Penha (MG)	0,28	-0,59	-0,29	0,46
Botelhos (MG)	0,42	0,32	0,39	0,51
Cabo Verde (MG)	0,33	0,50	0,55	0,57
Campestre (MG)	-0,07	0,09	-0,06	0,57
Campo do Meio (MG)	0,33	0,54	0,57	0,45

Continua

Continuação...

	até 3ha	3-20ha	20-100ha	+100ha
Campos Gerais (MG)	0,35	0,61	0,62	0,58
Capetinga (MG)	0,71	0,49	0,33	-1,22
Capitólio (MG)	-0,68	0,07	0,19	0,40
Carmo do Rio Claro (MG)	0,24	0,27	0,14	0,31
Carvalhópolis (MG)	0,29	0,58	0,63	1,00
Cássia (MG)	0,02	0,25	0,48	0,61
Claraval (MG)	0,03	0,11	0,19	0,95
Conceição da Aparecida (MG)	0,37	0,51	0,56	0,74
Delfinópolis (MG)	0,44	0,76	0,74	0,72
Divisa Nova (MG)	-0,06	0,21	0,41	0,40
Fama (MG)	0,49	0,44	0,57	0,46
Fortaleza de Minas (MG)	0,28	0,06	0,28	0,32
Guapé (MG)	-0,02	0,09	0,39	0,58
Guaranésia (MG)	0,53	0,87	0,94	0,95
Guaxupé (MG)	-0,21	0,13	0,35	0,63
Ibiraci (MG)	0,14	0,28	0,51	0,70
Ilicínea (MG)	0,37	0,34	0,49	0,63
Itamogi (MG)	0,12	0,44	0,60	0,74
Itaú de Minas (MG)	-0,63	0,22	0,12	0,55
Jacuí (MG)	0,17	0,04	0,30	0,29
Juruaia (MG)	0,28	0,14	0,17	0,43
Machado (MG)	-0,24	-0,02	0,27	0,44
Monte Belo (MG)	0,25	0,40	0,48	0,83
Monte Santo de Minas (MG)	0,09	0,17	0,49	0,69
Muzambinho (MG)	0,22	0,13	0,11	0,43
Nova Resende (MG)	0,17	0,27	0,40	0,82
Paraguaçu (MG)	0,29	0,54	0,70	0,80
Passos (MG)	0,15	0,44	0,53	0,64
Poço Fundo (MG)	0,11	0,04	0,10	-0,64
Pratápolis (MG)	0,40	0,12	0,03	0,09
São João Batista do Glória (MG)	0,79	-0,16	-0,63	-0,25
São José da Barra (MG)	-0,22	-0,62	-0,43	0,40
São Pedro da União (MG)	-0,10	0,15	-0,13	0,19
São Sebastião do Paraíso (MG)	-0,08	0,09	0,16	0,50
São Tomás de Aquino (MG)	-1,13	0,28	0,46	0,69
Serrania (MG)	0,48	0,45	0,30	0,71

Fonte IBGE - Censo Agropecuário. Elaboração própria

A variação da quantidade de pessoas ocupadas nas pequenas propriedades de até três hectares foi de 16% no Sudoeste mineiro, similar a Minas Gerais (17%) e Brasil (16%). Nas propriedades de 3, até menos de 20 hectares, a mudança no Sudoeste de Minas foi maior, 32% de redução, contra 23% para o estado e 19% para o país. Nas grandes

propriedades, o efeito é ainda mais relevante. Naquelas propriedades de 20 a menos de 100 hectares, a região do Sudoeste de Minas mostrou redução de 45%, contra 30% em Minas e 21% no Brasil. E nas grandes, 65% no Sudoeste, contra 51% em Minas e 40% para o Brasil. Possivelmente, a região do Sudoeste de Minas Gerais tenha tido entrada retardatária na mecanização agrícola, se comparada ao Centro-Oeste do país, o que explica seu índice situar-se sempre acima da nação.

Existe clara redução da participação da classe trabalhadora na atividade agrícola, mesmo que esta seja de pessoas de baixa remuneração. O que, supostamente, tem ocorrido nos últimos vinte anos é concentração de renda em favor da classe dos proprietários. E ainda, parte desta riqueza se esvai aos setores produtores de máquinas e equipamentos sediados fora da região.

3.3. Renda

As tabelas seguintes apresentam a dinâmica da renda das pessoas, entre os anos de 2000 e 2010. A tabela abaixo mostra que os níveis de renda das pessoas sofreram recrudescimento relativo. Por mais que tenha havido real crescimento do nível do salário mínimo no Brasil, nas duas últimas décadas, as camadas de nível de renda intermediárias sofreram um achatamento de suas rendas.

Entre os anos de 2002 e 2017, houve aumento do número percentual de pessoas que percebem baixos níveis de renda – dos sem rendimento até nível de renda de um salário mínimo. Para o mesmo período, houve redução do percentual de pessoas com níveis de renda superior a três salários e também àqueles de maior nível de renda, de cinco, dez, quinze ou vinte salários mínimos, como demonstrado abaixo (tabela 23). Este é um fenômeno que aconteceu em todo o Brasil e se reproduziu no estado de Minas Gerais. Mas ao Sudoeste de Minas, o efeito foi mais intenso. Isto pode ser explicado pela prioridade dada pelas políticas de governo em garantir sucessivos aumentos reais ao salário mínimo, fato que não foi estendido àquelas pessoas que, no início desta campanha, já percebiam rendas superiores ao mínimo. Então, estas pessoas foram tragadas para níveis relativamente inferiores de salário. É um efeito de assalariamento da classe trabalhadora. As empresas concediam aumento de salários às camadas inferiores, mas aos de níveis mais altos as concessões e aumentos de salário eram sempre inferiores aos dados

para o salário mínimo. Pode ter havido, também, algum grau de formalização no mercado de trabalho, fruto, talvez, da pressão da legislação trabalhista e justiça do trabalho.

O aumento do grupo de pessoas sem rendimento de 2000 a 2017 é muito significativo, sai, no Sudoeste de Minas, de 4,17% para 26,41%. Nível similar ao do Brasil e Minas. Apenas a cidade de Juruaia (do grupo de estudo) manteve inalterada esta cifra, de 18,00% para 18,53%.

Tabela 22 – Tabela Comparativa das Pessoas com 10 anos ou mais de Idade, com Rendimento, por Grupos de Rendimento Salarial, de 2000 e 2010

	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
	até 0,5 Sal		0,5>=1		1>=2		2>=5		5>=10		10>=20		>20		S Rend	
Brasil	5,48%	8,52%	17,87%	19,26%	25,46%	20,33%	25,36%	12,70%	11,08%	4,12%	4,63%	1,54%	2,48%	0,75%	7,64%	32,78%
Minas Gerais	5,27%	7,43%	21,83%	24,08%	30,00%	21,06%	22,65%	11,96%	9,25%	3,58%	3,74%	1,28%	1,93%	0,63%	5,33%	29,98%
Sul/Sudoeste de Minas	3,24%	6,53%	20,83%	26,32%	33,70%	23,49%	24,59%	11,94%	8,66%	3,15%	3,31%	0,98%	1,70%	0,43%	3,96%	27,16%
Sudoeste de Minas	2,56%	6,34%	19,72%	28,10%	36,11%	23,52%	25,04%	11,60%	8,01%	2,78%	2,94%	0,88%	1,46%	0,37%	4,17%	26,41%
Alfenas	1,92%	6,01%	14,23%	22,37%	34,70%	24,28%	30,03%	13,61%	10,37%	3,52%	4,25%	1,71%	2,16%	0,57%	2,34%	27,92%
Alpinópolis	3,39%	7,67%	20,74%	25,44%	35,32%	23,68%	25,31%	10,72%	8,27%	3,30%	3,03%	0,53%	0,88%	0,26%	3,06%	28,40%
Alterosa	3,52%	8,69%	22,64%	32,47%	38,41%	20,10%	17,49%	7,21%	4,32%	1,78%	1,41%	0,19%	0,90%	0,18%	11,30%	29,36%
Arceburgo	2,67%	3,98%	25,04%	25,98%	38,16%	29,31%	23,49%	12,90%	7,01%	1,69%	1,04%	0,32%	0,68%	0,12%	1,91%	25,70%
Areado	3,62%	5,94%	17,49%	30,19%	34,50%	23,80%	29,52%	10,91%	5,82%	2,61%	1,73%	0,56%	1,91%	0,34%	5,42%	25,63%
Bandeira do Sul	5,73%	5,86%	15,31%	27,32%	39,42%	31,77%	24,66%	11,68%	6,28%	1,44%	3,42%	0,21%	0,39%	0,00%	4,79%	21,71%
Boa Esperança	3,54%	6,30%	27,49%	31,85%	35,67%	19,22%	19,64%	9,87%	6,89%	2,43%	2,62%	0,90%	1,39%	0,20%	2,75%	29,25%
Bom Jesus da Penha	2,44%	8,87%	26,20%	28,94%	27,75%	25,18%	22,40%	10,46%	6,24%	2,03%	1,84%	0,65%	2,14%	0,24%	10,99%	23,65%
Botelhos	1,62%	7,61%	19,02%	31,37%	36,82%	23,45%	25,02%	10,08%	8,91%	2,47%	2,90%	0,50%	2,17%	0,41%	3,54%	24,12%
Cabo Verde	1,56%	6,30%	19,35%	28,44%	35,02%	25,89%	28,47%	9,88%	6,33%	2,12%	3,67%	0,66%	1,67%	0,07%	3,93%	26,63%
Campestre	2,13%	8,23%	24,68%	34,27%	32,15%	21,42%	20,77%	8,85%	6,52%	1,94%	2,74%	0,40%	1,12%	0,35%	9,88%	24,53%
Campo do Meio	3,04%	11,16%	23,73%	36,70%	46,58%	19,32%	15,34%	6,47%	5,13%	1,63%	2,30%	0,56%	1,05%	0,10%	2,83%	24,07%
Campos Gerais	2,59%	8,65%	27,73%	33,56%	38,34%	21,60%	19,02%	7,30%	4,86%	1,62%	1,89%	0,54%	1,29%	0,14%	4,27%	26,58%
Capetinga	2,16%	7,12%	18,48%	30,51%	43,07%	26,03%	24,89%	8,91%	6,38%	1,84%	1,14%	0,30%	1,63%	0,20%	2,25%	25,10%
Capitólio	3,11%	5,14%	21,55%	27,49%	36,94%	27,20%	23,42%	13,07%	8,62%	2,60%	2,00%	0,64%	1,21%	0,21%	3,16%	23,65%
Carmo do Rio Claro	2,90%	7,18%	23,13%	29,11%	34,58%	22,62%	22,04%	9,59%	7,40%	2,89%	3,30%	0,93%	1,95%	0,59%	4,70%	27,08%
Carvalhópolis	2,29%	7,89%	32,28%	32,64%	43,65%	20,68%	18,61%	11,31%	1,85%	2,48%	0,97%	0,86%	0,00%	0,14%	0,35%	23,99%
Cássia	3,91%	5,96%	22,02%	25,29%	38,45%	25,31%	21,32%	13,29%	8,42%	2,81%	3,14%	0,86%	1,44%	0,49%	1,30%	25,99%
Claraval	2,55%	7,91%	21,00%	22,66%	45,89%	30,85%	19,32%	9,02%	3,17%	2,44%	1,68%	0,36%	0,53%	0,34%	5,86%	26,42%
Conceição da Aparecida	1,95%	6,41%	21,14%	31,40%	31,83%	23,21%	24,78%	10,38%	8,07%	1,83%	2,66%	0,90%	2,24%	0,17%	7,34%	25,71%
Delfinópolis	4,29%	6,25%	19,89%	26,17%	38,41%	27,18%	26,79%	10,07%	5,90%	1,58%	2,64%	0,73%	0,31%	0,39%	1,76%	27,62%
Divisa Nova	2,73%	6,14%	27,13%	36,82%	37,16%	21,57%	22,05%	7,51%	3,98%	1,31%	1,99%	0,20%	0,27%	0,20%	4,68%	26,24%
Fama	2,13%	6,82%	23,55%	30,20%	46,60%	24,20%	20,10%	12,10%	4,77%	1,45%	1,32%	0,63%	0,91%	0,34%	0,61%	24,25%
Fortaleza de Minas	2,46%	5,81%	22,36%	25,60%	31,45%	23,68%	29,30%	12,57%	5,34%	2,27%	1,66%	0,68%	0,25%	0,00%	7,19%	29,40%
Guapé	3,62%	10,44%	27,50%	32,68%	34,10%	21,50%	20,43%	9,12%	4,89%	1,19%	1,34%	0,20%	0,88%	0,07%	7,25%	24,79%

Continua...

Continuação ...

	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
	até 0,5 Sal		0,5>=1		1>=2		2>=5		5>=10		10>=20		>20		S Rend	
Guaranésia	2,07%	6,47%	18,77%	27,87%	42,58%	26,12%	26,34%	11,35%	5,67%	2,35%	1,39%	0,43%	1,49%	0,19%	1,70%	25,23%
Guaxupé	1,39%	3,98%	15,21%	27,48%	37,49%	22,93%	29,31%	12,73%	9,91%	3,84%	3,82%	1,40%	1,41%	0,33%	1,46%	27,32%
Ibiraci	1,89%	4,46%	19,48%	26,39%	36,57%	25,29%	25,05%	12,95%	9,27%	2,32%	2,30%	0,79%	0,73%	0,17%	4,71%	27,64%
Ilicínea	4,08%	8,47%	26,32%	36,57%	37,14%	22,25%	19,06%	7,63%	4,10%	1,20%	2,16%	0,38%	1,37%	0,11%	5,78%	23,39%
Itamogi	1,69%	7,32%	25,68%	39,23%	31,83%	19,24%	22,66%	7,18%	7,40%	1,31%	2,05%	0,49%	0,88%	0,12%	7,80%	25,10%
Itaú de Minas	4,37%	6,61%	16,64%	21,74%	30,12%	22,58%	29,85%	16,21%	12,72%	3,28%	3,76%	0,88%	1,08%	0,19%	1,46%	28,51%
Jacuí	2,81%	7,26%	30,54%	35,81%	32,46%	21,59%	17,93%	8,57%	7,31%	2,28%	1,53%	0,57%	0,69%	0,11%	6,74%	23,82%
Juruia	1,81%	6,45%	14,94%	29,52%	32,37%	30,99%	24,49%	10,75%	5,93%	2,24%	1,86%	0,71%	0,61%	0,81%	18,00%	18,53%
Machado	2,37%	7,26%	18,83%	27,13%	36,11%	23,26%	27,36%	10,86%	7,76%	3,24%	3,03%	0,86%	2,09%	0,47%	2,45%	26,92%
Monte Belo	1,99%	7,57%	19,60%	29,79%	42,06%	23,74%	21,72%	9,76%	5,13%	1,54%	1,08%	0,31%	0,60%	0,13%	7,83%	27,15%
Monte Santo de Minas	4,85%	6,07%	22,61%	34,74%	36,90%	22,79%	21,43%	8,90%	7,02%	2,23%	2,25%	0,45%	1,19%	0,23%	3,76%	24,59%
Muzambinho	1,78%	6,49%	17,99%	28,17%	32,21%	22,16%	27,45%	13,51%	9,39%	3,47%	2,98%	0,91%	1,79%	0,56%	6,39%	24,74%
Nova Resende	1,98%	7,93%	16,08%	36,48%	28,83%	18,40%	22,97%	8,72%	7,49%	2,06%	2,25%	0,45%	1,48%	0,23%	18,92%	25,72%
Paraguaçu	2,09%	5,71%	20,77%	30,03%	42,89%	24,67%	22,64%	10,12%	6,23%	2,43%	3,31%	0,74%	1,07%	0,00%	1,00%	26,30%
Passos	2,34%	4,71%	16,35%	22,27%	32,74%	24,08%	28,77%	14,71%	11,34%	3,95%	4,39%	1,32%	1,88%	0,75%	2,18%	28,21%
Poço Fundo	1,20%	6,65%	16,85%	32,19%	35,25%	21,59%	26,69%	11,88%	6,82%	1,88%	3,21%	0,94%	0,97%	0,36%	9,01%	24,51%
Pratápolis	5,17%	7,14%	21,66%	28,50%	36,19%	23,37%	23,92%	11,35%	7,05%	2,59%	2,16%	0,56%	0,62%	0,35%	3,23%	26,14%
São João Bat do Glória	3,96%	5,94%	12,29%	24,18%	43,00%	25,54%	28,00%	12,48%	7,04%	2,50%	3,25%	0,94%	1,79%	0,46%	0,67%	27,94%
São José da Barra	3,31%	6,37%	15,84%	21,39%	36,33%	22,30%	24,29%	12,26%	8,82%	3,84%	3,84%	1,70%	2,00%	0,57%	5,59%	31,57%
São Pedro da União	2,79%	9,17%	25,43%	34,61%	28,87%	18,68%	19,71%	8,26%	8,51%	1,90%	1,06%	0,65%	0,82%	0,16%	12,80%	26,58%
São S do Paraíso	2,31%	4,92%	15,84%	25,39%	38,25%	26,08%	27,23%	15,04%	9,82%	3,29%	3,45%	0,97%	1,72%	0,46%	1,38%	23,86%
São Tomás de Aquino	2,71%	7,16%	18,30%	29,80%	42,16%	27,00%	27,78%	11,10%	5,24%	2,30%	1,59%	0,60%	0,87%	0,17%	1,34%	21,87%
Serrania (MG)	1,98%	7,83%	24,21%	36,70%	41,76%	18,98%	22,59%	5,88%	4,58%	1,72%	1,35%	0,36%	0,75%	0,20%	2,79%	28,33%
Micro Passos	2,95%	5,63%	18,32%	23,97%	34,94%	24,48%	26,58%	13,41%	9,57%	3,30%	3,44%	1,01%	1,46%	0,52%	2,74%	27,68%
Micro SS Paraíso	2,22%	5,76%	18,48%	29,22%	36,46%	24,14%	25,74%	11,90%	8,12%	2,79%	2,69%	0,81%	1,35%	0,32%	4,94%	25,07%
Micro Alfenas	2,29%	6,62%	18,76%	27,74%	36,35%	23,17%	26,07%	11,19%	7,68%	2,81%	3,14%	1,05%	1,71%	0,40%	4,01%	27,01%
Micro Varginha	2,70%	6,49%	22,87%	26,41%	35,05%	22,87%	23,25%	11,37%	8,42%	3,32%	3,27%	0,93%	1,85%	0,49%	2,58%	28,11%
Micro Poços de Caldas	1,94%	4,85%	15,14%	23,98%	31,91%	26,68%	29,20%	14,55%	10,76%	3,59%	4,18%	1,32%	2,32%	0,49%	4,55%	24,53%
Micro Pouso Alegre	4,78%	6,42%	17,18%	23,58%	31,61%	25,75%	24,97%	13,17%	9,73%	3,33%	3,72%	0,97%	1,80%	0,43%	6,21%	26,34%

Continua ...

Continuação ...

	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
	até 0,5 Sal		0,5>=1		1>=2		2>=5		5>=10		10>=20		>20		S Rend	
Micro S R Sapucaí	3,41%	6,80%	28,09%	30,05%	35,07%	22,17%	20,08%	9,49%	6,49%	2,53%	2,45%	0,71%	1,36%	0,36%	3,05%	27,90%
Micro S Lourenço	4,22%	8,26%	29,16%	29,05%	32,37%	20,07%	20,46%	9,92%	7,15%	2,93%	2,69%	0,93%	1,34%	0,35%	2,62%	28,48%
Micro Andrelândia	8,54%	11,31%	33,78%	30,85%	27,99%	16,77%	15,89%	7,54%	5,04%	1,82%	1,68%	0,45%	0,87%	0,24%	6,20%	31,01%
Micro Itajubá	4,59%	7,85%	23,77%	24,61%	30,80%	20,90%	22,92%	11,27%	8,74%	3,60%	4,01%	1,12%	1,76%	0,43%	3,42%	30,21%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Entre 2000 e 2010, o número de trabalhadores que percebem até um salário mínimo aumentou muito – justamente no período em que havia a política de governo de recuperação do salário mínimo. O aumento do número de pessoas com um ou menos salários mínimos revela que estas tinham, antes, alguma renda maior que o salário, mas as constantes subidas do salário mínimo superaram aqueles que se situavam acima do mínimo, gerando um fenômeno de assalariamento – compressão para baixo – de parte da classe trabalhadora.

Entre 2000 e 2010, houve redução da porcentagem de pessoas que não tinham rendimento; apesar disto, houve aumento entre aqueles que tinham rendimento menor que um salário. Possivelmente, estas pessoas encontraram alguma ocupação, mas diante do acentuado crescimento real do salário mínimo, certas atividades não tiveram seus respectivos rendimentos (remunerações) crescendo à mesma velocidade. E o percentual de pessoas com mais de cinco salários também caiu, de 7,34% em 2000 para 3,26% em 2010.

Dos anos 1990 a 2010 é visível a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano. A tabela a seguir apresenta o IDHM de cada município, da região e compara com o estado de Minas e o IDH do Brasil. Os dados revelam que realmente, no início dos anos 1990 o IDH era baixo, confirmando a condição de limitado desenvolvimento regional. Já em 2010 este índice mostra condição bem mais confortável. Apesar disso, a evolução não é diferente do que ocorre no Brasil e no estado de Minas.

Tabela 23 – IDHM, Municípios, Região, Estado e Nação

	IDHM			Variação Base Móvel		
	1991	2000	2010	2000/1991	2010/2000	2010/1999
Brasil *	0,492	0,612	0,727	1,244	1,188	1,478
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	1,305	1,171	1,529
Média Sudoeste de Minas	0,445	0,598	0,706	1,346	1,179	1,587
Alfenas – MG	0,536	0,675	0,761	1,259	1,127	1,420
Alpinópolis – MG	0,433	0,633	0,725	1,462	1,145	1,674
Alterosa – MG	0,370	0,565	0,668	1,527	1,182	1,805
Arceburgo – MG	0,461	0,571	0,683	1,239	1,196	1,482
Areado – MG	0,478	0,605	0,727	1,266	1,202	1,521
Bandeira do Sul – MG	0,419	0,539	0,692	1,286	1,284	1,652
Boa Esperança – MG	0,453	0,617	0,704	1,362	1,141	1,554
Bom Jesus da Penha - MG	0,418	0,618	0,735	1,478	1,189	1,758
Botelhos - MG	0,456	0,602	0,702	1,320	1,166	1,539
Cabo Verde - MG	0,377	0,588	0,674	1,560	1,146	1,788
Campestre - MG	0,431	0,578	0,698	1,341	1,208	1,619
Campo do Meio - MG	0,431	0,576	0,683	1,336	1,186	1,585
Campos Gerais - MG	0,412	0,573	0,682	1,391	1,190	1,655
Capetinga - MG	0,396	0,580	0,675	1,465	1,164	1,705
Capitólio - MG	0,486	0,618	0,710	1,272	1,149	1,461
Carmo do Rio Claro - MG	0,448	0,628	0,733	1,402	1,167	1,636
Carvalhópolis - MG	0,450	0,569	0,724	1,264	1,272	1,609
Cássia - MG	0,494	0,617	0,704	1,249	1,141	1,425
Claraval - MG	0,412	0,505	0,698	1,226	1,382	1,694
Conceição da Aparecida - MG	0,447	0,603	0,691	1,349	1,146	1,546
Delfinópolis - MG	0,356	0,576	0,740	1,618	1,285	2,079
Divisa Nova - MG	0,431	0,551	0,670	1,278	1,216	1,555
Fama - MG	0,483	0,619	0,717	1,282	1,158	1,484
Fortaleza de Minas - MG	0,422	0,582	0,670	1,379	1,151	1,588
Guapé - MG	0,394	0,580	0,679	1,472	1,171	1,723
Guaranésia - MG	0,447	0,599	0,701	1,340	1,170	1,568
Guaxupé - MG	0,532	0,652	0,751	1,226	1,152	1,412
Ibiraci - MG	0,440	0,591	0,706	1,343	1,195	1,605
Ilicínea - MG	0,398	0,588	0,680	1,477	1,156	1,709
Itamogi - MG	0,446	0,595	0,674	1,334	1,133	1,511
Itaú de Minas - MG	0,550	0,656	0,776	1,193	1,183	1,411
Jacuí - MG	0,386	0,556	0,668	1,440	1,201	1,731
Juruaia - MG	0,371	0,576	0,723	1,553	1,255	1,949
Machado - MG	0,482	0,630	0,715	1,307	1,135	1,483
Monte Belo - MG	0,399	0,560	0,688	1,404	1,229	1,724
Monte Santo de Minas - MG	0,488	0,621	0,710	1,273	1,143	1,455
Muzambinho - MG	0,493	0,641	0,740	1,300	1,154	1,501

Continua ...

Continuação ...

	IDHM			Variação Base Móvel		
	1991	2000	2010	2000/1991	2010/2000	2010/1999
Nova Resende - MG	0,394	0,537	0,671	1,363	1,250	1,703
Paraguaçu - MG	0,462	0,635	0,715	1,374	1,126	1,548
Passos - MG	0,520	0,655	0,756	1,260	1,154	1,454
Poço Fundo - MG	0,433	0,560	0,691	1,293	1,234	1,596
Pratápolis - MG	0,494	0,627	0,729	1,269	1,163	1,476
São João Batista do Glória - MG	0,443	0,607	0,724	1,370	1,193	1,634
São José da Barra - MG	0,520	0,667	0,739	1,283	1,108	1,421
São Pedro da União - MG	0,401	0,571	0,674	1,424	1,180	1,681
São Sebastião do Paraíso - MG	0,510	0,642	0,722	1,259	1,125	1,416
São Tomás de Aquino - MG	0,433	0,595	0,700	1,374	1,176	1,617
Serrania - MG	0,406	0,597	0,677	1,470	1,134	1,667

Fonte: Fundação João Pinheiro. * OPAS - Organização Pan Americana de Saúde.

3.4. Relações com o Comércio Exterior

Após a mais ampla abertura do país com o exterior, pós anos 1990, ocorreu, no Brasil, um fenômeno de quebra da integração dos mercados internos para, em alguns casos, regiões de atividades muito específicas estabelecerem vínculos diretos ao exterior. Por isto, é necessário analisar o grau destas relações na tentativa de identificar se a região do Sudoeste de Minas se descolou da dinâmica e determinações do mercado interno, para receber influências diretamente do exterior, ou não. Os dados foram extraídos da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) referente aos anos de 2000 a 2017.

Para Mota (*op. cit.*) a inserção internacional do Brasil pós-1990 agravou as disparidades regionais. Algumas regiões não estão diretamente subordinadas ao efeito das conexões externas. Perdem vínculos com a dinâmica nacional e tornam-se desintegradas do mercado nacional.

Muitas áreas ligadas à atividade exportadora – agronegócios e indústrias de bens intermediários, principalmente - puderam conectar-se diretamente à economia internacional, especialmente a partir dos anos 90, com a qual mantêm, em muitos casos, vínculo mais forte do que com o núcleo industrial e de serviços do país. Tal conexão estimula interpretações sobre a tese do enfraquecimento da integração nacional e da maior fragmentação da economia brasileira, em parte derivadas dos efeitos dessa maior articulação local-global, que tanto advogam as visões mais conservadoras (Mota, *op. cit.* p.54)

À visão de Mota, efeitos da desconcentração produtiva do país atingiram áreas para além das regiões metropolitanas e se fizeram acompanhar de uma urbanização dispersa e mais acelerada, em cidades intermediárias. Cidades de menor porte passam a exercer poder de centralização regional, ainda que guiadas pelas relações que a região estabelece com o exterior. Um dos causadores deste efeito está associado à pauta de exportações, centrada em *commodities*. Isto, certamente, explica a dinâmica urbana experimentada pelo Sudoeste mineiro, que tem o café como elemento ainda central em sua economia.

A análise, a seguir, ajuda a elucidar um pouco como se dá a dinâmica desta região com o exterior

[...] considera-se [...] o papel fundamental que o comércio exterior do país tem em sua dinâmica regional e urbana nas últimas décadas, conforme apontou Pacheco (1998). Esta nos parece uma dimensão importante para a análise, pois o comércio exterior – como resultado e resultante da política econômica e das estratégias de *global players* – permite a conexão entre a dinâmica das economias regionais à economia global ao mesmo tempo em que redefine as relações entre as regiões brasileiras, impactando, inclusive, a dinâmica do mercado interno. Esses movimentos são marcantes para organização espacial do país, ainda que não tenham garantido um padrão de crescimento sustentado de sua economia (Motta, 2010: 135).

O setor cafeeiro é o de maior relevância na região, e sua atividade é a mais sólida e integrada do Brasil. Comporta, inclusive, a maior empresa cooperativa de comércio e beneficiamento de café do mundo, a Cooxupé, além de outras cooperativas e outras empresas do ramo, situadas na região.

Ao serem comparadas as exportações regionais com o estado de Minas, observa-se que a participação das exportações de café (produto básico), em relação a todas as exportações de básicos do estado de Minas Gerais, apresenta uma correspondência de aproximadamente 5% a 6%, conforme gráfico¹² abaixo. Com relação aos produtos semimanufaturados (geralmente peças e componentes), estes representam em torno de apenas 0,5% das exportações do estado de Minas. No grupo de produtos acabados, de tão baixa participação relativa, não se pode ver representado no gráfico, reafirmando, portanto, a relevância da economia cafeeira para a região, e sua relação com o exterior.

¹²Neste gráfico, as exportações correspondentes a “Operações Especiais” não foram consideradas. Isto porque, ao serem tabuladas as exportações da região, tendo em vista a baixa participação deste componente (apenas 15.000 para apenas um município num único ano), agrupou-se ao conjunto de Manufaturados para absorver a totalidade dos dados. Mas, na comparação com o estado, decidiu-se não considerar essas “Operações Especiais”, que têm certa significância para o estado de Minas.

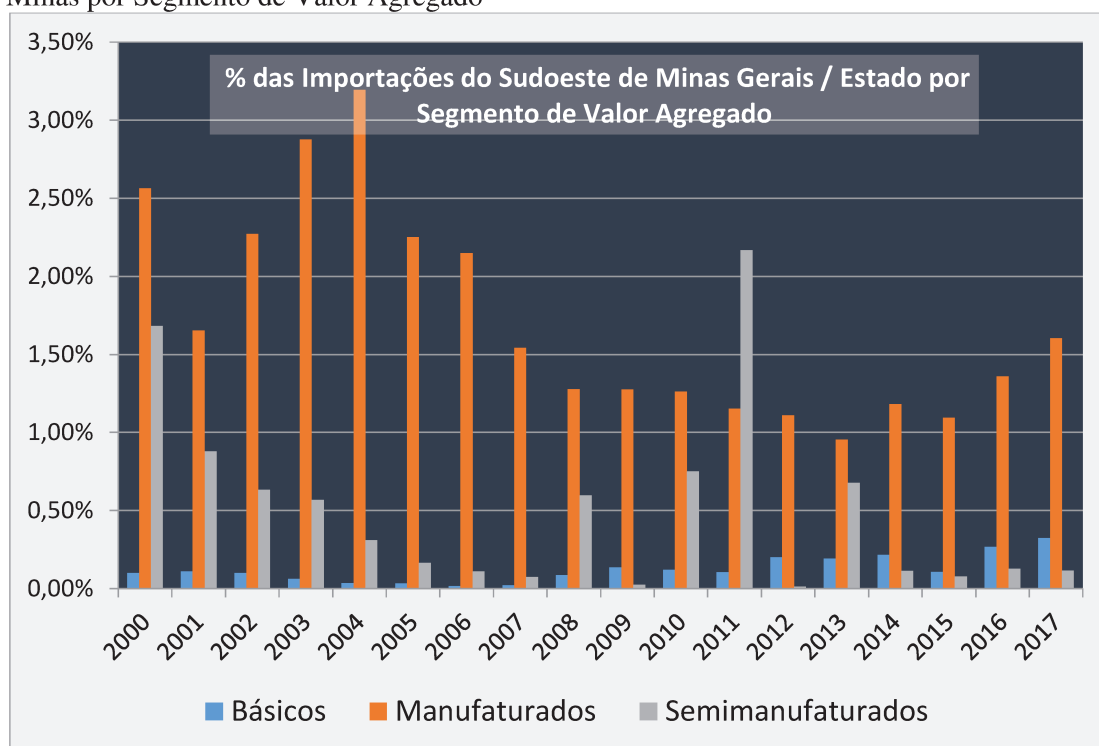
Gráfico 14 - % das Exportações da Região do Sudoeste de Minas Gerais em relação ao Estado de Minas por segmento de Valor Agregado



Fonte: IBGE, elaboração própria.

Quando analisada a vinculação regional com o exterior no tocante às importações, vê-se que, neste caso, os volumes proporcionais são menores que os das exportações (básicos), porém, distribuídos de maneira mais uniforme. Há perto de 3% de importação de manufaturados; 1% de semimanufaturados; e as importações de produtos básicos – comparativamente às do estado de Minas – são pouco expressivas, abaixo de 0,5%.

Gráfico 15 - % das Importações da Região do Sudoeste de Minas Gerais em relação ao Estado de Minas por Segmento de Valor Agregado



Fonte: IBGE, elaboração própria.

As análises seguintes tratam apenas da região, sem considerar informações do estado de Minas. No gráfico 13, observa-se que, apesar da diluição mais homogênea das importações, elas são pouco expressivas, se comparadas às exportações regionais. Estas últimas, concentradas, conforme previsto, em produtos básicos.

Gráfico 16 – Exportações e Importações dos Município Sudoeste de Minas (em reais)

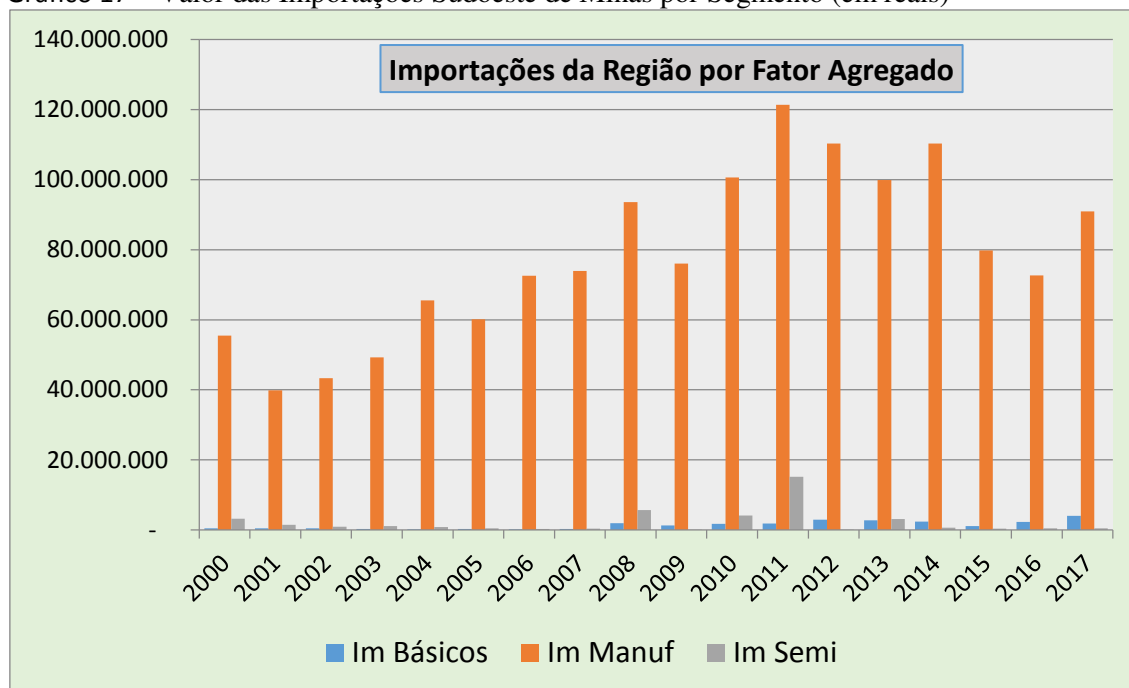


Fonte: IBGE, elaboração própria.

Vê-se que as compras externas são concentradas em produtos manufaturados. Ainda que haja persistentes volumes de importação ano a ano, seus volumes são bem inferiores, se comparados aos valores das exportações, como se pode ver anteriormente. Mas são volumes consideráveis e demonstram algum grau de integração externa.

Muito embora inflação e variação cambial no período possa influenciar variações dos valores e volumes comercializados com o exterior, o que o gráfico nos mostra é a caráter exportador da região. Exportador de produtos básicos e importador, em pequena escala, de produtos com maior conteúdo tecnológico.

Gráfico 17 – Valor das Importações Sudoeste de Minas por Segmento (em reais)



Fonte: IBGE, elaboração própria.

As duas tabelas abaixo trazem os valores dos anos 2000 a 2017, município por município da região Sudoeste mineira, para os produtos básicos de exportação e para as importações de produtos manufaturados. Estes dois seguimentos são os mais relevantes e, por isso, aqui retratados. As exportações de produtos básicos estão concentradas na cidade de Guaxupé com participação média de 70%, seguida por Alfenas e Machado, que são também cidades de alta concentração comercial de café.

Segundo dados da SECEX (2000-2017) as importações de produtos básicos têm volumes muito pouco expressivos. Quanto aos produtos básicos, correspondentes a 1.388.207 reais, além de inexpressivos, são inconstantes. 41% destinados a Capitólio e 48%, à cidade de Monte Belo.

As importações destinadas à região concentram-se em produtos manufaturados. Consistem em uma média de 78 milhões entre os anos 2000 e 2017. Desse total, 74,22% destinados a uma única cidade, a cidade de Alfenas.

As importações de produtos semimanufaturados são de montante pouco expressivo. Na média do mesmo período, correspondem a 2.169.240 reais, dos quais 81% destinados à cidade de Guaxupé.

As exportações, por sua vez, claramente destacadas, partem de Guaxupé quando se trata de produtos básicos, seguida de Alfenas e São Sebastião do Paraíso. Cabe salientar que nessas cidades existem empresas exportadoras. Não significa, portanto, que a

produção originou-se nessas cidades. Elas apenas capturam a produção regional por disporem de maior estrutura urbana e exercem, portanto, o poder hierárquico sobre a microrregião onde atuam.

A cidade de São Sebastião do Paraíso apresenta destacado volume de exportação de produtos manufaturados. Naquela cidade estão localizadas algumas indústrias do ramo calçadista com maior densidade tecnológica. Algumas delas tem atuação no mercado externo. São Sebastião do Paraíso se beneficia da proximidade à cidade de Franca-SP que é um dos maiores polos calçadistas do país. Além disso, o grupo calçadista de São Sebastião do Paraíso possui estrutura verticalizada, o que lhe garante vantagem competitiva.

Produtos semimanufaturados, destacam-se três municípios: Monte Belo, São Sebastião do Paraíso e Passos. De Monte Belo, são exportados açúcares, cafés torrados e produtos de embalagens (Fonte: SECEX).

Em síntese, dos municípios do Sudoeste de Minas destacam-se como importadoras de produtos básicos as cidades de Alfenas, Capitólio, Machado, Monte Belo e São Sebastião do Paraíso. Como importadora de produtos manufaturados, a cidade de Alfenas. De produtos semimanufaturados, a cidade de Guaxupé.

Nas exportações, destacam-se: Guaxupé, no comércio de produtos básicos; São Sebastião do Paraíso, como exportador de produtos manufaturados; e as cidades de Monte Belo e Passos, nas exportações de produtos semimanufaturados. As demais cidades apresentam algumas esparsas atividades externas, mas que são muito pouco relevantes.

Fios de filamentos sintéticos (exceto de costura) correspondem a 94% das importações da cidade de Alfenas em 2018. Tais importações vêm da Índia (69%) e China (18%). A cidade de Capitólio importa arroz do Paraguai. Na cidade de Machado, as importações são concentradas em carbonos, peroxacarbonatos (28%), plantas, partes de plantas e sementes (20%), máquinas e aparelhos não especificados (10%) e chás (10%). Monte Belo importa arroz da Argentina. São Sebastião do Paraíso importa produtos hortícolas preparados ou conservados (31%), instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia (23%) e preparações e artigos farmacêuticos (9%). As importações da cidade de Alfenas têm origem na Argentina (32%), Estados Unidos (16%) e China (10%). E Guaxupé, que apresenta algum volume de importações de produtos semimanufaturados, têm essas importações originadas da China (78%) e Coreia do Sul (7%). Além disso, importa instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia

(54%), transformadores elétricos, conversores elétricos estáticos (7%) e farinha de trigo (6%).

Olhemos agora para as exportações de produtos das cidades dessa região. As exportações de produtos básicos são lideradas de forma absoluta por Guaxupé pelo produto café cru em grão. Em Guaxupé, as exportações de café correspondem a 99% do total exportado. A cidade de São Sebastião do Paraíso destaca-se nas exportações de café (41%), preparações e artigos farmacêuticos indicados (21%), calçados com sola de borracha, plástico, couro natural (18%), couros curtidos (7%) e couros preparados (5%). Os principais países a que se destinam as exportações de Guaxupé são: Alemanha (23%), Estados Unidos (22%), Itália (10%), Canadá (7%), Bélgica (6%), Japão (4%) e Suécia (3%). As exportações de São Sebastião do Paraíso destinam-se à Itália (22%), Estados Unidos (15%), Taiwan (formosa) (9%), Luxemburgo (8%), Japão (7%), México (7%), Bélgica (5%) e outros, incluindo Cuba, Rússia e Polônia. As exportações da cidade de Monte Belo estão divididas em café mesmo torrado e descafeinado (71% e açúcares de cana ou de beterraba, 28%). Dessas, 20% destinadas ao Japão, 15% à Grécia, 14% à Bélgica, para Indonésia 11% e 9% para Costa Rica. Em Passos, as exportações são de carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas. E o destino dessas exportações são países como Arábia Saudita (72%), Emirados Árabes Unidos (8%), Catar (2%) e Hong Kong (2%).

Capítulo IV: Análise da estrutura produtiva regional do Sudoeste de Minas no período recente

Este capítulo é dedicado à apresentação das atividades econômicas e setores de produção mais destacados e relevantes da região Sudoeste de Minas, e procura discutir as especificidades dos setores, seus níveis de complexidade e seus níveis de integração, na cadeia produtiva que lhe permitam maior ou menor autonomia e dinâmica.

Nesta região a produção e beneficiamento de café foi a atividade hegemônica com algumas unidades isoladas de produção fabril. Foi no final dos anos noventa que produção de bens de consumo assalariado começou a ter maior relevância, embora ainda modesta.

Neste capítulo faremos breve análise dos principais setores de produção presentes na região, um pouco de suas características e de suas limitações ao desenvolvimento regional. Essas atividades abaixo mencionadas são aquelas mais manifestas, com um conjunto maior de unidades de produção. Outras atividades, empresas ou indústrias também se encontram pelo espaço regional, mas estas são unidades, na maioria das vezes, mais desconexas. São unidades produtores de equipamentos médicos (Alfenas), de fios elétricos, de rotores, de pequenos motores (Guaxupé), de cabines de máquinas agrícolas, de mangueiras hidráulicas (Guaranésia). No lago de Furnas um incipiente desenvolvimento do turismo nas cidades que margeiam a represa de Furnas, especialmente Capitólio.

4.1. Setor Primário: Agricultura e Pecuária –

Das atividades agropecuárias, a mais relevante e hegemônica é a produção cafeeira. Dividem espaço com ela produção de cana de açúcar, pecuária leiteira, produção de milho e, mais recentemente, produção de soja dedicada, quase sempre, a terras baixas.

Diferentemente da produção cafeeira, a atividade leiteira concentra-se em alguns poucos municípios em áreas de alta produtividade, no entorno da serra da Canastra, região reconhecida pela qualidade da água e clima ameno, propícia a produção de leite de melhor teor de gorduras e baixo nível de bactérias.

O Sudoeste de Minas, que no passado caracterizou-se pela alta concentração da propriedade de terras, mostra-se agora forte presença da atividade rural, caracterizada pela agricultura familiar.

Tabela 24 – Estrutura da Agricultura Regional dos Municípios do Sudoeste de Minas Gerais em 2006 (em %)

	Média	Mediana	Desvio-padrão	Coefficiente de Variação	Maior	Menor
Estabelec. Agrícolas Familiar	74,51%	74,10%	0,0996	0,1337	93,37%	53,89%
Produção Agrícola Familiar	35,26%	30,64%	0,1806	0,5121	80,16%	7,73%
Num. Est. Agropec. Próprios	90,50%	90,65%	0,0507	0,056	98,20%	73,79%
N. Est. Agrop. Arrendados	3,95%	3,14%	0,0303	0,7674	18,11%	0,82%
Área Agrícola Própria	94,18%	95,66%	0,0552	0,0586	99,10%	73,09%
Área Agrícola Arrendada	3,52%	2,37%	0,0372	1,0583	19,17%	0,36%

Fonte: IBGE. Elaboração Própria.

Esta tabela foi elaborada a partir dos dados obtidos no censo agropecuário de 2006. Os dados de todas as cidades do Sudoeste mineiro foram analisados por estas medidas estatísticas. Observa-se que a grande maioria dos estabelecimentos agrícolas são familiares. Este aspecto indica que a região que, no passado, era composta por grandes propriedades agrícolas, sofreu fragmentação (hereditária), diluindo latifúndios em pequenas propriedades.

Apesar do grande número de propriedades familiares (74,51%), sua produção representa apenas 35,26%. Há município que 93,37% dos estabelecimentos agrícolas são familiares. O município com menor participação em estabelecimento agrícola tem 53,89% das propriedades neste molde. Configura-se uma região com predomínio da agricultura familiar.

Propriedades arrendadas e áreas arrendadas são em proporção muito baixa, 3,95% e 3,52%, respectivamente. Os arrendamentos são esparsos, denunciados pelo alto coeficiente da variação desta prática, medido entre os municípios.

Se 74,51% dos estabelecimentos são de agricultura familiar, e estes correspondem a apenas 35,26% da produção, isto denuncia que ainda há uma forte concentração de terras em propriedades não familiares, respondendo por 64,74% da produção agrícola. O município que apresenta o menor número de propriedades em condição de agricultura familiar tem 53% de suas propriedades neste formato, contra 93% do município com maior percentual desta modalidade.

São consideradas propriedades de Agricultura Familiar aquelas que: não sejam superiores a 4 módulos fiscais; a família seja a mão-de-obra predominante nas atividades econômicas, e obtenha renda da atividade rural, dirigida pela própria família¹³.

¹³Lei 11.326 de 2006, que estabelece Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

A tabela 15 demonstra a representatividade da produção da agricultura familiar, em relação à produção total da agricultura. A receita obtida pela agricultura familiar, para todo o estado de Minas, foi de 25% da agricultura mineira, enquanto, para a região, ela representou, em 2006, 31%. Também pode-se ver que as cidades menores, em geral, têm maior representatividade da agricultura familiar que os centros urbanos da região. O valor desta produção em reais por hectare é, cidade a cidade, sempre superior à média mineira.

Tabela 25 – Perfil Geral das Microrregiões da Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais na Agricultura Familiar

Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Microrregião Geográfica	% da Renda da Agricultura Familiar sobre a Receita Total da Agricultura 2006	% Pessoas Ocupadas em Agr. Familiar sobre pessoas ocupadas nas Agr. Familiar e Não Familiar 2006	Valor da Produção por Hectare (em reais) da Agr. Familiar 2006
Minas Gerais	0,25	0,65	542,89
Sudoeste de Minas	0,31	0,43	1.332,31
Alfenas	0,07	0,21	816,45
Alpinópolis	0,36	0,36	2.294,06
Alterosa	0,58	0,75	1.084,79
Arceburgo	0,09	0,20	1.570,21
Areado	0,20	0,48	1.283,35
Bandeira do Sul	0,31	0,49	703,11
Boa Esperança	0,20	0,34	1.271,03
Bom Jesus da Penha	0,60	0,51	1.189,60
Botelhos	0,26	0,33	1.801,99
Cabo Verde	0,28	0,36	1.823,78
Campestre	0,40	0,52	1.346,46
Campo do Meio	0,24	0,59	1.388,34
Campos Gerais	0,35	0,43	1.684,03
Capetinga	0,34	0,29	534,47
Capitólio	0,43	0,55	933,69
Carmo do Rio Claro	0,37	0,40	1.452,08
Carvalhópolis	0,42	0,55	1.721,08
Cássia	0,24	0,30	711,73
Claraval	0,74	0,64	955,08
Conceição da Aparecida	0,44	0,50	1.455,92
Delfinópolis	0,30	0,52	250,16
Divisa Nova	0,21	0,41	682,78
Fama	0,18	0,45	1.195,70
Fortaleza de Minas	0,32	0,64	482,23
Guapé	0,36	0,61	900,35
Guaranésia	0,24	0,17	1.013,19
Guaxupé	0,09	0,19	1.303,20
Ibiraci	0,40	0,19	1.790,47
Illicínea	0,40	0,61	1.293,66
Itamogi	0,32	0,26	1.982,40
Itaú de Minas	0,40	0,44	1.374,86
Jacuí	0,63	0,79	877,68
Juruaia	0,66	0,62	1.662,29
Machado	0,22	0,27	2.010,85

Continua...

Continuação ...

Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Microrregião Geográfica	% da Renda da Agricultura Familiar sobre a Receita Total da Agricultura 2006	% Pessoas Ocupadas em Agr. Familiar sobre pessoas ocupadas nas Agr. Familiar e Não Familiar 2006	Valor da Produção por Hectare (em reais) da Agr. Familiar 2006
Monte Belo	0,34	0,62	1.002,97
Monte Santo de Minas	0,26	0,18	1.381,39
Muzambinho	0,50	0,67	1.449,67
Nova Resende	0,73	0,66	2.221,78
Paraguaçu	0,26	0,38	2.201,18
Passos	0,20	0,29	2.766,20
Poço Fundo	0,79	0,74	1.724,96
Pratápolis	0,53	0,78	948,22
São João Batista do Glória	0,22	0,50	1.372,05
São José da Barra	0,14	0,34	982,09
São Pedro da União	0,65	0,73	904,94
São Sebastião do Paraíso	0,21	0,20	1.026,44
São Tomás de Aquino	0,19	0,37	837,43
Serrania	0,09	0,17	801,38

Fonte: IBGE e IPEA-DATA, elaboração própria.

Segundo dados do Anuário Estatístico do Banco Central do Brasil para o ano de 2012, de todo o crédito destinado ao estado de Minas Gerais pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF –, 29,1% dos recursos para custeio e investimento foram dedicados ao conjunto dos 48 municípios do Sudoeste mineiro.

Tabela 26 - PRONAF - Crédito Rural - de Custeio e Investimento para Agricultura, 2012

		Finalidade		Valores em R\$		%	%	
Atividade: AGRICULTURA	Custeio		Investimento		Total		Reg.	Est.
Município	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor		
Total do Estado MG	51.583	595.359.243,11	30.335	399.537.389,95	81.918	994.896.633,06		100,0%
Sudoeste de Minas	13.195	195.530.480,70	3.423	94.376.549,59	16.618	289.907.030,29	100,0%	29,1%
Alfenas	286	4.257.165,76	55	1.781.677,20	341	6.038.842,96	2,1%	0,6%
Alpinópolis	397	7.172.190,09	112	2.438.928,74	509	9.611.118,83	3,3%	1,0%
Alterosa	364	4.030.843,42	70	1.296.832,54	434	5.327.675,96	1,8%	0,5%
Arceburgo	17	155.124,05	8	222.385,27	25	377.509,32	0,1%	0,0%
Areado	155	1.703.916,68	68	1.977.839,17	223	3.681.755,85	1,3%	0,4%
Bandeira do Sul	23	299.022,54	8	144.946,65	31	443.969,19	0,2%	0,0%
Boa Esperança	298	2.987.358,66	86	2.108.282,05	384	5.095.640,71	1,8%	0,5%
Bom Jesus da Penha	197	3.516.025,07	67	2.397.304,89	264	5.913.329,96	2,0%	0,6%
Botelhos	320	4.102.059,59	62	1.658.377,94	382	5.760.437,53	2,0%	0,6%
Cabo verde	538	9.476.428,35	98	2.536.816,48	636	12.013.244,83	4,1%	1,2%
Campestre	614	4.804.973,35	143	3.926.642,65	757	8.731.616,00	3,0%	0,9%
Campo do Meio	156	1.760.182,07	43	806.874,38	199	2.567.056,45	0,9%	0,3%
Campos Gerais	569	6.256.143,91	223	6.652.298,21	792	12.908.442,12	4,5%	1,3%
Capetinga	65	1.218.366,32	7	185.687,70	72	1.404.054,02	0,5%	0,1%
Capitólio	94	1.184.055,66	8	169.011,13	102	1.353.066,79	0,5%	0,1%
Carmo do Rio Claro	217	3.829.653,34	57	2.035.791,18	274	5.865.444,52	2,0%	0,6%
Carvalhópolis	165	1.165.367,35	36	993.480,54	201	2.158.847,89	0,7%	0,2%
Cássia	121	1.974.827,47	16	637.132,36	137	2.611.959,83	0,9%	0,3%
Claraval	212	5.009.980,59	107	4.470.062,75	319	9.480.043,34	3,3%	1,0%
Conceição da Aparecida	339	4.481.310,48	56	2.265.659,38	395	6.746.969,86	2,3%	0,7%
Delfinópolis	14	447.866,23	2	118.227,76	16	566.093,99	0,2%	0,1%

Continua ..

Continuação ...

Município	Finalidade				Valores em R\$		%	%
	Custeio		Investimento		Total		Reg.	Est.
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor		
Divisa Nova	113	1.375.197,85	25	630.029,62	138	2.005.227,47	0,7%	0,2%
Fama	50	608.082,02	7	213.660,90	57	821.742,92	0,3%	0,1%
Fortaleza de Minas	40	707.922,05	22	498.411,06	62	1.206.333,11	0,4%	0,1%
Guape	298	2.934.662,02	63	1.512.996,59	361	4.447.658,61	1,5%	0,4%
Guaranésia	160	2.675.781,41	43	792.862,59	203	3.468.644,00	1,2%	0,3%
Guaxupé	113	1.840.373,83	27	642.918,57	140	2.483.292,40	0,9%	0,2%
Ibiraci	193	4.300.899,76	90	3.332.456,92	283	7.633.356,68	2,6%	0,8%
Ilicínea	231	2.450.104,96	106	1.940.734,96	337	4.390.839,92	1,5%	0,4%
Itamogi	326	7.393.119,33	130	4.488.628,59	456	11.881.747,92	4,1%	1,2%
Itaú de Minas	17	229.818,18	3	75.080,50	20	304.898,68	0,1%	0,0%
Jacuí	279	3.435.503,54	131	3.068.966,26	410	6.504.469,80	2,2%	0,7%
Juruaia	481	6.508.275,42	112	3.075.446,97	593	9.583.722,39	3,3%	1,0%
Machado	524	5.598.442,75	128	4.343.941,20	652	9.942.383,95	3,4%	1,0%
Monte Belo	374	3.419.589,97	53	1.732.930,46	427	5.152.520,43	1,8%	0,5%
Monte Santo de Minas	351	6.020.694,51	83	2.976.597,19	434	8.997.291,70	3,1%	0,9%
Muzambinho	689	7.040.509,67	144	3.611.835,39	833	10.652.345,06	3,7%	1,1%
Nova Resende	1.030	16.795.556,26	192	5.729.861,47	1222	22.525.417,73	7,8%	2,3%
Paraguaçu	336	4.429.248,07	98	3.392.176,82	434	7.821.424,89	2,7%	0,8%
Passos	220	3.893.306,57	37	1.241.355,49	257	5.134.662,06	1,8%	0,5%
Poço Fundo	1.071	19.903.055,56	316	3.141.982,77	1387	23.045.038,33	7,9%	2,3%
Pratápolis	50	914.956,34	13	584.163,99	63	1.499.120,33	0,5%	0,2%
São João Batista do Glória	9	187.884,59	0	0	9	187.884,59	0,1%	0,0%
São José da Barra	180	2.716.400,67	28	785.577,11	208	3.501.977,78	1,2%	0,4%

Continua ...

Continuação ...

Município	Finalidade				Valores em R\$		%	%
	Custeio		Investimento		Total		Reg.	Est.
	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor		
São Pedro da União	300	6.214.995,75	63	1.782.198,98	363	7.997.194,73	2,8%	0,8%
São Sebastião do Paraíso	299	7.887.408,82	106	3.765.849,19	405	11.653.258,01	4,0%	1,2%
São Tomás de Aquino	249	5.307.540,16	56	1.735.563,85	305	7.043.104,01	2,4%	0,7%
Serrania	51	908.289,66	15	456.063,18	66	1.364.352,84	0,5%	0,1%

Fonte: Anuário Estatística de Crédito Rural - Banco Central do Brasil. Obs: Na tabela original do Banco Central constam: Recursos para Custeio, Investimento e Comercialização, porém para todos os municípios do país o item "comercialização" não apresentava valor. Assim, eliminamos a respectiva coluna.

Tabela 27 - PRONAF - Crédito Rural - de Custeio e Investimento para Pecuária, 2012

Atividade: PECUÁRIA Município		Finalidade				Valores em R\$		%	%
		Custeio		Investimento		Total		Reg.	Est.
		Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor		
Total do Estado MG		27.952	329.584.222,96	74.597	671.499.968,57	102.549	1.001.084.191,53		100,0%
Sudoeste de Minas		1.539	21.808.168,60	795	20.869.041,62	2.334	42.677.210,22	100,0%	4,3%
Alfenas		185	2.232.937,71	51	1.001.914,09	236	3.234.851,80	7,6%	0,3%
Alpinópolis		126	2.305.655,53	63	1.355.374,79	189	3.661.030,32	8,6%	0,4%
Alterosa		22	215.654,52	12	197.139,40	34	412.793,92	1,0%	0,0%
Arceburgo		25	330.024,61	11	427.352,82	36	757.377,43	1,8%	0,1%
Areado		22	164.915,66	10	212.222,46	32	377.138,12	0,9%	0,0%
Bandeira do Sul		0	0	0	0	0	0,00	0,0%	0,0%
Boa Esperança		14	84.742,45	18	353.735,94	32	438.478,39	1,0%	0,0%
Bom Jesus da Penha		4	32.928,99	2	38.341,00	6	71.269,99	0,2%	0,0%
Botelhos		8	145.260,86	3	55.121,35	11	200.382,21	0,5%	0,0%
Cabo verde		10	176.310,36	6	94.500,00	16	270.810,36	0,6%	0,0%
Campestre		15	115.676,55	6	110.140,00	21	225.816,55	0,5%	0,0%
Campo do Meio		26	180.961,62	27	217.910,00	53	398.871,62	0,9%	0,0%
Campos Gerais		15	162.866,01	18	311.574,04	33	474.440,05	1,1%	0,0%
Capetinga		21	196.035,75	10	277.904,16	31	473.939,91	1,1%	0,0%
Capitólio		105	1.446.137,14	19	347.819,39	124	1.793.956,53	4,2%	0,2%
Carmo do Rio Claro		24	425.529,08	11	270.490,00	35	696.019,08	1,6%	0,1%
Carvalhópolis		4	69.206,47	3	50.841,50	7	120.047,97	0,3%	0,0%
Cássia		40	478.369,20	6	132.902,30	46	611.271,50	1,4%	0,1%
Claraval		19	255.119,76	40	1.408.900,00	59	1.664.019,76	3,9%	0,2%
Conceição da Aparecida		2	19.463,06	6	193.500,00	8	212.963,06	0,5%	0,0%
Delfinópolis		82	1.111.526,62	10	367.500,00	92	1.479.026,62	3,5%	0,1%
Divisa Nova		8	58.765,16	12	245.318,11	20	304.083,27	0,7%	0,0%
Fama		20	243.519,36	1	28.800,00	21	272.319,36	0,6%	0,0%

Continua ...

Continuação ...

Atividade: PECUÁRIA	Finalidade		Investimento		Valores em R\$		% Reg.	% Est.
	Custeio				Total			
Município	Contrato	Valor	Contrato	Valor	Contrato	Valor		
Fortaleza de Minas	8	157.806,00	8	309.800,00	16	467.606,00	1,1%	0,0%
Guapé	70	1.125.339,24	26	651.860,12	96	1.777.199,36	4,2%	0,2%
Guaranésia	25	434.446,84	7	141.100,00	32	575.546,84	1,3%	0,1%
Guaxupé	2	26.426,52	2	49.519,34	4	75.945,86	0,2%	0,0%
Ibiraci	22	225.366,17	16	324.735,93	38	550.102,10	1,3%	0,1%
Ilicínea	13	131.522,07	6	156.450,00	19	287.972,07	0,7%	0,0%
Itamogi	6	102.441,01	10	395.420,00	16	497.861,01	1,2%	0,0%
Itaú de Minas	20	228.836,82	13	393.970,00	33	622.806,82	1,5%	0,1%
Jacuí	71	1.001.445,38	50	953.674,60	121	1.955.119,98	4,6%	0,2%
Juruaia	21	223.879,64	15	472.725,70	36	696.605,34	1,6%	0,1%
Machado	0	0	3	33.200,00	3	33.200,00	0,1%	0,0%
Monte Belo	24	206.081,48	9	119.963,81	33	326.045,29	0,8%	0,0%
Monte Santo de Minas	52	963.106,91	36	1.517.091,70	88	2.480.198,61	5,8%	0,2%
Muzambinho	4	57.121,39	6	221.504,16	10	278.625,55	0,7%	0,0%
Nova Resende	4	55.243,08	4	57.112,08	8	112.355,16	0,3%	0,0%
Paraguaçu	31	280.417,27	18	476.319,60	49	756.736,87	1,8%	0,1%
Passos	101	1.467.868,58	82	2.465.634,35	183	3.933.502,93	9,2%	0,4%
Poço Fundo	14	155.023,10	9	137.881,00	23	292.904,10	0,7%	0,0%
Pratápolis	63	1.184.760,42	28	841.670,41	91	2.026.430,83	4,7%	0,2%
São João Batista do Glória	46	712.056,86	29	1.062.446,32	75	1.774.503,18	4,2%	0,2%
São José da Barra	49	880.171,77	14	452.237,00	63	1.332.408,77	3,1%	0,1%
São Pedro da União	8	208.389,83	1	30.000,00	9	238.389,83	0,6%	0,0%
São Sebastião do Paraíso	63	1.134.013,54	41	1.417.654,15	104	2.551.667,69	6,0%	0,3%
São Tomás de Aquino	20	292.887,55	4	107.000,00	24	399.887,55	0,9%	0,0%
Serrania	5	101.910,66	13	380.770,00	18	482.680,66	1,1%	0,0%

Fonte: Anuário Estatística de Crédito Rural - Banco Central do Brasil. Obs: Na tabela original do Banco Central constam: Recursos para Custeio, Investimento e Comercialização, porém para todos os municípios do país o item "comercialização" não apresentava valor. Assim, eliminamos a respectiva coluna.

Via PRONAF, os financiamentos à pecuária são bem menos expressivos, comparativamente ao que se viu para a agricultura: correspondem a 4,3%. A atividade pecuária, neste conjunto de cidades, como já apontado anteriormente, está concentrada em poucos municípios, naqueles próximos à Serra da Canastra (São João Batista do Glória, Passos, Pratápolis), também o município de Alfenas, situado à outra margem da represa de Furnas.

Na pecuária, os montantes aplicados na rubrica investimentos equivalem ao dobro do que foi aplicado em custeio, para o ano de 2012. Isto sugere que está em voga mecanização e modernização da pecuária leiteira.

O valor da produção do setor cafeeira, em relação ao conjunto do setor agropecuário, representou 76% para o ano de 2017. Há cidades da região em que a produção atinge mais de 90% de participação. E este índice é superior a qualquer outro, entre as microrregiões Sul/Sudoeste. Apenas a microrregião de Varginha, vizinha às três microrregiões do Sudoeste, supera 80% do valor do produto agropecuário.

Tabela 28 - Tabela do Percentual do Valor da Produção de Café sobre a Produção Total da Agropecuária

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	0,06	0,04	0,07	0,07	0,09	0,07	0,07	0,06	0,08	0,08	0,08	0,06	0,06	0,06	0,07	0,06
Minas Gerais	0,36	0,26	0,38	0,33	0,45	0,32	0,35	0,31	0,38	0,40	0,39	0,30	0,36	0,34	0,37	0,34
Sul/Sudoeste de Minas	0,64	0,48	0,68	0,56	0,72	0,55	0,68	0,57	0,65	0,68	0,69	0,54	0,66	0,65	0,66	0,71
Região Sudoeste Minas	0,72	0,53	0,75	0,63	0,80	0,63	0,76	0,68	0,76	0,71	0,75	0,63	0,74	0,74	0,74	0,76
Alfenas	0,63	0,53	0,79	0,51	0,83	0,60	0,72	0,68	0,74	0,73	0,66	0,54	0,65	0,66	0,64	0,55
Alpinópolis	0,78	0,49	0,76	0,71	0,77	0,65	0,74	0,77	0,86	0,81	0,79	0,70	0,79	0,79	0,79	0,68
Alterosa	0,32	0,29	0,47	0,48	0,66	0,46	0,61	0,63	0,70	0,69	0,64	0,57	0,70	0,70	0,73	0,78
Arceburgo	0,75	0,67	0,67	0,62	0,72	0,59	0,74	0,60	0,66	0,41	0,47	0,32	0,61	0,55	0,60	0,52
Areado	0,54	0,38	0,72	0,50	0,70	0,51	0,70	0,51	0,65	0,62	0,66	0,59	0,72	0,71	0,65	0,53
Bandeira do Sul	0,70	0,53	0,76	0,52	0,79	0,63	0,64	0,50	0,58	0,53	0,65	0,52	0,66	0,60	0,63	0,93
Boa Esperança	0,79	0,68	0,86	0,67	0,91	0,78	0,84	0,83	0,85	0,82	0,80	0,75	0,86	0,88	0,86	0,85
Bom Jesus da Penha	0,59	0,43	0,57	0,42	0,59	0,35	0,61	0,48	0,60	0,56	0,71	0,51	0,57	0,72	0,68	0,61
Botelhos	0,80	0,53	0,80	0,70	0,90	0,72	0,83	0,83	0,85	0,85	0,85	0,85	0,88	0,89	0,82	0,89
Cabo Verde	0,91	0,87	0,88	0,91	0,96	0,93	0,95	0,91	0,93	0,91	0,92	0,91	0,92	0,92	0,84	0,94
Campestre	0,61	0,46	0,63	0,43	0,60	0,43	0,64	0,48	0,61	0,65	0,68	0,52	0,65	0,79	0,73	0,92
Campo do Meio	0,76	0,36	0,78	0,49	0,75	0,52	0,64	0,69	0,80	0,78	0,62	0,49	0,75	0,67	0,79	0,82
Campos Gerais	0,91	0,79	0,92	0,84	0,86	0,81	0,84	0,85	0,90	0,89	0,90	0,83	0,95	0,94	0,91	0,85
Capetinga	0,82	0,60	0,74	0,76	0,85	0,67	0,73	0,73	0,85	0,85	0,78	0,81	0,90	0,87	0,92	0,87
Capitólio	0,77	0,55	0,76	0,70	0,75	0,42	0,74	0,82	0,82	0,86	0,84	0,74	0,82	0,80	0,72	0,85
Carmo do Rio Claro	0,58	0,47	0,78	0,53	0,77	0,49	0,60	0,74	0,69	0,77	0,69	0,67	0,82	0,73	0,75	0,67
Carvalhópolis	0,87	0,76	0,93	0,77	0,89	0,84	0,91	0,91	0,96	0,96	0,95	0,91	0,95	0,96	0,95	0,95
Cássia	0,72	0,52	0,73	0,67	0,87	0,56	0,70	0,55	0,69	0,65	0,73	0,69	0,73	0,69	0,69	0,68
Claraval	0,76	0,73	0,79	0,67	0,76	0,70	0,71	0,62	0,73	0,65	0,86	0,72	0,90	0,85	0,92	0,95
Conceição da Aparecida	0,87	0,76	0,93	0,81	0,89	0,91	0,81	0,80	0,84	0,85	0,85	0,74	0,80	0,81	0,79	0,95
Delfinópolis	0,25	0,16	0,21	0,12	0,19	0,10	0,06	0,05	0,04	0,04	0,03	0,03	0,02	0,02	0,01	0,02
Divisa Nova	0,55	0,37	0,67	0,62	0,74	0,60	0,68	0,53	0,57	0,60	0,58	0,52	0,74	0,70	0,74	0,68
Fama	0,78	0,49	0,80	0,59	0,75	0,74	0,82	0,75	0,87	0,88	0,85	0,74	0,90	0,90	0,88	0,84
Fortaleza de Minas	0,50	0,44	0,77	0,76	0,80	0,54	0,69	0,59	0,65	0,42	0,54	0,33	0,35	0,39	0,37	0,53
Guapé	0,91	0,75	0,81	0,67	0,88	0,88	0,86	0,80	0,87	0,85	0,80	0,77	0,70	0,86	0,90	0,92
Guaranésia	0,70	0,43	0,45	0,69	0,78	0,70	0,86	0,72	0,82	0,54	0,72	0,55	0,72	0,66	0,84	0,89

Continua ...

Continuação ...

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Guaxupé	0,76	0,60	0,65	0,68	0,82	0,70	0,84	0,71	0,84	0,66	0,82	0,68	0,84	0,82	0,86	0,92
Ibiraci	0,96	0,93	0,94	0,91	0,95	0,86	0,93	0,91	0,96	0,93	0,92	0,82	0,91	0,85	0,95	0,93
Ilicínea	0,90	0,78	0,87	0,85	0,93	0,82	0,86	0,89	0,89	0,92	0,89	0,86	0,88	0,94	0,89	0,89
Itamogi	0,93	0,80	0,90	0,83	0,94	0,82	0,94	0,83	0,93	0,89	0,96	0,90	0,95	0,94	0,91	0,96
Itaú de Minas	0,07	0,03	0,06	0,05	0,07	0,04	0,03	0,03	0,04	0,04	0,05	0,03	0,02	N.I.	0,02	0,01
Jacuí	0,81	0,29	0,37	0,40	0,73	0,62	0,84	0,75	0,84	0,84	0,79	0,52	0,66	0,64	0,66	0,91
Juruaia	0,81	0,54	0,80	0,82	0,88	0,86	0,94	0,90	0,94	0,90	0,89	0,80	0,94	0,91	0,89	0,98
Machado	0,79	0,65	0,90	0,75	0,90	0,72	0,87	0,82	0,91	0,90	0,88	0,81	0,82	0,84	0,79	0,86
Monte Belo	0,48	0,22	0,59	0,36	0,51	0,36	0,54	0,38	0,52	0,44	0,56	0,41	0,57	0,57	0,60	0,71
Monte Santo de Minas	0,85	0,71	0,82	0,86	0,92	0,86	0,93	0,84	0,92	0,64	0,82	0,72	0,87	0,79	0,80	0,82
Muzambinho	0,78	0,51	0,68	0,73	0,80	0,64	0,81	0,62	0,81	0,63	0,78	0,67	0,73	0,72	0,62	0,96
Nova Resende	0,79	0,56	0,85	0,83	0,90	0,85	0,89	0,83	0,90	0,82	0,89	0,85	0,89	0,92	0,85	0,94
Paraguaçu	0,81	0,47	0,68	0,49	0,69	0,48	0,61	0,63	0,76	0,75	0,75	0,49	0,63	0,63	0,69	0,75
Passos	0,30	0,14	0,30	0,12	0,32	0,18	0,19	0,17	0,21	0,22	0,26	0,15	0,23	0,16	0,21	0,22
Poço Fundo	0,74	0,51	0,91	0,77	0,83	0,74	0,88	0,87	0,94	0,95	0,93	0,88	0,94	0,86	0,86	0,84
Pratápolis	0,06	0,07	0,15	0,11	0,19	0,11	0,11	0,08	0,14	0,07	0,17	0,04	0,10	0,10	0,07	0,11
São J Batista do Glória	0,31	0,19	0,22	0,23	0,31	0,33	0,22	0,19	0,19	0,12	0,16	0,06	0,10	0,07	0,08	0,07
São José da Barra	0,37	0,34	0,69	0,52	0,72	0,44	0,64	0,72	0,75	0,75	0,71	0,64	0,68	0,63	0,57	0,67
São Pedro da União	0,76	0,45	0,68	0,65	0,81	0,63	0,86	0,73	0,86	0,86	0,84	0,73	0,81	0,77	0,71	0,78
São Seb do Paraíso	0,87	0,55	0,82	0,72	0,85	0,61	0,76	0,62	0,52	0,45	0,55	0,51	0,63	0,55	0,60	0,64
São Tomás de Aquino	0,86	0,63	0,78	0,71	0,88	0,72	0,78	0,69	0,82	0,76	0,87	0,69	0,82	0,72	0,83	0,85
Serrania	0,63	0,44	0,73	0,58	0,83	0,67	0,79	0,69	0,79	0,79	0,74	0,65	0,81	0,82	0,80	0,74
Micro. Passos	0,57	0,37	0,57	0,46	0,63	0,41	0,54	0,47	0,58	0,50	0,60	0,46	0,59	0,50	0,58	0,52
Micro. Paraíso	0,80	0,58	0,75	0,74	0,86	0,73	0,85	0,73	0,79	0,68	0,79	0,67	0,80	0,77	0,76	0,84
Micro. Alfenas	0,68	0,52	0,80	0,60	0,81	0,61	0,74	0,72	0,79	0,79	0,75	0,65	0,76	0,75	0,74	0,75

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal. Elaboração Própria

Na década de 1980, o preço da saca de café esteve, em média, abaixo de 100 dólares, com apenas um pico em dois anos, 1985 e 1986. Também, no início da década dos anos 2000, os preços estiveram bem baixos, com recuperação e, aí sim, uma sinalização crescente a partir de 2005. Ao longo destas três últimas décadas, o preço do café em dólar mantém uma trajetória altista.

Variações do câmbio que, supostamente, favoreceriam as exportações dos grãos, têm, na verdade, efeito moderado. Primeiro porque o café, apesar de ter ganhado espaço no consumo das famílias, é um produto de demanda inelástica; por esta razão, variações no preço afetam pouco a expansão do consumo. Além disto, os insumos agrícolas – adubos e fertilizantes - usados na produção do café são importados ou têm suas cotações também fixadas em dólar, de tal forma que, eventuais ganhos com desvalorização de câmbio, de um lado, são compensados por aumento do custo de produção, por outro.

O café do Sudoeste mineiro correspondia a uma escala de 26,00% da produção do estado e 12% da produção nacional (em 2012, ADEBRÁS: 2002). Esta cifra se mantém. Em 2016, a produção de café em relação à produção do estado de Minas Gerais foi de 25,95% (IBGE). Apenas a COOXUPÉ (Cooperativa dos Cafeicultores da Região em Guaxupé) é responsável pela exportação de mais de 10% de toda a exportação do grão do país. A espécie cultivada nesta região é a arábica –, de melhor bebida e qualidade que a Robusta ou Conilon, esta última produzida, principalmente, no estado do Espírito Santo.

Tabela 29 – Área Destinada à Colheita de Café em Grão (em Hectares)

	1990	2000	2006	2010	2016
Brasil	2.937.804	2.292.165	2.331.560	2.161.826	2.006.717
Minas Gerais	983.645	998.515	1.074.471	1.026.613	1.041.541
Mesorregião Sudoeste	412.737	414.308	468.887	432.293	448.186
Sudoeste MG	262.246	255.062	278.560	246.702	260.889
Soma Três Microrregiões	193.234	185.312	203.896	179.340	194.283
Passos	46.334	29.131	33.276	31.138	41.265
São Sebastião do Paraíso	88.345	81.234	91.730	83.081	83.995
Alfenas	58.555	74.947	78.890	65.121	69.023

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 30 – Quantidade Produzida de Café em Grão (em Toneladas)

	1990	2000	2006	2010	2016
Brasil	2.929.711	3.807.124	2.573.368	2.907.265	3.019.051
Minas Gerais	1.040.799	1.651.261	1.325.238	1.504.188	1.834.171
Mesorregião Sudoeste MG	377.685	747.971	613.717	646.302	814.400
Sudoeste MG	229.112	479.171	378.589	411.263	506.439
Soma Três Microrregiões	171.965	326.066	290.356	322.664	375.164
Passos	49.145	60.527	45.461	57.645	82.427
São Sebastião do Paraíso	64.249	113.913	134.025	147.631	157.217
Alfenas	58.571	151.626	110.870	117.388	135.520

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Tabela 31 – Produção Média de Café em Grão (Toneladas por Hectare)

	1990	2000	2006	2010	2016
Brasil	1,00	1,66	1,10	1,34	1,50
Minas Gerais	1,06	1,65	1,23	1,47	1,76
Mesorregião Sudoeste MG	0,92	1,81	1,31	1,50	1,82
Sudoeste MG	0,87	1,88	1,36	1,67	1,94
Soma Três Microrregiões	0,89	1,76	1,42	1,80	1,93
Passos	1,06	2,08	1,37	1,85	2,00
São Sebastião do Paraíso	0,73	1,40	1,46	1,78	1,87
Alfenas	1,00	2,02	1,41	1,80	1,96

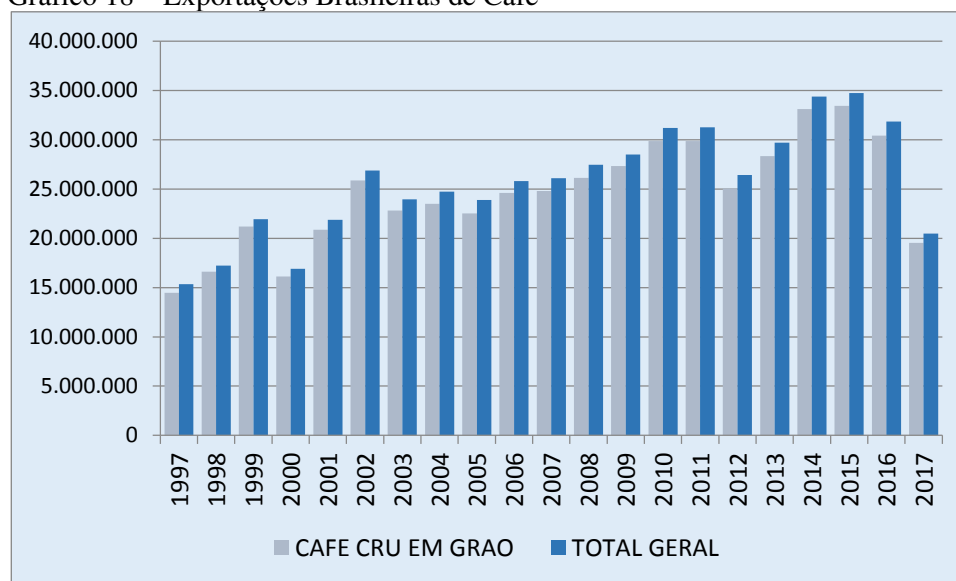
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

As tabelas 29, 30 e 31 mostram a dinâmica da produção de café nas décadas recentes, comparativamente para Brasil, Minas, Mesorregião Sul/Sudoeste, Região Sudoeste e as três microrregiões relativas ao Sudoeste. Vê-se que a área de cultivo de café no Sudoeste mineiro, desde 1990 não foi ampliada. Aliás, reduziu-se levemente. Mas a produção dos grãos aumentou em 121%. Esta elevação deve ser analisada com prudência. O café é um produto que tem produtividade alternada. Uma safra tem alta produção, na safra seguinte, baixa. Assim, há que se ter cuidado em comparar um ano com outro, aleatoriamente.

A forma primária da mecanização dos cafezais se dá pela substituição de homens por máquina, na colheita do café. Isto, de forma isolada, não melhora a produtividade por área plantada. Obviamente, aumenta a produção por unidade de trabalho humano. No entanto, a mecanização não se limita à colheita, mas ao preparo do solo, a fertilização, adubação e aplicação de defensivos agrícolas. Fazer isto de forma mecanizada torna o efeito muito mais homogêneo e, deste modo, contribui para o aumento da produtividade por área cultivada. Esta melhora tem ganhos exponenciais na sua implementação, mas tem limite. Tanto a mecanização como o uso de insumos químicos apresentam produtividade marginal decrescente.

Em oposição a estas técnicas estão os cafés especiais – que correspondem a uma porção muito pouco representativa – mas que são tratados e colhidos manualmente e sem interferências mecânica ou química. Apesar de ter crescido o número de marcas de café torrado e moído, e ter aparecido para consumo do mercado interno esse novo tipo de café (o café *gourmet*)¹⁴, ainda se trata de uma parcela pequena, comparada à magnitude do volume cafeeiro regional.

Gráfico 18 – Exportações Brasileiras de Café



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Tabela 32 – Exportações Brasileiras de Café por Unidade de Despacho Aduaneiro (Sacas 60Kg)

Unidade da Receita Federal	2016	%	2015	%
Santos	24.211.446	71,20%	21.883.344	59,20%
Rio de Janeiro	4.125.262	12,10%	3.693.681	10,00%
Rio de Janeiro	3.853.826	11,30%	3.505.717	9,50%
Sepetiba	271.436	0,80%	187.964	0,50%
Paranaguá	395.606	1,20%	175.476	0,50%
Vitória	2.258.037	6,60%	6.309.315	17,10%
Salvador	135.741	0,40%	265.164	0,70%
REDEX Guaxupé JAPY	2.158.665	6,30%	3.933.596	10,60%
REDEX Poços de Caldas	189.050	0,60%	55.365	0,10%
EADI Varginha	379	0,00%	2.489	0,00%
Rodoviário	505.103	1,50%	608.330	1,60%
Outros	26.604	0,10%	21.223	0,10%
TOTAL	34.005.893	100,00 %	36.947.983	100,00%

Fonte: Relatório Mensal, dez/16. CECAFE - Conselho dos Exportadores de Café, p. 12.

¹⁴No trabalho desenvolvido pela CEPDEPLAR / ADEBRÁS no ano 2000, já se recomendava a união de esforços no sentido da melhor seleção de grãos, a fim de agregar valor ao produto voltado ao mercado consumidor interno.

Vale, Calderaro e Fagundes (2014), em trabalho comparativo sobre produção cafeeira nas mesorregiões Sul/Sudoeste de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba, destacam o trabalho como um custo relevante para os produtores, especialmente os pequenos produtores do Sudoeste de Minas. Afirmam, também, que é comum, nos períodos de safra, a contratação de trabalhadores de regiões bem distantes, que migram para o Sudoeste especificamente para esta tarefa. São menos politizados e, assim, os produtores sentem-se mais seguros em terem menor risco de sofrer ações trabalhistas.

Além do fator trabalho, os produtores, especialmente menores, veem seus custos se elevarem porque dependem de insumos e defensivos agrícolas, que são adquiridos de empresas com características oligopolísticas. Os produtores destes insumos são grandes *players* internacionais.

O Sudoeste de Minas possui vantagem competitiva na produção de café. Produz um café arábica – café de altitude. Teve sua cultura impulsionada a partir dos anos 1960/1970, especialmente com a colaboração de órgãos governamentais como IBC. Nas cidades do Sudoeste de Minas e até na região do Triângulo Mineiro, para onde a cultura de café migrou, mais recentemente, após a década de 1990, o papel das cooperativas de café é fundamental. No Sudoeste de Minas estão sediadas grandes cooperativas, inclusive a COOXUPE, a maior cooperativa de café do mundo, com mais de 12.000 cooperados e atuante no Sudoeste mineiro, Noroeste de São Paulo e inclusive no Triângulo Mineiro.

As cooperativas têm forte influência, pois assistem, tecnicamente, os produtores, comercializam adubos, insumos e fertilizantes, dão liquidez total às comercializações dos grãos e, ainda, muitas vezes, atuam como financiadoras dos insumos de produção, em contratos liquidados com o próprio produto final.

Regiões como o Triângulo Mineiro, para onde parte da produção de café migrou nas últimas décadas, são áreas mais suscetíveis à intervenção do capital, com sistema de mecanização agrícola.

Variações no preço do café, historicamente, provocaram maior oferta do produto. Por se tratar de uma produção perene, de médio a longo prazo para produção de novas plantações, efeitos de majoração dos preços internacionais elevam a produção futura, mas no momento da sua colheita, muitas vezes, os preços já voltaram aos patamares anteriores, ou a subida se revela menor do que as expectativas geradas nos anos antecedentes. Não havendo aos produtores um rigoroso mecanismo de financiamento das safras, os pequenos produtores, principalmente, veem-se sempre endividados.

Pequenos produtores, geralmente, queixam-se, desamparados pelas cooperativas agrícolas. Grandes produtores que possuem largas escalas de produção encontram-se em situação econômico-financeira muito confortável. Pequenos produtores que não dependem de contratação de mão-de-obra, pois os próprios membros da família cultivam a terra, também apresentam-se em condições confortáveis. Contrariamente, médios proprietários de terra, que possuem baixa escala de produção e que dependem da contratação de trabalho assalariado para efetivarem suas ações de plantio, manutenção e colheita, veem-se quase sempre em situação financeira muito limitada, e não enxergam no sistema cooperativo vantagens significativas, fora a de poderem comercializar seus produtos a qualquer momento. Neste sentido, as cooperativas, e principalmente, a COOXUPE, poderiam lançar-se ao papel de nuclear a excelência da organização produtiva e valorização do produto em maior escala.

4.1.1. Setor Sucroalcooleiro

Por muito tempo a terra rural dividia espaço entre café e cana de açúcar. Com o advento do Proálcool (final da década de 1970 e início da década de 1980) a atividade canavieira cresceu. Existiram algumas empresas de açúcar e álcool na região. a expansão deste setor veio no bojo da intensificação do setor de açúcar e álcool ocorrida do estado de São Paulo.

Atualmente poucas ainda estão em operação. Eles perderam competitividade, entre outros fatores, pela diferença de tributação dos estados Minas e São Paulo, tendo São Paulo praticado alíquotas inferiores às de Minas. Além disso, e também sob influência da proximidade paulista, o estado de São Paulo a legislação não permite mais queimada de cana. Toda a produção de corte e colheita é feita mecanicamente. A tipificação topográfica do Sudoeste de Minas é mais resistente a este processo de colheita.

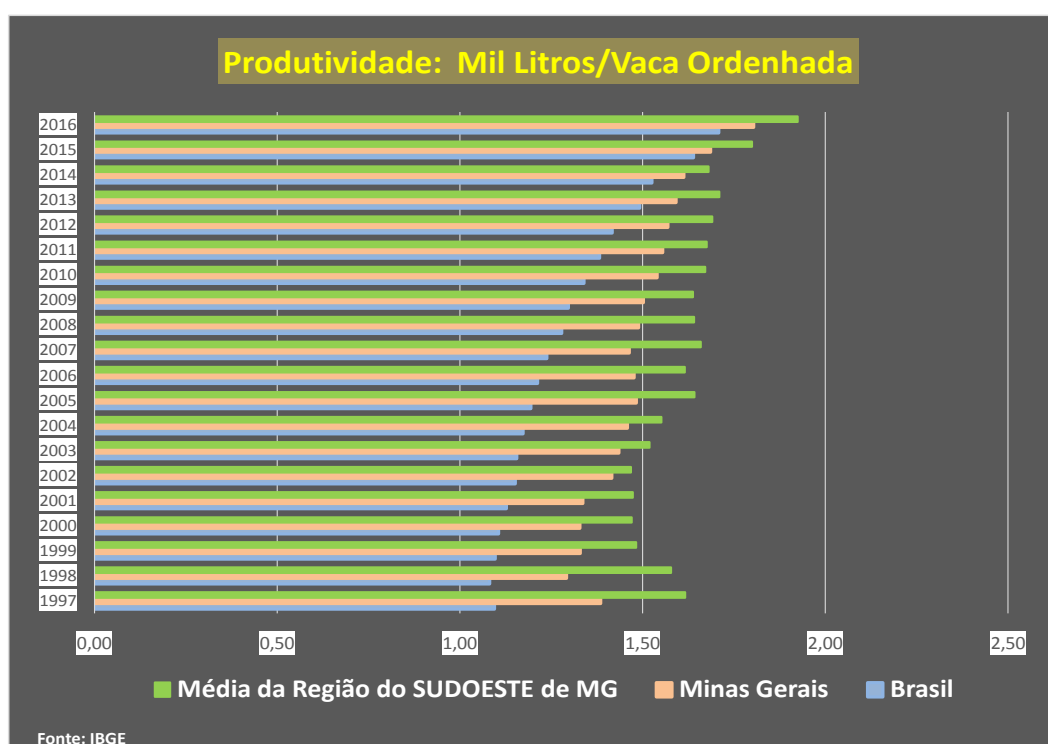
Contrariando o perfil atual da agricultura, de agricultura familiar, Ramos (1999) afirma que a tipificação da produção canavieira “não se caracteriza por uma produção intensiva, tomando-se por base o trabalho familiar, [...] predominam na produção canavieira do Estado (de São Paulo), as agropecuárias das usinas. Os grandes fornecedores e o arrendamento de áreas por parte das usinas” (Ramos, 1999: 167).

Algumas unidades deixaram de operar enquanto outras foram absorvidas por capitais externos região num processo de concentração de capital.

4.1.2. Pecuária Leiteira –

Os municípios de Passos, São Sebastião do Paraíso, Alpinópolis, Alfenas e Machado destacam-se pela produção leiteira. Minas Gerais e esta região do Sudoeste de Minas são reconhecidos pela presença da criação de gado e produção de leite, desde o século XIX. No entorno das cidades de Passos, São Sebastião do Paraíso e Alpinópolis, já começa a Serra da Canastra, conhecida, mundialmente, pela produção de um tipo de queijo específico e original desta região – o queijo da Canastra. Trata-se de uma tradição muito enraizada, com certificação de origem, de um produto único, típico daquela região, dada a qualidade da água e do clima.

Gráfico 19 – Evolução da Produtividade Leiteira da Região do Sudoeste de Minas Gerais



Fonte: IBGE, Elaboração própria.

Segundo avaliação feita pela ADEBRAS (op. cit. 2000), na produção leiteira regional dividem espaço grandes, médios e pequenos produtores. Embora possa haver resistência à utilização de técnicas mais modernas no manejo e produção, o uso de sistema de armazenamento e resfriamento do produto nas propriedades está disseminado. Sistema de ordenha mecânica está disponível aos maiores produtores, enquanto os menores têm modelos mais artesanais. Também os grandes e médios produtores tendem a entregar sua produção em cooperativas, enquanto os pequenos a vendem a laticínios artesanais. A

produção da região concorre com a produção do Triângulo Mineiro e Alto do Paranaíba em litros/vaca e ordenha/ano.

Tabela 33 – Produção Leiteira e Valor da Produção de Leite Sudoeste de Minas Gerais

Ano	Produção de Leite (em mil Litros)				Valor da Produção de Leite			
	Brasil	Minas Gerais	Sudoeste de Minas	% Reg/MG	Brasil	Minas Gerais	Sudoeste de Minas	% Reg/MG
1997	18.666.011	5.602.015	456.119	8,14%	4.463.935	1.287.375	127.229	9,88%
1998	18.693.915	5.688.011	455.659	8,01%	4.427.380	1.289.334	121.741	9,44%
1999	19.070.048	5.801.063	423.271	7,30%	5.039.516	1.485.322	121.578	8,19%
2000	19.767.206	5.865.486	423.319	7,22%	5.731.407	1.739.689	135.964	7,82%
2001	20.509.953	5.981.223	416.044	6,96%	5.966.110	1.763.052	135.886	7,71%
2002	21.642.780	6.177.356	435.624	7,05%	7.519.021	2.207.316	168.634	7,64%
2003	22.253.863	6.319.895	413.816	6,55%	9.121.305	2.681.451	186.689	6,96%
2004	23.474.694	6.628.917	451.788	6,82%	10.961.080	3.214.276	169.132	5,26%
2005	24.620.859	6.908.683	491.479	7,11%	11.607.770	3.402.852	249.714	7,34%
2006	25.398.219	7.094.111	529.049	7,46%	12.337.588	3.473.535	260.855	7,51%
2007	26.137.266	7.275.242	562.670	7,73%	15.286.952	4.627.210	389.649	8,42%
2008	27.585.346	7.657.305	544.797	7,11%	17.036.700	5.062.037	388.939	7,68%
2009	29.085.495	7.931.115	580.324	7,32%	18.592.020	5.320.704	418.313	7,86%
2010	30.715.460	8.388.039	594.401	7,09%	21.210.252	6.021.740	465.772	7,73%
2011	32.096.214	8.756.114	619.633	7,08%	24.388.387	6.937.317	523.836	7,55%
2012	32.304.421	8.905.984	657.149	7,38%	26.797.462	7.479.796	572.915	7,66%
2013	34.255.236	9.309.165	667.261	7,17%	32.417.960	9.230.766	641.724	6,95%
2014	35.124.360	9.370.470	666.577	7,11%	33.735.353	9.298.941	611.402	6,57%
2015	34.609.588	9.144.957	650.637	7,11%	34.231.997	9.134.526	626.432	6,86%
2016	33.624.653	8.970.779	663.163	7,39%	39.441.516	10.803.365	742.235	6,87%

Fonte: IBGE - adaptado pelo autor

É reconhecido que o sistema de segurança em saúde animal é bastante rigoroso, e já se tem, também disseminado, o sistema de inseminação artificial, garantindo cruzamentos entre os animais mais produtivos e resistentes. As Cooperativas oferecem, em geral, além da comercialização, serviços de inseminação artificial e zootecnia e, geralmente, conseguem atingir os grandes produtores.

Os gargalos do setor estão na resistência às novas técnicas de produção; no encadeamento para frente e para trás da cadeia leiteira, e no necessário melhoramento da qualidade do produto. Questões sanitárias classificam o leite nas categorias: tipo A, tipo B e tipo C. As classificações são dadas como segue:

1. Leite tipo A: leite produzido com alta exigência sanitária, é retirado pela ordenha mecânica, indo direto para um tanque, onde é aquecido até 70° C – 75° C e depois resfriado. Os processos de produção, beneficiamento e envasamento são realizados em estabelecimentos denominados “granja leiteira”, e o contato humano é minimizado, garantindo, dessa forma, menor probabilidade de contaminação. Oferece um padrão microbiológico de até 10 mil bactérias/ml.
2. Leite tipo B: diferencia-se pelo fato de os processos de pasteurização e de envasamento poderem ser realizados em

laticínio fora da fazenda. Assim, esse tipo de leite tem maior possibilidade de contaminação e menor durabilidade que o leite tipo A. Oferece um padrão microbiológico de até 50 mil bactérias/ml. Deve ser refrigerado logo depois da ordenha e atingir a temperatura máxima de 7°C até três horas depois de sua entrada no resfriador; além disso, deve permanecer na propriedade no máximo 48 horas desde a ordenha.

3. Leite tipo C: a ordenha pode ser manual ou mecânica. O leite pode ser armazenado em tanques não refrigerados antes de seguir para o laticínio onde será pasteurizado e envasado. Deve ser entregue no laticínio até às 10 horas da manhã do dia da ordenha. Oferece um padrão microbiológico de até 350 mil bactérias/ml. (Maia et al, 2013)

Há baixa organização de governança em elaboração de contratos entre produtores e compradores (laticínios ou Cooperativas). Uma maior simetria de informações aos produtores garantiria melhor defesa de seus interesses. Os produtores produzem mercadoria homogênea. Em algumas circunstâncias, é possível algum pequeno grau de diferenciação – como se verá mais à frente, nos registros de entrevista com representante do setor. Este mercado é composto por produtores em grau de competição, portanto, mercado atomizado, versus compradores que podem exercer poder de monopólios ou oligopólios.

No estudo de Maia, Pinto, Marques, Roitman e Lyra (2013) e outros, observou-se que a estrutura de mercado se dá, de um lado, por produtores com baixo poder de barganha, e de outro, pelos laticínios compradores, estes com maior poder de barganha. A produção de leite no Brasil é muito pulverizada por quase todos os municípios. Mas os laticínios/compradores são, em número, bem menores e estão localizados em muito menos municípios. No grupo estudado por Maia (e outros), foram analisados oito estados da federação. Somados, 2.388 municípios, dentre os quais, 1.146 laticínios registrados (registro SIF – Serviço de Inspeção Federal do Ministério da Agricultura). Em 478 municípios, existia um laticínio. Em outros 237 municípios, mais de um laticínio. O estudo de Maia e outros (BNDES) concluiu que onde há maior quantidade de produtores, o preço do leite cai. Onde existem menos compradores (por exemplo, um laticínio), o preço pago pelo litro de leite também é menor. Quando a concorrência é ampliada, melhorando a correlação de forças, menor número de produtores e maior número de compradores, as condições para o produtor são melhores (Maia et al, 2013: 22).

Tradicionalmente, a região Sudeste do Brasil foi, por décadas, a maior produtora de leite do país. Apesar de ainda manter a dianteira na produção leiteira, nos últimos anos vem perdendo espaço, enquanto as outras regiões ganham. Em 2011, a produção leiteira

no Brasil totalizou 32 bilhões de litros de leite no ano. De 1974 para cá, verifica-se constante crescimento da produção leiteira. O Sudeste, que em 1974 tinha 54% da produção, em 2011 participa com 35%. O Nordeste manteve sua participação em 13% neste longo período. O Norte experimentou um crescimento de 1% para 5%. O Centro-oeste, de 9% para 15%. E o Sul do país, de 23% para 32%. Ao longo deste tempo, a produtividade cresceu, a produção cresceu mais que proporcionalmente ao número de vacas ordenhadas.

Com dados de 2010, Maia *et al* (2013) mostram que o Brasil é o quinto maior produtor de leite do mundo. Mas dados os padrões internacionais de qualidade, não consegue espaço no mercado exportador. Exporta apenas para alguns países da América Latina e para países da África. Tem a segunda menor produtividade relativa em toneladas de leite por vaca ordenhada do mundo, à frente apenas da Índia. Enquanto, no Brasil, uma vaca produz 1,34 toneladas/ano de leite, nos EUA esse número chega a 9,59 (Maia *et al*, 2013: 13). O Brasil ainda é importador líquido do produto leite em pó.

Em casos em que existam dois ou mais laticínios na mesma cidade, o preço praticado é um pouco maior, dilatando as margens do produto, e revelando alguma eficiência de mercado. Segundo artigo de Reis, Medeiro e Monteiro (2002), pequenos produtores têm altos custos variáveis e enfrentam uma correlação de forças, perante os compradores que lhes dão margens muito estreitas, quando não, negativas – preço de venda acima dos custos variáveis de produção, mas abaixo do custo total. Isto leva ao esgotamento da capacidade de sobrevivência da atividade. Mas, quando a estrutura de produção ganha certo tamanho de escala e de organização produtiva e administrativa, os resultados tornam-se atraentes, como confirma Marcelo Cassoli (citado em seguida).

Em entrevista com o presidente dos produtores de leite do Sul de Minas, Marcelo Maldonado Cassoli¹⁵, ouviu-se sobre o setor e, especificamente, sobre o que considerar relevante, ou seja, o que, em sua visão, justifica a destacada posição na produção leiteira. A Associação PROLEITE tem aproximadamente dez anos. Desvinculou-se de interesses políticos, como ocorria nas Cooperativas. Selecionou produtores para a Associação – apenas aqueles realmente mais comprometidos. Buscou inovação, melhorias nos processos, adequação das exigências legais e sanitárias. Fornece, hoje, ao mercado, 170.000 litros de leite/dia com um total de 51 produtores. A qualidade do leite, quantidade de gordura, proteína e lactose, garantem preços maiores ao leite do Sudoeste de Minas.

¹⁵ Entrevista realizada na cidade de São João Batista do Glória, na residência de Marcelo, no dia 10 de março de 2018.

Todas as propriedades são mecanizadas. Não existe ordenha manual nesta região, exceto por algum caso isolado. A ordenha é “como um laboratório, um pátio fabril”.

Produtos que contenham maior percentual de gordura e proteína são “premiados” pelos laticínios que pagam preços acima do mercado. Isto é um incentivo aos produtores, estimulando-os a buscarem sempre mais qualidade, e beneficia também a indústria, pois elas têm ganhos significativos – da ordem de 15% de produtividade na indústria para cada 1% a mais de proteína no leite *in natura*.

Cassoli destacou que as empresas de laticínios, que aparentavam ter uma grande estrutura cartelizada, na verdade, não são organizadas a este ponto. Isto permitiu que cada vez mais fosse melhorada a relação entre produtores e compradores, numa lógica de parceria, e não de competição e exploração destrutiva, via preços. Apesar disto, existem desafios a serem transpostos. A produção de leite do Sudoeste de Minas é vendida a laticínios que localizam-se a longas distancias, entre 250 e 600 km, no estado de São Paulo. Empresas de processamento instaladas regionalmente são pequenas e incapazes de absorver a produção. Isto compromete a viabilidade setorial.

Ainda, na visão do presidente da associação, Cassoli, a padronização e o reconhecimento da padronização do leite pelo mercado, transformando-o numa *commodity*, de forma que se estipulasse um padrão de qualidade, é um desafio. Isto contribuiria para a regularização da formação de preços que, hoje, sofre influência dos poucos industriais que são pesquisados pelos institutos responsáveis pela divulgação das cotações. Corroborar com isto o fato de a produção de leite ser muito pulverizada pelo país todo – não raro é considerada pelo produtor apenas como uma atividade secundária, não recebendo, por ela, atenção, investimentos e dedicação necessários. Esta produção desconcentrada e hegemônica pelo território não garante nem permite padronização da qualidade do produto, o que influencia negativamente o setor.

No Brasil, a pecuária leiteira é praticada em todo o território nacional. As condições edafoclimáticas do País permitem a adaptação da atividade às peculiaridades regionais. Observa-se, conseqüentemente, a existência de diversas formas ou modelos de produção de leite. Existem sistemas com diferentes graus de especialização, desde propriedades de subsistência, utilizando técnicas rudimentares e produção diária menor que dez litros, até produtores comparáveis ao mais competitivos do mundo, usando tecnologias avançadas e com produção diária superior a 50 mil litros (Zoccal, 2004).

Desafio contraditório é relativo ao estímulo dado pelo governo, via tributação. As empresas processadoras têm redução de impostos, ao comprarem de pequenos produtores – aqueles que produzem até 188 litros/dia. Razão pela qual, as empresas preferem comprar deles, o que é impeditivo para que estes produtores invistam mais e superem esta faixa de produção.

4.2. Produção de Bens de Consumo: Têxtil e Confecções –

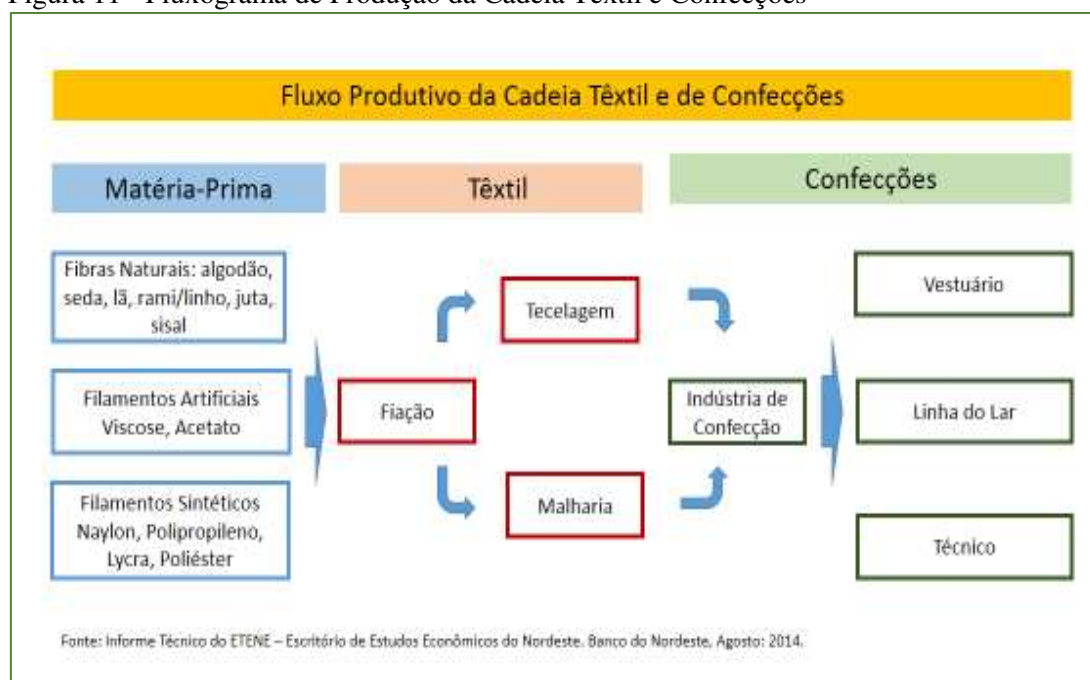
Entre os maiores produtores no setor têxtil do mundo, o Brasil ocupa lugar de destaque. Segundo a ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), o Brasil é o quinto maior produtor do mundo, com 2.011 toneladas/ano, representando 2,4% da produção mundial. A indústria têxtil brasileira está em, praticamente, todas as regiões do país, mas com destaque para os estados de São Paulo, Minas Gerais e, principalmente, nos estados nordestinos.

Em 2012, as exportações do Brasil foram de apenas 1% do comércio mundial, contra 29,5% de participação chinesa neste mercado, e 6% de participação das exportações americanas (Bezerra, 2014: 3 e 5). Segundo Bezerra (2014) mostram que a indústria têxtil do Nordeste, com destaque para o estado do Rio Grande do Norte, é a mais competitiva do Brasil. Possui trabalhadores com melhor nível educacional, o que possibilita incorporação de novas tecnologias; tem custo de mão-de-obra inferior ao dos outros estados, o que explica o melhor nível educacional, pois, com falta de oferta de trabalho, os trabalhadores admitem rendimentos menores; tem custo de energia elétrica (significativo para o setor), com tarifas menores que de outras regiões do país; e tem ganhado espaço no mercado interno, conferindo melhor grau de competitividade interna.

O autor aponta como vulnerabilidade a entrada de produtos estrangeiros, que comprometem a capacidade competitiva da indústria nacional. Aumentos dos preços das matérias-primas (filamentos sintéticos e algodão) e sistemáticos aumentos dos salários pressionam para baixo as margens de ganhos empresariais. As indústrias nordestinas veem dificuldades de logística ao adquirirem algodão do Centro-Oeste, e depois venderem seus produtos para o Sul do país. Quando se trata do mercado externo, elas têm localização logística favorável.

Da cadeia produtiva têxtil – que é relativamente simples – as fábricas localizadas no Sudoeste de Minas executam fiação, tecelagem, confecção final de produtos para o lar (pano de chão, panos de prato e flanelas) e confecções de vestuário, com maior valor agregado.

Figura 11 - Fluxograma de Produção da Cadeia Têxtil e Confeccões



Fonte: ETENE, 2014.

Das atividades de produção de matérias-primas, atividades da indústria química associadas ao setor têxtil, e máquinas e equipamentos, nada disto é produzido na região Sudoeste mineira. As fábricas têxteis localizadas no Sudoeste mineiro têm suas praças de consumo longe dos pontos de produção da qual, uma parte destina-se à demanda local e regional.

As cidades de Passos e São Sebastião do Paraíso produzem vestuário; a cidade de Guaranésia produz fios de algodão e tecidos voltados para o seguimento de tecidos para limpeza (panos de chão, panos de prato e flanelas); a cidade de Juruiaia é, hoje, um reconhecido polo de produção de *lingerie*; Juruiaia fortificou-se nas últimas duas décadas e, com apoio do SEBRAE, criou organização em cooperativas para compra de matéria-prima, realização de feiras, desfiles e eventos, com objetivo de promover a cidade e a produção, com associação vigorosa dos produtores. Esta cidade está formando as bases para um *cluster* do setor, com a vantagem de promover aprendizado e encadeamento a montante¹⁶.

Já aquelas fábricas que dedicam sua produção ao setor de limpeza, boa parte delas opera com plantas e equipamentos precários, de tecnologia ultrapassada, e com baixo

¹⁶ Importante ressaltar que, embora haja concentração de atividades produtivas deste ramo têxtil, é comum a prática de produção por "facções". Estas facções correspondem a atividades de corte e costura realizadas em residências, pela cidade, ou mesmo na zona rural. São atividades terceirizadas pelas fábricas principais, e atuam informalmente.

conteúdo tecnológico, além de terem baixa capacidade de agregar valor ao produto final. Acrescenta-se a isto, o fato de se ocuparem de mão-de-obra de baixos salários. A menos que redefinam a composição orgânica do capital, com modernização de equipamentos, de forma a ampliar a produção, reduzindo custo médio do produto, poderão vir a ter margens de lucro bastante estreitadas. As mercadorias produzidas são também de baixos preços, o que sugere dar pouco espaço de manobra às margens de lucro. Nas duas últimas décadas, nenhuma mudança relevante superou as limitações já observadas e postas nas análises dos anos 2000, como a ausência de complementaridade, ausência de elos da cadeia de produção, precariedade do conteúdo tecnológico e disparidade tecnológica entre as empresas do setor.

Apesar das limitações expostas, a existência de uma empresa do setor sempre possibilita que outras surjam. Em todas as cidades que atuam no setor têxtil ou de confecções, o fato de existir uma empresa líder permite que outras possam surgir, porque já existem elos (contatos) de fornecedores; existe conhecimento sobre mercados consumidores; existe mão-de-obra treinada para atuar no setor; existe algum tipo de encadeamento (transporte e outros serviços) que nasceram pela existência da primeira empresa do setor. Por mais que haja falhas na cadeia produtiva, uma indústria é capaz de fomentar uma dinâmica e permitir, assim, o surgimento de um conjunto delas.

4.3. Produção de Bens de Consumo: Setor Coureiro Calçadista –

No setor calçadista, a produção se dá de forma mais concentrada, em polos. Os principais são o Vale dos Sinos, no Sul do País, nas cidades de Franca, Birigui e Jaú, no estado de São Paulo e, em Minas Gerais, em Nova Serrana e em Belo Horizonte. Depois dos anos 1990, novos polos se abriram no Nordeste brasileiro, nos estados do Ceará, Paraíba e na Bahia.

O Setor Calçadista do Brasil gera 279 mil empregos diretos, em 7.100 unidades fabris. 11,1% dos empregos estão no estado de Minas Gerais, onde estão instalados 15,9% dos estabelecimentos fabris. A maioria das empresas de calçados, no Brasil, é de pequeno porte e de reduzido número de trabalhadores. Mas, segundo a ABICALÇADOS (2017), as grandes unidades fabris absorvem 30% dos trabalhadores do setor. O Brasil é um dos maiores produtores de calçados do mundo e se configura, também, entre os maiores exportadores.

O país alcançou, em 2016, a quarta posição mundial entre os produtores de calçados – medida por unidade de pares. Configura-se na posição de número 11, no

ranking mundial dos exportadores. Apesar da posição expressiva, continua muito inferior aos dois maiores produtores e exportadores: China e Índia, na produção, e China e Vietnã, na exportação. Nas importações de calçados, o Brasil ocupa a posição de número 55.

Na tabela abaixo, apresentamos as entradas (importações) de calçados com suas composições predominantes *vis-à-vis* às saídas (exportações). Nas importações – revelando o desejo e o padrão do consumo brasileiro – predomina o têxtil. Nas exportações – refletindo a demanda externa – predominam os sintéticos, em detrimento do couro.

Tabela 34 – Importação e Exportação de Calçados por Tipo de Material Predominantemente Utilizado em sua Composição (em mil de pares)

TIPO	Nas Exportações			Nas Importações		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Injetado	0,40	0,30	0,30	0,24	0,17	0,29
Sintético	98,80	92,70	97,60	7,52	5,37	4,85
Couro	17,10	20,40	17,40	4,19	2,84	3,56
Têxtil	7,50	11,80	11,50	17,67	11,93	12,90
Outros	0,30	0,40	0,40	3,64	2,44	2,19

Fonte: MDIC in ABICALÇADOS, relatório 2017.

Os locais que são, marcadamente, polos de produção de calçados possuem vantagens competitivas, em razão de constituírem arranjos produtivos ou *clusters* de produção. Os lugares de destacados centros de produção possuem ganhos de aglomeração, em razão da disposição de completa rede da cadeia produtiva. É o caso de Franca–SP ou do Vale dos Sinos–RS. O Nordeste, recentemente, também tem desenvolvido uma estrutura concentrada de produção que, aliada aos baixos salários – comparativamente às regiões Sul e Sudeste do país – dá-lhes vantagens competitivas. E também está geograficamente “mais próximo” do mercado consumidor estrangeiro (americano e europeu).

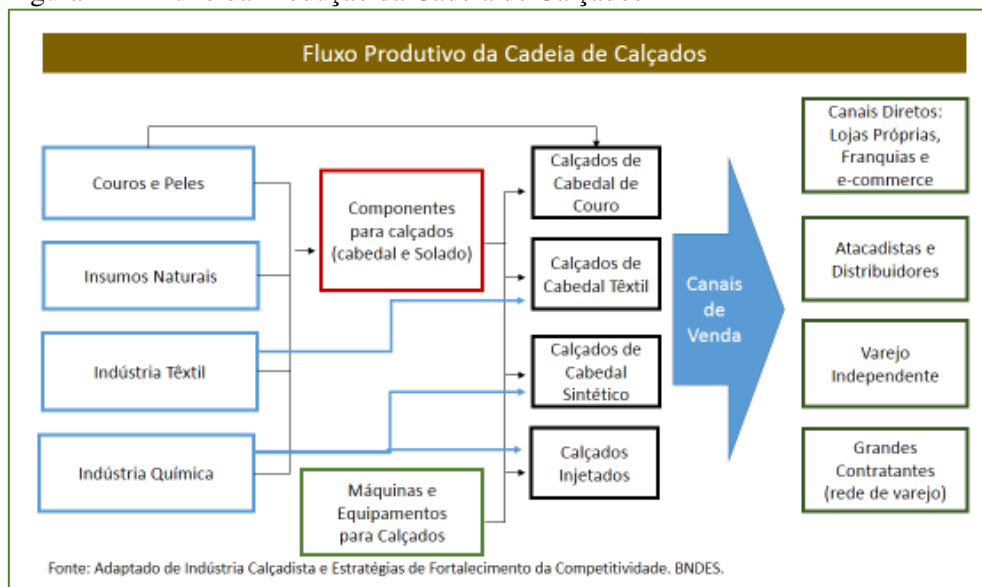
No Sudoeste mineiro, existem atividades do setor coureiro-calçadista nas cidades de Guaxupé, São Sebastião do Paraíso, Passos e Claraval. Em Guaxupé, o setor é composto por pequenas fábricas, que estão presentes na cidade, há muitos anos. Produzem calçados destinados às atividades laborais, porém, um produto básico, de valor agregado médio baixo. Existem, também, algumas empresas de curtume (curtimento, preparação e estamparia de couro). É um setor muito concentrado no uso de mão-de-obra baixa, composição de capital fixo e baixa tecnologia. Mas, dada a existência da pecuária

na região, há muitas décadas, o setor calçadista também tem embriões de sua produção, desde os anos de 1920.

A proximidade do Sudoeste de Minas à cidade de Franca – SP favorece a presença desta atividade, pois serve como fornecedora de matéria-prima e insumos. O fornecimento de solados, de todos os insumos químicos (colas, adesivos, vernizes), de máquinas industriais para a confecção dos calçados: todos estes materiais são facilmente adquiridos de Franca, impedindo, assim, a disseminação destes setores no conjunto das fábricas regionais, e limitando o encadeamento do setor coureiro calçadista regional. A proximidade regional a praças mais desenvolvidas (como o estado de São Paulo) é, ao mesmo tempo, uma vantagem, mas também uma desvantagem, por inibir a integração da cadeia regional.

O grande desafio deste setor, na região, é a melhora da qualidade do produto, da qualidade das peles, e a inserção dos produtos do couro em aplicações que estejam além da tradicional opção calçadista. Na cadeia de valor da produção de calçados, apenas os países que buscam manter vantagens competitivas, especialmente na criação, *design*, em *marketing*, e também na coordenação da produção e distribuição da indústria conseguem desempenhar um papel ativo.

Figura 12 – Fluxo da Produção da Cadeia de Calçados



Fonte: BNDES.

Transformações no setor, nas últimas décadas, têm alterado tanto a forma tradicional de produção como a inserção e relação dos produtores no mercado mundial. Produtos sintéticos têm ganhado espaço no mercado (o que não é sinônimo de qualidade),

assim como os produtos injetados, cuja necessidade de mão-de-obra é reduzida, posto que o produto, ao ser expedido pela máquina, já está praticamente todo montado. E a divisão internacional do trabalho tem explorado ramos do setor, mais ou menos intensivos, em trabalho em países como China e Brasil, enquanto os produtos de maior qualidade continuam sendo produzidos nos países desenvolvidos, e também nestes se encontra o controle de comercialização dos calçados.

Por meio de dados da RAIS (2008), Guidolin (2010: 166) mostra que a indústria localizada no Nordeste tem maior escala de produção, com número de empregos por estabelecimento, na média igual a 161,22. No Rio Grande do Sul, essa média é de 32,34. Em São Paulo, 16,39 e, em Minas Gerais, 15,68, revelando que o Rio Grande do Sul, o maior produtor e também o maior empregador, tem uma composição de empresas de tamanho médio. O Nordeste, com grandes plantas industriais, e Minas Gerais que emprega 24.654 trabalhadores (2008), apresenta um perfil de pequenos estabelecimentos produtores.

4.4. O Cooperativismo Produtivo e o Cooperativismo Financeiro

No Sudoeste de Minas, destacam-se, no cooperativismo produtivo, duas grandes cooperativas de café: a COOXUPE, em Guaxupé, e a COOPARAÍSO, em São Sebastião do Paraíso. Esta última, por questões financeiras, foi integrada (adquirida) à COOPERCITRUS, em 2016. A COOXUPE é a maior empresa do ramo no mundo. A região do Sudoeste mineiro, abrangendo Alfenas, São Sebastião do Paraíso, Passos e Guaxupé, representa, hoje, o centro mundial do café. O cooperativismo produtivo de armazenamento, beneficiamento e comercialização de café tem uma estrutura sólida e permanente.

Além dela, nas duas últimas décadas, o cooperativismo financeiro tem ganhado muito destaque e está, também, fortemente vinculado às atividades agrícolas e do café, majoritariamente representado pelas agências do sistema SICOOB. As cooperativas de crédito fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (SFN). Geralmente, estas cooperativas ofertam créditos a taxas inferiores às dos bancos comerciais, são

As cooperativas atuam, marcadamente, em cidades onde os Bancos Comerciais tradicionais deixaram de operar ou não mais atuam, tendo estas praças prioridade. Este vazio se deveu, certamente, à reestruturação bancária ocorrida nos anos 1990, e deixou espaço para o crescimento e consolidação das cooperativas de crédito. Isto acabou se tornando um fato muito positivo porque a capacidade destas cooperativas de estimularem a economia local é maior, até pelo fato de os recursos ficarem fincados mais dentro da própria região de atuação.

Em 2003, por meio da Resolução 3.106 do Banco Central, houve autorização do critério de “livre admissão” de cooperados às cooperativas de crédito, dando a eles muito maior alavancagem, tanto na captação de recursos quanto na oferta de créditos. A partir de então, as cooperativas de crédito passaram a crescer de forma mais robusta e dinâmica. Atualmente (dados de 2016), segundo Fundo Garantidor das Cooperativas (Paiva e Santos, 2017: 15), são elas as que possuem maior número de postos de atendimentos no país. São 5.633 unidades, seguido pelo Banco do Brasil, com 5440, e Banco Bradesco S/A, com 5.309.

Elas, as Cooperativas de Crédito, sofreram um processo de concentração. Entre 2012 e 2016, das 272 cooperativas de crédito que encerram suas operações, 187 delas foram motivadas pela incorporação por outras instituições cooperativas.

Tabela 35 – Motivo para Encerramento de Atividades das Cooperativas Singulares de Crédito no Brasil

Motivo	2012	2013	2014	2015	2016
Incorporação	30	42	35	40	40
Liquidação Ordinária	17	15	8	9	4
Iniciativa do BC	11	7	3	2	2
Outros	3	2	1	1	
Total	61	66	47	52	46

Fonte: Unacad *in* Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Banco Central do Brasil. Dezembro/2016.

As operações de crédito realizadas pelas cooperativas estão concentradas no crédito à pessoa física (65% em 2016). As operações de crédito rural para pessoas físicas consomem 35% dos recursos. Empréstimos em folha (com e sem consignação), outros 25,7% (dados 2016 – Panorama¹⁷). As rubricas de pessoas jurídicas em investimentos (3,1%), e infraestrutura e projetos, (0,1%) do total dos créditos concedidos.

Tabela 36 – Dados Consolidados das Instituições Financeiras Cooperativas (Brasil), Segundo Vínculo Sistêmico e Agrocredi (Guaxupé)

Filiação	SICOOB	SICREDI	Outros	Total	Agrocredi *
No. Cooperativas	517	100	537	1.154	
Associados	2.662.896	2.515.339	1.641.826	6.820.061	24.177
Ativos Totais (em mi R\$)	41.600	38.400	22.900	102.900	352
Colaboradores	20.096	16.283	8.732	45.111	
Depósitos Totais (em mi R\$)	25.600	24.400	13.500	63.500	134
Operações de Crédito (mi R\$)	25.100	23.000	14.600	62.700	225
Patrimônio Líquido (mi R\$)	9.600	5.300	5.700	20.600	93

Fonte: Sistemas Centrais de Crédito Cooperativo, Bacen e OCB base dez/13 (Meinen e Port: 2014: 151).

* A Agrocredi pertence ao Sistema SICOOB com sede na cidade de Guaxupé-MG. Configura entre as 100 maiores Cooperativas de Crédito do Brasil (2013) (Meinen e Port, 2014: 166).

No Sudoeste de Minas, com exceção de dois municípios, todos os demais da região do Sudoeste estão munidos de, pelo menos, um posto de atendimento de cooperativismo de crédito do sistema SICOOB. O sistema SICREDI não atua nesta região de Minas Gerais. As matrizes destes postos de atendimento estão concentradas em três municípios: Guaxupé, São Sebastião do Paraíso e Guaranésia. Em algumas outras cidades, existem cooperativas próprias, mas restritas ao próprio município ou grupo de origem.

¹⁷Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Banco Central do Brasil. Dezembro de 2017.

Tabela 37 – Agências de Cooperativas de Crédito em Municípios do Sudoeste de Minas Gerais

Município	Cooperativa de Crédito	Tipo de Cooperativa
Alfenas – MG	CREFENAS	Coop. Dos Empregados Instituto Superior Ensino do Sul de Minas
Alfenas – MG	CREFENAS	PA – Alfenas
Alfenas – MG	SICOOB AGROCREDI	PA – Alfenas
Alfenas – MG	SICOOB PARAISOCRED	PA - ARTHUR BERNARDES
Alpinópolis – MG	SICOOB - CREDIALP	Coop de Livre Admissão de Alpinópolis
Alterosa – MG	SICOOB - COOPEROSA	Coop de Crédito Rural de Alterosa
Arceburgo – MG	SICOOB - CREDINTER	PA – Arceburgo
Areado – MG	SICOOB - CREDINTER	PA – Areado
Areado – MG	SICOOB - CREDIPATOS	PA - Distrito Areado
Bandeira do Sul - MG		
Boa Esperança - MG	SICOOB BELCREDI	Coop Creíto de Livre Admissão de Boa Esperança
Boa Esperança - MG	SICOOB COOPERMEC	PA - Boa Esperança
Bom Jesus da Penha – MG	SICOOB - CREDIALP	PA - Bom Jesus da Penha
Botelhos – MG	SICOOB - AGROCREDI	PA – Botelhos
Cabo Verde – MG	SICOOB - AGROCREDI	PA - Cabo Verde
Campestre – MG	SICOOB - AGROCREDI	PA – Campestre
Campo do Meio - MG	SICOOB - CREDCAM	PA - Campo do Meio
Campos Gerais - MG	SICOOB - CREDCAM	PA - Campos Gerais
Campos Gerais - MG	SICOOB - CREDCAM	CCLA de Campos Gerais e Campo do Meio
Campos Gerais - MG	SICOOB - CREDICOONAI	PA - Campos Gerais
Capetinga – MG	SICOOB - CREDICOCAPEC	PA – Capetinga
Capetinga – MG	SICOOB - CREDICOONAI	PA – Capetinga
Capitólio – MG	SICOOB - CREDIALTO	PA – Capitólio
Capitólio – MG	SICOOB - CREDICAPI	CCLA de Capitólio Ltda
Carmo do Rio Claro – MG	SICOOB - CREDICARMO	Coop de Livre Admissão de Carmo do Rio Claro Ltda
Carvalhópolis - MG		
Cássia – MG	SICOOB - CREDICOONAI	PA – Cássia
Cássia – MG	SICOOB - SAROMCREDI	PA – Cássia
Claraval – MG	SICOOB - CREDICOCAPEC	PA – Claraval
Conceição da Aparecida - MG	SICOOB - CREDIALP	PA - Conceição da Aparecida
Delfinópolis – MG	SICOOB - SAROMCREDI	PA – Delfinópolis
Divisa Nova – MG	SICOOB - AGROCREDI	PA - Divisa Nova
Fama – MG		
Fortaleza de Minas – MG	SICOOB - SAROMCREDI	PA- Fortaleza de Minas
Guapé – MG	SICOOB - CREDIGUAPÉ	Coop de Crédito de GuapéLtda
Guaranésia – MG	SICOOB - CREDINTER	CCLA do Sul e Sudoeste de MG, Baixa Mogiana e Região Ltda
Guaxupé – MG	SICOOB - ACICREDI	CCLA da Região de Guaxupé Ltda
Guaxupé – MG	SICOOB - AGROCREDI	CCLA do SO de MG e NE de SP Ltda
Guaxupé – MG	SICOOB - AGROCREDI	PA - Guaxupé, Centro
Guaxupé – MG	SICOOB - AGROCREDI	PA - Guaxupé, Cooxupé
Ibiraci – MG	SICOOB - CREDICOCAPEC	PA – Ibiraci
Ibiraci – MG	SICOOB - CREDICOONAI	PA – Ibiraci
Ilicínea – MG	SICOOB - BELCREDI	PA – Ilicínea
Itamogi – MG	SICOOB - NOSSOCRÉDITO	PA – Itamogi

Continua ...

Continuação ...

Município	Cooperativa de Crédito	Tipo de Cooperativa
Itaú de Minas – MG	SICOOB - CREDICOONAI	PA - Itaú de Minas
Itaú de Minas – MG	SICOOB - NOSSOCRÉDITO	PA - Itaú de Minas
Jacuí – MG	SICOOB - NOSSOCRÉDITO	PA - Jacuí
Juruaia – MG	SICOOB - ACICREDI	PA – Juruaia
Juruaia – MG	SICOOB - CREDINTER	PA – Juruaia
Machado – MG	SICOOB - CREDIVAR	PA – Machado
Monte Belo – MG	SICOOB - CREDINTER	PA - Monte Belo
Monte Santo de Minas – MG	SICOOB - AGROCREDI	PA - Monte Santo de Minas
Muzambinho – MG	SICOOB - ACICREDI	PA – Muzambinho
Muzambinho – MG	SICOOB - AGROCREDI	PA – Muzambinho
Nova Resende - MG	SICOOB - ACICREDI	PA - Nova Resende
Nova Resende - MG	SICOOB - AGROCREDI	PA - Nova Resende
Paraguaçu – MG	SICOOB - CREDIVAR	PA – Paraguaçu
Passos – MG	SICOOB - CREDICOONAI	PA - Passos
Passos – MG	SICOOB - CREDICOONAI	PA - Passos II
Passos – MG	SICOOB - NOSSOCRÉDITO	PA - Passos
Passos – MG	SICOOB - SAROMCREDI	PA - Passos Minas Gerais
Poço Fundo – MG	SICOOB - CREDIVAR	PA - Poço Fundo
Pratápolis – MG	SICOOB - NOSSOCRÉDITO	PA – Pratápolis
São João Batista do Glória - MG	SICOOB - SAROMCREDI	PA - São João Batista do Glória
São José da Barra – MG	SICOOB - CECREMEF	PA - Usina de Furnas
São José da Barra – MG	SICOOB - CREDIALP	PA - São José da Barra
São Pedro da União – MG	SICOOB - CREDIALP	PA - São Pedro da União
São Sebastião do Paraíso - MG	SICOOB - NOSSOCRÉDITO	CRCLA do Sudoeste Mineiro e Nordeste Paulista Ltda
São Sebastião do Paraíso - MG	SICOOB - NOSSOCRÉDITO	PA – Cooparaíso
São Sebastião do Paraíso - MG	SICOOB - NOSSOCRÉDITO	PA – Lagoinha
São Sebastião do Paraíso - MG	SICOOB - NOSSOCRÉDITO	PA - São Judas
São Sebastião do Paraíso - MG	SICOOB - PARAISOCRED	CCLA RG São Sebastião do Paraíso – PARAISOCRED
São Sebastião do Paraíso – MG	SICOOB - PARAISOCRED	PA - ZEZE Amaral
São Tomás de Aquino – MG	SICOOB - NOSSOCRÉDITO	PA - São Tomás de Aquino
Serrania – MG	SICOOB – AGROCREDI	PA – Serrania

Fonte: www.sicoob.com.br/persquisa-cooperativa

Foram analisados dados das estatísticas bancárias do Banco Central do Brasil¹⁸. Fez-se levantamento amostral, como *proxy*, de um mês aleatório com intervalo de uma década. 2007 – 2017. O objetivo era observa a expansão de cada rubrica no intuito de

¹⁸ Banco Central do Brasil. Estatísticas Bancárias 2007-2017.

identificar a expansão do crédito rural e imobiliário comparativamente às demais rubricas. Coletou-se dados do Brasil, Minas Gerais e conjunto dos municípios que compõem o Sudoeste de Minas.

Para o Brasil e Minas Gerais, o número de agências aumento na ordem de 14,5 e 6,4% respectivamente. Para o Sudoeste, reduziu em 4,7%. Neste número não estão indicadas as agências ou postos de atendimento das Cooperativas de Crédito, que cresceram na região. Diante de uma inflação para o período da ordem de 87%¹⁹, os recursos em caixa saltaram 107,9%, para o Brasil, 123,7% para Minas e 90,8%, para o Sudoeste de Minas.

Destacaram-se duas rubricas, os créditos agrícolas e os financiamentos imobiliários. Para as operações de crédito de forma geral a evolução se deu: 199.7, Brasil; 245,7, Minas e; 287,7, Sudoeste de Minas. Créditos Agrícolas: 373.6, Brasil; 638.10, Minas Gerais e; 400.7, Sudoeste de Minas.

E, finalmente, o crédito imobiliário, que foi a atividade mais dinâmica da última década, saltando em: 1.314,4, Brasil; 1.241,0, Minas e; 1.012,6, Sudoeste de Minas. Em valores absolutos, para o Brasil e Minas, o dobro dos recursos aplicados na agricultura. Para o Sudoeste, montante equivalente ao aplicado na agricultura, da ordem de 2 bilhões. Em Minas, 57 bilhões, no Brasil, 700 bilhões.

Não foi possível obter informações sobre o Cooperativismo de Crédito passível de comparação às operações do mercado bancário. Mas foram somadas as posições de Ativo Total das agências SICOOB do Sudoeste de Minas para o ano de 2017. O conjunto dessas agências administra um ativo total da ordem de 1,8²⁰ Bilhões de reais. Mais de 75% desta massa é administrada pelas cidades de Guaxupé, São Sebastião do Paraíso, Guaranésia e Alfenas. Isto sinaliza para a evolução da dinâmica econômica local, para a dependência financeira, para a ancoragem das atividades produtivas e de consumo vinculadas às ofertas de crédito. Revela, portanto a importância dos setores financeiro e bancário, tanto impulsionando as atividades econômico-produtivas quanto garantindo a transferência e apropriação de parte da riqueza para este setor.

Embora se reconheça o papel, a importância e a relevância das atividades exercidas na região, pelas cooperativas agropecuárias e financeiras, deve-se fazer uma reflexão mais ampla sobre a atuação delas, no escopo do capitalismo contemporâneo sob

¹⁹ 65% corresponde ao período 2007 – 2017. 87% foi estimado para o restante do período.

²⁰ Relatório SICOOB. Notas explicativas do Relatório das Demonstrações Combinadas Contábeis SICOOB, Jun/17, BANCOOB, p. 16-22.

a égide neoliberal. O cooperativismo, na região do Sudoeste mineiro é muito significativo. Inclusive, em trabalhos anteriores (CEDEPLAR: 2002) identificou-se que a economia agrícola baseada em sistema cooperativista foi alicerce para a garantia da recuperação econômica local. Do princípio filosófico mútuo, da não hierarquia, da equidade, coletividade e junção de forças se define o cooperativismo. Seria, portanto, condição virtuosa para levar setores econômicos, neste caso, a cooperação em torno das atividades de produção, circulação e consumo do café para elevar a riqueza regional e pessoal.

Todo discurso em torno do cooperativismo o eleva como instância mais homogeneizadora dos interesses econômicos e sociais, capazes de abrandar a luta de classes e contribuir, vigorosamente, para uma equânime distribuição de riqueza e coalizão de interesses. Mas seria isto possível, ou menos factível de realização sob um capitalismo caracterizado por grupos oligopólios, globalizados e sujeitos ao predomínio da ideologia neoliberal?

Pretende-se, aqui, apontar alguns elementos limitadores desta prática, quando a analisamos no escopo do processo de acumulação de capital, dentro de um cenário econômico globalizado e subjugado por grandes *players* de poder global, que atuam por toda as atividades e territórios.

Sob a égide neoliberal, especialmente pós anos 1990, a economia sofre determinações dos grandes conglomerados do capital internacional. Rollo (2009) denuncia esta prática e defende elementos que corroboram para tal situação e que põe em risco a eficiência e a proposta original dos modelos cooperativistas. Seu estudo descreve o papel exercido pela Cooxupé como entidade vinculada e de interconexão dos produtores rurais da sua região de atuação, verticalizando os interesses do capital financeiro e produtivo do grande capital nacional e, também, internacional.

À visão de Rollo (2009), apoiado em autores como Milton Santos, Kageyama, Francisco de Oliveira, Chesnais e outros, a lógica de acumulação do capital impõe seu modelo e subordina os lugares e os agentes. “[...] agentes hegemônicos acabam por fazer um uso privilegiado do território, que torna para esta pequena parcela da sociedade, apenas mais um recurso entre os que garantem a realização de interesses privativos desta mesma classe social” (Rollo, 2009: 16).

Para o autor, é por meio da dinâmica do grande capital que se define onde, quanto, como e o que produzir. Neste sentido, a produção do café se subordina a esta lógica de acumulação, associada ao capital internacional dos grandes conglomerados econômicos

e às grandes empresas produtoras de fertilizantes, adubos, defensivos agrícolas, máquinas e equipamentos. Também ao capital financeiro e, conjuntamente com isto, por meio do financiamento da produção. Terras que antes eram desprezadas para a produção cafeeira, como o cerrado mineiro, passam, hoje, a concentrar uma das mais dinâmicas produções dessa *commodity*, fazendo uso intensivo de elementos tecnológicos. No Sul de Minas, da mesma forma, é perceptível – para o autor – a intensificação do uso de produtos químicos, mecanismos e critérios de qualificação e hierarquização do produto café, profundo sistema de financiamento pelo sistema financeiro local. Esta entrada do capital externo à lógica de acumulação “seleciona” o território. Não é qualquer território, “[...] mas apenas os lugares mais rapidamente suscetíveis a uma reestruturação, sustentada pelas inovações técnico-científicas e pela globalização da produção e do consumo, o que permitirá aos agentes hegemônicos uma acumulação de capital mais rápida e intensa” (Rollo, 2009: 21).

a despeito do discurso neoliberal de que o Estado deve se desresponsabilizar ou não deve intervir na economia de mercado, o que está acontecendo, ainda que invisivelmente para a grande maioria da sociedade, é que o Estado tem bancado os investimentos de longo prazo, portanto, os mais custosos, ou seja, aqueles investimentos em pesquisas científicas, desenvolvimento de tecnologias – no mais das vezes criados em Universidades e Institutos de pesquisas estatais – mas que têm por finalidade atender aos reclamos do mercado, vale dizer das grandes empresas, na medida em que são estas empresas que concentram os lucros provenientes da atividade cafeeira (Rollo, 2009: 44).

O Brasil é o quarto maior consumidor de fertilizantes do mundo. E concentra seu consumo em apenas cinco culturas: café, soja, milho, cana e algodão. Cada vez mais, os capitais dos grandes conglomerados se concentram. Concentram-se os capitais que atuam na definição dos espaços territoriais; concentram-se os capitais financeiros (bancos); concentram-se os capitais das empresas e de máquinas; concentram-se os capitais das indústrias químicas fornecedores de adubos e fertilizantes.

Segundo Milton Santos (1993, p. 9), existe hoje no país uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano, com áreas agrícolas, e um Brasil agrícola, com áreas urbanas, sendo que no primeiro caso, os nexos essenciais se devem, sobretudo, às atividades de relação complexas e, no segundo caso, a atividades mais diretamente produtivas. Podemos dizer que Guaxupé faz parte do Brasil agrícola moderno, cuja urbanização se deve diretamente ao desenvolvimento e à modernização das atividades agrícolas e agroindustriais” (Rollo, 2009: 75).

Ele conclui que a competitividade deixa de ser um elemento da corporação e passa a ser atributo dos lugares. Eis por que, as grandes empresas fazem uso do espaço por meio de instalações técnico-científicas e informacionais. Até os anos 1980, o dinamizador disto era o Estado, mas, a partir daí, passa à empresa. Nos anos 1990, com o neoliberalismo, esta situação se aprofunda. Os lugares têm que se adaptar de forma a atender demandas do processo de acumulação de capital.

Se forem aplicados os mesmos conceitos aqui apresentados ao cooperativismo de crédito, é possível verificar semelhante tendência de ação. Isto porque a prática das cooperativas de crédito muito pouco ou quase nada diferencia-se dos modelos de concessões de créditos praticados pelo mercado privado tradicional, especialmente após a transição para o modelo de “livre admissão”. Perdem a função original e reproduzem o modelo de acumulação dos tradicionais bancos comerciais.

Capítulo V – Poder e Espaço: Expansão Urbana, Segregação Social e Acumulação Primitiva Associadas ao Capitalismo Financeiro

Este capítulo traz elementos novos e elementos velhos do capitalismo contemporâneo, ilustrados no Sudoeste de Minas. Os velhos elementos do capitalismo manifestam-se no poder arraigado na propriedade privada dos meios de produção, na propriedade da terra e, por conta disso, na representação política e sua perpetuação. Novos elementos são dados por um capitalismo marcado pelo predomínio do capital financeiro, que revela-se na multiplicidade de produtos financeiros, das bolhas especulativas, das voláteis variações dos índices de ações das bolsas de valores, da expansão dos contratos de securitização de dívidas, enfim, do avanço do capital financeiro sobre o capital produtivo.

E é por meio destas formas determinantes da acumulação – tradicional e moderna – que se buscará compreender a configuração recente da apropriação de riqueza, na região do Sudoeste mineiro. Quais grupos sociais, econômicos e políticos conseguem fazer-se representar nas instâncias de decisão; como a expansão de crédito e financiamento contribui para promover a dinâmica econômica regional; como a posse e a propriedade permitem geração e apropriação da riqueza no espaço?

Na primeira parte deste capítulo apresentaremos dados que foram por nós coletados das emendas parlamentares dos representantes regionais, tanto da Assembleia Legislativa do estado quando da Câmara dos Deputados Federais. Este fluxo de recursos indica a vinculação desses representantes por suas origens histórico-econômicas e a prevalência do exercício do poder agrário-cafeeiro sobre a dinâmica regional.

Na segunda parte, será feito um breve anúncio sobre as orientações teóricas que iluminam o fenômeno contemporâneo do capitalismo financeiro; da sua dinâmica, das suas características e mecanismos. A questão urbana recente está fortemente associada ao capitalismo financeiro. Além de tratar-se de um produto caro e, por isto, quase sempre acessível apenas via financiamento, carrega aspectos da segregação social, da localização urbana e da criação da renda da terra. Todos estes elementos estão imbricados numa totalidade. Por isso analisamos a forma como este fenômeno manifesta-se no Sudoeste de Minas Gerais. O que ele tem de semelhante e o que ele tem de diferente. E aí estará a expansão das cidades com criação de novos bairros e loteamentos; a relação do Estado pelas políticas habitacionais e estímulo ao crédito; a ação do Estado no local. A nosso ver, a propriedade da terra, a extração de riqueza da forma primitiva por essa propriedade,

a expansão horizontal das cidades em novos loteamentos, especialmente de terras nuas revela um modelo extraordinário de criação de riqueza sob a tutela do Estado e do poder local. Tende a reproduzir a periferização problemática dos grandes centros, só minorado pela proporcional reduzida dimensão das cidades.

5.1. Representatividade do Poder Econômico na Esfera Política

A força regional se expressa na capacidade de fazer-se representar nas instâncias de poder. Este recorte espacial de Minas Gerais sempre esteve represento. Por vezes, com representatividade mais orgânica, por outras, menos. Esta representatividade revela-se na capacidade e poder de inversões de recursos, realizadas pelos agentes públicos às cidades da região, geralmente por meio das emendas parlamentares.

Foram levantados os dados dos resultados eleitorais aos pleitos legislativos estadual e federal entre os anos 2002 – 2018. Identificamos a constância de candidatos eleitos que guardam fortes vínculos com o setor agrário. Por vezes a representatividade tem uma simbologia de mais gestão e manifesta pelo proprietário de terra, administrador, em vínculos às empresas cooperativas. Por outras, desfilam perfis mais carismáticos e populares. Mas a formação que pudemos identificar sempre é associada à classe dominante, especialmente rural-cafeeira.

Tabela 38 - Representantes do Poder Legislativo e Anos de Eleições

Candidatos / Anos	2002	2006	2010	2014	2018
Deputados Estaduais					
Antônio Carlos Arantes	Suplente	Eleito	Reeleito	Reeleito	Reeleito
Dilzon de Melo		Eleito	Reeleito	Reeleito	
Cássio Soares			Eleito	Reeleito	Reeleito
Deputados Federais					
Carlos Melles	Reeleito	Reeleito	Reeleito	Reeleito	
Geraldo Thadeu	Eleito	Reeleito	Reeleito		
Odair Cunha	Eleito	Reeleito		Eleito	Reeleito
Rodrigo Pacheco				Eleito	
Emidio Madeira					Eleito
Senador					
Rodrigo Pacheco					Eleito

Fonte: Assembléia Legislativa de Minas Gerais; Jornal Gazeta do Povo.

Os representantes da região ao poder legislativo, estadual ou federal, apresentam profundos vínculos com o setor agrícola cafeeiro. Carlos Melles é produtor, e foi presidente da Cooperativa dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso. Dilzon de Melo é empresário rural. Antônio Carlos Arantes, nascido na zona rural, foi anteriormente prefeito municipal de Jacuí por três mandatos (PSDB). Cássio Soares começou sua carreira política pelo PFL Jovem, onde foi presidente. Seguiu carreira política desde cedo, atuando em cargos políticos executivos. Geraldo Thadeu (PSD) foi prefeito das cidades de Jacuí e Poços de Caldas.

Odair Cunha é o único personagem deste conjunto que faz exceção a estas raízes eleitoreiras. Mas este, embora tenha sido reeleito várias vezes, na região, teve votação em quinze cidades, porém em proporção bastante inferior ao majoritário (Emidinho). Além disso e mais importante, sua base de maior sustentação está mais afeta à região de Varginha. Sua expoente trajetória política e seu espraiamento por mais cidades do Sul/Sudoeste de Minas se deu na esteira da hegemonia do Partido dos Trabalhadores, no cenário nacional.

De todos os nomes aqui apresentados, de suas trajetórias políticas, a nosso ver, Carlos Melles é o que tem maior identidade com o poder local. Pode-se identificá-lo como “intelectual orgânico”, pela perspectiva gramsciana. Há poucos anos, a Cooperativa dos Cafeicultores de São Sebastião do Paraíso entrou em grave crise, o que resultou em sua venda à Coopercitrus (com sede na cidade de Bebedouro–SP). Por certo, isto minou a base política de Melles.

Stevanim e Santos (2012) identificam o uso dos meios de comunicação por personagens locais, proprietários de rádios e TVs, como mecanismo de garantia de poder e influência nas suas regiões de domínio. Minas é o estado que tem o maior número de políticos e deputados federais que fazem uso de sistemas de radiodifusão, que também tem o maior número de licença de retransmissão de TVs outorgadas às prefeituras. São os políticos diretamente detentores das outorgas de radiodifusão ou, quando não, o são seus familiares ou pessoas próximas. Geralmente, conseguem as licenças após ocuparem um primeiro mandato. Sem dúvida, a estada no poder facilita a obtenção da licença.

Para os autores supracitados, isto é similar ao controle exercido, no passado, pelo “coronelismo”. Contribui para a manutenção do político no poder e, muitas vezes, garante a perpetuidade de gerações da mesma família. Carlos Melles é detentor de um canal de TV educativa, na cidade de São Sebastião do Paraíso. “O vínculo com propriedades de terra, embora não seja motor central do sistema, como na República velha, permanece em

todos os casos de deputados federais radiodifusores de Minas Gerais” (Stevanim e Santos, 2012: 11). Em São Sebastião do Paraíso, existiam duas concessões de TVs Educativas. Uma, ligada a um adversário de Melles, a mais antiga e hoje inexistente, e a outra, ao próprio Melles.

Emidinho Madeira, que agora surge com maciça votação, emerge da condição de produtor rural, filho de produtor, carismático, com forte apelo às causas sociais e filantrópicas e próximo às pessoas de baixo nível de renda. Sua atuação já na Câmara Federal confirma seus laços de origem.

Sob pressão de produtores, a bancada do café no Congresso deflagrou movimento em Brasília na tentativa de garantir um novo piso de referência para os preços do grão por meio de subsídios do governo.

A ideia encontra resistência no Ministério da Agricultura. Técnicos da Pasta alegam que a proposta, que acabaria criando um novo subsídio, visa “burlar” a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

Vale lembrar que, neste ano, o valor mínimo do café foi reajustado em 6,25% no caso da espécie arábica, e em 3,96% para conilon.

A PGPM, que tem valores atualizados a cada safra, prevê que o governo intervenha para garantir remuneração ao produtor quando os preços estiverem abaixo do mínimo. Como as cotações do café caíram desde o começo do ano, mas não a ponto de ficarem abaixo do mínimo definido pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a saída foi propor a criação de um preço de referência mais alto, a ser instituído por lei.

A proposta, apresentada no fim de agosto pelo deputado mineiro Emidinho Madeira (PSB), prevê que os produtores poderiam receber subsídios (“prêmio”) se venderem o café dentro de uma faixa de preços, que varia conforme espécie do grão.

Na prática, o produtor de café arábica receberia o prêmio se dever o produto entre o valor de referência, de 438,15 a casa de 60 quilos, e o teto de 488,15 por saca. O atual preço mínimo é de 362,53. No caso do conilon, a faixa suscetível ao novo subsídio seria entre 298,61 e 348,61 – o preço mínimo definido pela Conab para a variedade é de 210,13. [...]

Para o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Eduardo Sampaio, não é o caso de intervir no mercado de café nesse momento, uma vez que os preços estão acima do mínimo e “estão baixos no mundo todo”. “Se passar pelo Congresso, a lei ainda corre o risco de ir parar a Justiça. Além do mais, o governo não tem orçamento para bancar esse prêmio”, disse uma fonte. (Valor Econômico, terça-feira, B7, 17/09/2019).

Pelos vínculos originais dos candidatos (eleitos), invariavelmente, a classe dominante regional, como forte presença agrário-rural, está representada no poder legislativo, nas instâncias Estadual e Federal. Deputados Federais e Estaduais reforçam seus laços em seus distritos eleitorais, por meio de permanentes articulações de recursos públicos em benefício às cidades que os elegem, oriundos das “Emendas Parlamentares”. Por meio destas emendas, recursos extraordinários são encaminhados às cidades, para complementação das ações públicas nos diversos setores: educação, saúde, infraestrutura e outras.

Do Portal Transparência do estado de Minas e da federação, levantamos informações sobre os recursos - produtos de emendas - parlamentares destinados às cidades da região do Sudoeste de Minas. Emendas de autoria de Geraldo Thadeu somaram R\$ 5.196.685,87 em valores empenhados. De autoria de Carlos Melles foram R\$ 47.990.118,26 em valores empenhados. Foram várias as cidades beneficiadas do Sudoeste de Minas e foram vários os objetos de destinação dos recursos.

“O vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Antônio Carlos Arantes, participou na sexta-feira (10/05/19), na Cidade Administrativa, da entrega de 625 novas viaturas para 494 cidades mineiras feita pelo governador Romeu Zema.

“Os veículos foram comprados por meio da emenda parlamentar dos deputados federais de Minas Gerais da última Legislatura (2015-2018) e serão usados pela Polícia Militar. O valor do convênio é de R\$ 40,9 Milhões.

Arantes representou o ex-deputado Carlos Melles que destinou 10 veículos para os municípios de São Sebastião do Paraíso, Jacuí, Cabo Verde, Bom Jesus, Itaú de Minas, Capetinga, Monsenhor Paulo e Belo Horizonte. “A entrega dessas viaturas é uma conquista. A PM precisa renovar a frota e os deputados federais estão dando essa grande contribuição [...]”, ressaltou Arantes.

[...]. Em seu discurso, o governador ressaltou que, mesmo em meio à crise financeira, [...]. “Sou muito grato a todos os deputados federais que, neste momento de dificuldade, estão dando esta contribuição tão grande para o setor de Segurança. Administração sem recursos não é fácil e eu espero que essa seja a primeira de muitas ajudas que nós vamos receber”, afirmou” (Jornal “A Folha Regional”, Ano 29. Ed. 1452, sexta, 17/05/19, p. 11).

Abaixo estão elencados recursos destinados aos municípios do Sudoeste de Minas, resultantes de emendas parlamentares, entre os anos de 2007 e 2018. E em seguida, recursos federais, também aos mesmos municípios. Para estes, foram segregados apenas os recursos destinados à Agricultura, Habitação e Saneamento, oriundos de transferências Legais, Voluntárias e Específicas. Assim, ficaram fora as verbas ordinárias, as verbas

oficiais. Pela tabela se vê que as transferências destinadas aos municípios se concentraram ao fomento agrícola, destes, os valores mais expressivos concentraram-se nos maiores municípios, quer seja, Alfenas e Passos.

Tabela 39 - Valor Repassado pelo Concedente/Órgão ou Entidade Estadual Parceiro aos Municípios ou a OSC (Organização da Sociedade Civil) Parceria (em mil reais)

Destinatário	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Minas Gerais (mi)	1.517.2	949.3	1.135.8	1.372.5	831.4	908.2	992.3	567.5	534.8	95.7	323.2	38.3
Sudoeste de Minas (mi)	17.8	20.6	34.9	41.7	17.2	32.7	36.4	17.0	19.0	6.7	17.1	4.2
% Sudoeste/MG (%)	1,2	2,2	3,1	3,0	2,1	3,6	3,7	3,0	3,6	7,0	5,3	11,2
ALFENAS	2.935	834	4.708	1.073	325	669	3.540	271	275	250	2.667	200
ALPINOPOLIS	207	280	488	1.091	296	579	712	261	423	200	130	0
ALTEROSA	202	135	478	966	393	845	718	280	405	0	176	0
ARCEBURGO	250	362	660	644	118	189	263	254	139	54	110	100
AREADO	125	353	510	246	126	583	456	267	440	35	550	0
BANDEIRA DO SUL	175	262	220	464	137	380	226	221	92	0	276	210
BOA ESPERANCA	510	206	969	938	187	487	930	438	784	680	70	0
BOM JESUS DA PENHA	38	32	86	342	91	169	135	65	102	0	75	0
BOTELHOS	326	495	415	864	200	165	294	250	283	400	329	0
CABO VERDE	318	442	268	752	386	828	467	868	499	40	96	0
CAMPESTRE	528	871	739	1.235	901	1.352	2.135	709	441	500	333	0
CAMPO DO MEIO	187	383	86	500	303	665	472	296	534	0	1.233	0
CAMPOS GERAIS	398	822	809	1.514	415	815	722	912	688	100	60	0
CAPETINGA	415	289	147	689	75	369	322	268	174	0	0	0
CAPITOLIO	201	587	257	660	438	663	426	232	933	351	1.030	0
CARMO DO RIO CLARO	547	760	653	1.784	607	922	381	155	372	45	340	0
CARVALHOPOLIS	56	36	59	79	101	99	88	70	109	300	117	396
CASSIA	297	724	849	1.000	591	614	756	520	400	130	229	100
CLARAVAL	158	214	343	447	317	688	454	324	163	148	83	0
CONCEICAO DA APARECIDA	277	320	330	563	125	203	505	513	423	85	30	0
DELFINOPOLIS	40	143	855	1.746	416	690	245	290	125	155	30	0
DIVISA NOVA	78	166	242	449	163	395	310	235	158	235	45	0
FAMA	87	160	152	470	50	305	103	237	142	0	150	49
FORTALEZA DE MINAS	353	15	44	320	75	441	75	97	152	157	0	0
GUAPE	298	607	348	737	515	413	1.111	270	493	60	385	0
GUARANESIA	1.412	1.069	618	1.220	1.183	1.149	566	163	264	400	244	50
GUAXUPE	176	902	1.620	1.726	846	900	808	1.291	427	150	155	0
IBIRACI	142	146	145	556	449	516	1.849	397	395	0	25	0
ILICINEA	156	253	663	845	335	747	251	560	290	0	30	0
ITAMOGI	160	664	127	673	90	229	271	335	378	30	175	0
ITAU DE MINAS	66	195	323	845	45	274	288	79	158	50	260	0
JACUI	149	442	430	448	771	745	254	261	279	250	75	0
JURUAIA	188	336	844	1.319	203	4.500	451	711	473	0	30	2.239
MACHADO	489	514	1.194	1.326	550	1.216	1.746	719	887	506	726	306

Continua ...

...Continuação

Destinatário	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
MONTE BELO	503	401	383	343	753	424	676	230	424	50	490	0
MONTE SANTO DE MINAS	206	327	278	1.670	247	992	644	258	360	0	110	150
MUZAMBINHO	215	487	650	965	678	892	1.780	417	898	200	135	0
NOVA RESENDE	207	236	233	511	282	295	527	342	482	540	150	154
PARAGUACU	50	432	244	958	239	251	364	571	409	40	80	126
PASSOS	559	2.355	9.045	279	1.069	1.151	4.237	147	929	0	3.880	92
POCO FUNDO	306	209	154	684	612	521	332	300	613	0	465	0
PRATAPOLIS	258	154	432	473	189	633	366	260	460	130	0	0
SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	34	147	117	748	198	335	326	385	461	20	230	126
SAO JOSE DA BARRA	90	139	91	485	140	145	204	804	298	50	300	0
SAO PEDRO DA UNIAO	148	632	183	792	497	437	178	87	429	40	496	0
SAO SEBASTIAO DO PARAISO	2.907	914	2.164	4.292	199	2.101	3.855	168	355	0	50	0
SAO TOMAS DE AQUINO	383	103	169	670	162	617	411	127	269	200	70	0
SERRANIA	28	104	115	318	148	128	255	175	360	120	410	0

Fonte: Portal da Transparência.do Estado de Minas Gerais.

Recursos destinados o Sudoeste de Minas concentraram-se nas maiores e mais importantes cidades da região, Passos e São Sebastião do Paraíso, justamente onde a disputa política é mais concentrada.

Foram também analisadas três modalidades de transferências da base de dados, Transferências Legais, Transferências Voluntárias e Transferências Específicas. Destas, valores destinados à agricultura, valores destinados à habitação e valores destinados ao Saneamento. Decidiu-se por esta seleção para se ficar livres das verbas oficiais – educação e saúde – por exemplo que, por serem oficiais, estão acessíveis a todos os municípios, por critérios claros e definidos.

Recursos destinados ao saneamento e habitação fogem do conjunto de verbas oficiais, e demonstram a capacidade da região em atrair verbas especiais. Quanto às verbas destinadas a projetos agrícolas, estas revelam a hegemonia do poder local. Do total de 24 milhões, mais de 11 milhões foram destinados à agricultura, e distribuídos a um amplo número de municípios. Já as verbas para moradia e saneamento foram concentradas. Somente a cidade de Passos absorveu mais de 10 milhões em saneamento e drenagem fluvial.

Na perspectiva deste estudo, o modelo vigente de relação de poder de representação política, da forma como é constituído, pouco contribui para a dinâmica da economia regional. Os políticos relacionam-se com seus grupos regionais, valendo-se da concessão de emendas parlamentares para, assim, estreitarem laços e atenderem

demandas específicas e pontuais. Estas demandas de varejo não estão vinculadas a políticas de Estado, há políticas de maior envergadura e relevância ao conjunto da sociedade. Caso eles percam este poder de troca, perdem também o poder sobre a região. Por consequência a região perda sua representatividade.

São, justamente, os políticos mais carismáticos os que têm maior capacidade de articulação destas verbas, e que ocupam os espaços de representação pública. Isto fica longe de se pensar qualquer proposta de longo prazo, mais sólida ou de maior abrangência. As cidades e região ficam reféns dos políticos, e estes retroalimentam sua permanência no poder por meio de concessões “varejistas”, criando um moto contínuo, uma ciranda, em que a representação pouco afeta verdadeiras políticas progressistas de transformação.

5.2. Expansão das Cidades na esteira da Acumulação Financeira e Ancorada na Propriedade da Terra –

A combinação do controle sobre a propriedade da terra e das possibilidades abertas pelo capital financeiro, dão a condição necessária para que manifestem formas das mais primitivas de criação e apropriação da riqueza. É o controle sobre o espaço.

Forças produtiva e financeira coexistiram sempre, a novidade está na preponderância da segunda sobre a primeira. Atualmente, a atividade financeira penetra os escaninhos do sistema econômico e domina as relações de produção e de consumo, por meio de largos mecanismos de financiamento. Estes financiamentos garantem a acumulação que, ora sustenta a lógica tradicional, ora reproduz acumulação primitiva, capturando excedente de produção para o âmbito exclusivo do capital financeiro.

Com papel relevante, o Estado é agente orgânico na regulamentação dos processos operacionais, que permitem a captura deste excedente pelo capital financeiro. Isto se concretiza na regulamentação das atividades produtivas, na definição das políticas públicas, no apoio e estímulo ao crédito e financiamento, e na estruturação legislativa. Além, também, de fornecer alternativas ao escape da superacumulação, por meio da oferta de títulos públicos.

Nas cidades, a expansão urbana, a criação de loteamentos, a construção de moradias, constituídas sob o arcabouço de fortes programas de financiamento consistem em espaço de reprodução, associado ao capitalismo financeiro.

Em um país como o Brasil, em que grande parte da classe trabalhadora tem padrão de renda muito baixo, a moradia sempre foi um problema. Cara e pouco acessível. O reflexo disso está na favelização das grandes cidades. A demanda por moradias urbanas é pressionada pelo crescimento das atividades industriais. É a partir da expansão industrial e, por consequência, das atividades urbanas, que há necessidade do provimento de moradias nas cidades. Somado a isto, melhorias das técnicas agrícolas, fruto de um caráter produtivista, industrialista e mercantilista, promoveram e ainda promovem expulsão de pessoas do campo, ampliando demanda de moradias urbanas. Desde os anos 1930, ainda em seu limiar, a urbanização brasileira se deu de forma rápida, concentrada e desigual.

O que marca a segunda metade do século XX no Brasil agrário é justamente a extensão das condições de produção industriais à agricultura; a transformação do ambiente de atraso tecnológico, baixa produtividade e relações de trabalho tradicionais pela penetração de métodos de produção e gerência afeitos à economia capitalista urbana; em uma palavra, a industrialização da agricultura (Graziano da Silva, 1996) (Silva, 2008: 2).

Mais do que promover dinâmica da cadeia produtiva das atividades agrícolas – das matérias-primas à elaboração final do processo – esta industrialização promoveu a interposição de insumos e fertilizantes exógenos e mecanização agrícola, muitas vezes também, com maquinaria de origem externa. Isto aprofundou a expulsão da mão-de-obra do campo, ampliando os bolsões nas cidades. Ainda, produziu uma modernização desigual e desagregadora.

O enfrentamento do problema da moradia urbana foi, algumas vezes, realizado pelo Estado, com relativo sucesso. Nos anos 1970, o BNH (Banco Nacional de Habitação) promoveu um grandioso programa de moradia, financiado pela poupança e FGTS. Porém, dadas condições de financiamento e do valor dos imóveis, só atendeu a classe média. Deixou de fora famílias de níveis inferiores de renda. A estas famílias, a principal política foi realizada pela COHAB. Configurava e ainda configura construções residenciais de baixo padrão, geralmente situados nas áreas periféricas das cidades, valendo-se dos baixos preços da terra. Estes empreendimentos geridos pela COHAB, na sua maioria, tiveram de ser executados diretamente pelo Estado. Eles pouco despertaram o interesse do capital privado dada a baixa lucratividade dos empreendimentos.

O Banco Nacional de Habitação – BNH – foi extinto nos anos 1980. A partir dos anos 1990, e mais intensamente, nas duas últimas décadas, emergiu um novo formato de organização ao mercado imobiliário, com alta presença do setor privado, associado ao

setor financeiro bancário. Fundos de investimento buscaram captar recursos no mercado financeiro. Sob esta nova estrutura, em que as decisões são baseadas em parâmetros financeiros de análise de rentabilidade contábil fundamentalista e análise gráfica, os investimentos foram drenados – pelo agente privado – para atividades mais lucrativas como prédios comerciais, e a população de baixa renda ficou, mais uma vez, fora do modelo.

Somente com o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) esta situação pôde se alterar um pouco, ao permitir algum acesso à moradia às pessoas de baixo nível de renda. Apesar disto, o PMCMV, ao não atacar “o nó da terra”, acabou por permitir que parte dos recursos fossem apropriados pela valorização fundiária. Esta valorização se promove por meio da elevação do preço da terra, elevação do preço dos imóveis, no processo de transformação de hectares em metros quadrados, quando da criação de novos loteamentos e áreas urbanas que resulta no espraiamento das moradias, na periferização e elevação do custo para o setor público [Fix, 2011: 168].

A criação desses mecanismos modifica a forma jurídica da propriedade imobiliária e, conseqüentemente, as modalidades de apropriação da renda da terra. As formas renda e juros aproximam-se em um único ativo financeiro de base imobiliária. Um sistema que, como vimos, ano a ano vai sendo ajustado (aperfeiçoado, nos termos dos seus defensores) de modo a liberar os imóveis para a circulação do capital portador de juros e vincular os mercados de terra e imóveis, os usos do solo, e a organização espacial em um processo geral de circulação de capital, como mencionamos na introdução. Essa tendência, identificada por David Harvey (a partir da leitura de Marx), apenas estudos empíricos podem desvendar de que modo se desenvolvem, ou não, em cada formação social (Fix, 2011: 181).

São as forças capitalistas de reprodução do capital, de elevação da velocidade da circulação do capital, de expansão e exploração de novos mercados, de monopolização e concentração (fusões e aquisições) de capital e de ampliação da exploração da força de trabalho os elementos que movem o fenômeno da urbanização. Cidades são construções humanas para os humanos viverem. A urbanização é um fenômeno de classes sociais em disputa pela renda gerada. “O excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos” (Harvey, 2008: 2).

A saída das crises capitalistas dos últimos 20 anos, (desde 1997), muitas vezes se deu pela via da acumulação urbana. Isto reforça a ação dos agentes com poder político, tanto do setor produtivo, quando do setor rentista; tanto os que detêm a propriedade, quanto os que detêm o capital financeiro. Financiamentos habitacionais, construções de

shoppings centers e outros empreendimentos é a forma onde se manifesta. O urbano se expandiu, elevou o preço dos imóveis, deslocou mais gente do convívio e dos espaços. É a “privatização” dos espaços. A cidade pertence àqueles que têm posses. Isto levou à criação de nichos muito distintos. Lugares fechados, condomínios, escolas e equipamentos de lazer também fechados nestes mesmos condomínios, *versus* o seu oposto, a periferização e a semiperiferização, espaços precários e excluídos.

Por meio de vultuosos blocos de investimento e sob o discurso da restauração dos espaços, centros urbanos – em grandes cidades – são sistematicamente modificados e isto promove a expulsão da população de baixo nível de renda para dar lugar a novos empreendimentos, novos edifícios e novos centros comerciais. É a acumulação por desapropriação. “Poderes financeiros apoiados pelo Estado pressionam pelo despejo forçado das favelas. Deste modo, a acumulação de capital pela atividade imobiliária vai ao auge, uma vez que a terra é adquirida a custo quase zero” (Harvey: 2013).

Para compreender as transformações que ocorrem nos espaços urbanos, é necessário estudar e compreender os interesses dos capitais que as determinam. Entre os diversos capitais e interesses, os atores mais diretamente envolvidos com a expansão urbana são os comercializadores, construtores, incorporadores e proprietários. O ciclo de produção do mercado imobiliário se encerra com a venda do imóvel ao consumidor final. Na cadeia produtiva estão o vendedor imobiliário, o sistema bancário de crédito e financiamento, a indústria da construção civil, a incorporadora e o proprietário de terras. Este último, o proprietário fundiário “não participa diretamente do ciclo de produção de edificações e imóveis urbanos, já que a terra urbana não é um bem produzido” (Marques e Torres, 2005: 216), mas é provavelmente o que se apropria da maior parte da renda gerada pela atividade.

Pelo caráter irreproduzível a terra urbana garante ao seu detentor a possibilidade de extrair lucros extraordinários, por meio da diferenciação do bem e pela unicidade de cada espaço urbano. O preço inicial do bem pode ser inclusive arbitrado pelo proprietário, no ato do lançamento. Por isto, a forma de atuação destes atores, aliada às ações do Estado, garantem a valorização da terra e acabam por promover segregação social em bairros habitados por pessoas de alto nível de renda, e outros, habitados por pessoas de baixo nível de renda. O Estado exerce um papel importante ao alocar recursos e investimentos em determinados lugares, em detrimento de outros; ao estabelecer regras claras de uso do solo em uns lugares, e diferentemente, em outros. Estas ações levam à expulsão de pobres das áreas mais valorizadas, para as periferias menos valorizadas, para

aqueles locais onde a renda diferencial da terra tende a zero. Ao mesmo tempo, são deixados vazios urbanos em áreas de melhor localização, que servirão à especulação imobiliária.

O esvaziamento da população moradora dos centros urbanos e sua concentração nas periferias implica em produção de alto custo para o setor público, por deixar subutilizados os equipamentos de infraestrutura das áreas centrais das cidades e, ao mesmo tempo, demandar constante ampliação destes mesmos investimentos nas áreas periféricas. Somente políticas públicas muito claramente definidas, e sistematicamente ordenadas, poderiam atenuar os efeitos dessa segregação social. Mas isto depende da forma como os interesses estão imbricados e associados às instâncias do poder político, no centro de decisão.

Mesmo nas pequenas cidades, o problema da urbanização aparece, guardadas as proporções, reproduzindo o modelo dos grandes centros urbanos. É o poder público local – executivo e legislativo – que determina o uso e a ocupação do solo. Ao elegerem áreas destinadas a distritos industriais, promovem a segregação do trabalho e da moradia. Há tendência de, no entorno dos distritos industriais, acomodarem bairros residenciais às populações de baixo nível de renda. Geralmente, trabalhadores destes mesmos distritos. Outras vezes, as moradias são instaladas distantes dos locais de trabalho, elevando o custo de transporte, aumentando o absenteísmo, e até mesmo reduzindo a produtividade de trabalho. A separação do trabalho e da moradia é uma proposta modernista apoiada por preocupações ambientais, associadas à poluição sonora ou atmosférica, mas pouco eficiente na concretude.

Da mesma forma que são criados bairros para população de mais baixo nível de renda, são também reproduzidos, nas cidades interiores, condomínios fechados para população de classes de renda alta e média. E as cidades crescem quase sempre horizontalmente, ampliando os custos dos serviços públicos e exigindo mais unidades destes serviços, em razão da expansão geográfica. Constantes incorporações de áreas rurais em áreas urbanas correspondem em criação de “renda da terra”, no sentido Ricardiano (e também marxiano), num mecanismo em que os proprietários de terra elevam sua participação na captura do excedente de produção.

No subdesenvolvimento latino-americano, o processo de urbanização ligado à industrialização se defrontou com uma série de contradições que a “lógica geral do movimento do capital” por si só foi incapaz de explicar: a primeira delas é que a produção para o mercado se dá com tecnologia poupadora de força de trabalho em contexto de forte expansão da oferta de trabalho, o que pressionará

os salários para o menor nível possível; a segunda é que a indústria encontra, apesar da crescente necessidade de realização, um mercado reduzido, ou seja, parte relevante da população que se dirige às cidades não terá condições de acessar o mercado de bens e serviços decorrentes da produção industrial; a terceira se refere ao fato de que, em função do processo de monopolização da economia e de desequilíbrios externos – que levavam recorrentemente a desequilíbrios fiscais e monetários internos – a inflação será uma constante na corrosão dos salários reais.” (Mioto, 2015: 31-32).

Muito embora a desconcentração produtiva pudesse contribuir para promover alguma homogeneidade das condições sociais e econômicas aos locais para onde as atividades industriais se instalariam, ao aportar nos novos lugares, ela reproduz a desigualdade. Privilegia algumas cidades, em detrimento de outras. Produz concentração e produz segregação. Claro que, agora, com um padrão superior de ordenação capitalista e de renda.

O cenário mineiro constitui-se em um campo apropriado para perceber o impacto da integração do campo à dinâmica capitalista moderna em regiões ou países marcados por diferenças regionais fortes, como é caso do Brasil. Formado tanto por regiões “prontas” a integrar um mercado capitalista dinâmico, a partir de uma economia agropecuária moderna, quanto por outras em que o contato com esta modernidade parece só fazer recrudescer as disparidades e exclusões sociais, o Estado aparece como um resumo das condições de um país de modernização tardia e incompleta como o nosso. (Silva, 2008: 4)

Minas Gerais tem 853 municípios, dos quais 130 foram criados entre os anos de 1991 e 2000, 80% deles têm menos de 20 mil habitantes (Silva, 2008: 3). Pequenas cidades têm menor dinâmica urbana. No Sudoeste de Minas, grande parte das cidades são também pequenas. Apenas 12 municípios, do total de 48, têm mais de 20.000 habitantes (IBGE, Censo: 2010). Outros 20 municípios têm menos de 10.000 habitantes. Estas cidades têm baixa capacidade de oferta de serviços, restringem-se aos serviços básicos, o que, na “hierarquia das cidades”, seriam consideradas apenas “lugares”.

Por terem baixo contingente populacional, estas cidades estão desobrigadas de constituir Plano Diretor, instrumento que sinalizaria expansão urbana minimamente planejada. Talvez por isso, a expansão urbana tende a reproduzir os mesmos problemas, guardadas as proporções, da periferização e segregação social que se veem nos grandes centros urbanos do país. Enquanto a segregação social, no interior, for uma questão menos importante, a valorização e a apropriação da renda, pela forma primitiva de acumulação

na produção do espaço urbano, apresentam-se como uma grande fonte de produção de riqueza. E isto se dá de forma diferente do modo como ocorre nos grandes centros urbanos. Nos pequenos municípios, observam-se deliberadas expansões de áreas urbanas, nas quais se traçam loteamentos em terra nua. Edificações são raramente construídas. A acumulação restringe-se à transformação de terra rural em terra urbana.

Novas áreas são ocupadas pela incorporação de áreas rurais, transformando-as em terras urbanas. Ao mesmo tempo em que cria valor a estes novos espaços, valoriza áreas centrais, ao privilegiá-las pela melhor localização. Valoriza a mercadoria “terreno” sem que nele tenha havido qualquer adição de trabalho (Villaça: 2012). No contexto da lógica de produção e reprodução do capital, assimila os efeitos de uma economia sob a égide da prerrogativa do neoliberalismo e reproduz a periferização, a exclusão social, a segregação urbana, a acumulação de capital, a extração de valor e captura de excedente, promovendo, sob a ótica do “direito à cidade”, na apropriação das cidades por uns e não por outros.

Não é mais o Estado que atua diretamente na produção da moradia, como em décadas passadas, mas o capital privado. O abandono do nacionalismo e do intervencionismo transferiu as decisões estratégicas à iniciativa privada, e o planejamento urbano foi esquecido. O que se fez foi transferir recursos para o setor financeiro. “... o neoliberalismo não foi uma evolução natural do mundo como querem fazer crer: trata-se de uma construção ideológica e programática persistente e vitoriosa” (Maricato, 2011: 91).

O Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV corresponde a novo formato de amplitude nacional, amparado pelo Estado, não tem política clara sobre a localização das residências (Maricato, 2011: 70). Cabe à prefeitura de cada município a escolha da localidade de instalação de seus loteamentos, tornando vulnerável a todo o tipo de pressão política de interesses que possa haver, no tocante à lógica de acumulação primitiva via expansão urbana. Nas cidades, a especulação imobiliária é a maior força. Nos pequenos municípios em que o agente público, o prefeito, está muito mais acessível à população, está, também, mais suscetível às pressões de grupos que o rodeiam. O resultado que se pode esperar disto é que se produzam periferias gerando exclusão e altos custos de infraestrutura.

Para citar como exemplo, no projeto de Lei n. 28 de 2018 da cidade de Paraguaçu lemos o seguinte trecho, que por certo revela a expansão do perímetro consoante a abrigar loteamentos Minha Casa Minha Vida, invariavelmente a instalar-se às margens urbana:

O projeto ora encaminhado, devidamente corrigido, está em consonância com as diretrizes do Plano Diretor do município, visando possibilitar o desenvolvimento paulatino e racional das atividades urbanas, com a distribuição adequada dos ônus e bônus decorrentes da dinâmica do desenvolvimento da ocupação e utilização desses espaços sujeitos à urbanização de forma planejada e diferenciada.

Com a aprovação do aumento do perímetro urbano de nossa cidade, que era de **1.014,16,07 ha** passa para **1.164,8461 ha**, o município passará a ter mais controle sobre as áreas urbanas como também favorecerá a instalação de novos empreendimentos, facilitando ainda projetos do Governo Federal “Minha Casa Minha Vida” que são aprovados somente dentro do perímetro urbano. (Projeto de Lei n.28: 2018, Paraguaçu)

Mas quais interesses estão presentes no Sudoeste de Minas, capazes de ordenar esta dinâmica urbana? O setor imobiliário? A cadeia produtiva de incorporadoras, financiadoras, construtoras e comercializadoras?

Segundo a estatística bancária (dados apresentados no capítulo quatro desta tese), o crédito imobiliário para o conjunto das cidades da região saltou de 179.789.638 reais, em 2007, para 2.000.288.776, em 2017. O volume de crédito contribui, positivamente, para a redução do déficit habitacional.

Nossos resultados indicam que uma expansão de 100% do volume de financiamento aumenta em cerca de 10% o número de domicílios. Este resultado é robusto a uma série de especificações e estratificações. Em particular, controle por diferentes características socioeconômicas locais afetam pouco as estimativas.

Estes resultados indicam que o financiamento é um condicionante importante da decisão de formação de domicílio no Brasil. Dada a relevância do problema de déficit habitacional, estes resultados apontam para a importância de se aprimorar o acesso a mecanismos de financiamento a moradia. Estes mecanismos podem incluir tanto o mercado de crédito, como outras alternativas, como o mercado de aluguéis, que não é perfeitamente acessível a todo o conjunto da população brasileira (Ferro, Madeira e Bader, 2016: 34).

Esta citação acima de Ferro, Madeira e Bader, publicação do Banco Central do Brasil, de 2016. O discurso do Banco Central está, supostamente, alinhado aos interesses do capital financeiro. E é este capital financeiro que dá a tônica na lógica neoliberal. São os interesses do capital financeiro que se sobrepõem ao produtivo e imprimem a ele a sua dinâmica. A oferta de crédito (habitacional) induz a demanda por crédito (imobiliário). É óbvio que existe déficit habitacional a ser atendido. Mas, ora a oferta da produção urbana tem menor elasticidade, e cresce abaixo da demanda, provocando bolhas dos preços imobiliários, ora é o controle, o poder, a posse do bem, da terra, somados à

individualidade própria do terreno urbano, que permite ao ofertante estipular o preço que lhe convier, resultando numa inequívoca predominância da oferta sobre a demanda.

Embora agências bancárias regionais administrem carteiras de crédito imobiliário, o determinante das finanças não é local. Tem abrangência nacional ou internacional. Os interesses são os do capital financeiro em geral e, no local, as oportunidades de ganho se manifestam mais aos detentores da terra, para onde se dá a expansão urbana, e para os incorporadores dos loteamentos urbanos, muito mais que das atividades de construções e edificações profissionais geradoras de renda, pois estes praticamente inexistem.

Buscando verificar o crescimento urbano no Sudoeste de Minas, analisa-se a evolução recente (e disponível) da arrecadação pública municipal, dos municípios que compõem a região do Sudoeste de Minas (tabela 45, abaixo).

Tabela 40 – Evolução da Arrecadação Pública Municipal dos Municípios do Sudoeste de Minas (em reais)

Descrição	Variação % 2017/2013	2017	2016	2015	2014	2013
IPTU	123,92%	69.899.915	58.626.529	52.550.885	45.412.384	31.215.903
IR	62,44%	34.165.702	28.474.490	23.395.896	24.001.123	21.032.304
IR – trab.	324,26%	15.934.968	15.981.032	6.037.930	0	3.755.947
Inter Vivos	39,22%	36.281.843	33.757.706	28.759.896	29.416.635	26.061.655
ISSQN	52,86%	74.640.710	66.528.264	55.743.469	54.857.351	48.828.900
Limp. Pub.	29,70%	16.261.456	14.432.413	13.316.573	13.114.764	12.537.302
Iluminação	117,89%	30.528.711	26.333.347	20.309.503	16.852.856	14.010.794
Cota FPM	23,63%	647.132.546	631.670.037	505.771.224	533.728.892	523.462.686
Cota ITR	86,34%	7.842.558	7.175.115	4.392.281	4.399.292	4.208.753
SUS	48,08%	219.608.178	194.337.498	163.083.496	162.100.784	148.304.534
FNDE	37,91%	30.261.576	31.391.143	24.895.610	30.906.421	21.943.612
Cota ICMS	27,55%	436.761.377	361.453.467	298.292.604	337.704.402	342.433.078
Cota IPVA	54,69%	103.482.690	91.553.673	79.469.930	73.117.652	66.895.557
Cota IPI	-85,83%	815.777	629.529	5.378.424	6.244.832	5.757.325
Fundo Saúde	61,25%	26.413.236	34.178.532	33.691.992	23.670.737	16.380.319
FUNDEB	25,77%	248.795.206	232.713.051	187.752.992	203.850.126	197.815.217
Rec Capital	-47,64%	32.471.364	51.699.352	46.889.924	91.309.757	62.016.827
CONVÊNIOS	-53,20%	21.793.275	35.554.134	33.322.823	67.449.630	46.570.672

Fonte: Transparência Brasil. www.meumunicipio.org.br

Entre as rubricas que mais cresceram, estão o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, (123%) e a Contribuição para Iluminação Pública – que tem a segunda maior taxa de crescimento (117%). Estas duas rubricas estão diretamente associadas às construções e ampliação da área urbana.

Foram consultados alguns municípios do Sudoeste, para colher deles as leis mais recentes que alteravam ou ampliavam o perímetro urbano. Os municípios que

assimilassem a expansão das moradias, por meio de verticalizações, estariam aproveitando mais eficientemente o uso do solo, os equipamentos urbanos e a infraestrutura urbana. Aqueles que não o fizessem, lançariam mão da expansão territorial. Este crescimento viria impulsionado por duas frentes: o Programa Minha Casa Minha Vida e a oferta de crédito imobiliário destinados a grupos de níveis mais elevados de renda.

A transformação de terra rural em urbana depende da aprovação da Câmara Municipal da cidade, ou seja, de relações políticas. Os limites urbanos precisam ser modificados para que se possa lotear uma área para fins urbanos. No meio do caminho a empresa encontra às vezes a expectativa do proprietário de se apropriar de parte desse diferencial, a renda da terra. (Fix, 2011: 233).

Tabela 41 – Expansão Urbana dos Municípios - Leis e Datas

Municípios	Número da Última Lei de Expansão do Perímetro Urbano	Data da Lei
Alfenas	4715	2017
Areado	1360	2018
Bandeira do Sul	939	2015
Botelhos	1713	2012
Cássia	1386	2008
Capitólio	11	2011
Delfinópolis	2364	2018
Guaranésia	1992	2015
Guaxupé	1753	2012
Juruaia	1180	2013
Machado	2785	2017
Monte Belo	2880	2018
Monte Santo de Minas	2070	2017
Paraguaçu	28	2018
Passos	46	2013
São João Batista do Glória	1440	2015
São Pedro da União	990	2013
São Sebastião do Paraíso	4198	2015

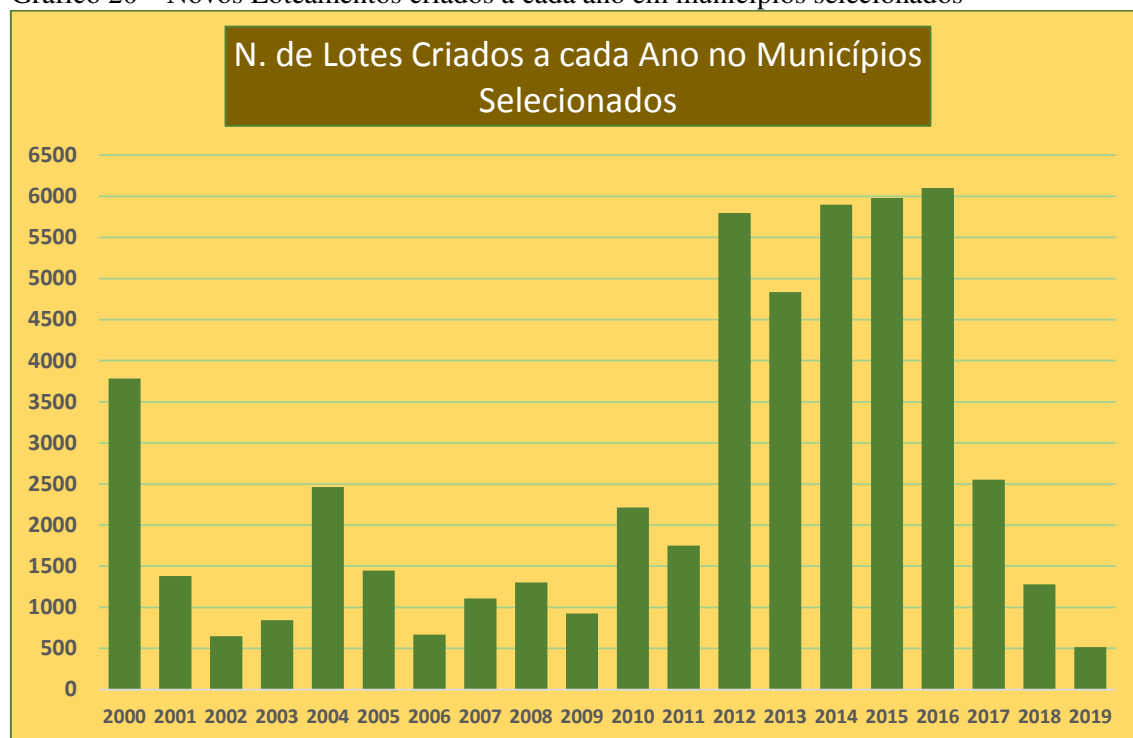
Fonte: Consulta às Câmaras Municipais e Secretarias Municipais.

Alguns dos municípios pesquisados disponibilizaram mapas com a identificação dos respectivos perímetros urbanos. Outros, apenas fotos de satélites. A maioria dos municípios não dispõe deste material, o que limita a capacidade de interpretação da lógica da expansão urbana, como também limita a identificação dos “vazios urbanos”.

Esta pesquisa consultou cartórios de um grupo de 14 municípios da região. Entre estes, os maiores e mais importantes. O objetivo foi identificar loteamentos criados nos anos recentes, entre os anos 2000 e 2018. De 2012 e 2016 verificou-se extraordinário

volume de lançamentos de loteamentos. Mas a maioria dos lotes ofertados o eram em terra nua. Dispunham da infraestrutura legal e exigida, mas sem edificações. Foram raros os casos em que a oferta contava com residências já construídas.

Gráfico 20 – Novos Loteamentos criados a cada ano em municípios selecionados



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados nos Cartórios de Registro de Imóveis dos Municípios.

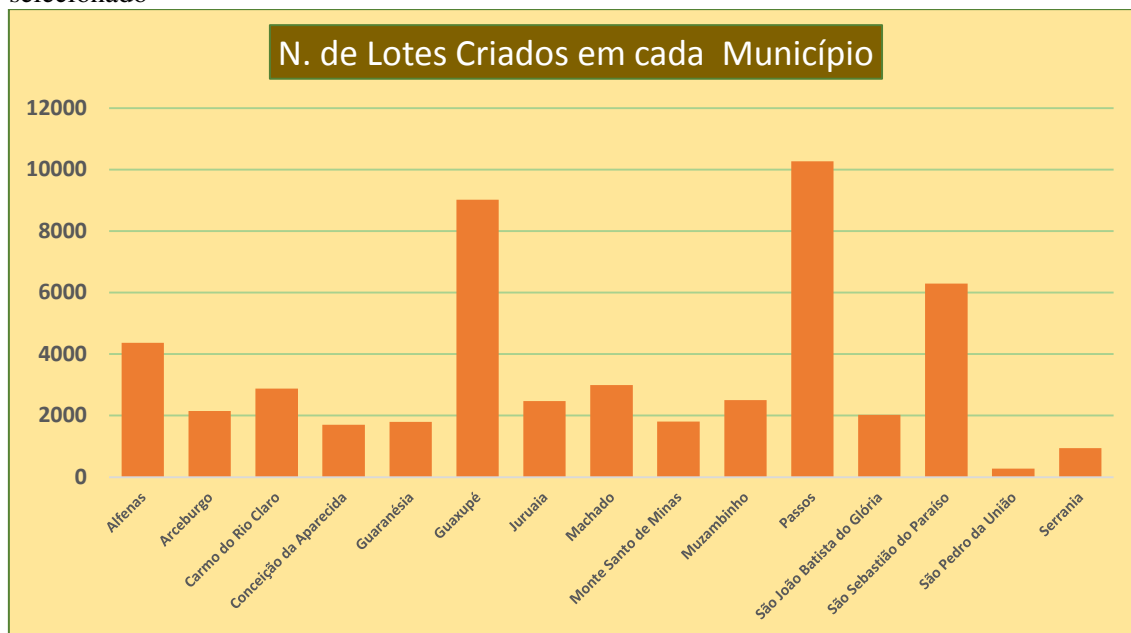
Do conjunto de municípios que foi concedido para este estudo, com informações criadas entre 2000 e 2018, foram criados 336 loteamentos. E sobre eles, 51.492 lotes. Deste total de lotes criados, 1.047 são unidades edificadas. Nestas 1.047, já estão considerados as unidades de apartamentos. Edifícios verticais foram construídos nas cidades de Alfenas e Passos.

Identificou-se cada empresa incorporadora a seu respectivo loteamento. Em nenhuma das cidades pesquisadas, conjunto que inclui as principais cidades da região, apareceram grandes *players* nacionais. As grandes construtoras e incorporadoras, reconhecidas nacionalmente, não atuaram na região, neste período.

Todos os investimentos foram realizados por empreendedores locais. Muitas vezes, tratou-se de empresas criadas, única e exclusivamente, para a construção do loteamento. Isto pode significar autonomia regional. Pode, mais que isso, demonstrar habilidade dos agentes locais em se apropriarem da oportunidade criada.

O gráfico seguinte mostra que este movimento atinge todas as cidades, e os destaques se dão aos polos regionais.

Gráfico 21 - Número de Lotes Criados nos loteamentos entre 2000 e 2018 por Município selecionado



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados coletados nos Cartórios de Registro de Imóveis dos Municípios.

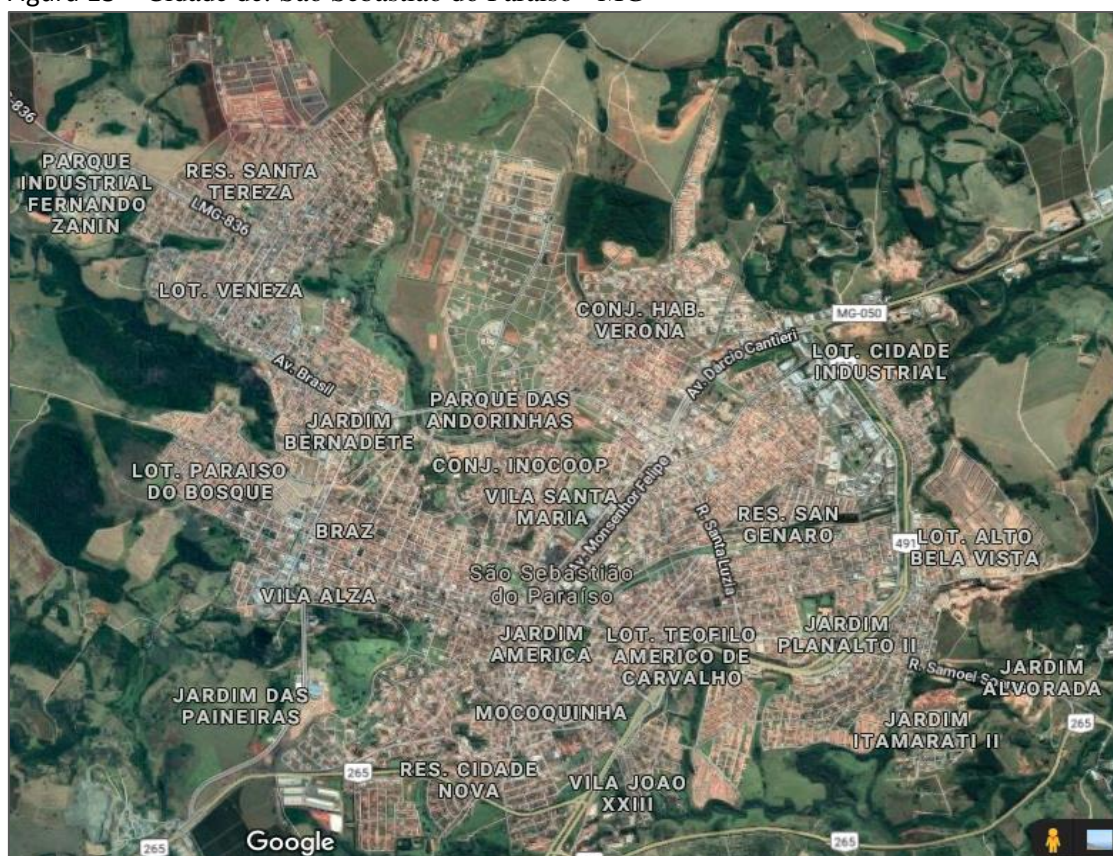
A expansão das cidades se dá de forma horizontal, contínua, avançando para as áreas rurais, que são absorvidas nas retificações dos perímetros urbanos. Por vezes, percebe-se que é pequena a capacidade do município de controlar a expansão urbana. Existe a possibilidade de se perceber que a gestão urbana não é capaz de administrar e regular esta expansão. Ao contrário, a expansão acontece pela ação especulativa, via criação dos loteamentos, cujos agentes pressionam as instâncias públicas pela ampliação e legalização dos espaços. Existe uma dialética na filosofia que diz que quanto mais alto o poder, maior o grau de submissão ao sistema. Por isto, é do prefeito o poder de publicar a lei de expansão do perímetro. Uma vez dado início à produção dos lotes, havendo demanda comercial dos lotes pela população, ao prefeito não há o que fazer. Ele fica incapacitado de negar as solicitações e delibera a expansão do perímetro e a aprovação dos loteamentos.

A cidade de Guaxupé, pelo diálogo que se teve com o chefe do departamento de urbanismo a partir das diretrizes do novo plano diretor, vê-se preocupação com esta questão e firme propósito no controle desta expansão e na tentativa de conter os elevados

custos dos investimentos públicos que são acionados, a cada vez que novo bairro marginal é criado.

Abaixo serão apresentadas imagens selecionadas e mapas de algumas das cidades analisadas. A cidade de São Sebastião do Paraíso, a partir da imagem de satélite, mostra todo seu contorno marcado por novos loteamentos. Uns, ainda sem nenhuma edificação. Em visita *in loco*, observou-se a construção de um dos loteamentos, este edificado e voltado para a classe social de baixo nível de renda, e localizado na extrema periferia da cidade. A mais recente lei que redefiniu o contorno do perímetro urbano, conforme imagem, fez isto amplamente, para todas as direções.

Figura 13 – Cidade de: São Sebastião do Paraíso - MG



Fonte: Imagem de Satélite

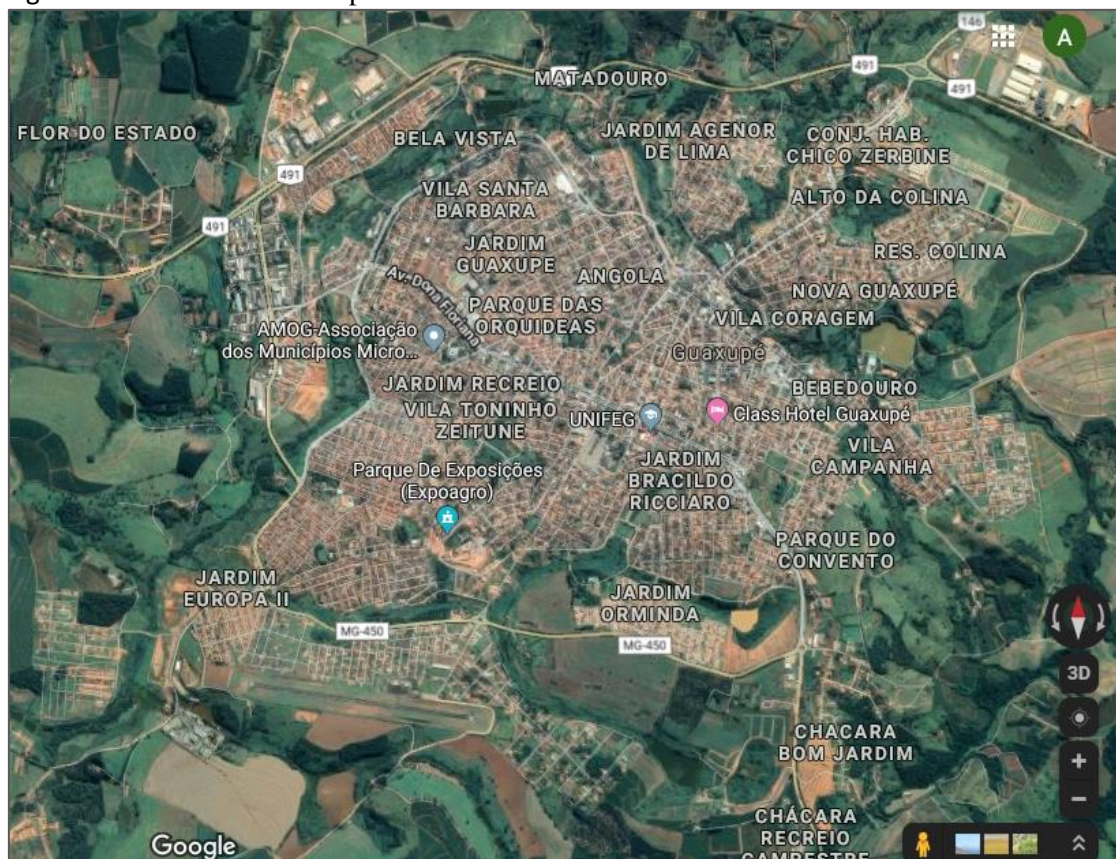
Figura 14 – Delimitação Perímetro Urbano de S. S. do Paraíso. Atual (2015) e anterior



Fonte: Lei Municipal n. 4198 de 21/05/2015, São Sebastião do Paraíso-MG.

Guaxupé apresenta uma ordenação, em que os bairros ocupados pelas famílias de maior poder aquisitivo localizam-se e são construídos em uma extremidade da cidade, enquanto aqueles, destinados a pessoas de baixo nível de renda, localizam-se na extremidade oposta. O mapa do recente perímetro é bem restrito às áreas ocupadas, e sugere ter sido recortado de forma a incorporar construções urbanas (como chácaras), anteriormente construídas fora dele.

Figura 15 – Cidade de Guaxupé - MG



Fonte: Imagem de Satélite.

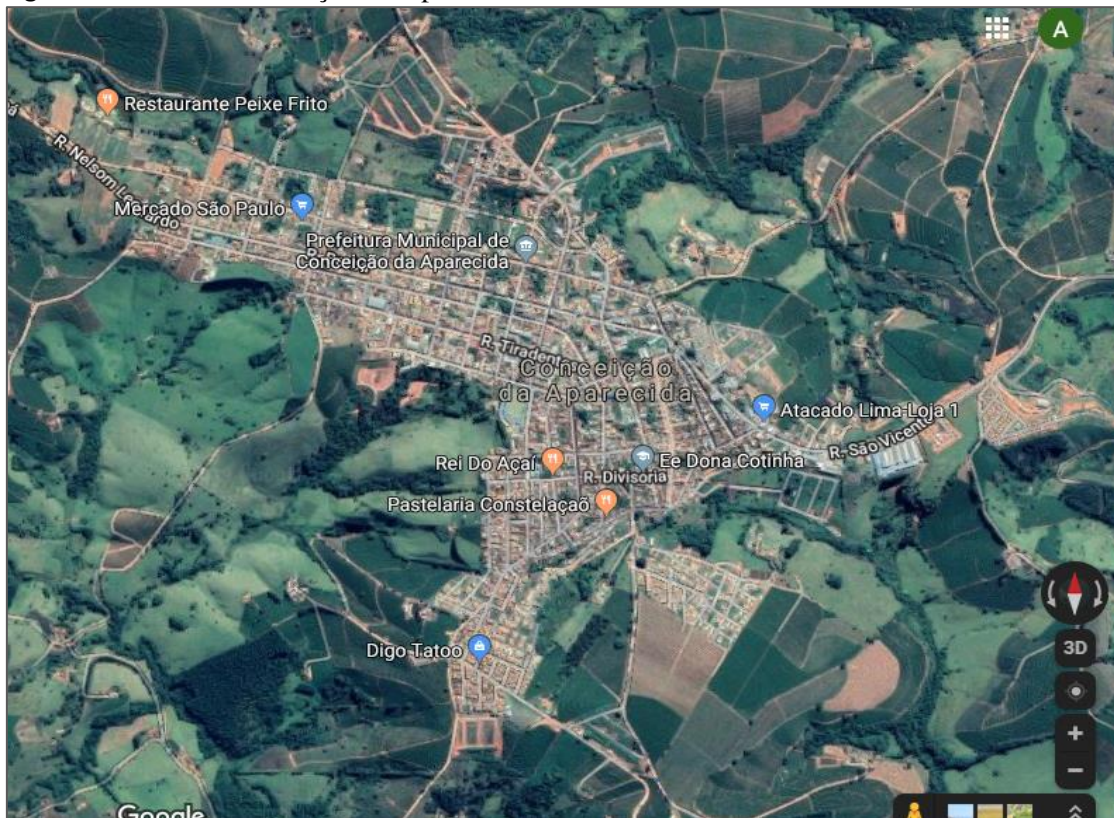
Figura 16 – Mapa de GUAXUPÉ (2019) com Delimitação da Área do Perímetro Urbano



Fonte: Prefeitura Municipal de Guaxupé.

Em Conceição da Aparecida, o desenho urbano tem um formato mais retangular, dando a impressão de exploração periférica, no entanto, a topografia da cidade contribui para este formato. A cidade é muito pequena, mas pela imagem, é possível observar a criação de novos loteamentos, ainda nus, localizados à extremidade urbana.

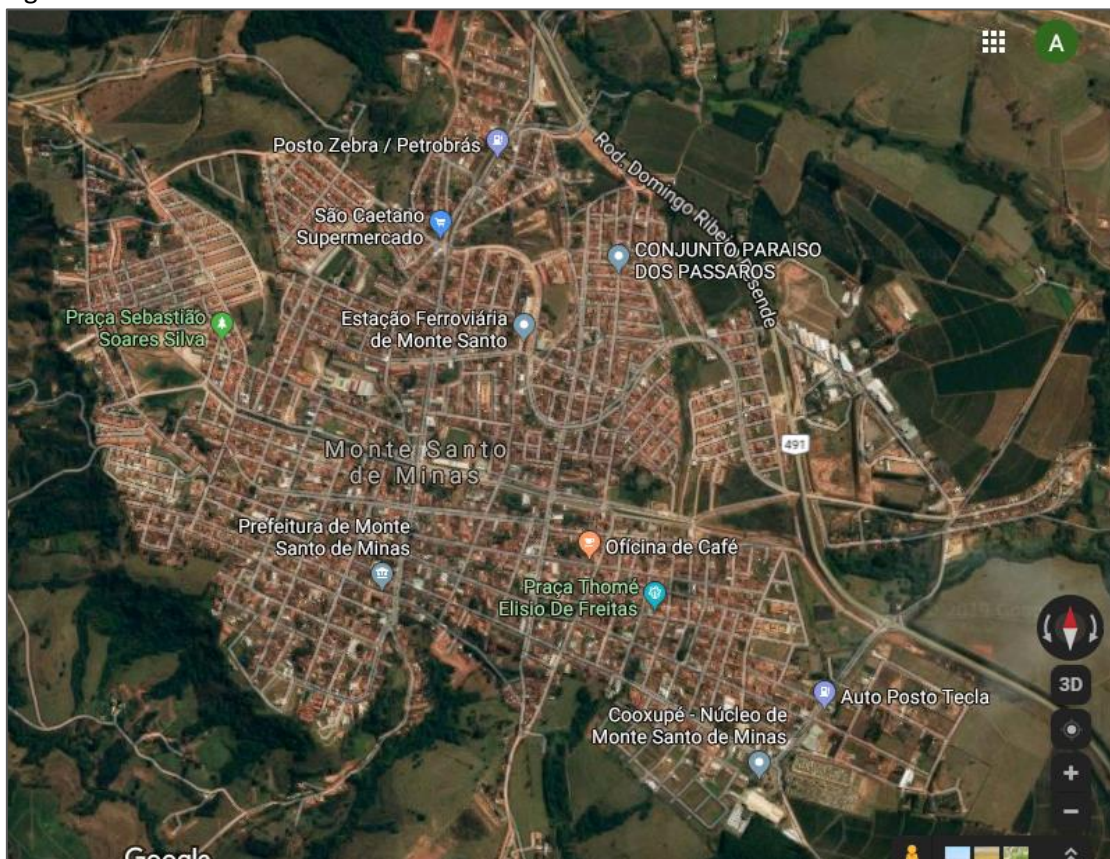
Figura 17 – Cidade Conceição da Aparecida – MG



Fonte: Imagem de Satélite.

Em Monte Santos de Minas, por meio da imagem de satélite, foram observados bairros novos construídos em margens opostas, sem edificação. Não se vê, pela imagem, vazios urbanos. Mas o modelo segue horizontal, alongando a localização aos bairros periféricos.

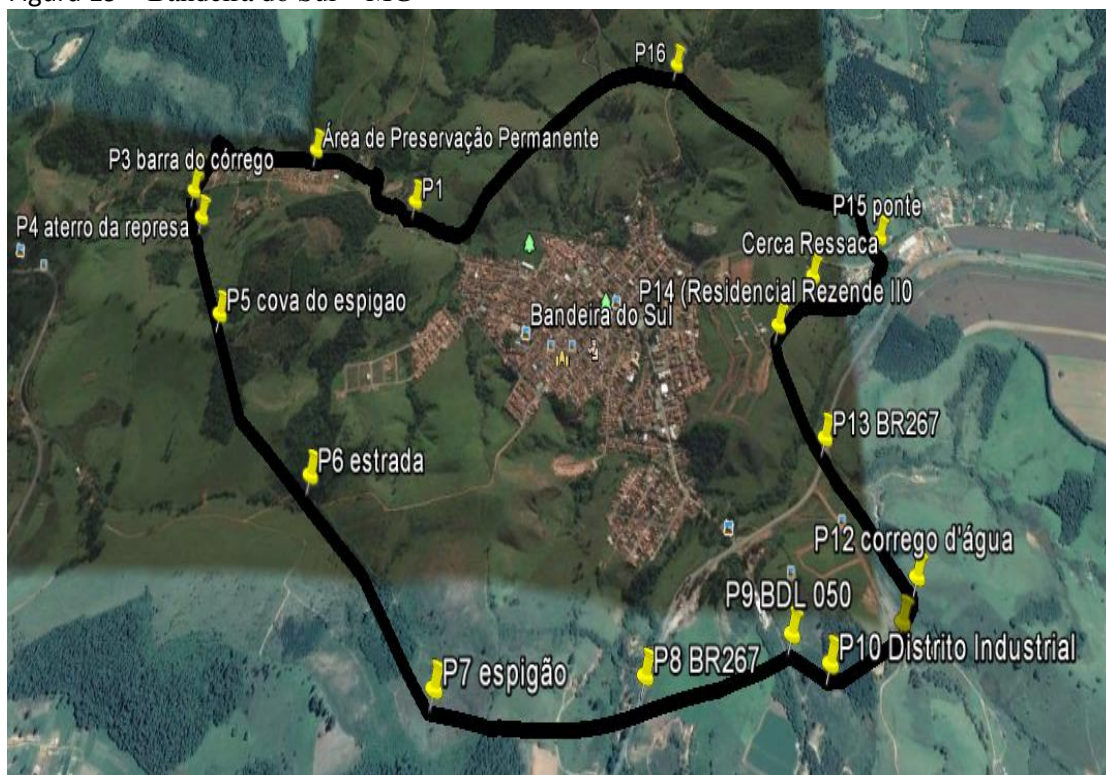
Figura 18 – Cidade de Monte Santo de Minas – MG



Fonte: Imagem de Satélite.

Bandeira do Sul, uma cidade muito pequena de pouco mais de 5.000 habitantes, o perímetro urbano criado é extraordinariamente grande para as proporções do município. Aparentemente, numa tentativa vaga de atração de empreendimentos industriais – incompatível com a realidade local –, mas que garante vasta área de terras como reserva especulativa.

Figura 19 – Bandeira do Sul – MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul – MG.

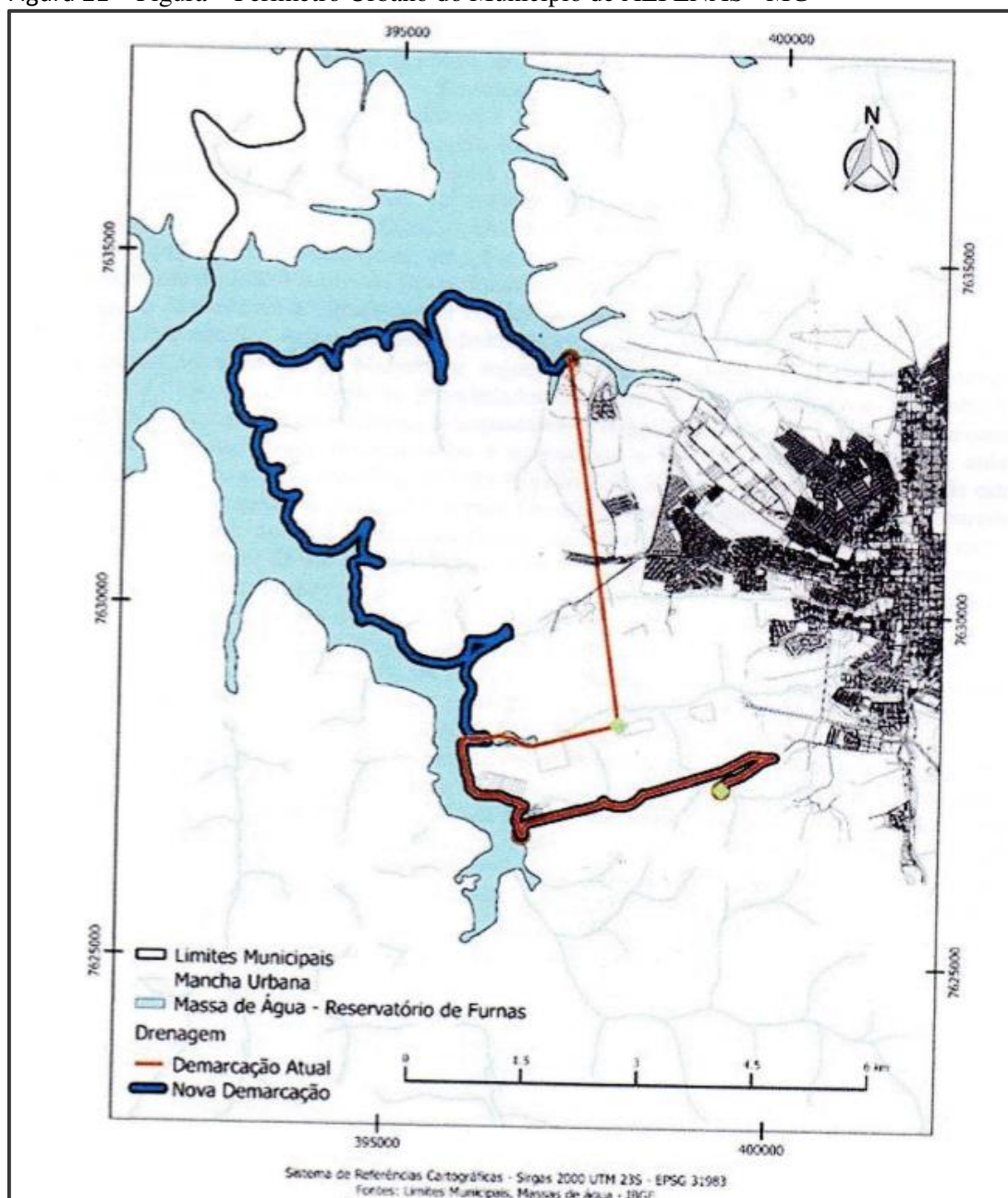
Alfenas, cidade polo regional, tem um dos maiores números de lotes e loteamentos construídos no período analisado. O mapa que ilustra o espaço instituído como perímetro pela Lei mais recente sugere apropriar à área urbana as margens da represa de furnas.

Figura 20 – Imagem Cidades Alfenas – MG



Fonte: Imagem de Satélite.

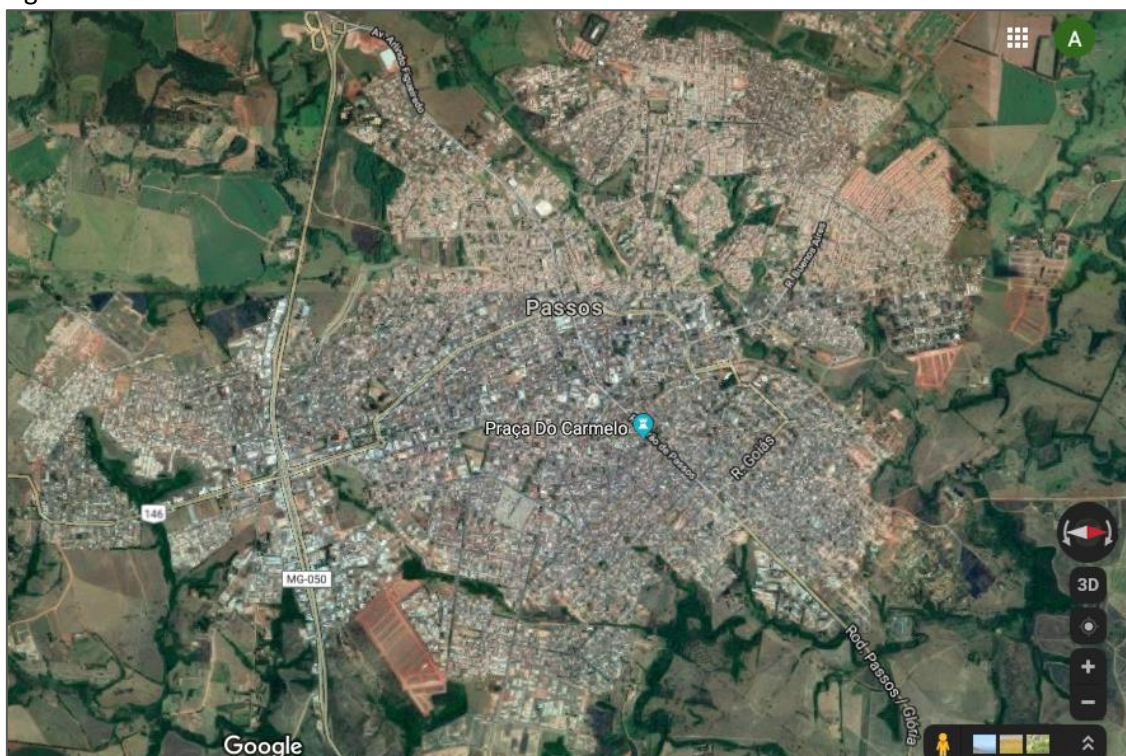
Figura 21 – Figura – Perímetro Urbano do Município de ALFENAS - MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Alfenas, Lei 4715: 2017.

Em Passos, também são visíveis os bairros criados às margens do município. O mapa do perímetro urbano expandido pela Lei mais recente, aparentemente, abriga áreas construídas que antes estariam à margem do limite urbano.

Figura 22 – Cidade de Passos - MG



Fonte: Imagem de Satélite.

Figura 23 - Mapa do Perímetro Urbano da Cidade de Passos-MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Passos. Zona de Expansão Urbana: 2012.

Da cidade de Areado, tem-se disponível apenas o mapa do perímetro que é parte do plano diretor. Neste caso, percebeu-se maior grau de detalhamento e organização ao planejamento urbano.

Figura 24 – Mapa de Macrozoneamento do Município de Areado – MG, anexo III.



Fonte: Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Areado-MG. Lei Complementar 42: 2008.

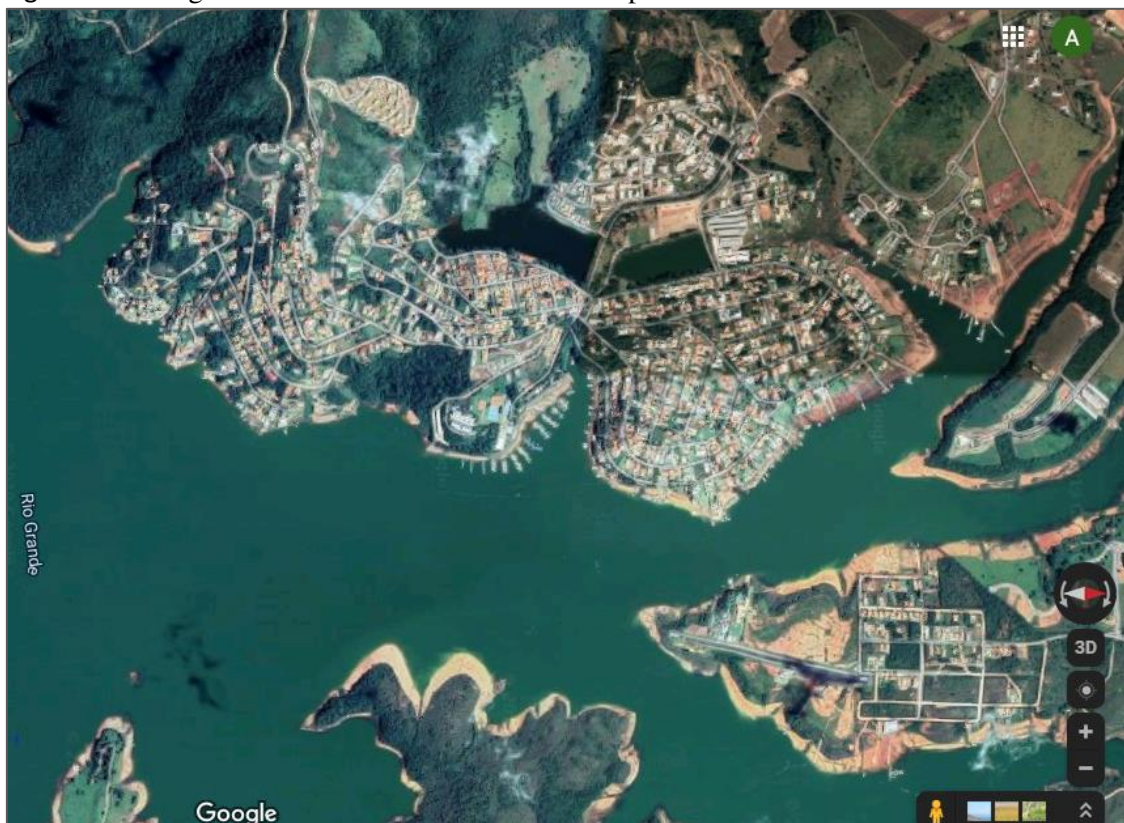
Capitório, principal cidade às margens da represa de Furnas, abriga condomínios residenciais de veraneio (como Escarpas do Lago), destinado a famílias de alto poder de renda e que dá acesso à marina. Este condomínio também cresceu nos últimos anos, apresentando alta concentração de residências. Nele, observamos maiores e mais condensadas construções. O preço do terreno é valorizado em função da sua localização.

Figura 25 – Cidade de Capitório – MG



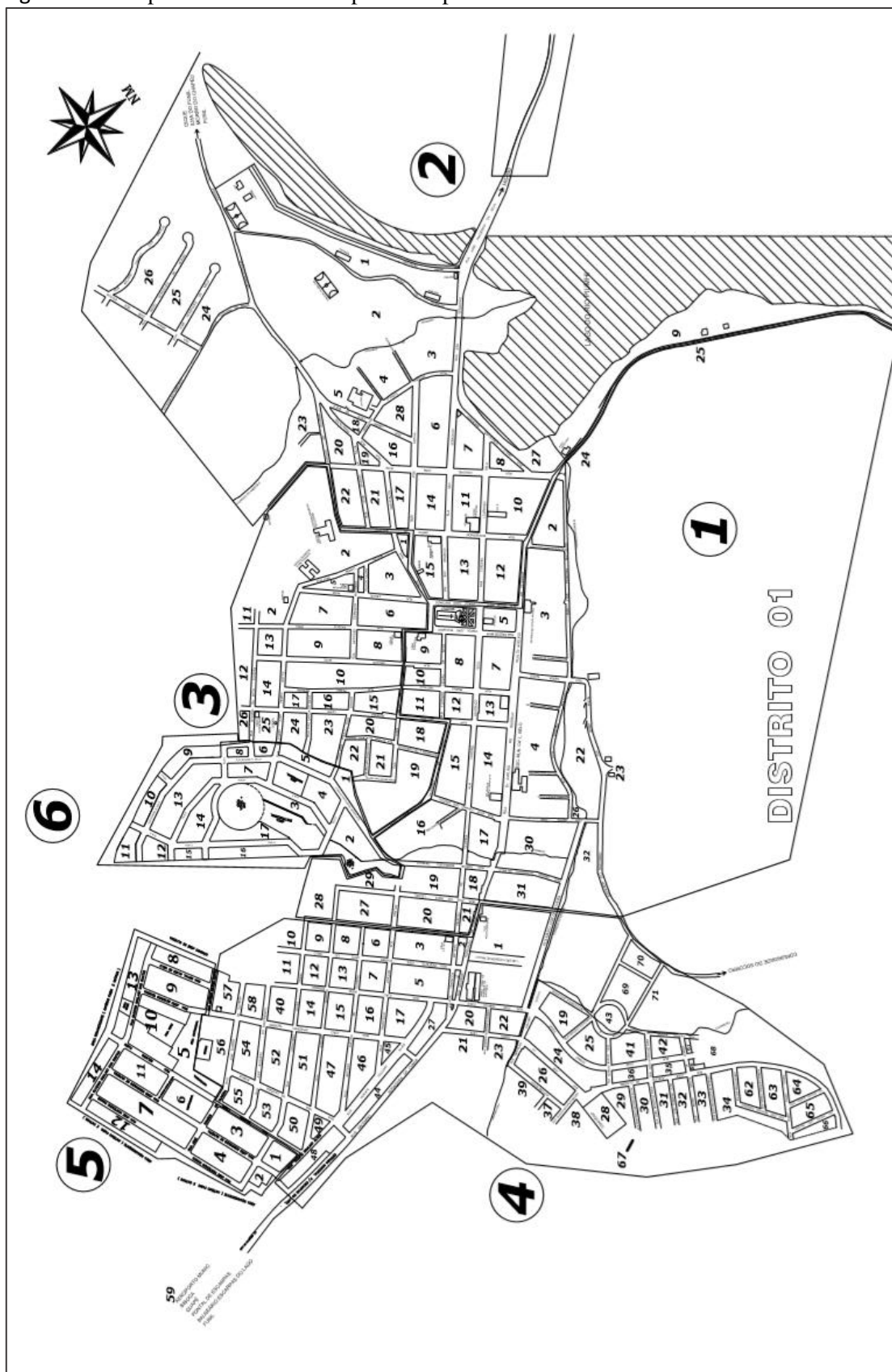
Fonte: Imagem de Satélite.

Figura 26 – Imagens das Cidades Condomínio em Capitólio – MG



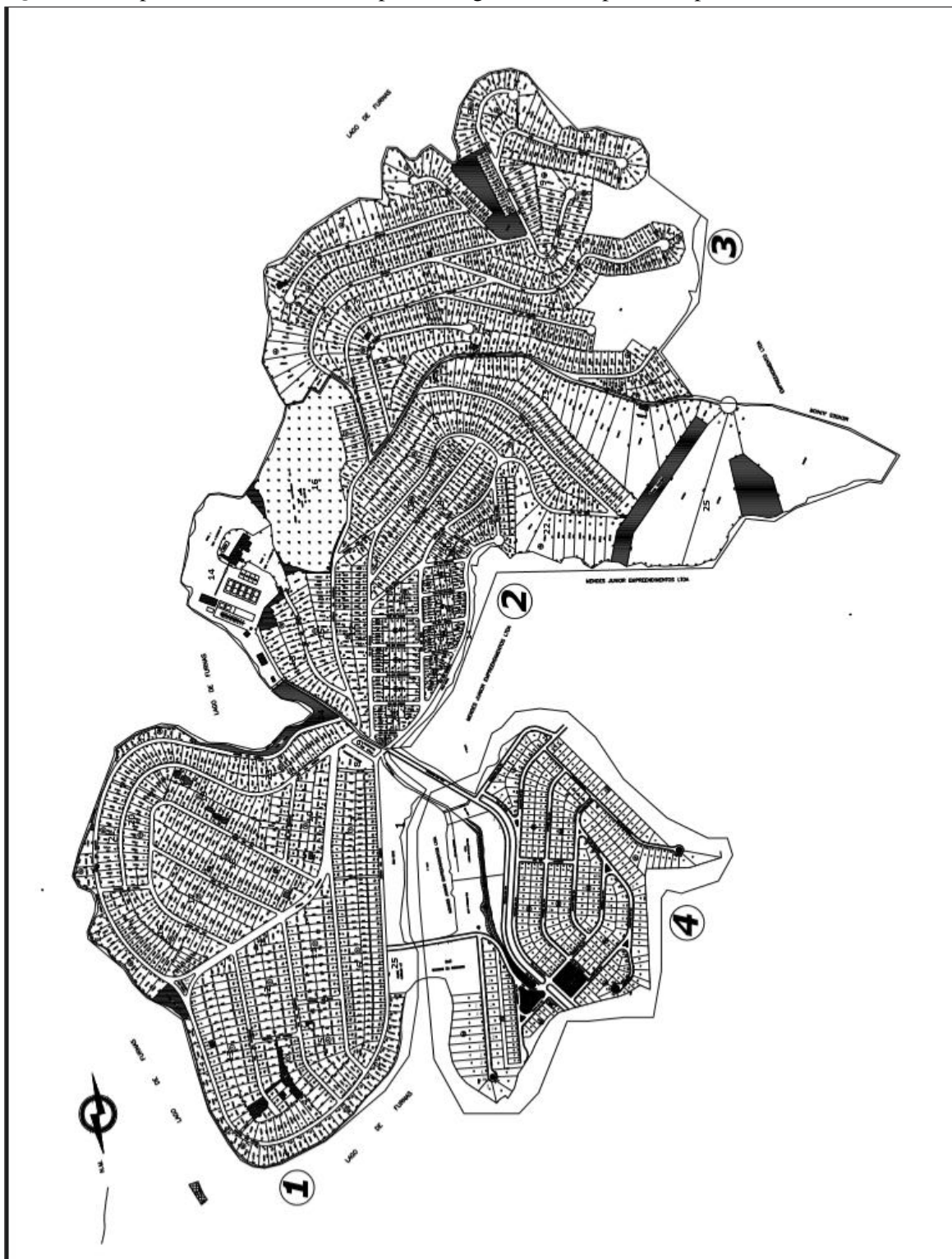
Fonte: Imagem de Satélite.

Figura 27 – Mapa Urbano do Município de Capitólio-MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Capitólio.

Figura 28 -Mapa do Condomínio Escarpas do Lago do Município de Capitólio-MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Capitólio-MG.

No mapa da cidade de Monte Belo, há indicação de que o requerimento para expansão do perímetro e criação da respectiva Lei foi reivindicação de uma incorporadora imobiliária.

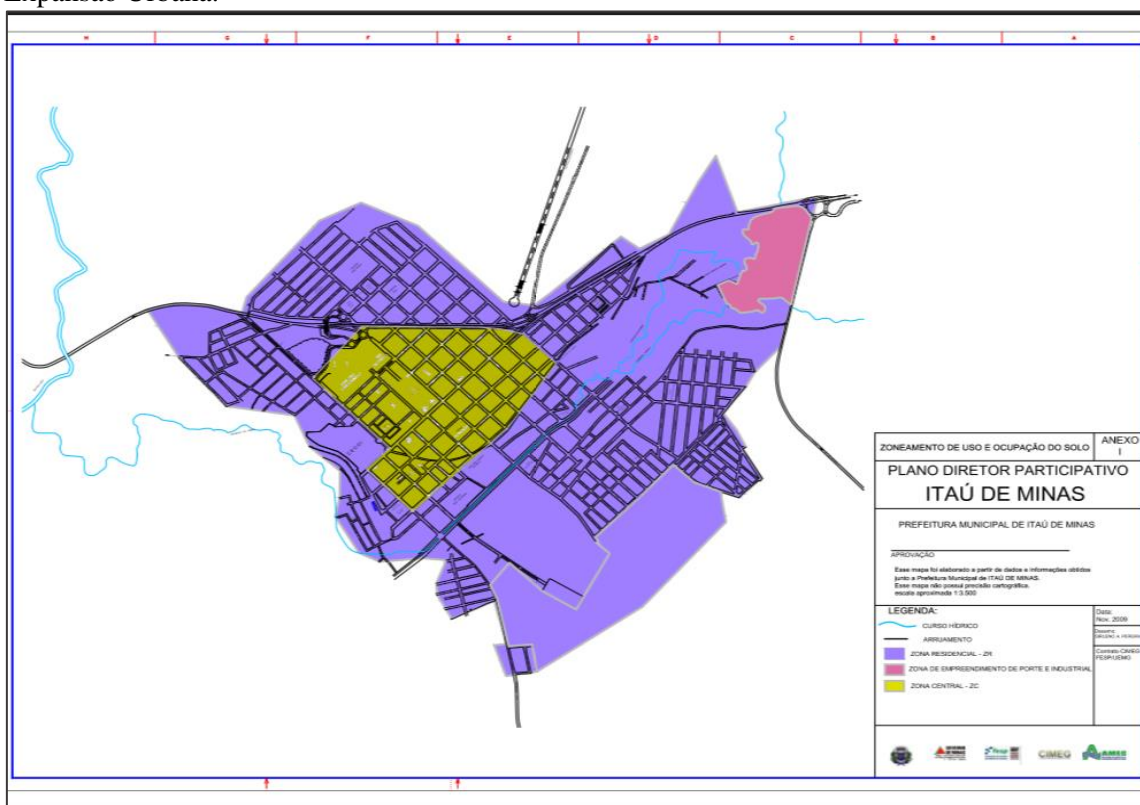
Figura 29 – Mapa Perímetro Urbana da Cidade de Monte Belo - MG



Fonte: Prefeitura Municipal de Monte Belo. Lei 2880: 2018.

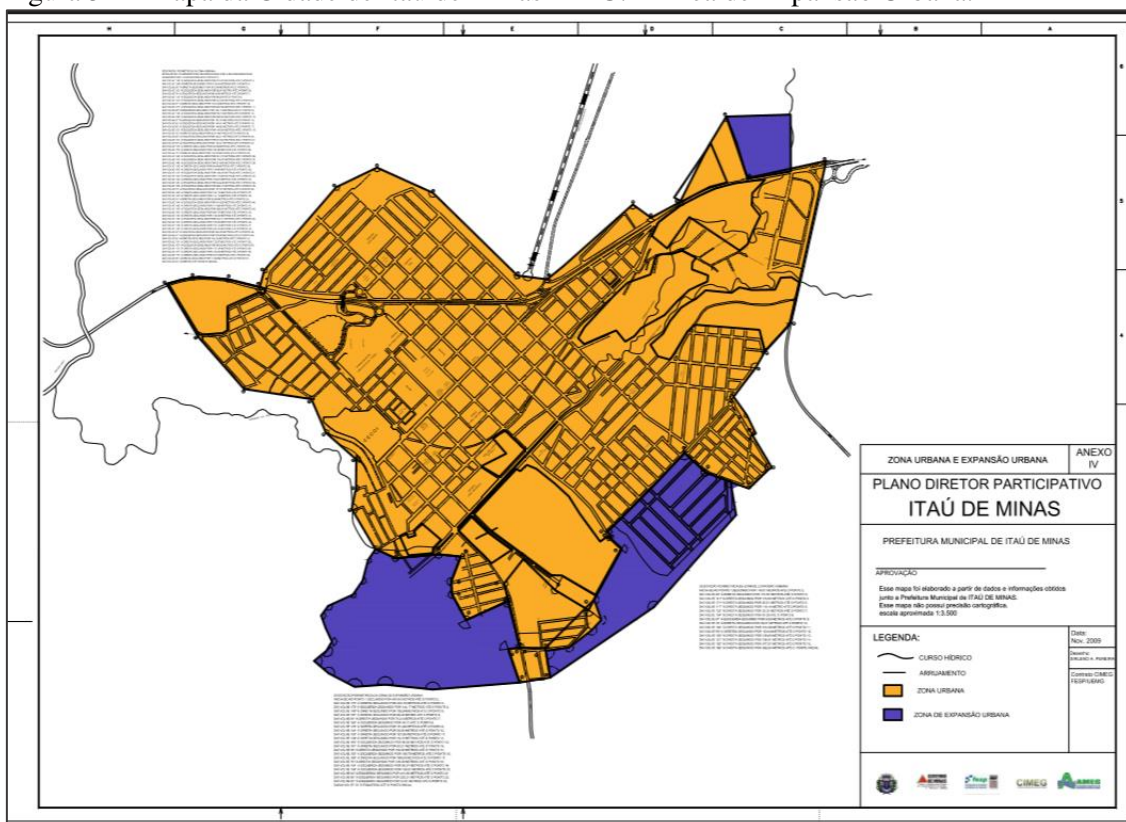
Em Itaú de Minas, por conta da existência de Plano Diretor, o controle da expansão urbana é nitidamente maior, tomando por base a análise visual do mapa.

Figura 30 – Mapa da Cidade de Itaú de Minas – MG. Área Central, Área industrial e Área de Expansão Urbana.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaú de Minas, Lei Complementar 31: 2010.

Figura 31 – Mapa da Cidade de Itaú de Minas – MG. E Área de Expansão Urbana.



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaú de Minas, Lei Complementar 31: 2010.

São João Batista do Glória, apesar de muito pequena, dispõe de localização privilegiada e se beneficia do potencial turístico às margens da represa de Furnas. Recebeu, proporcionalmente, um número significativo de empreendimentos imobiliários. Apesar de desobrigada de ter um Plano Diretor, seu plano garante a preservação de áreas ambientais e controle da expansão urbana.

Figura 32 – Mapa Urbano da Cidade de São João Batista do Glória-MG



Fonte: Prefeitura Municipal de São João Batista do Glória. Plano Diretor, Lei Complementar n. 72: 2018.

Nem todos os municípios responderam à demanda pela informação das Lei Publicadas nos anos recentes sobre ampliação do perímetro urbano, que se buscou. Optou-se, então, por trabalhar com uma amostra do conjunto dos municípios. Mas a amostra é representativa e inclui as principais cidades. O mesmo critério foi utilizado para a pesquisa junto aos Cartórios de Registro de Imóveis.

Viu-se como o Sudoeste mineiro respondeu a esta nova lógica do regime de acumulação capitalista. Sob a égide do capitalismo financeiro pela ampla oferta de crédito, disponível ao produto moradia, houve forte promoção da expansão urbana.

Esta oferta de crédito, combinado ao estímulo do bem “moradia”, veio por duas frentes: o capital financeiro e a política de Estado. O primeiro, pela órbita financeira que, embora manifesta nas agências bancárias regionais, como se pôde observar, tem seu núcleo fora da região. Os interesses do capital financeiro não são locais. O segundo, o Estado, veio na onda do Programa Minha Casa Minha Vida, que tinha por orientação a recuperação e o dinamismo da economia brasileira, dada a altíssima capacidade do setor de construção civil em promover encadeamento produtivo.

Os loteamentos obedecem à lei vigente. São incorporações ou obras realizadas pelo setor privado e entregues para o aceite da prefeitura, com a infraestrutura realizada. Esta infraestrutura configura arruamento, redes de água e esgoto, guias, captação de águas fluviais, iluminação pública e pavimentação asfáltica. Em se tratando de loteamentos fechados, que são casos estanques no conjunto aqui estudado, a manutenção posterior é de responsabilidade do próprio condomínio. Mas quando se trata de loteamentos abertos, a partir do aceite pela prefeitura – obedece às leis mencionadas acima – a manutenção passa a ser da prefeitura do município. Neste caso, a expansão urbana acelerada impacta por demanda do setor público local com manutenção, coleta de lixo e outros serviços regulares.

Quando o loteamento é destinado à população de baixo nível de renda, como é o caso daqueles sob liderança da COHAB, a entrega é feita com a moradia construída. O setor privado, geralmente, não atua nestes empreendimentos, porque a taxa de lucro auferida é baixa, dado o padrão da moradia.

Foram construídos no Sudoeste mineiro, entre os anos de 2000 e 2018, trezentos e trinta e seis loteamentos urbanos. Nestes loteamentos, foram criadas 51.492 unidades. E destas unidades, apenas 1.047 correspondem a unidades edificadas em casas ou apartamentos. Destes, parte é correspondente a programas de moradia popular, liderados

pela COHAB. Todo o restante, 97,9% foi lotes entregues em terra nua, cujas construções de moradias foram realizadas sob responsabilidade do proprietário final.

Observamos que, dos loteamentos destinados às famílias de maior poder aquisitivo, nada foi construído. Os incorporadores, para a maioria absoluta dos casos, criaram os loteamentos às margens da cidade, valeram-se da expansão dos perímetros urbanos que aconteceu nos anos recentes em todos os municípios, e realizaram a venda dos lotes sem construção.

Todo o ônus da construção passou a ser de responsabilidade do usuário final. Coube a este contratar quem construísse sua residência. Assim, há perda total de qualquer ganho proveniente de produção em escala. Isto demonstra que os interesses das construtoras não estiveram, nem estão presentes no fenômeno urbano do Sudoeste mineiro. Não estando presentes os interesses da produção imobiliária, a região padece de relações capitalistas mais elaboradas. Os lotes comercializados em terra nua não recebem trabalho algum. Da mesma forma, não há geração de emprego no ato da criação dos novos loteamentos. Haverá, sim, depois, mas a partir da demanda pulverizada de cada proprietário individual. Contudo, não há uma cadeia de produção orgânica criadora de riqueza.

Se o interesse do capital financeiro é muito mais que local, sua determinação está fora da região, caso o interesse da produção imobiliária também não esteja presente. Quais interesses movem a produção de loteamentos urbanos?

Restam os interesses rentistas da classe proprietária de terras, associada à classe dos empreendedores de loteamentos urbanos. O negócio está na “Renda da Terra”. Não é a produção material da riqueza que origina o ganho. Também não é da mais valia do trabalho humano que sai a nova riqueza do Sudoeste de Minas. É da renda da terra.

Estes dois grupos estão alinhados aos representantes do setor público, prefeitura e câmara e com eles coesos, de forma a viabilizar, com relativa facilidade, a constituição de leis e expansão urbana para abrigar seus interesses econômicos. Justamente onde as relações capitalistas de produção estão menos desenvolvidas, é que os mecanismos de extração da riqueza, de forma perversa, estão mais presentes. A superexploração acontece no sentido de transferir o ônus, o maior custo da construção ao usuário final, capturando -lhe, mais profundamente, o excedente. Ao promover a expansão territorial urbana sem que haja trabalho humano, inegavelmente, promove valorização imobiliária dos espaços mais bem localizados, cria reservas urbanas para finalidade especulativa. E mais que isto, a realização sem produção material de edificações e construções revela acumulação

primitiva. Revela a extração de riqueza da terra, imputação de trabalho sem mais valia. É, talvez, a forma mais primitiva de extração da riqueza. Este mecanismo de extraordinária captura e criação de riqueza sobre um espaço em que estão presentes formas tradicionais de produção, em que a propriedade da terra ainda é um dos principais instrumentos de poder, garante legitimidade pela ideologia conservadora, reflexo da estrutura produtiva.

Conclusão

Desde do início desta tese, optou-se por fazer uma pesquisa que retratasse os aspectos econômicos regionais do Sudoeste de Minas, de maneira ampla e geral em detrimento de tratar um aspecto em específico. A falta de estudos que trouxessem as análises ao período recente obrigou-nos envidar esforços na tentativa de traçar um panorama razoável das várias atividades econômicas da região e então, esboçar um conjunto de conclusões sobre o que ocorreu ao sudoeste mineiro, especialmente nas duas últimas décadas. Mas se não fosse feita esta leitura mais generalista, haveriam ainda em aberto questões que motivaram esta pesquisa. O que existe lá, quais setores são relevantes, como o Sudoeste se relaciona interna e externamente.

Percebeu-se agora elementos específicos que requerem muito ser estudados profunda e dedicadamente. Na pesquisa, entrevistas formais e informais, em visitas *in loco* realizados, foram percebidas atividades econômicas que demandam profundas investigações. É o caso das estruturas de produção do polo de *lingerie*; dos impactos da mecanização do campo sobre o trabalho (e para onde foram aqueles trabalhadores) e consequentemente os efeitos nas estruturas urbanas, que são pequenas e pouco capazes de absorver contingentes extras de mão-de-obra; dos sistemas de acordos tácitos entre trabalhadores e proprietários rurais na divisão de tarefas de meeiros, os riscos e as rendas; da limitada infraestrutura turística no lago de furnas; da competitividade das fábricas têxteis e calçadistas; do impacto diante da derrocada das indústrias de açúcar e álcool sobre a renda do setor rural, do capital e do trabalho. Todos estes temas foram percebidos e sentidos pelo pesquisador. Também foram reconhecidos como vasto campo de pesquisa. Mas só o foram, a partir desta tese, de andar pelo Sudoeste mineiro; de conhecer cada setor de atividade, suas técnicas e seus métodos. Há muito o que fazer. Este é o começo.

As conclusões a que se chegou são resultados das observações minuciosas, empreendidas ao objeto de pesquisa. Aqui estão colocadas as percepções do pesquisador. Percepções sensoriais, aprofundadas, obviamente, pelos recursos que, apesar de limitados, estiveram disponíveis e acessíveis. Os dados, as informações e o que mais foi possível coletar para aguçar e tornar mais precisos os sentidos do pesquisador.

Ao se escrever esta tese, buscou-se compreender a dinâmica recente da economia do Sudoeste de Minas Gerais e as raízes históricas que permitiram produzir a presente estrutura. Teve-se por hipótese, e primeiro desafio, identificar características e propriedades que permitissem distinguir esta região do conjunto macro, ao qual ela

sempre foi associada – Sul/Sudoeste de Minas Gerais. Trata-se, na verdade, de duas regiões distintas com histórico de formação que ora as assemelha, ora as diferencia, e que pelo olhar aqui direcionado devem ser tratadas separadamente.

Este conjunto de municípios compõe, a nosso ver, uma região, que distingue-se da amplitude do Sul/Sudoeste do estado de Minas. Trata-se de uma região que ainda tem na agricultura cafeeira seu elemento de estruturação e integração pela agricultura cafeeira. Mas dentro desta região, permanentemente, manifestam-se novos interesses, fruto da ação do capitalismo. E essas forças dão novos contornos e sistematicamente redesenham a dinâmica econômica regional.

No estudo dos diversos grupamentos regionais do estado de Minas que, historicamente, e por motivos diversos, foram se constituindo, ratifica-se a hipótese ao distinguir o Sul de Minas como região mais intensamente associada ao eixo Rio–São Paulo, e o Sudoeste de Minas, com vínculos mais intensos a São Paulo sem quase nenhum vínculo com a Capital mineira. E que segue dinâmica própria, independente do Sul de Minas. Por isto, o Sudoeste de Minas perfaz uma região específica, com características próprias. As cidades polos regionais dentro do Sudoeste são as que, de fato, nucleiam centralidades à própria região, reforçando sua autonomia endógena.

Assim como o Sul do estado, o Sudoeste de Minas, já ao final do século XIX, apresentava-se relativamente povoado e ainda com um significativo plantel de escravos, comparativamente às outras regiões do estado. Foram as ferrovias que propiciaram a dinamização da atividade econômica regional, ao permitir a expansão da atividade cafeeira, fruto do Complexo Exportador Cafeeiro nucleado por São Paulo, e valendo-se do baixo preço das terras, naquela ocasião.

Interesses dominantes de São Paulo e Rio de Janeiro disputavam a região. Isto se manifestou na presença da rede ferroviária que, inicialmente, conectava-se ao Rio de Janeiro, para onde seguiam as exportações de café que, posteriormente, desviaram-se para o porto de Santos – SP. O empreendedorismo local foi fundamental na ocasião, quando trechos da rede ferroviária foram, por meio de financiamento público, executados por empresários locais.

Entre os anos de 1920 e 1970, o Sudoeste mineiro apresentou perda populacional e baixo dinamismo econômico, combinados à alta concentração de renda. Parte disto explicado pelo crescimento econômico e expansão urbana de São Paulo que atraía, sobremaneira, a população periférica. Somente após os anos 1970, a produção cafeeira ganhou novo dinamismo, com adoção de melhoramentos nas técnicas agrícolas, a partir

da intervenção do Instituto Brasileiro do Café – IBC – e Instituto Agrônomo de Campinas.

Neste momento, acontecia a desconcentração produtiva industrial paulista. Desconcentração que se configurou na saída de instalações industriais da capital paulista rumo ao interior do estado de São Paulo e a outras regiões, inclusive Minas Gerais. Era de se esperar que esta região, sempre subsidiária de São Paulo e com quem guardava sólidas relações comerciais, pudesse beneficiar-se dessas inversões. Mas isto não ocorreu. No capítulo II está explicitada a relação de todos os investimentos industriais que se instalaram no Sul/Sudoeste de Minas. Nenhum deles nas cidades que compõem o objeto de estudo desta tese. Os eixos de transporte foram fatores determinantes na escolha do local das instalações, e o Sul de Minas e não o Sudoeste obteve vantagem comparativa inigualável, por valer-se da rodovia Fernão Dias (São Paulo–Belo Horizonte). A desativação das ferrovias, que ocorreu entre os anos de 1960 e 1970, e a eclosão das rodovias garantiram, à época, a valorização de novos lugares e a desvalorização dos antigos, promovendo, assim, uma rodada de criação primitiva da riqueza.

Entre os anos 1970 e 2010, a população do Sudoeste de Minas cresceu proporcionalmente menos que a do próprio estado, e menos que a do país, revelando movimento emigratório. A influência, proximidade e dinâmica paulista contribuíram para isso. Mas, ainda assim, cidades polos dentro da região absorveram contingente significativo destes migrantes, tornando-as ainda mais centrais e importantes.

Desconectado dos efeitos da desconcentração produtiva, a região do Sudoeste de Minas terá investimentos em atividade industrial depois dos anos 1990. Trata-se de atividades industriais fabris que surgem desamparadas de um eixo central que desse a elas sinergia. Ainda assim, entre os anos 2002 e 2016, as atividades industriais, ao final deste período, perdem participação relativa. Mais acentuadamente que a perda sofrida pelo estado e pela nação. Denunciando a vulnerabilidade destas atividades.

Dada privilegiada localização do Sudoeste de Minas no contexto nacional, esperava-se que as cidades que compõem esta região pudessem ser geradoras líquidas de recursos fiscais. Mas todas as cidades, com exceção de Guaxupé, apresentam déficit fiscal líquido. A análise apresentada no capítulo três considerou o PIB de cada município por setor de produção, os impostos totais de todas as esferas e, para administração pública, foram considerados inclusos os gastos com previdência.

Ainda que se tenha observado avanço tecnológico com correspondente redução do uso de mão-de-obra no setor agropecuário, este é um setor com grande volume de

pessoas contratadas. Por submeter-se à alta rotatividade de emprego, aprofunda a dependência de políticas de seguridade pública associada à deficiência fiscal apontada acima.

Grandes propriedades agrícolas fragmentaram-se ao longo dos anos em menores estruturas agrárias. Assim, atualmente existem menos unidades de grandes propriedades rurais e um número amplo de pequenas e médias unidades. As maiores propriedades puderam exercer, de forma mais ampla, a mecanização das atividades. Conseguiu-se observar que o volume de mão-de-obra dispensado entre os anos de 2006 e 2017 foi muito maior nas grandes, que nas pequenas propriedades, limitado pela economia ou deseconomia de escala.

Pequenas propriedades geralmente têm suas atividades executadas pelos proprietários e as grandes, mecanizadas. São as médias que encontram maior dificuldade por dependerem de contratação de mão-de-obra, ao mesmo tempo que têm menor escala de produção. É comum observar a cessão de parte da produção a trabalhadores em sistema de arrendamento, os intitulados meeiros. Isto sugere a configuração de um modelo de elevada exploração do trabalho, dado que não há nenhuma proteção a estes trabalhadores. Além disto, esses trabalhadores assumem todo o risco das variações de preços e produção, típica do setor agrícola. Apesar disto, na prática, as condições de sobrevivência material são aparentemente satisfatórias.

Ao analisarmos a renda de pessoas ocupadas entre os anos de 2000 e 2010, observou-se um fenômeno de assalariamento da classe trabalhadora. Quando o salário mínimo real era muito pequeno, era provável que grande parte dos trabalhadores ganhassem mais que um salário. À medida que o salário mínimo, por força de lei, obtinha aumentos reais, ao mesmo tempo que níveis salariais maiores recebiam reajustes proporcionalmente menores, trabalhadores que percebiam mais de um salário foram sendo absorvidos pelo valor mínimo gerando nivelamento descendente dos salários. Na tabela 23, foi possível observar que as camadas de até um salário mínimo cresceram significativamente mais no Sudoeste que no estado de Minas e no Brasil, e camadas de níveis superiores de renda tiveram redução também importantes.

No capítulo 4 desta tese, analisou-se cada um dos principais setores econômicos presentes no Sudoeste de Minas a fim de identificar suas características, suas potencialidades, mas também suas limitações como elementos dinâmicos de acumulação. A agricultura mantém relevância regional, e dentro dela, a produção cafeeira apresenta-se sólida e hegemônica. Algumas cidades têm mais de 90 por cento da sua agricultura

dedicada à produção de café. Já as maiores cidades, que são polos regionais, têm menor participação. Por conta da fragmentação da propriedade, resultado da repartição hereditária da terra já mencionada, a agricultura familiar tornou-se muito importante nas décadas recentes. Dos recursos do PRONAF destinados a Minas Gerais, o Sudoeste captura quase 30%.

O preço do café segue tendência altista, o que contribui para preservar a renda da região. Porém, conforme amplia a mecanização no campo, com respectiva redução de pessoas envolvidas na atividade, os efeitos de propagação da renda são menores.

Muito embora a atividade cafeeira seja fortemente enraizada, e exista muitas outras atividades ligadas à sua cadeia produtiva, não se observou a presença de indústrias de máquinas agrícolas ligadas a ela. Apenas empresas de pequeno ou médio porte no setor de implementos agrícolas. Cabe destacar, no entanto, que grandes indústrias produtoras de máquinas agrícolas as produzem também para diversas outras aplicações.

Localizada na cidade de Guaxupé, a Cooxupé é a maior cooperativa de café do Brasil e do mundo. Exporta dez por cento de todo o café que sai pelo porto de Santos, e o equivalente ao que é exportado pelo porto de Tubarão (ES). Tem capilaridade em todo o Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro e Noroeste do estado de São Paulo. Atua no armazenamento, beneficiamento e comércio de café em grão, como também no fornecimento de insumos agrícolas aos produtores rurais, muitas vezes, em campanhas financiadas pela produção futura. Na ação de fornecedora, acaba por atuar como veículo de mediação para a penetração do interesse do grande capital estrangeiro, por meio das empresas multinacionais produtoras de insumos e fertilizantes, que têm na Cooxupé instrumento para atuação e reprodução do seu modo de acumulação e de dominação do espaço.

Outra atividade agrícola que teve grande importância na região foram as usinas de açúcar e álcool, com algumas instalações muito antigas, e outras do período do PROALCOOL (Programa Proálcool do governo Federal). É um grande gerador de riqueza e renda, pois atua na agricultura e na indústria de transformação. Mas nos anos recentes, em virtude da política de preços administrados, combinados a diferentes políticas tarifárias praticadas pelo estado de São Paulo e de Minas, parte das empresas deixaram as operações, ou foram absorvidas por grupos maiores e externos à região.

Fora destas atividades agrícolas mais significativas –café e cana de açúcar –, algumas cidades da região voltam-se à pecuária – à produção leiteira. Conseguem um produto de alta qualidade e obtêm altos níveis de produtividade por animal, bem acima

da média nacional e estadual. Isto dá *know-how* a este conjunto de cidades. Garante obtenção de bons preços no produto final e, por isso, padrão satisfatório de renda aos seus produtores e trabalhadores. Porém, identificou-se ausência de empresas na região integrante da cadeia produtiva à jusante.

Alguns nichos industriais presentes na região – têxtil e calçadista – apresentam limitações na cadeia produtiva. Seus ofertantes de matéria-prima estão longe como longe também estão seus mercados consumidores. Parte destas indústrias ainda apresenta estruturas produtivas e organização de produção precárias. São precárias no sentido de que muitas atuam em facções de produção – num tipo de terceirização sem nenhuma regulamentação formal. Muito embora, em visitas realizadas *in loco* se pôde verificar a presença de unidades industriais com alta densidade tecnológica embarcada, e fortes laços comerciais, inclusive ao mercado externo.

Outras indústrias, mais densas em capital e complexidade produtiva, aparecem, também, desconectadas. São resultados esparsos de investimentos nacionais ou estrangeiros que valeram-se de benefícios fiscais e da proximidade com o estado de São Paulo. Muito embora pareça estanque, seguramente, a instalação de indústrias contribui para atração de outras, num efeito de complementaridade, o que é muito positivo. A presença da atividade industrial, juntamente com a modernização das técnicas produtivas, na agricultura, transforma a estrutura de Produção – Distribuição e Consumo regional. Afeta a distribuição da riqueza e o acesso aos bens de consumo. Parte desta riqueza escapa para agentes externos, mas parte se redistribui internamente.

Com o vazio deixado pelas grandes instituições bancárias, em razão da reestruturação do setor nos anos 1990, o Cooperativismo de Crédito nesta região, majoritariamente liderado pela rede SICOOB, ocupou este espaço. Tem a larga vantagem e os benefícios do sistema cooperativista, que garante a permanência dos recursos na própria região.

Este conjunto de atividades permitiu à região liberar-se da forte dependência que havia, historicamente, com o estado de São Paulo, e promover relações autônomas. É claro que a pujança das indústrias paulistas e as importantes centralidades urbanas exercem poder e atraem excedentes. Mas, atualmente, muito menos do que no passado.

Investimentos públicos, especialmente os realizados nas duas últimas décadas no setor educacional, com destaque para o ensino público superior, garantem maior autonomia na qualificação da mão-de-obra regional. Além disso, estas instituições atraem estudantes da própria região e de outras, assim como profissionais qualificados e com

melhores níveis salariais. Estas ações conjuntas proporcionam algum dinamismo urbano no setor de serviços e na produção imobiliária urbana nas cidades em que se instalam.

Sustentada pela órbita financeira e intensificada nas últimas duas décadas, observou-se no Sudoeste mineiro uma nova frente de acumulação que propiciou renda obtenível a partir da incorporação e loteamento de terras. Verificou-se que o grande salto da produção de loteamentos ocorreu concomitantemente com a expansão da oferta de créditos imobiliários e do Programa Minha Casa Minha Vida. Como resultado, os preços de imóveis e terrenos tiveram alta, apesar da grande oferta de novos loteamentos.

Observou-se pelas câmaras municipais reedição de leis que demarcariam novos limites do contorno urbano, viabilizando estes empreendimentos e legalizando-os – incorporando outros criados anteriormente e fora do perímetro urbano. Além disto, foram identificadas propostas em documentos de câmaras municipais que justificavam a ampliação de perímetro urbano, justamente com o fim de abrigar empreendimentos do Minha Casa Minha Vida em áreas periféricas do município, que seriam destinadas às pessoas de mais baixo nível de renda.

Chama à atenção o fato de que a maioria absoluta dos empreendimentos imobiliários que foram por aqui pesquisados junto aos cartórios de registro de imóveis, para o período entre os anos 2000 e 2018, conta com a oferta de lotes em terra nua. Todos obedecem à legislação vigente em entregá-los com a infraestrutura obrigatória, composta por redes fluviais, de esgoto e iluminação, mas sem edificação. Percebe-se que isto retrata mecanismo de apropriação da renda da terra ao máximo possível. Muito mais que em grandes centros urbanos, em que as propriedades são ofertadas já construídas e, portanto, com níveis significativos de trabalho humano, de mais valia e, por isto, com alguma forma de distribuição de renda deste trabalho. Este formato de produção da cidade revela elevado mecanismo de apropriação de excedentes, por meio da acumulação primitiva.

O Sudoeste de Minas Gerais teve um passado de altíssima concentração de renda e elevada exploração do trabalho. O pouco que se sabe disto é resultado das histórias orais contadas por aqui, quando as fazendas de café eram enormes, e a classe trabalhadora, submetida às tarefas sazonais da agricultura cafeeira, era desprovida de qualquer proteção. Um passado que não diverge dos rincões deste Brasil, mas diferencia-se dos relativamente prósperos núcleos urbanos, como São Paulo, para onde muitos emigraram. Este passado não era contrário às forças capitalistas, mas parte destas forças. Isso reforça o conceito de que um Brasil desenvolvido e outro subdesenvolvido compõem faces de um mesmo capitalismo. Mas daquelas terras que, no passado, permitiram a entrada do

café a preços muito baixos, hoje manifestam-se como nova fonte de riqueza. Relações capitalistas mais orgânicas inundaram o Sudoeste de Minas, solidificaram relações de produção, garantiram a ampla valorização capitalista e, por isto, homogeneizaram as formas de extração de valor.

Nexos de produção e de comercialização da região, antes subsidiária primeiro, ao Rio de Janeiro, e depois, mais estruturalmente, a São Paulo, foram se rompendo, para dar à região algum grau de autonomia. Hoje, os pequenos nichos de atividades fabris vinculam-se a clientes longínquos, claro que também a São Paulo, mas não apenas a ele. Algumas unidades fabris operam em altíssimo padrão tecnológico e conectam-se diretamente ao exterior. A atividade agrícola ganhou maior estrutura, em parte, com a ampliação das unidades bancárias-financeiras nascidas do cooperativismo de crédito. Avançaram na organização, produção e transporte do produto, e vinculam-se ao grande mercado nacional e internacional. Este conjunto de fatores garante a integração da região às funções do capitalismo.

Avanço nas relações de produção, penetração das formas e das forças capitalistas por todos os rincões desta região, ampliação das relações internas e externas promovem, permanentemente, polarização. Ao mesmo tempo que produz riqueza, produz pobreza. Com forte predomínio da atividade agrícola, os dados de emprego mostram altíssima rotatividade nos setores de agricultura e de construção. Isto intensifica a dependência da região por recursos públicos, e surpreende as expectativas pregressas de cidades que repousam na grande região Sul do estado de Minas Gerais. Sinais de periferização de moradias e de segregação social opondo famílias de alto poder aquisitivo de um lado, e de baixo nível de renda, de outro, apenas não são mais evidentes porque as cidades são ainda muito pequenas. Nos últimos anos, o setor urbano expandiu horizontalmente por meio da incorporação de terras rurais transformadas em terras urbanas. Sem edificação, seus lotes seriam comercializados ao mutuário final, restando a este a construção da moradia. No bojo da valorização da terra, isto significou criação da “renda da terra” pela apropriação fundiária e pelo rentismo.

Nas pequenas cidades, o comércio tem a função de atender à demanda local. Cidades médias considerados polos regionais capturam a demanda dos pequenos municípios dentro da região do Sudoeste e ofertam serviços mais elaborados. Enquanto serviços de maior complexidade são atendidos pelos grandes núcleos urbanos paulistas. O setor de serviços tem papel passivo nesta região. As indústrias, por serem de ramos

diversos e por não terem forte encadeamento endógeno, fazem-se menos representativas, tanto pela classe dirigente/proprietária, quanto pela organização dos trabalhadores.

Resta, portanto, o setor agrícola, que possui estrutura mais orgânica, mais articulada, com cadeia produtiva mais alicerçada e presente por todos os municípios da região. Este setor faz com que seus interesses estejam mais fortemente estabelecidos nas instâncias de ação e decisão política. Nas instâncias legislativas estadual e federal os representantes regionais sempre estiveram vinculados à classe ruralista. Isto garante hegemonia deste grupo e contribui na perpetuação e defesa dos seus interesses. Esta hegemonia garante a perpetuidade, ao mesmo tempo que inibe e controla outros setores menos articulados.

Epígrafe

*“[...] porque a madrugada que virá despertar-te não
tarda muito a chegar, num novo festival de sonhos e
de realizações”.*

Nabih Zaiat

Bibliografia

ABICALÇADOS. Associação Brasileira da Indústria de Calçados. Relatório Setorial, 2017.

AFONSO, David. *Colonização e Urbanismo: as cidades ibéricas das américas*. 5ª cidade, 2009. Disponível em: www.https://5cidade.wordpress.com

ALMEIDA FILHO. Niemeyer e PAULANI, Leda Maria. Regulação social e acumulação por espoliação – reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. *Economia e Sociedade*. Campinas. V. 20, n. 2. Agosto 2011.

ALVES, Flamarion Dutra. Notas Teórico-metodológicas sobre Geografia Econômica e Desenvolvimento Regional. CEPAL – 60 anos de Desenvolvimento na América Latina. Santa Cruz do Sul – RS: 2011.

ALVES, Lucir Reinaldo; LIMA, Jandir Ferreira de. *Cooperativismo Agropecuário e de Crédito do Brasil do Agronegócio*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2017.

ANTUNES, Ricardo. Entrevista à Revista Carta Capital publicada em 17/05/2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Austeridade para Quem?** A Crise Global do Capitalismo Neoliberal e as Alternativas no Brasil. Texto para Discussão 257. IE – UNICAMP. Campinas: Agosto 2015.

BEZERRA, Francisco Diniz. *Análise Retrospectiva e Prospectiva do Setor Têxtil no Brasil e no Nordeste*. Informe Técnico do ETENE – Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. Banco do Nordeste, 2014.

BRANDÃO, Carlos Antônio. *A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais*. Tese de Livre Docência – UNICAMP. Campinas: 2004.

BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos Figueira (orgs). *Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões, o desafio urbano-regional*. Editora UNESP, ANPUR, 2003.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos. A Reestruturação das Cidades Médias no Sul de Minas Gerais. In *A Construção do Brasil: Geografia, Ação Política e Geografia*. XVIII Encontro Nacional dos Geógrafos – 24 a 30 julho/16: São Luis – MA.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. *Estudo Sobre o Conceito de Região*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Capitalismo Financeiro-Rentista*. Estudos Avançados. FGV. São Paulo: 2018.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil 1930-1995*. 2ª. Ed. Campinas: Instituto de Economia, 1998.

_____. *Ensaio sobre a Formação Econômica do Brasil*. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.

_____. *Raízes da Concentração Industrial e São Paulo*. 2ª Ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981.

_____. *Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970-2005*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. *Novas Determinações sobre as Questões Regional e Urbana após 1980*. Texto para Discussão n. 193. IE – UNICAMP. Campinas: 2011.

CARVALHO, Otamar de. *Nordeste: A Falta que o Planejamento Faz. Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: o desafio urbano-regional*. In GONÇALVES, Maria Flora.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. *Economia Sul Mineira: O Abastecimento Interno e a Expansão Cafeeira (1870 – 1920)*. *Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada*. 4(6) Jan-Jun, 2009.

CORAGGIO, J.L. *Territórios em Transição: crítica à planificação da América latina*. México, 1994.

CORRÊA, Ana Cláudia Pinto. *Imigrantes Judeus em São Paulo: a reinvenção do cotidiano no Bom Retiro (1920 – 2000)*. Tese de Doutorado, Área de Concentração: História Oral. PUC-SP. São Paulo, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. Editora Ática, Série Princípios. 7ª edição. São Paulo: 2002.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Bancos em Minas Gerais (1889 – 1964)*. Dissertação de Mestrado – IFCH – UNICAMP. Campinas: 1978.

DINIZ, Clélio Campolina. *Capitalismo, Recursos Naturais e Espaço (análise do papel dos recursos naturais e dos transportes para a dinâmica geográfica de produção agropecuária e mineral no Brasil e seus efeitos no padrão regional brasileiro)*. Tese de Doutorado – UNICAMP. Campinas, 1987.

DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e Capital Estrangeiro na Industrialização Mineira*. UFMG/PROED. Belo Horizonte, 1981.

DINIZ, Clélio Campolina; FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna. *Distribuição Regional da Indústria Mineira*. *Revista FACE Nova Economia*. 10 (21). Belo Horizonte, 2000.

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, nota técnica. Informe Macroeconômico, Indústria e Serviços. Fortaleza – Recife: 2014.

DINIZ, Clélio Campolina. Dinâmica Regional e Ordenamento do Território Brasileiro: Desafios e Oportunidades. Texto para Discussão, n. 471. CEDEPLAR, UFMG, abril: 2013.

FERRO, Lilian Pacheco de Medeiros, MADEIRA, Gabriel de Abreu e BADER, Fani Léa Cymrot. *Crédito e Formação de Domicílios no Brasil*. Trabalhos para Discussão 432. Banco Central do Brasil. Brasília: 2016.

FIX, Mariana de Azevedo Barretto. *Financeirização e Transformações Recentes no Circuito Imobiliário no Brasil*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia – UNICAMP. Campinas: 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Regiões de Planejamento. Belo Horizonte: 1993.

FURIÓ, Elies. *Evolución y Cambio en la Economía Regional*. Barcelona: Editorial Ariel S.A, 1996.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 21^a. São Paulo: Ed. Editora Nacional, 1986.

GAMBI, SAES, CONSENTINO e MARSON. *O Processo de Urbanização no Sul de Minas em Transição*. XV Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: 2012. P. 12 e 13.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva. Uma Outra Modernização. Transportes em uma província não Exportadora – Minas Gerais, 1850 1870. *Economia e Sociedade*. 17 (2). Campinas, 2008.

Guaranésia memórias.wordpress.com/destilaria-alvorada-do-bebedouro

GUIDOLIN, Silvia Maria; COSTA, Ana C. Rodrigues da; ROCHA, Érico Rial Pinto da. *Indústria Calçadista e Estratégias de Fortalecimento da Competitividade*. BNDES Setorial – 31. Brasília: 2010.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. Revista Antares, Letras e Humanidade, n. 3. Jan/Jul 2010.

HARVEY, David. *O Direito à Cidade*. UNESP/Marília: 2009. (versão originalmente publicada em New LeftReview. NY, EUA: 2008.

IBGE: Censos Demográficos 1950 e 1970. Biblioteca IBGE.gov.br.

IBGE – título do que foi consultado no site e acesso. www.ibge@idades.gov.br

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. REGIC - Região de Influência das Cidades, IBGE, 2007.

IPEA – IBGE – UNICAMP - Instituto de Economia, Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional – NESUR. Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil. Volume I – Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana. Brasília: 2002.

Jornal “A Folha Regional”, Ano 29. Ed. 1452, sexta, 17/05/19, p. 11.

LIMA, Ana Carolina da Cruz. Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no Pós-Guerra: o caso do Brasil. Textos para Discussão 338. CEDEPLAR – UFMG. Belo Horizonte: 2009.

LOPES, Leandro Aparecido. *Transporte Ferroviário e Economia no Sudoeste de Minas Gerais: O Café e a Cia. Mogiana de E. F. (1880 – 1930)*. História em Tempos de Crise. Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Encontro Regional de História. Uberaba: Julho/ 2016.

LOPES, Miguel Victor Tavares; GODOY, Marcelo Magalhães. *Estado, Transportes e desenvolvimento regional. A “era rodoviária” em Minas Gerais: 1940 – 1980*. XVII Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina – MG, 2016.

MAIA, Guilherme Baptista da Silva; PINTO, Arthur de Rezende; MARQUES, Cristiane YaikaTakaoka; ROITMAN, Fábio Brener; LYRA, Danielle Didier. *Produção Leiteira no Brasil*. BNDES – Setorial Agropecuária. Brasília: 2013.

MARICATO, Ermínia. *O Impasse da Política Urbana no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MARKUSEN, Ann R. *Região e Regionalismo: um enfoque marxista*. Revista Espaço e Debate. Ano1, nº 2. São Paulo, 1981.

MARICATO, Ermínia. *O Impasse da Política Urbana no Brasil*. Editora Vozes. Petrópolis – RJ: 2011.

MARQUES, Eduardo e TORRES, Haroldo. São Paulo: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais. Editora SENAC. São Paulo: 2005.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. *Cooperativismo Financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios*. Brasília: COFEBRÁS, 2014.

MELLO, J.M.C de. O Capitalismo Tardio. Editora Brasiliense. São Paulo:1994.

MIOTO, Beatriz Tomaso. *As Políticas Habitacionais no Subdesenvolvimento: os casos do Brasil, Colômbia, México e Venezuela (1980/2013)*. Tese de Doutorado apresentada ao IE/UNICAMP. Campinas, 2015.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume III - Regiões de Referência / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MP: 2008.

MORAES, Márcia Azanha Ferras Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. *Agroindústria Canavieira no Brasil: Evolução, Desenvolvimento e Desafios*. Atlas, 2002.

MOTA, Fernando César de Macedo. *Inserção Externa e Território: Impactos do Comércio Exterior na Dinâmica Regional e Urbana no Brasil (1989-2008)*. Tese de Livre Docência – IE – UNICAMP. Campinas, 2010.

PAIVA, Benedito Geovani Martins de; SANTOS, Neusa Maria Bastos Fernandes dos. Um Estudo do Cooperativismo de Crédito no Brasil. *Revista UNINCOR*. Três Corações-MG, 2017.

Panorama do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo. Banco Central do Brasil. Dezembro de 2017.

PASCOAL, Isaías. Economia e Trabalho no Sul de Minas no Século XIX. *Revista Economia e Sociedade*. N. 6 (2). Campinas, 2007.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Indústria em Minas Gerais: Origem e Desenvolvimento. Resumo de Dissertação de Mestrado cujo título é: Percalços da Industrialização: O Caso de Minas Gerais. Defendida no departamento. De História Econômica – IE – UNICAMP.

PEREIRA, Claudinei da Silva; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Região e Regionalizações no Estado de Minas Gerais e suas vinculações com as Políticas Públicas. *Revista Formação*. 22 (I), 2015.

Projeto de Lei n.28: 2018, Prefeitura Municipal de Paraguaçu - MG.

RAMOS, Pedro. *Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil*. Economia e Planejamento. Capítulo II – A Intervenção estatal e a Expansão do Latifúndio Canavieiro. 2.3. A Explicação Legal e a Consolidação da Produção Integrada: o período recente e o advento do Proálcool (1969-1985). São Paulo: HUCITEC, 1999.

RAMOS, Pedro. *Heterogeneidade e Integração Produtiva na Evolução Recente da Agroindústria Canavieira do Centro-sul (1985-2000)* In MORAES, Márcia Azanha Ferras Dias de; SHIKIDA, Pery Francisco Assis. *Agroindústria Canavieira no Brasil: Evolução, Desenvolvimento e Desafios*. Atlas, 2002.

RAMOS, Pedro. *Questão Agrária, Salário, Política Agrícola e Modernização da Agropecuária Brasileira: uma (outra) análise do período 1930-1985*. Instituto de Economia UNICAMP.

REIS, Ricardo, MEDEIROS, André Luiz, e MONTEIRO, Lucas Andrade. *Custo da Produção da Atividade Leiteira no Região Sul de Minas Gerais*. UFLA – Universidade Federal de Lavras, 2002.

REVISTA Brasil 24/7, 2015.

RODRIGUES, Clarissa G.; SIMÕES, Rodrigo. Aglomerados Industriais e Desenvolvimento Socioeconômico: uma análise multivariada para Minas Gerais. *Ensaio FEE* 25(1). Porto Alegre, Abr/2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades Socioespaciais – A Luta pelo Direito à Cidade. *Cidades*, v. 4, n. 6. Grupo de Estudos Urbanos (GEU). Brasília – DF: 2006.

ROLLO, Marco Aurélio Pereira. *As Novas Dinâmicas do Território Brasileiro no Período Técnico-Científico-Informacional: o circuito espacial da produção do café e o respectivo círculo de cooperativismo do Sul de Minas*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Paulista – UNESP – Campus de Rio Claro-SP, 2009.

SAES, Alexandre Macchione; COSENTINO, Daniel do Val; SILVA, Marcel Pereira da; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. História econômica e demografia histórica: Sul de Minas em transição: ferrovias, bancos e indústrias na constituição do capitalismo na passagem do século XIX para o século XX. *XIV Seminário de Economia Mineira*. 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma nova geografia: da crítica da Geografia à uma Geografia crítica*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Coordenação – Governo de Minas Gerais.

SILVA, Harley; RESENDE, Anderson; ROSA, Carlos; SIMÕES, Rodrigo. Dinâmica Agropecuária e Urbanização: uma análise multivariada para Minas Gerais, 1995 – 2000. *Revista Econômica do Nordeste*. 39(2), Abr/Jun, 2008.

SILVA, Harley, RESENDE, Anderson, ROSA, Carlos e SIMÕES, Rodrigo. *Dinâmica Agropecuária e Urbanização: uma análise multivariada para Minas Gerais, 1995 – 2000*.

SMOLKA, Martim O. O Espaço no Paradigma Neoclássico: Notas Críticas. *Estudos Econômicos*, Set/Out, 1984.

SUNKEN, Osvaldo. Desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, marginalização e desigualdades espaciais: por um enfoque totalizante. *In*

BIELSTHOWSKY, Ricardo (org.) Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL. COFECON – Conselho Federal de Economia: Editora Record. Rio de Janeiro São Paulo, 2000.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira e SANTOS, Suzy dos. Porteira, Radiodifusão, Universidade Etc ... os “negócios” do coronelismo eletrônico em Minas Gerais. Revista Brasileira de Políticas de Comunicação: 2012.

TAVARES, Maria da Conceição. Império, *Território e Dinheiro*. In Estado e Moedas. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

TEXEIRA, AGUIAR, SILVA, RIBEIRO e ANTONIOLLI. In Id OnLine. Evolução Histórica do Cooperativismo no Setor Agropecuário. *Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 2018.

Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais [inwww.tre-mg.jus.br](http://www.tre-mg.jus.br)

Unica.com.br/empresa/119433/adecoagro-monte-alegre.

VALE, Ana Rute do; CALDERARO, A. P.; FAGUNDES, Francielly N. *A Cafeicultura em Minas Gerais: estudo comparativo entre as regiões Triângulo Mineiro/ Alto Parnaíba e Sul/Sudoeste*.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as Cidades Brasileiras*. Studio Nobel. São Paulo: 2012.

WIRTH, John D. *Minas Gerais na Federação Brasileira: 1889 – 1937 – O Fiel da Balança*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

ZINGANO, Eduardo; OLIVEIRA, Júlio César de. *Caracterização do Complexo Calçadista Brasileiro e as Causas da Queda de seu Desempenho no Período de 2003 a 2011*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS, 2012.

ZOCCAL, Rosângela. *Zoneamento da Produção de Leite no Brasil*. Pesquisa Embrapa Gado de Leite. Juiz de Fora – MG. 2004.